

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

AURISTELA RODRIGUES DOS SANTOS

**RELENDO O MOBRAL: NARRATIVAS, MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES  
NAS PÁGINAS DE JORNAIS (1967-1985)**

JOÃO PESSOA-PB  
2022

AURISTELA RODRIGUES DOS SANTOS

**RELENDO O MOBRAL: NARRATIVAS, MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES  
NAS PÁGINAS DE JORNAIS (1967-1985)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, no âmbito da Linha de Pesquisa em História da Educação, como requisito final para a obtenção do título de doutora em Educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Elizete Guimarães Carvalho

JOÃO PESSOA-PB

2022

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S237r Santos, Auristela Rodrigues dos.

Relendo o Mobraal : narrativas, memórias e representações nas páginas de jornais (1967-1985) / Auristela Rodrigues dos Santos. - João Pessoa, 2022. 195 f. : il.

Orientação: Maria Elizete Guimarães Carvalho.  
Tese (Doutorado) - UFPB/CE.

1. Educação de adultos. 2. Mobraal. 3. Notícias de jornais. 4. Ditadura civil-militar. 5. Pedagogia tecnicista. I. Carvalho, Maria Elizete Guimarães. II. Título.

UFPB/BC

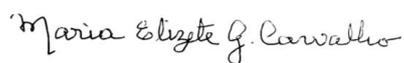
CDU 374.7(043)

AURISTELA RODRIGUES DOS SANTOS

**RELENDO O MOBIL: NARRATIVAS, MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES  
NAS PÁGINAS DE JORNAIS (1967-1985)**

Tese aprovada em: 23/08/2022

**Comissão Examinadora**



Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Elizete Guimarães Carvalho

Orientadora – PPGE/UFPB



Prof.<sup>a</sup> Dra. Geralda Macedo

Examinadora interna – PPGCAA/UFPB



Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado

Examinador interno – PPGE/UFPB

Prof.<sup>a</sup> Dr. Iranilson Buriti de Oliveira

Examinador externo – PPGH/UFCEG

Prof.<sup>a</sup> Dr. Rogério de Araújo Lima

Examinador externo – UFRN

*Dedico a Heloísa Rodrigues de Souza, minha filhinha amada.*

**AGRADECIMENTOS**

*Ao Rei eterno, o Deus único, imortal e invisível, sejam honra e glória para todo o sempre. Amém.*

*1 Timóteo 1:17*

Neste espaço em que posso expressar genuinamente minha gratidão, inicio reconhecendo o favor, a graça e a misericórdia do Deus que a mim se revelou ainda na infância, que fortaleceu minha fé e que caminhou comigo até aqui e continuará. A fé e a razão não são antagônicas e trazem sentido à vida e embelezam a trajetória. Usando as possibilidades da razão, segui crendo no sobrenatural e conquistei sonhos jamais pensáveis. Jesus, te amo, és meu Deus e não me envergonho disso! Gratidão por todas as vezes que você me socorreu e acreditou em mim quando nem mesmo eu conseguia acreditar.

Agora, como conseguirei em poucas palavras reconhecer o apoio e as contribuições de pessoas que fizeram a diferença durante minha vida acadêmica, em especial, nesses anos de doutorado?

Minha filhinha Heloísa, você chegou no meio do curso de doutorado para ressignificar minha existência e meus objetivos de vida! Filha, você nunca atrapalhou, ao contrário, você me inspirou e, por você, continuei quando tudo contribuía para a desistência. Amo você imensuravelmente.

A Roberto, meu companheiro de vida, meu apoio incondicional, obrigada pelas renúncias, pelo patrocínio (risos), pelo seu amor que me completa. Não há palavras bonitas que eu possa dizer que representem o grande esposo que é, meu maior incentivador. Amo você.

A meus pais: minha mãe, Jane Rodrigues da Silva, hoje sei como me ama, porque tenho a oportunidade de ter o título que lhe dei: o de mãe. Obrigada por todas as renúncias; meu pai biológico, Adimilson Correia dos Santos: pai, hoje você não consegue ler essas palavras, porque nesse ano você perdeu a visão totalmente, mas sei que pode ler com o coração minha admiração incondicional. Obrigada por tudo! meu pai de criação, Josenildo Miguel de Souza, se não fosse seu trabalho cortando cana-de-açúcar ou pegando caranguejos, eu não seria o que sou. Gratidão eternamente por seu suor e mãos calejadas que me sustentaram desde meus três anos de idade e durante muitos anos.

A toda minha família e parentes, irmãos e irmã, sobrinhos e sobrinhas, tios e tias, primos e primas. A minha madrastra, na pessoa de Irmã Maura, obrigada pelo apoio sempre presente. Os momentos em família aliviaram as durezas das responsabilidades.

Os amigos, o que seria de mim sem vocês? Vocês são o apoio emocional e a injeção de ânimo. Para representar as amigadas e para não deixar de nomear alguém, cito minha amiga e *best* da UFPB para a vida: Ana Danielly Leite Batista Pessoa. Amiga, Deus ouviu nossa oração em seu carro, quando pedíamos ajuda para fazer a tão difícil inscrição na seleção do doutorado e tudo parecia dar errado. Olha aonde chegamos! Amo demais você e, sem seu apoio, talvez não tivesse suportado tanta pressão ao longo de mais de dez anos na UFPB. Aos outros tantos amigos de caminhada, sintam minha gratidão!

A Maria Elizete Guimarães Carvalho, minha orientadora. Nesse momento de agradecê-la as lágrimas involuntariamente caem como se só a senhora pudesse reconhecer tudo o que fiz por mim. O legado que tem construído reflete em nós, pois não tem um orientando seu que não queira parecer nem que seja 10% com você. Para além de sua inteligência admirável, sua intelectualidade respeitável, é serena e humilde, humana e amorosa, professora que nunca se colocou na posição de grande, apesar de sua grandeza, mas de aprendiz, exercendo sempre uma autoridade respeitosa. Foi com a senhora que comecei a “pensar sozinha”, sem copiar as frases de autores, pegou na minha mão ainda no segundo período da graduação e me alfabetizou na leitura crítica da palavra. As primeiras reflexões “malfeitas” foram realizadas em sua companhia, com correções cautelosas usando frases como, “na verdade...” mostrando outros caminhos, corrigindo com ternura e nunca soltando minha mão. Obrigada professora, por tudo e tanto.

A meus colegas de turma, com os(as) quais tive a sorte de cursar disciplinas (PPGE/UFPB e PPGDH/UFPB), gratidão por todas as trocas. Agradeço, especificamente, a todos da turma 38º, com muito amor.

Um agradecimento especial à Bruninha que fez a revisão do trabalho e as traduções do resumo que, com seu jeito doce, teve paciência comigo, com minhas datas e minha escrita.

À Coordenação do PPGE/UFPB na vigência de meu doutoramento: Maria Eulina Pessoa de Carvalho (ex-coordenadora), Fabiana Sena da Silva (vice-coordenadora e então coordenadora) e Jorge Fernando Hermida Aveiro (vice-coordenador).

À UFPB, instituição que oportunizou meus estudos de graduação e pós-graduação, a qual é tão renomada quanto respeitada por mim e por todos.

Agradeço ao órgão de fomento que financiou essa pesquisa, a Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Por fim, agradeço demais aos membros da banca examinadora do exame de qualificação da tese e que hoje estão aqui presentes: Dra. Geralda Macedo, Dr. Charliton José dos Santos Machado, Dr. Rogério de Araújo Lima, Dr. Iranilson Buriti de Oliveira. As contribuições de vocês foram fundamentais; inicialmente tais apontamentos de tão profundos me deixaram sem rumo após a qualificação, mas foram os mesmos que me fizeram alçar novos voos dentro da pesquisa. Gratidão!

*Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, sem aprender a refazer, a retocar o sonho por causa do qual a gente se pôs a caminhar (FREIRE, 2014).*

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AI	Ato Institucional;
ARENA	Aliança Renovadora Nacional;
CPC	Centros Populares de Cultura;
CAPES	Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior;
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos no Brasil;
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho;
ESG	Escola Superior de Guerra;
EUA	Estados Unidos da América;
FNEP	Fundo Nacional do Ensino Primário;
IHGP	Instituto Histórico e Geográfico Paraibano;
IPÊS	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais;
LDB	Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional;
MEB	Movimento Educacional de Base;
MEC	Ministério de Educação e Cultura;
MCP	Movimento de Cultura Popular;
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização;
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica;
PNA	Plano Nacional de Alfabetização;
PROLICEN	Programa de Licenciatura;
RBHE	Revista Brasileira de História da Educação;
TCH	Teoria do Capital Humano; e
UNE	União Nacional de Estudantes.

## LISTA DE IMAGENS

- Imagem 1 Reportagem de Jornal sobre Campanha de Alfabetização dos anos de 1960
- Imagem 2 Reportagem de Jornal sobre Campanha de Alfabetização dos anos de 1960
- Imagem 3 Reportagem de Jornal sobre Relação dos EUA com o Brasil
- Imagem 4 Reportagem de Jornal sobre as Forças Armadas
- Imagem 5 Reportagem de Jornal sobre a Revolução consolidada
- Imagem 6 Reportagem de Jornal sobre o Ato institucional 5
- Imagem 7 Imagem da capa do Documento Básico do Mobral
- Imagem 8 Analfabetismo
- Imagem 9 A luta contra o analfabetismo
- Imagem 10 O Mobral não é uma campanha
- Imagem 11 Mobral gasta pouco para alfabetizar muitos
- Imagem 12 Esquema acerca dos pontos relacionados à entrevista com o presidente do Mobral
- Imagem 13 Integrar é o objetivo do Mobral
- Imagem 14 Recursos Financeiros para o Mobral
- Imagem 15 Arrecadação da Loteria Esportiva destinada ao Mobral
- Imagem 16 Doação da Souza Cruz
- Imagem 17 Dinheiro destinado a alfabetização na Paraíba
- Imagem 18 Mobral e a colaboração de prefeituras na Paraíba
- Imagem 19 Uma professora do Mobral
- Imagem 20 O Mobral por dentro
- Imagem 21 Mobral: professores exigem regulamentação (parte I)
- Imagem 22 Mobral: professores exigem regulamentação (parte II)
- Imagem 23 Aprender sem peias
- Imagem 24 Cartaz do Mobral
- Imagem 25 Propaganda do Mobral em um quadro negro
- Imagem 26 Propaganda do Mobral: leve alguém para o Mobral
- Imagem 27 A alfabetização e o futuro
- Imagem 28 O bom negócio da alfabetização
- Imagem 29 O Mobral não é mais aquele

### LISTA DE QUADROS

- Quadro 1: Pedagogia de Paulo Freire x MOBRAL;
- Quadro 2: Levantamento realizado na Biblioteca de teses e dissertações da UFPB com as palavras-chaves MOBRAL – representações sobre o MOBRAL;
- Quadro 3: Levantamento realizado no Banco de dados da CAPES com as palavras-chaves MOBRAL – representações sobre o MOBRAL;
- Quadro 4: Resultado da pesquisa realizada nos jornais *Correio da manhã* (1970-1974) e *Diário de Pernambuco* (1970-1979); e
- Quadro 5: Quadro 4: Resultado da pesquisa realizada no jornal *O pasquim* (1969 a 1991), *Movimento: cena brasileira: subúrbio carioca* (1975 a 1981) *Opinião RJ* (1972 a 1977) e *Política RJ* (1971 a 1973).

## RESUMO

O trabalho de tese intitulado: *“Relendo o MOBRAL: narrativas, memórias e representações nas páginas de jornais (1967-1985)”* tem por objetivo geral analisar as representações e memórias sobre o MOBRAL, presentes em narrativas de jornais e em outras fontes, como a iconografia e versões de participantes, considerando o cenário histórico da ditadura civil-militar (1964-1985). Assim, tem-se o interesse de compreender quais representações acerca desse movimento educacional eram veiculadas pelos impressos, seguindo os rastros e fios das reportagens para reler a história do MOBRAL, com a corroboração das memórias de participantes e de imagens, em uma problematização de fontes que retrata sobre suas versões acerca dessa experiência educacional, concebida para alfabetizar jovens e adultos. O MOBRAL configurou-se como uma campanha de alfabetização de adultos que tinha como princípio a funcionalidade e a continuidade, em que a educação era defendida a partir de uma proposta tecnicista. Além disso, houve um grande esforço para que existisse uma mobilização social para acabar com o analfabetismo no Brasil a partir do MOBRAL e, para isso, os jornais desenvolveram papel fundamental. Tanto os jornais da época, quanto as vozes dos participantes e as iconografias, são fontes que configuram esse acontecimento educacional e suas representações, em disputa, contribuem para uma releitura da escrita de sua história. Dessa forma, utilizou-se fontes escritas, como as literaturas sobre a temática, sobre o contexto social e os jornais; fontes iconográficas e orais, que são as imagens publicadas e as memórias de participantes do MOBRAL. A pesquisa foi bibliográfica e caminhou em concordância com o método indiciário proposto por Ginzburg (1989). Ressalta-se que o trabalho procurou ser marcado pela hibridiz de fontes, em um diálogo entre memórias e representações. Portanto, situa-se no âmbito das pesquisas qualitativas, tendo a contribuição e fundamentação de autores como: Roger Chartier (1990; 2016), Halbwachs (2006), Ginzburg (1989), Germano (2011), entre outros. Conclui-se que a análise das fontes possibilitou discutir sobre as representações do MOBRAL, relendo sua história, seguindo os rastros e pistas das notícias dos jornais, em diálogo com outras memórias. Observa-se como as narrativas apresentam o MOBRAL, como uma campanha de massa, marcada por diferentes experiências, sem a total uniformidade e/ou originalidade percebidas nas entrelinhas dos discursos oficiais. Nota-se, ainda, uma proposta em que muitos esforços foram aplicados para sua efetivação, mas baseada em uma pedagogia tecnicista, que se esquivou de alfabetizar para a cidadania.

**Palavras-chave:** MOBRAL. Educação de Adultos. Notícias de Jornais. Ditadura civil-militar. Pedagogia Tecnicista.

### ABSTRACT

The thesis project entitled: “Rereading *MOBRAL*: narratives, memories and representations in newspaper pages (1967-1985)” has the general objective of analyzing representations and memories about *MOBRAL*, present in newspaper narratives and in other sources, as iconography and participants versions, considering civil-military dictatorship historical scenario (1964-1985). Thus, there is an interest in understanding which representations about this educational movement were conveyed by these papers, following the traces and threads of the reports to reread *MOBRAL* history, with the corroboration of participants memories and pictures, in a source problematization that portray their versions about this educational experience, designed to alphabetize youth and adults. *MOBRAL* had configured as an adult alphabetization campaign, whose principle was functionality and continuity, that education was defended as a technicist proposal. In addition, there was a great effort to create a social mobilization to end illiteracy in Brazil by *MOBRAL* and, for that, the newspapers had had a fundamental role. Time newspapers, participants voices and the iconographies are sources that configure this educational event and their representations, in dispute, contribute to a rereading of its history writing. Thus, written sources were used, as subject literatures, about social context and newspapers; iconographic and oral sources, which are the published pictures and *MOBRAL*'s participants memories. The research was bibliographical and followed the evidentiary method proposed by Ginzburg (1989). It highlights the project sought to be marked by sources hybridity, in a dialogue between memories and representations. Therefore, the project has qualitative research scope, with the contribution and reasoning of authors such as: Roger Chartier (1990; 2016), Halbwachs (2006), Ginzburg (1989), Germano (2011), among others. It concludes sources analysis has enabled to discuss *MOBRAL*'s representations, rereading its history, following the tracks and clues of the news in the newspapers, in dialogue with other memories. It is observed how the narratives present *MOBRAL*, as a mass campaign, marked by different experiences, without the total uniformity and/or originality perceived between the lines of official speeches. It is noted, also, a proposal in which many efforts were applied to its effectiveness, but based on a technicist pedagogy, that avoided to alphabetize for citizenship.

**Key words:** *MOBRAL*. Adult Education. Newspaper News. Civil-Military Dictatorship. Technicist Pedagogy.

## RESUMEN

El trabajo de tesis titulado: “Relectura de *MOBRAL*: narrativas, memorias y representaciones en páginas periodísticas (1967-1985)” tiene como objetivo general analizar las representaciones y memorias sobre el *MOBRAL*, presentes en las narrativas periodísticas y en otras fuentes, como iconografía y versiones de participantes, considerando el escenario histórico de la dictadura cívico-militar (1964-1985). Así, hay el interés de comprender que representaciones sobre ese movimiento educativo fueron transmitidas por los impresos, siguiendo las huellas e hilos de los relatos para releer la historia del *MOBRAL*, con la corroboración de las memorias de los participantes e imágenes, en una problematización de fuentes que retratan sus versiones sobre esa experiencia educativa, concebida para alfabetizar jóvenes y adultos. *MOBRAL* se configuró como una campaña de alfabetización de adultos, cuyo principio era la funcionalidad y la continuidad, que la educación era defendida desde una propuesta tecnicista. Además, hubo un gran esfuerzo para existir una movilización social para acabar con el analfabetismo en Brasil a partir del *MOBRAL* y, para eso, los periódicos tuvieron un papel fundamental. Tanto los periódicos de la época, las voces de los participantes, como las iconografías, son fuentes que configuran ese evento educativo y sus representaciones, en disputa, contribuyen a una relectura de la escritura de su historia. Así, se utilizaron fuentes escritas, como literatura sobre el tema, sobre el contexto social y periódicos; fuentes iconográficas y orales, que son las imágenes y memorias publicadas de los participantes del *MOBRAL*. La investigación fue bibliográfica y siguió el método indiciario propuesto por Ginzburg (1989). Es de destacar que el trabajo buscó estar marcado por la hibridación de fuentes, en un diálogo entre memorias y representaciones. Por tanto, se sitúa en el ámbito de las pesquisas cualitativas, teniendo la contribución y razonamiento de autores como: Roger Chartier (1990; 2016), Halbwachs (2006), Ginzburg (1989), Germano (2011), entre otros. Concluyese que el análisis de las fuentes posibilitó discutir las representaciones del *MOBRAL*, releyendo su historia, siguiendo las huellas y pistas de las noticias en los periódicos en diálogo con otras memorias. Observase como las narrativas presentan el *MOBRAL*, como una campaña masiva, marcada por diferentes experiencias, sin la total uniformidad y/o originalidad percibida entre líneas de los discursos oficiales. Notase, aún, una propuesta en que se aplicaron muchos esfuerzos para su efectividad, pero a partir de una pedagogía tecnicista, que evitó alfabetizar para la ciudadanía.

**Palabras clave:** *MOBRAL*. Educación de Adultos. Noticias de Periódicos. Dictadura Cívico-Militar. Pedagogía Tecnicista.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>1.1</b>	<b>Encontros e desencontros na trajetória da pesquisa histórica: quando a investigação determina o aporte teórico-metodológico.....</b>	<b>27</b>
<b>2</b>	<b>ESTADO MILITAR E EDUCAÇÃO DE ADULTOS.....</b>	<b>35</b>
<b>2.1</b>	<b>Educação de adultos no pré-golpe de 1964: contribuições freirianas e movimentos sociais/educacionais.....</b>	<b>36</b>
<b>2.2</b>	<b>Cenário político e educacional entre 1964 e1985.....</b>	<b>45</b>
<b>3</b>	<b>O MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO - NAS LINHAS DA MEMÓRIA E DA HISTÓRIA.....</b>	<b>64</b>
<b>3.1</b>	<b>Criação do MOBRAL: legislação e Documento Básico.....</b>	<b>65</b>
<b>3.2</b>	<b>Pedagogia Tecnicista para alfabetização de adultos.....</b>	<b>76</b>
<b>4</b>	<b>REPRESENTAÇÕES EM DISPUTA: RELENDO MEMÓRIAS DO MOBRAL EM NARRATIVAS JORNALÍSTICAS.....</b>	<b>85</b>
<b>4.1</b>	<b>Entre fios e rastros: as reportagens escrevem a história.....</b>	<b>85</b>
4.1.1	A rejeição da palavra campanha (campanha x movimento).....	95
4.1.2	O MOBRAL não é um movimento caro.....	96
4.1.3	No MOBRAL não precisa ser professor para ensinar.....	104
4.1.4	O MOBRAL não busca originalidade de método de ensino: o papel das cartilhas.....	117
4.1.5	A responsabilidade é de todos: o papel das propagandas.....	123
4.1.6	Os três propósitos do MOBRAL.....	132
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>135</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>139</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>146</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>191</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A preocupação com a História da Educação brasileira, especialmente com nosso objeto de estudo: as representações sobre o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) presentes nas narrativas dos jornais e em memórias de participantes no período de 1967 a 1985, surgiu ao longo de nossa caminhada acadêmica.

Retomaremos aqui um pouco das lembranças acerca do encontro com a História da Educação brasileira e com nosso objeto. Provavelmente, teremos, nas próximas linhas, uma representação de como aconteceu, porque, na realidade, as memórias desse percurso estão em constante transformação, até mesmo pela própria dinamicidade da memória, em seu movimento de significação e ressignificação.

Nosso encontro com a História da Educação iniciou-se na graduação. Durante o curso de Pedagogia, tivemos a oportunidade de ingressar em projetos de pesquisa, ensino e extensão, através de um convite da Profa. Dra. M<sup>a</sup> Elizete Guimarães Carvalho, professora de História da Educação I e II. A partir do segundo período, iniciamos nossa caminhada de descoberta no campo da História da Educação brasileira e daí surgiram nossas preocupações.

Tivemos a oportunidade de ser monitora da disciplina História da Educação I do Departamento de Fundamentação da Educação (2011.2 - 2014.2). Essa experiência provocou curiosidades sobre as rupturas e as continuidades da história educacional. Concomitantemente, participamos do Programa de Apoio às Licenciaturas<sup>1</sup> (PROLICEN), que trabalhava com a temática dos Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos. Dessa forma, estudar História da Educação e Educação em Direitos Humanos moldou nosso olhar sobre a própria história da educação do passado e do presente.

Ainda na graduação, participamos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica<sup>2</sup> (PIBIC), o qual se constituiu no primeiro contato com a pesquisa,

---

<sup>1</sup>Com os projetos intitulados: “Educação em Direitos Humanos: construindo sujeitos de direito no curso de pedagogia” (2015); “Educação em Direitos Humanos: construindo o sujeito de direitos na sala de EJA (2011-2013).

<sup>2</sup>Os Projetos de Iniciação Científica que tivemos a oportunidade de participar foram: “Memórias do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL: Quando o testemunho refaz a história (1967/1985)” (2012-2013); e “Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL: Entre Memória, História e Esquecimento (1967-1985)” (2013-2014).

somando dois anos de duração; e a temática trabalhada foi o MOBRAL (1967-1985). Esse projeto colaborou na compreensão de um período histórico que anteriormente só havíamos conhecido superficialmente: a Ditadura Civil-Militar (1964-1985).

Esses estudos nos motivaram à elaboração da monografia para a conclusão do curso de Pedagogia. Assim, a temática do MOBRAL resultou no trabalho intitulado de *História e memórias do MOBRAL: entre o documento básico do Mobral e os relatos dos ex-participantes (1967-1985)*.

A afinidade com estudos que considerem o período da ditadura civil-militar, surgida durante a graduação, permaneceu durante o mestrado<sup>3</sup>. Então, a pesquisa sobre educação em tempos de ditadura e antidemocracia no Brasil faz parte de nossa trajetória acadêmica e de nossa preocupação historiográfica. Assim, o fato de termos escolhido durante a graduação nos aprofundarmos na área de educação de jovens e adultos também nos orientou a desejar investigar mais sobre o MOBRAL e suas representações.

Durante o mestrado, focamos nos estudos sobre as representações educacionais no período do regime militar, especificamente com a reforma de 2º grau de 1971. Para o doutoramento, desejávamos retomar as investigações sobre o MOBRAL, para aprofundarmo-nos sobre esse acontecimento, não apenas a partir de suas memórias e história, como pesquisamos no PIBIC, ou focando em seu Documento Básico, como realizado com a monografia. Consideramos, para a tese, uma produção que estivesse preocupada com as representações nos jornais,<sup>4</sup> ou seja, como esse movimento foi percebido por esse meio de comunicação.

Retomar acontecimentos educacionais e investigar experiências que marcaram um período histórico constitui trabalho imprescindível para a historiografia da educação brasileira, ainda mais, quando tratamos de acontecimentos pouco investigados, esquecidos pela memória histórica e coletiva. Muitas podem ser as razões de um fato histórico não ser estudado ou lembrado, como por exemplo: não ser de interesse de determinado grupo de estudo ou comunidade, por escassez de fontes, etc. Desse modo,

---

<sup>3</sup> “Reforma de ensino de 2º grau na conjuntura histórica da ditadura civil-militar (1964-1985): um estudo sobre as representações discursivas da lei nº 5692/71”.

<sup>4</sup> Durante a graduação, visitamos alguns acervos e observamos o que os jornais da época noticiaram sobre o MOBRAL. Naquele contexto, os jornais não eram nossa prioridade, mas os testemunhos dos participantes do movimento. Foi, então, que planejamos, para o doutorado, realizar um estudo considerando não apenas as representações dos sujeitos, mas as dos jornais.

rever fatos históricos que com o passar do tempo estão sendo apagados torna-se urgente para a preservação da memória e o enfrentamento do esquecimento.

Nesse sentido, as memórias de tais acontecimentos, caso não sejam revisitadas, estarão condenadas à amnésia social. Esse fato pode não apenas promover lacunas na escrita da história, como favorecer a repetição de atos, ideias, atrocidades, leis e normas, pela falta de conhecimento e por questões referentes às próprias permanências históricas, como interesses políticos, econômicos e sociais.

O historiador da educação que opta por proteger a memória do esquecimento precisa considerar as características da memória. Ela, tanto pode transbordar, como preservar, e seu caráter seletivo permite que alguns acontecimentos venham à tona em detrimento de outros. Desse modo, quem trabalha com o passado precisa conhecer as fontes e suas peculiaridades, não apenas as escritas, mas também as orais.

Em nosso contexto atual, a preocupação em lembrar torna-se ainda mais necessária, uma vez que as memórias estão sempre em disputa e percebemos o esforço de grupos em apagar ou ressignificar a memória das atrocidades cometidas durante a ditadura civil-militar e em outros momentos históricos.

Nesse sentido, o trabalho dialoga e problematiza com fontes oficiais, sem exaltar as versões privilegiadas, refletindo sobre as diferentes narrativas e considerando as violações de direitos ocorridas entre 1964 e 1985, inclusive o direito educacional; com isso, optamos por investigar também as memórias e representações apagadas ou esquecidas, como por exemplo, matérias de jornais considerados alternativos na época do regime.

Nesse sentido, esse texto também se apresenta como uma representação em disputa com memórias oficiais que estão atualmente sendo elevadas em discursos e que, por vezes, deturpam a realidade dos fatos, seu espaço na história. Portanto, destacamos o caráter político da produção, que representa a história e a memória do MOBREAL e seu contexto histórico, a partir de um lugar historiográfico que considera fontes diferentes, aberta às nuances históricas e às memórias, tanto oficiais, quanto individuais e coletivas de sujeitos “comuns”. Todas as memórias serão problematizadas para que, de fato, o trabalho possa ser de cunho histórico, como pretendido.

Assim, nosso objeto de estudo, as representações sobre o MOBREAL presentes nas narrativas dos jornais e em memórias de participantes no período de 1967 a 1985, preocupa-se em analisar as diferentes representações sobre o movimento, a partir de

uma releitura da história do movimento, que considera as fontes distintas, tanto oficiais como não-oficiais.

Mediante essas reflexões acerca do encontro com a História da Educação e com o objeto de estudo, da importância da memória e de pesquisar acontecimentos educacionais passados, apresentamos a tese vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, intitulada: “*Relendo o MOBREAL: narrativas, memórias e representações nas páginas de jornais (1967-1985)*”. Nosso recorte temporal é marcado pela criação e desenvolvimento do movimento, compreendendo o período de 1967 a 1985.

O MOBREAL foi criado durante a ditadura civil-militar, através da Lei nº 5.379/67, em um contexto no qual as políticas educacionais estavam sendo modificadas para atender aos interesses de governos antidemocráticos do período. O Brasil, assim como vários outros países da América Latina, estava sendo governado por militares que progressivamente foram ganhando força até controlar, de forma autoritária, todos os âmbitos da sociedade (GERMANO, 2011), como destacado nas palavras de Germano (2011): “o controle militar sobre o Estado implica uma determinada forma de dominação e, por conseguinte, de atuação prática em diversos campos de vida econômica, social e política do país, na qual se situa a política educacional” (GERMANO, 2011, p.19).

Sob influências internacionais, o Brasil vivenciava um momento em que se defendia a doutrina da “Segurança Nacional”. Em geral, a teoria da segurança nacional referia-se a uma ideologia que esteve presente, tanto no plano social e econômico, como em todas as reformas educacionais brasileiras. Basicamente, seria um mecanismo de proteção da nação contra ideias de esquerda, o comunismo e seus “aliados”, os “subversivos”. Dessa forma, criar um governo forte era a grande meta, ainda que fosse por meio da dominação e da repressão. Nesse arcabouço, iniciativas a favor do desenvolvimento econômico do país fizeram-se prioridade.

A educação de adultos, nesse período, foi pensada para formar sujeitos funcionalmente, deixando de lado a formação cidadã, em uma concepção de educação para o trabalho. Essa concepção, enraizada na pedagogia tecnicista, não considera a alfabetização como processo, em que se aprende a ler, escrever e que é contextualizada com a realidade dos educandos. Tal proposta alfabetizadora não educava para a vida na perspectiva de Paulo Freire, mas sua preocupação era com o ensinar a ler e escrever, mesmo que o aluno não conseguisse fazer relação do que lia com seu cotidiano e com as

demandas da realidade que o cercavam. Apresenta-se, portanto, enquanto uma alfabetização descontextualizada ou desideologizada, conforme Januzzi (1979).

Diante de um momento de repressão política e social, de rompimento com a democracia, a criação do MOBREAL mostrou-se como uma proposta pedagógica que representava uma preocupação dos militares para com a educação de adultos no país, porém, orquestrada com o objetivo alinhado a esse governo arbitrário.

Podemos inferir a partir das fontes estudadas, que a educação estava envolvida, em todos os seus níveis de ensino, com uma perspectiva de educação enquanto instrumento colaborador do desenvolvimento econômico, fundamentada na Teoria do Capital Humano e no capitalismo exacerbado. Essa teoria influenciou no campo das políticas educacionais e também nos discursos e matérias jornalísticas, propondo que a educação servisse aos anseios “individuais” de “auto-realização”, a fim de contribuir com os interesses do capital. Ou seja, atribuía à educação o caráter produtivista e mercadológico.

Ressalvamos que o MOBREAL foi criado para substituir os movimentos populares de educação surgidos nos anos 1960, tais como os movimentos de educação de base que tiveram a pedagogia de Freire como norte: As Quarentas Horas de Angicos, a Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler, A Campanha de Educação Popular da Paraíba –CEPLAR, e outros.

Interromper a concepção de educação conscientizadora, na qual esses movimentos estavam imbuídos, foi fundamental, como podemos observar nas páginas dos jornais os esforços em desqualificar tais campanhas. Nasce o MOBREAL, então, alinhado com as perspectivas do novo regime político pós-1964, constituindo-se em uma campanha de massa despreocupada com a formação crítica dos sujeitos e sua politização.

Existem publicações e estudos sobre o movimento<sup>5</sup> que contribuíram para a pesquisa, no entanto, não encontramos estudos sobre o MOBREAL preocupados com essa experiência educacional, tendo como objetivo analisar as representações dos jornais do período, notícias promovendo e/ou tecendo críticas ao movimento, e as memórias de participantes.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup>Ver o levantamento das publicações (Apêndice B, p. 141), o qual foi realizado no Portal da Capes (periódicos e teses), na Revista Brasileira de História da Educação (RBHE) e no banco de dados da Biblioteca Central da UFPB.

<sup>6</sup>Ressaltamos que entre os escritos sobre o MOBREAL, evidenciamos autores como Paiva (1982; 1987) e Januzzi (1987), que abordam a temática; e especialmente sobre sua história na Paraíba, encontramos o

Realizamos um estudo sobre o MOBRAL, proposta educacional planejada para a alfabetização funcional de jovens e adultos, considerando literaturas sobre o tema, documentos, a própria Lei nº 5.379/67, que o regulamentou e legislação pertinente, as memórias de depoimentos de participantes do movimento, iconografias etc. Mas nossa fonte principal são os jornais da época. Essas fontes foram escolhidas para que o estudo compreenda as representações sobre o movimento e possibilitem uma releitura da experiência, considerando que o jornal é um formador de opiniões. Objetivamos não apenas analisar quais as representações estão nas páginas dos impressos, mas também as representações dos sujeitos, das imagens, dos documentos.

Em meio a tal perspectiva, vislumbramos o silenciamento na literatura histórica e educacional de uma escrita sobre o MOBRAL a partir de uma releitura problematizadora, especialmente, das notícias de jornais. As narrativas oficiais e a história da educação pouco revelaram as representações dos jornais e sua atividade de divulgação e publicação acerca da campanha naquele período histórico.

Assim, formulamos o argumento de tese, que respalda e ampara a pesquisa implicando que essa experiência educacional de adultos realizada no contexto de ditadura civil-militar pode ser relida a partir de um diálogo entre fontes, tendo como fonte principal as narrativas de jornais da época, que desenvolveram papéis fundamentais naquele cenário de censura. Nesse sentido, a história do MOBRAL pode ser representada por memórias jornalísticas que, tanto oficiais quanto não-oficiais, comunicaram acerca desse movimento, seja promovendo ou criticando.

Na realidade, as representações estão em disputas, seja pela memória escrita, oral ou imagética e o trabalho de refletir sobre estas representações procura contribuir com a escritura da história da educação e suas versões, para não esquecer, para rememorar e construir novas possibilidades de pesquisas.

---

trabalho de Barbosa (2014), que traz a questão da alfabetização de adultos do MOBRAL, a partir da perspectiva dos Direitos Humanos. Algumas de nossas publicações antes e durante o mestrado sobre o MOBRAL: “*História e memórias do MOBRAL: entre o documento básico do MOBRAL e os relatos dos ex-participantes (1967-1985) – trabalho de conclusão de curso/ 2015*”; “*Relendo a história e as memórias educacionais do mobral:1967-1985*”, apresentado no X Congresso Luso-brasileiro da História da Educação (X COLUBHE - 2014); e “*Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL: democratizando memórias e desvelando propostas legais e pedagógicas*”, apresentado no IX Seminário Internacional de Direitos Humanos da UFPB, sendo publicado em anais (2016).

Para Chartier (1990), as lutas de representações são tão importantes quanto as lutas econômicas, políticas etc. Cada grupo forja suas representações a partir de seus interesses.

O conceito de representação de Roger Chartier (1990) foi fundamental para compreender as representações sobre esse movimento educacional transmitidas pelos jornais no período da ditadura civil-militar e as versões dos sujeitos que vivenciaram essa experiência educacional.

Procuramos compreender as representações sobre o MOBRAL a partir do entendimento de Chartier, portanto, as narrativas fabricadas pelos participantes e pelos jornais sobre o MOBRAL são formas pelas quais esses indivíduos constroem e atribuem significado ao mundo social, a essa experiência educacional. Ou seja, cada grupo produz, em um processo intencional, significados que estão dotados de interesses.

Logo, as representações são construídas por grupos que, ao relatar, por exemplo, um acontecimento histórico, suas lembranças são forjadas a partir de seus objetivos, que embora estejam fundados na razão, são também modulados a partir da subjetividade do grupo. Cada grupo cria suas narrativas que devem ser analisadas pela ótica da intencionalidade, considerando cada discurso (CHARTIER, 1990).

Neste arcabouço, discutir representações é perceber os discursos para além do que é dito, considerando quem disse/de qual lugar se fala, bem como, entender que cada grupo narra com intenção sua versão da história (FOUCAULT, 1998). Assim, cada representação tem sua estratégia que visa legitimar o discurso de quem fala, situando-se, por isso, no âmbito das competições. Assim, os diferentes grupos, representados por diferentes notícias de jornais, contam a história através das entrelinhas do que pode ser lido, dado a ler ou silenciado.

Se a história é produto de um lugar, cada lugar produz sua própria versão a partir de seus interesses (CERTEAU, 2011); a escrita da história deve ser compreendida a partir de uma consciência em que se abre mão de tentar defender as construções narrativas como o passado tal qual sucedeu, para entender que a história é sempre um construído. Daí a necessidade de compreender o histórico do MOBRAL como representação.

Entre o passado e as representações contidas nas fontes, sejam nos impressos ou nas memórias individuais, existem lacunas e silêncios provocados pelo tempo, contexto, e pelos mais diversos pressupostos. E é tentando compreender a história e a memória

como representação que podemos entender melhor os discursos produzidos sobre o MOBRAL e as lutas de representação que aí se processam.

As fontes não são neutras; estão embasadas por discursos fabricados a partir das mais diversas influências (políticas, econômicas, de contexto, etc.), oportunizando representações sobre a própria história. Essas representações acerca do MOBRAL, tanto contidas nos jornais, como nas memórias dos participantes, não são igualmente imparciais, pois cada grupo defende suas memórias, a partir de seus valores e crenças, produzindo discursos que tendem a impor sua história como verdade, em uma constante disputa de poder e competição de versões (CHARTIER, 1990).

Tanto os impressos quanto os testemunhos estão todos passíveis à problematização, considerando seu “regime de verdade” (FOUCAULT, 1998) e suas representações. Assim, problematizamos: qual a versão correta? Existe uma versão correta ou todas as narrativas são igualmente importantes? Quais memórias são representadas em cada versão? Quais são as contradições, encontros e desencontros da história do MOBRAL representadas pelos jornais? Qual a contribuição de ler notícias de jornais oficiais e daqueles considerados alternativos?

Nesse sentido, “representação (individuais ou coletivas, puramente mentais, textuais ou iconográficas) não são simples reflexos verdadeiros ou falsos da realidade, mas como entidades que vão construindo as próprias divisões do mundo social” (CHARTIER, 2010, p. 7); ou seja, as representações que problematizamos neste trabalho não são compreendidas como a verdade sobre a história do MOBRAL, mas como representações que sofrem mutações ao longo do tempo. Tais representações, do mesmo grupo ou de grupos distintos, constroem, a partir das memórias/interesses, suas divisões e verdades acerca dos acontecimentos.

Destacamos, também, a utilização do conceito de memória. Assim, faz-se essencial ter clareza sobre as características da memória, tendo em vista que sua teoria é importante, pois os depoimentos também são matéria de pesquisa. Nessa perspectiva, autores como Bosi (1994) e Halbwachs (2006) fundamentam sobre a memória e contribuem para nossa percepção sobre esse fenômeno.

O desafio de analisar as representações sobre o MOBRAL requer do pesquisador que ele esteja aberto às surpresas do processo investigativo que envolve, tanto o trabalho que tem como fonte os jornais, como as memórias. É necessário muito diálogo com as fontes, em uma constante discussão, com o olhar sensível para os indícios e sinais que as fontes nos possibilitam (GINZBURG, 1989).

Portanto, procuramos dialogar com as fontes, observando os detalhes aparentemente negligenciáveis, mas que pôde desnudar as representações sobre o MOBRAL. Entender as representações significou também analisar as fontes para além do que elas dizem, pois é por meio de seus indícios e de seus silêncios e/ou transbordamentos que se pode *historicizar* sobre o movimento; a partir da pluralidade das fontes, sujeitas à imprevisibilidade, desenvolvemos um processo permanente de interrogações ao objeto de estudo. Tais interrogações levaram à escrita do presente trabalho e os rastros das palavras-chaves e dos fios dos títulos das reportagens nos permitiram reler a história e as memórias do MOBRAL.

Os principais autores que fundamentaram nossa pesquisa foram: Chartier (1990; 2016), Bosi (1994), Halbwachs (2006), Ginzburg (1989), Meihy (1996), Thompson (1992), Januzzi (1979), Germano (2011), Cunha; Góes (1986), entre outros.

O jornal como fonte de pesquisa, considerando suas especificidades, assim como a fonte oral, tem contribuído nos últimos anos com a historiografia. Destacamos a importância dos movimentos historiográficos da Nova História Cultural para a abertura da problematização das fontes, ampliando-as e ressignificando-as. Desse modo, os jornais e as memórias, na forma de depoimentos orais, devem ser utilizados como fontes importantes, acompanhados de fundamento teórico-metodológico.

Ao propormos pesquisar acerca das representações do MOBRAL (de seus objetivos, propostas, significados, etc.) em mídias impressas oficiais e não-oficiais, procuramos analisar, por meio dessas fontes, quais as representações que foram veiculadas à época sobre esse movimento educacional, relendo as notícias, as propagandas e campanhas, corroborando com a análise, os depoimentos de sujeitos que se apropriaram dessa experiência e construíram representações através de suas memórias, redigindo uma representação que percebe as lutas de representação.

O papel das mídias em qualquer contexto é muito intenso, pois procura exercer influência junto à população sobre vários temas do cotidiano e, por vezes, influencia negativamente a opinião pública com informações distorcidas e manipuladas. O papel da imprensa é histórico e está ligado diretamente ao seu contexto. Em cada período histórico, os impressos desempenham uma função que vai desde as propagandas à doutrinação.

A história da imprensa revela os diversos momentos dos jornais, apresentando-nos sua fase de jornal artesanal, em que havia a possibilidade de se fazer o jornal sozinho, até os jornais industriais. Assim, o crescimento dos impressos relaciona-se com o

desenvolvimento econômico e as relações sociais e políticas aí processadas. O momento histórico, portanto, intervém nos periódicos, o que significa que esses sofrem influência direta de sua conjuntura, o que deixa evidente seu caráter imparcial, pois sem neutralidade, corresponde a uma representação de um grupo que cumpre o papel de divulgar idéias e formar opiniões.

Nesse arcabouço, o tema relacionado à imprensa periódica faz parte dos estudos sobre história da educação. Os jornais trazem em seus escritos aspectos históricos os quais têm contribuído significativamente para a compreensão da educação e seu processo em diversos contextos. Por outro lado, apresentam aspectos relacionados ao pensamento, discussões e características de cunho político-econômico, social e cultural que nos permitem compreender determinada época e a realidade educacional.

Assim, os jornais, enquanto fonte de pesquisa, contribuem para a realização de reflexões em torno de uma época, seus discursos e representações. O jornal é, de fato, uma memória escrita que nos dá a possibilidade de discutir processos históricos através de reportagens que representam a visão de um grupo que intencionalmente escreveu o que escreveu e como escreveu.

É de se ter em mente que, assim como qualquer fonte, o jornal é passível de crítica e problematização, desprezando sua idéia enquanto veículo da verdade dos fatos, compreendendo como meio em que circula idéias influenciadas por diversos pressupostos. Cabe esclarecer, também, que o historiador é ativo na relação com essa fonte, assim, ao manipulá-la, imprime suas verdades e visão de mundo. O leitor-pesquisador, ao estudar os jornais, interpreta as notícias a partir de seu lugar social; no sentido de que “toda história é história do presente, realçando o caráter de subjetividade, que sustenta e põe a realidade que lhe cabe” (PAIVA, 2006, p. 115).

Considerando a conjuntura da ditadura civil-militar, sabemos que os meios de comunicações sofreram perseguições e foram submetidos à censura e muitos fracassaram e outros resistiram (mídia alternativa da época); outros estavam a serviço do governo, difundindo suas ideias, desse modo, é importante estudar como as mídias, nesse caso, os jornais, representaram à época o MOBREAL; além disso, o trabalho procurou dar visibilidade à voz dos que vivenciaram esse movimento, numa perspectiva da história vista “de baixo”.

A história vista “de baixo” compreende uma ótica que abre mão das versões dos grandes homens e personalidades, dando lugar a versões consideradas “comuns”, de pessoas simples que vivenciaram determinado evento e carregam suas memórias e sua

história que devem ser reconhecidas, valorizadas e problematizadas. Assim, essas memórias serão compreendidas enquanto uma representação do passado que foi e não é mais (CHARTIER, 1990).

Optamos por realizar uma pesquisa onde memória e história se articulam, contribuindo com a escrita da história da educação de jovens e adultos do período da ditadura civil-militar.

### **1.1 Encontros e desencontros na trajetória da pesquisa histórica: quando a investigação determina o aporte teórico-metodológico**

Tão desafiador quanto a própria investigação histórica, é refazer o percurso numa escritura que seja inteligível e coerente. Acreditamos que qualquer pesquisador que tenha conhecido as teorias de Certeau, compreende o quanto é verdade que a pesquisa é interminável e que só porque o texto tem de ter um fim, é que, de fato, nos esforçamos para concluí-lo. Pois nossa impressão é de que precisaríamos de alguns anos a mais, no entanto, pelo dever de terminar, organizamos essa parte da introdução que procura apresentar o caminho da prática de pesquisa (CERTEAU, 2011).

Originalmente, pretendíamos desenvolver um trabalho em que as principais fontes fossem as orais e os jornais. Com isso, a metodologia escolhida foi o conjunto de procedimentos da História Oral, focando no ramo da História Oral conhecido como *História Oral temática*. Sem pretensão de dizer que dominamos as técnicas dessa metodologia de pesquisa, longe disso, modestamente afirmamos que nossa vida acadêmica foi marcada por esse aporte, então nos era familiar, era nosso lugar confortável e favorito.

Contudo, refletindo sobre a afirmação de Bom Meihy (1996), quando menciona que: “[...] se engana pensar que qualquer pessoa despreparada metodologicamente e munido de um gravador estaria fazendo história oral”, nos perguntamos se de fato estaríamos fazendo História Oral dentro das possibilidades contextuais de uma pandemia (COVID-19,) enfrentada no período em que deveríamos realizar a pesquisa de campo, visitas em arquivos públicos, entrevistas com participantes.

Os procedimentos propostos pela história oral são uma alternativa ao diálogo entre documentos escritos e as versões dos sujeitos. Ou seja: ao utilizar a história oral, damos visibilidade às vozes dos que participaram de um determinado evento, podendo

apresentar falas e versões de um acontecimento histórico que não encontramos na memória escrita.

À história oral, somam-se os documentos escritos, ajudando a compreender os aspectos subjetivos, apresentando-se como forma de apreensão das experiências de pessoas dispostas a falar. Portanto, cidadãos comuns poderão relatar sua participação no MOBRAL, testemunhando suas representações, fruto de experiências vivenciadas.

Então, como chegamos aos colaboradores que conseguimos entrevistar? Como fizemos as entrevistas? Tais questões precisam estar evidentes, especialmente no contexto histórico supramencionado. Na verdade, o mundo parou por meses. Tal acontecimento provocou muitas indagações aos pesquisadores em geral e nos inquietou no sentido de como daríamos conta de fazer história oral neste momento. Será que estamos de fato fazendo história oral, conforme os principais autores recomendam? Como fazer história oral quando temos por obrigação evitar o contato com pessoas e manter o distanciamento social?

As entrevistadas foram encontradas por indicações. Entramos em contato com Glória antes da pandemia, na UFPB, pois ela é servidora pública que atua na secretaria do PPGE. Mas com o distanciamento e as instituições sem funcionar, entramos novamente em contato por e-mail.

Conseguimos realizar duas entrevistas com professoras do MOBRAL. Como não podíamos visitar os colaboradores em suas casas, escolas, igrejas, etc., realizamos as entrevistas com as professoras Vânia e Glória à distância, podendo afirmar que se constituem entrevistas diferentes das que os pesquisadores que trabalham com a história oral são acostumados a realizar. Fizemos sem “olho no olho”, sem observar as expressões faciais e as emoções do olhar e da voz ao recordar. Tratou-se de uma “nova possibilidade” de se fazer história a partir de depoimentos, fazendo uso da tecnologia, especialmente, das redes sociais, que têm sua contribuição na aproximação das pessoas, e agora, ainda mais, no fazer história.

Enviamos o questionário<sup>7</sup> reduzido para que as questões fossem mais simplificadas possíveis para não cansar as entrevistadas, fazendo com que desistissem de responder. Elas responderam por escrito. Dona Vânia, enviou as questões respondidas à mão, como quem responde uma prova. Com gentileza, tirou a foto das questões respondidas nos enviando por WhatsApp.

---

<sup>7</sup>Tal questionário refere-se ao mesmo documento submetido ao Comitê de Ética.

De fato, a dinâmica da entrevista foi outra, mas perde-se o valor do depoimento por não ter sido realizada pessoalmente? De modo nenhum, o que podemos perceber é que há pontos positivos e negativos nessa forma de se fazer história oral, ou seja: a distância é superada e a objetividade é maior, em detrimento de depoimentos em que não foi possível observar as nuances do sujeito que depõe e suas inquietações ao rememorar. As memórias permanecem vivas e o passado pode ser contado de inúmeras formas, seguindo as pistas, os desencontros das memórias, o que foi dito, esquecido ou omitido.

Na verdade, quando pensamos em nosso objeto de estudo para submeter o projeto de pesquisa no Programa de Pós-Graduação PPGE/UEPB, decidimos que seria trabalhado com as memórias orais, pois o contado direto com as pessoas tornava nossa prática de pesquisa mais “real”, mais viva. Com já havia escritos sobre o MOBRAL e as narrativas de seus participantes, refletimos que poderia ser interessante acrescentar uma fonte diferente. Então, recordamo-nos dos jornais deteriorados<sup>8</sup> da época do MOBRAL que tivemos contato ainda na graduação e assim, formulamos o argumento de tese que contemplasse essas duas fontes: orais e jornalísticas.

Em um primeiro momento, observamos que elas poderiam nos fornecer representações distintas por serem fontes diferentes, em especial, se buscássemos o contraponto entre os depoimentos orais e as matérias de jornais oficiais. Relembrando as apropriadas menções dos professores da banca de qualificação, esse caminho parecia bem óbvio e se constituía em um lugar comum.

Mas nós não queríamos sair desse lugar; fizemos o possível para trabalhar com História Oral e consideramos que sim, trabalhamos até onde o lugar da pesquisa e do pesquisador permitiu (CERTEAU, 2011); e também até onde os procedimentos dessa metodologia não fossem desrespeitados.

Então, até a qualificação conseguimos realizar poucas entrevistas, mas que foram úteis esse trabalho. A metodologia da História Oral caminhou conosco até os dois primeiros anos de investigação, fazendo parte de nosso encontro com os interesses de pesquisa.

No entanto, as condições de nosso tempo contextual dificultaram o contato com os depoentes, e a forma como conseguimos realizar as entrevistas foram questionadas

---

<sup>8</sup>Percebemos, através de visitas aos acervos na época em que participamos do projeto de Iniciação à Pesquisa – PIBIC, que os jornais estavam deteriorados, muitas de suas páginas rasgadas e/ou ilegíveis, especialmente, nas matérias referentes aos anos da ditadura civil-militar.

por nós e pela respeitável banca. Com razão, pois não houve o contato olho no olho, como numa entrevista pessoal em que tudo é registrado e até as expressões gestuais são observadas, uma vez que se deram de forma virtual, em função da terrível pandemia da COVID-19 que parou o mundo por meses, bem como nossa pesquisa e nossas mentes. Talvez fosse uma forma de nos impulsionarmos para novas possibilidades de viver, em todos os aspectos, inclusive na pesquisa.

Nesse trabalho, utilizamos o depoimento das professoras: Josefa Vânia Manguiera e Glória de Lourdes Fernandes. Tais entrevistas trazem o contentamento de que tentamos e conseguimos, até certo ponto, trabalhar com pessoas vivas que relembram uma história.

Após todos os questionamentos, a partir da banca de qualificação, e posteriormente, durante os momentos de orientação, ficou decidido que trabalharíamos com maior foco nos jornais.

Com esses eventos, ficamos confusas, como se tivéssemos que retroceder. Entre os desencontros da trajetória de pesquisa até esse momento, levou um tempo para situarmo-nos novamente como pesquisadoras da educação, entre algumas lágrimas - “e agora o que fazemos com tantas notícias?” - e sorrisos de “nossa, que reportagem rica!”, voltamos a encontrar sentido para nosso trabalho investigativo.

Assim, nossa fonte principal passou a ser os jornais. Mas, por onde começar? Qual a abordagem e caminho metodológico deveríamos escolher? Na verdade, não escolhemos, foi caminhando que o aporte teórico-metodológico do paradigma indiciário de Ginzburg se configurou adequado.

Começamos, então, a pesquisar muitas notícias de jornais, em destaque: o Jornal Correio da manhã e o Diário de Pernambuco e seguimos esses rastros e fios para chegarmos a outras notícias e jornais. Chamou-nos a atenção o fato de que a maioria das notícias encontradas promoviam o MOBREAL, ou reportagens descrevendo algum evento ou propaganda do movimento, sem tecer críticas. Consideramos o fato de serem publicações em um contexto de censura, em plena ditadura civil-militar, mas ainda assim, aquela constatação nos incomodava.

Na pesquisa por textos que explicassem como trabalhar com jornais, encontramos um texto que fez a diferença: *Mobilização jornalística nos anos 70: a imprensa alternativa como movimento social*, de Vaniucha de Moraes (2014), e assim, despertamos o interesse para pesquisar em jornais considerados parte da imprensa alternativa da época. O texto de Moraes cita alguns desses jornais que foram as pistas

para encontrarmos novas reportagens para análise, dentre eles: Opinião, Movimento, O Pasquim. Outros jornais citados por ela não foram encontrados, infelizmente.

As matérias foram encontradas no acervo digital da Hemeroteca, através das palavras-chaves, predominantemente: MOBRAL, Alfabetização de Adultos, Campanha.

Com grande parte das matérias selecionadas e postas em arquivo, começamos a estudá-las sem saber ainda por onde começar o texto, para dizer a verdade.

Em meio às fontes, o indiciário se impôs: uma reportagem nos indicava novas pistas para procurarmos por novas matérias, como uma reportagem sobre o MOBRAL e seus professores, o que nos conduziu a seguir os traços da matéria do jornal para usar como palavras-chaves: os professores do MOBRAL, regulamentação dos professores do MOBRAL e assim por diante (GINZBURG, 1989).

É nesse sentido que, “Pistas talvez infinitésimas permitam captar uma realidade mais profunda, de uma forma inatingível. Pistas: mais precisamente sintomas (no caso de Freud), indícios (no caso de Sherlock Holmes), signos pictóricos (no caso de Morelli)” (GINZBURG, 1989, p.150).

E foi lendo as notícias, nos fios dos discursos e nos rastros das palavras, que novas reportagens foram encontradas antes e durante a escrita do capítulo 4, que relê as representações da experiência do MOBRAL através desse material e de outras fontes.

Por onde começamos a análise das fontes? Observando as páginas de jornais, atentamos para uma enorme matéria que tratava de uma entrevista concedida à TV-Rio pelo então presidente do MOBRAL, Mário Henrique Simonsen<sup>9</sup>. A leitura da entrevista nos fez perceber indícios do que poderia ser procurado dentre as fontes coletadas, já que muitas temáticas relevantes acerca do movimento foram abordadas na entrevista e postas no noticiário.

Com o título “MOBRAL gasta pouco para alfabetizar muitos”, selecionando temáticas-chave do texto relativas a: professores do movimento, métodos utilizados, responsabilização de todos com a questão de erradicar o analfabetismo, entre outros, definimos seis subtópicos que nortearam novas perspectivas de busca pelos fios da

---

<sup>9</sup>Mário Henrique Simonsen, com formação em engenharia civil, especialista em engenharia econômica, e graduado em economia, assumiu no governo do general Emílio Garrastazu Médici a presidência do MOBRAL em 1970. Foi ministro da Fazenda em 1974 na gestão do general Ernesto Geisel e em 1979 foi nomeado ministro-chefe da Secretaria de planejamento (SEPLAN) da Presidência da República. Simonsen, portanto, atuou fortemente na vida pública no período ditatorial em que o país foi comandado por militares.

história retratados pelos jornais, numa perspectiva de imprevisibilidade dos resultados que seriam alcançados.

Por isso que afirmamos que o indiciário (GINZBURG,1989) explica a prática de pesquisa utilizada, pela abordagem que os fios e rastros foram perseguidos e observados, considerando as entrelinhas, os ditos e não-ditos das memórias e das notícias que circulavam nos jornais.

Para além de reproduzir o que as fontes diziam sobre o passado, o cruzamento de fontes, a problematização e a análise das representações conduziram a pesquisa. Assim, entre os silêncios e ausências, entre as vozes escritas e orais, procuramos seguir os indícios que surgiram a partir do diálogo com as fontes e com os autores, possibilitando uma narrativa histórica preocupada com as representações do MOBRAL.

Dialogamos com os jornais, começamos uma “amizade” e consideramos que o paradigma indiciário permitiu um encontro que promoveu uma releitura da história do MOBRAL, mesmo que seja uma pequena parte da história que muito ainda tem a ser relida através dessa fonte rica.

Reiteramos que todas as contribuições dos professores da banca de qualificação foram respeitadas e acatadas em sua totalidade, no entanto, nossas limitações nos afastaram da perfeição.

Diante da explanação a respeito da trajetória da pesquisa, apresentamos os objetivos perseguidos por esse estudo. Assim, como objetivo geral temos: analisar as representações e memórias sobre o MOBRAL presentes em narrativas dos jornais e em outras fontes, como a iconografia, as versões de participantes, considerando o cenário histórico da ditadura civil-militar (1964-1985); e como objetivos específicos: Discutir sobre os movimentos educacionais que antecederam o MOBRAL, refletindo sobre a contribuição da pedagogia de Paulo Freire e o contexto histórico que criou o movimento; Problematizar o documento básico do MOBRAL e a legislação que regulamentou esse movimento; e Analisar representações em disputas sobre o MOBRAL, considerando os discursos veiculados pelos jornais, bem como sua proposta de alfabetização, observando ainda as narrativas mnemônicas dos participantes.

Como já mencionamos, entre 1964 e 1985, tínhamos um Governo reacionário que interferiu, desde a esfera econômica, na qual se visou o aceleração do processo de industrialização, até a esfera educacional, com a preocupação da educação cívica do povo. Durante o regime militar, o poder não se limitou à função executiva, mas estendeu-se à função legislativa e judiciária. Dessa maneira, “o governo ditatorial não é

refreado pela lei, coloca-se acima dela e transforma em lei a própria vontade” (STOPPINO, apud GERMANO, 2011, p. 27).

Diante dessa conjuntura histórica, existe a necessidade de pesquisas no campo educacional que consideremo contexto da ditadura civil-militar, pois além de ser um marco na história do Brasil por ter predominado por 21 anos, constitui-se em um período marcado por importantes reformas educacionais que apresentam consequências/significados na atualidade.

Nessa perspectiva, observamos a importância de estudos que analisem o MOBRAL, considerando seu contexto, sua criação, sua proposta e finalidades, e, sobretudo, suas representações. Buscamos novos olhares, criticidade e releituras sobre acontecimentos passados que apresentam continuidades e rupturas no tempo histórico e que têm sua importância, devendo ser retomados e reinterpretados. Assim, procuramos imergir nas entrelinhas dos documentos pesquisados e nas falas dos sujeitos, a fim de entrecruzar as fontes, como quem produz tapeçarias, que só podem ser bordadas por meio da incansável busca por fontes, indícios e sinais (GINZBURG, 1989).

As seções do trabalho estão organizadas da seguinte forma e foram desenvolvidas conforme descrevemos abaixo.

Na seção introdutória, buscamos discutir sobre o objeto de estudo, apresentando a trajetória da pesquisa e o encontro com a temática de estudo; também apontamos algumas discussões a cercadas fontes utilizadas, a metodologia, conceitos e principais teóricos que subsidiaram a pesquisa. Apresentamos nosso argumento de tese e os objetivos, fizemos uma breve discussão referente ao contexto histórico do MOBRAL e discorremos sobre os encontros e desencontros na trajetória da investigação.

Na segunda seção, *Estado Militar e Educação de Adultos*, realizamos uma pesquisa bibliográfica para situar o contexto histórico que antecedeu o golpe civil-militar, os anos de 1960, apontando os principais movimentos e iniciativas a favor da educação de adultos e a pedagogia de Paulo Freire, para compreender o que estava disponível para esse público antes da criação do MOBRAL. Ainda nessa seção, utilizamos os principais autores que tratam do contexto da ditadura civil-militar para entender qual cenário, situação política e econômica motivaram a criação do MOBRAL, como também as diversas modificações/reformas no campo educacional da época. Entre os autores, podemos citar Germano (2011), que faz um importante apanhado das modificações políticas e educacionais durante o regime, entre outros.

Na terceira seção, discutimos sobre o MOBRAL, sua proposta legal e pedagógica e suas representações, considerando seu Documento Básico e a legislação. Por fim, a quarta e última seção, *Representações em disputa: relendo as memórias do MOBRAL em narrativas jornalísticas*, relemos a história do movimento a partir das fontes, em especial, dos jornais, mas também memórias de participantes, imagens, legislação e bibliografias.

## 2. ESTADO MILITAR E EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Esta seção é composta por dois tópicos: no primeiro momento, apontamos os acontecimentos históricos que antecederam a ditadura civil-militar, enfatizando as iniciativas que privilegiavam a educação de adultos e com isso refletimos sobre os movimentos sociais/educativos do início dos anos de 1960 e a pedagogia de Paulo Freire (2011). No segundo momento, abordaremos sobre a conjuntura histórica, palco da criação e desenvolvimento do MOBRAL, a ditadura civil-militar, discutindo sobre as modificações políticas e educacionais ocorridas nesse período e como o Estado autoritário atuou em todos os âmbitos da sociedade. Destacamos como, entre 1964 e 1985, o setor educacional foi influenciado pelos interesses desse cenário autoritário, nomeado pela história de “Golpe de 1964” e por seus defensores de “Revolução” (GERMANO, 2011). Algumas notícias de jornais foram problematizadas e contribuíram para as reflexões realizadas.

Salientamos a importância dessa seção, pois para compreendermos o MOBRAL precisamos retomar o contexto educacional e político que o antecedeu, bem como situá-lo no contexto histórico de sua criação, para entendermos e releermos suas memórias e representações.

Cabe registrar que precisamos de fato lembrar, que o dever de lembrar deve fazer parte de nossa cultura, a fim de conhecermos o passado e entender o presente, mas também para lutar para que acontecimentos cruéis de nossa história não tornem a se repetir por esquecimento ou desconhecimento. Não esquecer é uma forma de resistir, de lutar por dias melhores contra qualquer forma de opressão e/ou sistema ditatorial que possa se impor. A memória histórica é um instrumento a favor da conscientização e da democracia que até na atualidade vem sendo constantemente ameaçada (LOMBARDI, 2017).

Às vezes, retomar o passado não é tão fácil, ainda mais quando se tem um passado de violação de direitos e desrespeito à dignidade humana como foi o período autoritário no Brasil<sup>10</sup>. Mas é urgente rememorar, socializar e investigar esse passado, pois ainda hoje, especialmente em tempos de redes sociais e tecnologia da informação, observamos o quanto essa memória vem sendo representada por grupos conservadores

---

<sup>10</sup>Referimo-nos ao período da Ditadura Civil-Militar, que ocorreu entre 1964 a 1985.

que negam o Estado repressor do período, defendendo não apenas esse passado, mas pedindo seu retorno.

Em adição, fica um alerta aos estudiosos de períodos autoritários para que haja reflexão sobre como contribuir para a conscientização histórica em tempos de avivamentos de memórias oficiais; e em que sentido a memória histórica contribui para o esclarecimento de fatos passados e o fortalecimento de representações dos grupos oprimidos, sentido inerente a nosso trabalho, que propõe reler e rememorar, enquanto forma de resistência contra memórias autoritárias e retorno de pretéritos opressores.

## **2.1 Educação de Adultos no pré-golpe de 1964: contribuições freirianas e movimentos sociais/educacionais**

No contexto histórico brasileiro da década de 1950 do século XX, educadores voltaram a atenção para a educação popular, para a educação de adultos. A discussão considerou a educação oferecida a esse público naquele contexto e como os sujeitos analfabetos eram vistos. Em sua maioria, de maneira preconceituosa.

Aconteceu no final dessa mesma década o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, momento em que foi problematizada, a partir de diferentes visões, uma nova estratégia para desenvolver a educação de jovens e adultos (SANTOS, 2015). Entre essas diferentes concepções estavam as propostas do Educador Paulo Freire.

Ressaltamos que entre o final de 1950 e início dos anos de 1960 estávamos em um contexto favorável a discussões em torno dos desafios da educação, especialmente da educação de adultos, em que mesmo em meio a conflitos e crises que marcaram o início da década de 1960, na política e na economia, educadores, professores, etc., preocuparam-se em refletir sobre a importância da educação de jovens e adultos.

O cenário era de grandes mobilizações na sociedade civil. As pessoas lutavam por reformas de base e por melhores condições de vida. Tal luta objetivava também promover uma educação que considerasse a educação popular, visto que tínhamos o analfabetismo como um grande problema, que resultava na maior parcela da população sem acesso aos direitos básicos e também ao direito de votar, por exemplo.

Essas movimentações foram possíveis, porque o Brasil era governado pelo populista/reformista João Goulart (1961-1964), que se mostrava simpático à participação da sociedade, dando abertura para suas reivindicações. Assim, houve diálogo entre os anseios da população, especialmente, no tocante à educação de adultos

e o poder político, uma vez que “[...] a educação popular vai se concretizar num instrumento em favor da transformação social, pois o seu compromisso remete às forças políticas que se apoiam no movimento popular” (CUNHA; GOÉS, 1985).

Ou seja, Jango, o então presidente do Brasil, estava atento às queixas da população e sinalizava apoio às mudanças sociais exigidas à época.

Nessa época, as pessoas lutavam por reformas estruturais na sociedade, mobilizavam-se por ideais coletivos de justiça e igualdade social, pela conscientização das massas, reivindicavam o direito de todos à educação, à saúde, lutavam pela reforma agrária. Foi nesse contexto que surgiram as ligas camponesas, as mobilizações sociais e políticas que impulsionaram o desenvolvimento das campanhas de educação popular, dos movimentos de educação de base (CARVALHO; BARBOSA, 2011, p.7).

Percebemos que os anos iniciais de 1960 foram marcados não apenas por manifestações sociais, mas por uma comunicação entre sociedade civil e o poder executivo e tal fato apontava para a esperança de mudanças significativas na sociedade pela qual se lutava. É nesse contexto que a pedagogia de Paulo Freire (2011) influencia os movimentos populares educacionais do período, tal como O Movimento de Cultura Popular (MCP).

Esse foi um movimento vinculado à Prefeitura do Recife, no âmbito da administração do Prefeito Miguel Arraes. Sua principal defesa era a participação do povo no processo de elaboração da cultura, compreendendo a necessidade de o povo despertar para a política e as decisões que interferiam diretamente em suas vidas.

Compreendia-se que o povo precisava entender seu papel político dentro da sociedade para se posicionar e mudar os rumos não apenas da educação do país, mas da política, cultura, economia, etc. A atuação do MCP valorizava as artes, a cultura popular, etc., sem desconsiderar a realidade que cercava o sujeito, pois a educação estava a serviço também da conscientização (SANTOS, 2015, p. 25). Ou seja, as atividades educativas desenvolvidas por esse movimento objetivavam a apreciação da cultura do povo, em um processo de alfabetização que estava ligado à conscientização e politização dos sujeitos.

Além desse movimento, tivemos outros, tais como: As Quarentas Horas de Angicos; o Movimento de Educação de Base (MEB) que esteve sob a responsabilidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) eo apoio do Ministério da Educação e Cultura (MEC), A Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler,

desenvolvido pela prefeitura de Natal/RN e as Campanhas de Educação Popular na Paraíba (CEPLAR) de João Pessoa e Campina Grande.

Entre estes movimentos populares, lembramos que “As Quarentas Horas de Angicos” foi a experiência em que o método freiriano foi aplicado enquanto um teste. Assim, em 1963 Paulo Freire colocou em prática seu modelo de alfabetização, no interior do Rio Grande do Norte, cidade de Angicos.

A experiência de Angicos foi bem repercutida, tendo em vista que o método afirmava que alfabetizaria muitas pessoas em pouco tempo. Conforme Germano (1997), “fazer como que os participantes aprendessem a ler e escrever e, ainda por cima, viessem a se politizar em quarenta horas constituíram os objetos fundamentais da experiência” (GERMANO, 1997, p. 398). Como resultado, parte dos moradores da cidade de Angicos foi alfabetizada, no total de 300 pessoas em quarenta horas.

Tal movimento, como os demais supracitados, evidencia uma proposta de educação popular inovadora para a época, uma vez que além de pensar a alfabetização de adultos num contexto em que a maioria da população é analfabeta, propõe uma educação emancipatória.

Surgiram também no país os Centros Populares de Cultura (CPC), que estavam alinhados aos objetivos dos MCPs, na perspectiva de alfabetizar, valorizar a cultura e conscientizar. “[...] Os movimentos apresentavam características semelhantes em muitos aspectos, o que sugeria a necessidade de criação de uma coordenação nacional (PAIVA, 2003, p. 271).

Daí surgiu o interesse de organizar encontros e seminários, para melhor sistematizar os movimentos que ocorriam no Brasil e trocar experiências para o seu aperfeiçoamento. Nesse sentido ocorre o I Encontro de Alfabetização e Cultura Popular, que resultará na criação da Comissão Nacional de Cultura Popular, afim de que haja uma articulação nacional dessas experiências.

No final de janeiro de 1964, por meio do Decreto nº 53.465, é normatizado o Programa Nacional de Alfabetização, em uma contribuição do MEC e do próprio Paulo Freire, que visava à efetivação do “sistema” Paulo Freire de alfabetização de adultos em pouco tempo. Essa ousada proposta iria alcançar todo território nacional na luta contra o analfabetismo.

Após a regulamentação desse Programa, cria-se o primeiro Plano Nacional de Alfabetização (PNA) que considerava o “método” freiriano e estava de acordo com as iniciativas do programa. Mas o PNA não foi de fato efetivado, pela interpelação do

Decreto nº 53.886, sendo dissipado em abril de 1964, já com a consolidação da Ditadura Civil-Militar.

Todas essas iniciativas de educação popular desenvolvidas nos anos 1960 caracterizaram o desejo de educadores em emancipar seu povo do analfabetismo, tendo a alfabetização como instrumento de luta política e conscientização, não se tratando de alfabetizar decodificando e codificando o sistema de escrita e leitura, mas de juntamente com isso, problematizar a realidade dos educandos. Nesse processo, Paulo Freire não apenas contribuiu, mas foi fundamental nessas experiências.

Assim, a Pedagogia de Freire tornou-se principal empreendimento na educação de adultos, ressignificando as propostas de alfabetização de adultos em funcionamento na época por pensar uma alfabetização para a cidadania e para a dignidade humana, ou seja, para o não assujeitamento humano. Em que consiste essa pedagogia? Consiste em uma educação para a prática da liberdade, pois sua proposta visava alfabetizar e conscientizar simultaneamente. Não se tratava de depositar o conhecimento no aluno, mas de trocar conhecimentos a partir do contexto social em que o aluno estivesse inserido. Para além de ensinar a ler e escrever, visava a alfabetização política, ou seja, a politização dos sujeitos para que pudessem intervir diretamente na sociedade em que estavam inseridos.

O “Sistema de alfabetização” desenvolvido por Freire abrange conceitos que fundamentam seu pensamento acerca da educação. Para o educador Freire, a educação é como um momento de criação, não é algo pronto e acabado, portanto, no processo de ensino-aprendizagem, o conhecimento não é depositado no homem, mas criado com ele, em uma construção de todos os envolvidos no processo. “Esse pensamento é resultando de sua compreensão de quem é o homem. Para Freire, todo homem é um ser finito e inacabado. É político e histórico. É condicionado, mas não determinado. É cultural, transformador e de esperança” (SANTOS, 2015, p.31).

É nesse aspecto que ensinar não é transferir conhecimento, pois tanto professor quanto aluno sempre têm o que contribuir no caminho da construção do conhecimento. Pois como explica Freire, “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 2011, p.25).

Tanto para o contexto histórico em que se desenvolveu como para os dias atuais, a pedagogia freiriana rompe com a concepção tradicional da educação que entende os sujeitos educandos enquanto receptores e o professor como o que detém o conhecimento a ser transferido.

A aprendizagem a partir da concepção de Freire encontra-se em uma dimensão maior, pois é ampliada, já que não se limita a ensinar a ler e escrever, mas a formar os sujeitos para o exercício da cidadania. Assim, Paulo Freire defende uma metodologia que perpassa os conteúdos pré-estabelecidos, direcionados a apenas “depositar” o conhecimento, para um método que conecta os saberes ao diálogo, criticidade e politização.

Vejam os procedimentos metodológicos do processo de alfabetização e suas etapas criados por Freire: levantamento do “universo vocabular” dos sujeitos com quem se pretende alfabetizar; seleção das palavras geradoras, extraídas do universo vocabular pesquisado, considerando sua riqueza fonética e o quanto essa palavra é usada no contexto local; criação de situações existenciais, características do grupo que se pretende alfabetizar; preparação de fichas-roteiros, que auxiliam os coordenadores no momento da discussão; e a criação de fichas com a decomposição das famílias fonéticas dos vocábulos geradores (SANTOS, 2015, p. 32).

Percebemos a ampliação do que seria uma alfabetização de adultos que fosse reduzida à leitura e escrita, tendo em vista que é uma proposta para a prática da liberdade, ou seja, o ensino-aprendizagem está ligado ao diálogo e análise da realidade, em um processo de construção mútua do saber. Nesse contexto, o aluno encontra-se no centro do processo educativo, em que a alfabetização ganha um significado diferenciado para eles, na medida em que se articula com suas realidades, vivências, não apenas para conhecê-las, mas para problematizá-las e conscientizá-las.

A fase inicial da pedagogia freiriana consiste em um levantamento, o que Freire chamou de “universo vocabular” dos educandos que se pretende alfabetizar. Esse compreende o momento em que se entra na realidade dos sujeitos e desse momento resultariam as palavras geradoras. Essa primeira etapa da alfabetização é crucial, tendo em vista que os educadores conheceriam o universo vocabular dos sujeitos e sua cultura. Assim, conhecendo a realidade do povo e as palavras que fazem parte de seu cotidiano, os alfabetizadores poderiam elaborar o material que seria utilizado em aula.

O que se descobre com o levantamento não são homens-objeto, nem é uma “realidade neutra”. São pensamentos-linguagens das pessoas. São falas que, a seu modo, desvelam o mundo e contêm, para a pesquisa, os temas geradores falados através das palavras geradoras (BRADÃO, apud HORIZUTTI, 2009, p. 3).

Isso é, as palavras que seriam usadas para alfabetizar não são formuladas pelos professores ou organizadores, prontas para serem trabalhadas, mas são retiradas do próprio grupo que seria alfabetizado. Pois cada grupo tem sua identidade que caracteriza suas escolhas, sua visão de mundo e sua forma de representar a realidade que o cerca através das palavras (CHARTIER, 1990).

A segunda etapa é seleção das palavras, considerando sua riqueza fonética, como também o quanto essa palavra é usada e reflete a realidade local; não sendo uma alfabetização de cima para baixo, mas de baixo para cima. Seria o “povo dizendo a sua palavra” (FREIRE, 2011).

A terceira etapa refere-se à criação das situações existenciais. Seriam as situações-problemas, em que eram admitidas as discussões do grupo.

Essas situações funcionam como desafios aos grupos. São situações-problemas, codificadas, guardando entre si elementos que serão codificados pelos grupos, com a colaboração do coordenador. O debate em torno dela irá, como o que se faz com as que dão o conceito antropológico de cultura, levando os grupos a se conscientizarem para, concomitantemente se alfabetizarem (FREIRE, apud SCOCUGLIA, 1999, p. 56).

Logo, esse momento é quando primeiramente se discutiria o mundo e depois ler-se-ia a palavra. Isso é, a discussão gerada em torno da palavra proporcionaria uma leitura do contexto real, que favoreceria no processo de tomada de consciência e politização, em seguida, a alfabetização. Segue-se a penúltima fase: elaboração das fichas-roteiro, que teria finalidade de cooperar com os coordenadores na realização de seus trabalhos. Vale salientar, que essas fichas-roteiro são flexíveis, criadas para auxiliar e não fixar regras.

Por fim, temos a última fase que se refere à criação de fichas com a decomposição das famílias fonéticas dos vocábulos geradores. Partindo do universo vocabular dos alunos, se estabeleceriam conjuntos de palavras geradoras, a partir dos quais se iniciaria a alfabetização.

Organizado em 1962, esse método de alfabetização foi uma proposta que procurou alfabetizar para além de transmitir as técnicas de leitura e de escrita e não objetivava ensinar funcionalmente, mas conscientemente. Não era algo imposto dos que “sabiam” para os que “não sabiam”, mas construído, com liberdade para que os sujeitos, através do diálogo, refletissem sobre seu lugar no mundo.

Ou seja, o modelo de alfabetização de adultos tinha como um dos fundamentos o diálogo, capaz de promover a problematização da realidade e das dificuldades dos alunos, criticando suas vivências de desigualdades, a fim de que tal comunidade soubesse ler e escrever, e que também pudesse questionar e transformar os padrões opressores de existência. Trata-se de uma educação conscientizadora que procura formar sujeitos autônomos, conhecedores de seus direitos, da sua realidade e da sua cultura, não se referindo a uma mera transmissão dos conteúdos programáticos.

Diante da rápida explanação da proposta de Freire para a alfabetização de adultos, observamos que não era um método que se adequava às novas restrições políticas dos militares pós-1964. Tanto que todos os movimentos populares de educação que antecederam o golpe civil-militar foram fortemente criticados e combatidos, dando lugar a uma campanha de massa, o MOBRAL, com propostas bem articuladas para atender aos novos requisitos políticos que se impuseram, grosso modo, muitas vezes utilizando-se do método de Paulo Freire, mas sem a ideologia que norteava essa pedagogia.

É interessante constatar que já havia rejeição sobre essas campanhas orientadas por Paulo Freire antes mesmo da consumação do golpe. Vejamos como elas foram descritas pelo jornal O Globo, em 7 de janeiro de 1964 (Figura 1).

Figura 1: Reportagem de Jornal sobre Campanha de Alfabetização dos anos de 1960.

# Exploração Ideológica na Campanha de Alfabetização

ANO XXXIX — Rio de Janeiro, 3.<sup>a</sup>-feira, 7 de Janeiro de 1964 — N.º 11.551

## O GLOBO

FUNDAÇÃO DE IRINEU MARINHO  
Diretor-Residente: ROBERTO MARINHO | Diretor-Administrativo: HERBERT MOSES  
Diretor-Executivo: RICARDO MARINHO | Diretor-Operativo: ROBERTO MARINHO



**Abdo se Golosa, Brigitte Bardot e seu marido Bob Zucchi, já no ar no que foram cronistas**

### Com Medo Dos Repórteres e Dos Fãs, Brigitte Bardot Desceu do Avião e Fugiu

Com cabelos práticos que moldaram a sua política e sem aparentar o "chicor-ma" passal que a tornou famosa em todo o mundo, através de seus filmes, a atriz francesa, cansa id fizado, no avião em Recife, negou-se a falar com quem quer que fosse. Ao que se refere, seu hóspede do St. Drouot-Hervey e visitou Cid de Frio. (TEXTO NA SEXTA PAGINA)



### O Petróleo na Argentina:

50 anos de economia estatal: produção de 75 709 000 metros cúbicos. 5 anos de exploração comercial com empresas estrangeiras: 43 milhões de metros cúbicos. (Ver Artigo na 3.<sup>a</sup> página)



**OS LETORES** já sabem, pelo que foi publicado na edição de ontem de O GLOBO, o que se encadeia atrás do rótulo pomposo, e aparentemente inócuo, da chamada Campanha de Alfabetização. Na 3.<sup>a</sup> página desta edição publicamos o texto integral do questionário submetido aos quinze dez mil candidatos que participaram da prova para seleção de alfabetizadores que, em número de dois mil, serão repartidos em determinadas regiões do País para ali executar a sua nova tarefa de "coordenadores de alfabetização".

**CHAMAMOS** a atenção do País para essa tal Campanha de Alfabetização porque é ela, na realidade, uma ameaça extremamente grave contra o que ainda subsiste de princípios cristãos e de vida democrática no Brasil. A ameaça é tão sutil e, além de séria, tão evidente, tão impudente e provocatória, que contra ela se rotacionam os próprios candidatos, na sua grande maioria, ao verificar o caráter nitidamente comunista e marxista da "alfabetização" que lhes queriam impingir e da qual deveriam, logo em seguida, transformar-se em agentes e cúmplices.

**NÃO NOS AGUERE**, em nome bruto de alerta, nenhuma autoeducação política, mas temos a obrigação de declarar da maneira mais inequívoca que o que se está tentando, a pretensão da alfabetização, é a comunização dos brasileiros. Examinem-se com atenção o teor das perguntas, os dois questionários, como são chamadas, e das respostas ou soluções sugeridas para cada pergunta em cada questão, e verão a sutileza da insidiosa, a tendenciosidade da formulação, o fasciosismo da sugestão que se oferece ao aluno mais ingênuo ou menos presvisivo.

**HÁ, NO QUESTIONÁRIO**, questões absurdas, irresponsáveis ou que só poderiam ser respondidas por especialistas. Outras questões são de uma realidade tão desconhecida rudimentar, que nem precisam ser analisadas, como por exemplo a questão 1.<sup>a</sup> nos seus itens 1 e 2 que sugerem, respectivamente, a solução das "reformas de bases" e do "governo nacionalista".

**OBSEQUE-SE** ainda a questão 2.<sup>a</sup> na qual se pede ao candidato para marcar, entre dez palavras que lhe são propostas, as cinco que, no seu entender, "mais despertam a atenção do adulto analfabeto". As dez palavras são: reforma, fígado, trabalho, dialeto, povo, comida, cachorro, sindicato, ave, roupa. O prelo é intencionalmente marxista, demagógico, marxista, como se o nosso adulto analfabeto já não tivesse mais apêto de liberdade, de

... dignidade, de fé em Deus, de justiça e dos demais elementos de base que não constam da relação das palavras da alfabetização subversiva.

**NA 3.<sup>a</sup> QUESTÃO** perguntam ao candidato o que entende por: "eleição, sindicato, reivindicação, greve, líder. Na 4.<sup>a</sup>, por fim, indagam-lhe o que pensa sobre "cultura popular". Obviamente subentende-se não haver outra cultura popular aceitável, a não ser aquela que gira em torno das questões alfabetizadoras tão subidamente formuladas.

**NA VERDADE**, todos estamos de acordo na necessidade de acelerar o processo de alfabetização em nosso País. Mas será possível, será admitível, será tolerável, em nosso País, um programa de alfabetização à base só de líder, de greve, de sindicato, de reivindicação, de reformas, em vez de família, de democracia, de Deus?

**O PLANO** foi confeccionado sob os auspícios do Governo Federal pelo seu Ministério de Educação e Cultura, segundo informou o Ministro Sampaio, com a colaboração de entidades e organizações estudantis. Podia dizer da UNE e ter-nosia informado melhor sobre a natureza dessa colaboração. O plano inspira-se no sistema do Sr. Paulo Freire, professor de História e Filosofia da Educação na Universidade de Pernambuco e autor, ou inspirador, daquela famosa cartilha de alfabetização de que a imprensa deu notícia e que foi, de certo modo, uma pequena antecipação das abstrações do atual plano.

**AS REGIÕES** visadas pela aplicação imediata do plano são a Guanabara, como não podia deixar de ser, e determinadas zonas do Estado do Rio, há tempo escolhidas pelas agências oficiais como campo experimental de convulsão social e de subversão política.

**NA VERDADE**, o que querem os articuladores do plano sinistro não é a alfabetização dos analfabetos, mas a sua destruição marxista para fazer deles, em hora oportuna, simples massa de manobra destrutiva e o que é ainda pior, massa levada para manobra revolucionária.

**O PLANO** de alfabetização dos adultos, da maneira como foi concebido, não é um plano de alfabetização: é um crime contra os analfabetos, que amaldiçoado sendo as primitivas e as maiores vítimas da traição de que foram, se é que o serão, os instrumentos típicos e inocentes.

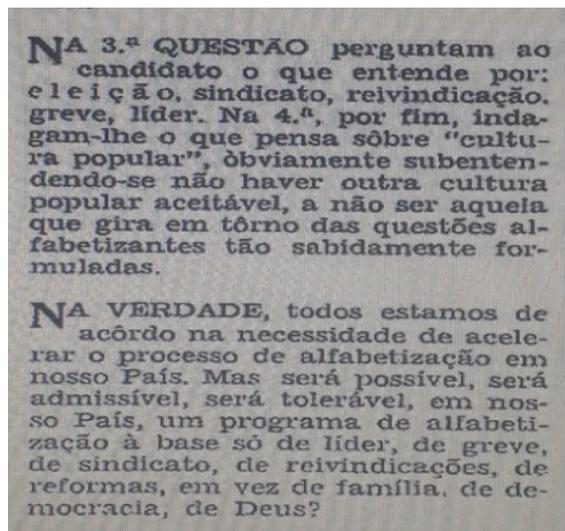
Fonte: Acervo Digital do O Globo.

A seção em destaque evidencia a forma como os movimentos de cultura popular foram divulgados por esse meio de comunicação. O título em destaque representa bem o teor condenatório das campanhas e da influência freirianista descritos no corpo do texto. O texto faz críticas severas ao próprio nome "campanha de alfabetização", destacando o caráter ameaçador "extremamente grave contra o que ainda subsiste de princípios cristãos e de vida democrática no Brasil" (O GLOBO, 1964, p.1).

Verifica-se aqui "o caráter nitidamente comunista e marxista da "alfabetização" que lhes queriam impingir e da qual deveriam, logo em seguida, transformar-se em agentes e cúmplices" (O GLOBO, 1964, p.1). Há críticas ao questionário utilizado, afirmando a sua "malícia", uma vez que são questões que estão ligadas "às soluções das reformas de bases", por exemplo.

Vejamos de forma ampliada uma parte desse texto e sua crítica às perguntas realizadas aos educandos pela campanha de alfabetização:

Figura 2: Reportagem de Jornal sobre Campanha de Alfabetização dos anos de 1960.



Fonte: Acervo Digital do O Globo.

Observa-se através desta crítica que os movimentos de cultura popular utilizavam-se de fato de palavras geradoras que estivessem ligadas à questão política da época e ao contexto histórico no qual o aluno estava inserido, pois como supramencionado, era de fato uma conjuntura de greves, de reivindicações e de reformas; e tal realidade fazia parte da vida dos alunos de educação popular, de forma que alfabetizar desconsiderando essas palavras politizadoras não contribuía para a alfabetização com conscientização.

A cultura popular estava sendo valorizada nesse momento de movimento educacional do início dos anos de 1960, cultura essa tão desprezada ao longo do tempo e, nesse tempo de alfabetização, criticada pela elite à época através desse jornal, por exemplo.

Ora, mas qual é o problema em um programa de alfabetização que se utilize palavras como: "reivindicação", "líder", "luta", "greve", etc.? E porque utilizar em vez dessas palavras "ameaçadoras", palavras tão generalizantes como: "família", "Deus" e "democracia"? Porque as palavras utilizadas são motivos de críticas e repúdio em um processo de alfabetização?

São questionamentos que nos fazem refletir o quanto ensinar para a emancipação ameaça as elites condutoras que preferem a alienação das massas a um povo que, além de saber ler e escrever, reconhece seu lugar de sujeitos de direitos e luta por mudanças necessárias de uma sociedade injusta.

Essa seção pode também nos anunciar como que, aos poucos, antes mesmo do golpe de 1964, o cenário estava sendo desenhado para que essas campanhas fossem aniquiladas e dessem lugar a outra que se limitasse a alfabetizar funcionalmente, como o MOBRAL.

Conforme o novo cenário de golpe civil-militar de 1964, “será possível, será admissível, será tolerada” a continuação das campanhas de alfabetização com base na pedagogia libertadora de Paulo Freire? Não, por isso foi criado o MOBRAL.

Assim, após o golpe, a educação libertadora cedeu lugar à educação que procurava ser centralizadora, com uma política educacional que foi gerada para atender às demandas políticas desse regime ditatorial. De alfabetização emancipatória à uma alfabetização funcional.

A partir de 1 de abril de 1964, todas as experiências educacionais que começaram no início dos anos de 1960 foram combatidas e extinguidas, seus materiais apreendidos, “os movimentos de cultura popular foram destruídos e os seus educadores e aliados cassados, presos e exilados” (CUNHA; GÓES, 1985, p.34).

Para os próximos anos, a partir de 1964, movimentos que defendessem uma alfabetização para a libertação, sofreriam as ações de repressão do regime militar, pois se caracterizariam como iniciativas comunistas e subversivas.

Interessa uma educação que favoreça a manutenção desse regime antidemocrático imposto como forma de controle político e ideológico. Cada contexto histórico vai redefinir as políticas educacionais que lhes convém. Em 1960, tivemos uma abertura democrática que permitiu que ideologias como a de Paulo Freire ganhassem visibilidade. Nos “anos de chumbo”, tem-se uma nova perspectiva sócio-política que irá adequar a educação, de acordo com seus próprios interesses e regras.

O fato é que, após o golpe, a cultura popular, a alfabetização para a conscientização e a luta política foram abafadas. Vejamos a seguir um pouco do contexto histórico e educacional entre 1964 e 1985.

## **2.2 Cenário político e educacional entre 1964 e 1985**

O golpe civil-militar consumado em 1º de abril de 1964 acarretou consigo modificações no contexto político-econômico e educacional. Tais mudanças alteraram os rumos da sociedade brasileira, no tocante às leis, prioridades de governo e princípios. A história já tem nos mostrado, com estudos e fatos comprovados, que, entre 1964 e 1985, o que aconteceu no Brasil foi uma ditadura, que perdurou por 21 anos. Mas para seus apoiadores à época, no dia 1º de abril de 1964, houve a chamada “revolução”. Ressaltamos que ainda hoje existem os defensores dessa “revolução”.

A memória sobre esse período é marcada por representações diferentes: enquanto a história representa esse período como sendo um dos mais opressores em termos de violência aos cidadãos brasileiros (com base em documentos, relatos, etc.), há representações de fontes oficiais que privilegiam a narrativa de “grandes heróis”, de militares que defenderam o país do comunismo, por exemplo.

Há representações de pessoas<sup>11</sup> que, mesmo tendo vivido esse momento, não tinham conhecimento do que ocorria de fato no Brasil à época, no que se refere às prisões arbitrárias, às perseguições, etc. Esse grupo lembra desse passado com saudosismo, com argumento de que havia segurança no país, de que podiam andar nas ruas livremente e sem medo. Há também aqueles que vivenciaram a ditadura e sabiam das atrocidades e continuam apoiando aquele período atualmente.

O interessante é sabermos que esse período deixou seu legado na história do Brasil e da educação brasileira. E que esse acontecimento histórico abafou a possibilidade de fortalecimento da soberania popular no Brasil, democracia que anteriormente ao golpe já dava seus primeiros passos, mesmo que vagarosamente.

O longo período ditatorial, sob comando de governos militares, teve apoio de setores hierárquicos e hegemônicos da sociedade brasileira. O golpe, portanto, realizado por militares foi apoiado por civis. E, para que durasse por tanto tempo, esse regime antidemocrático utilizou-se de medidas extremas e cruéis.

Ou seja, foi imperativo reprimir, violentar e atuar bruscamente em todos os âmbitos, inclusive no educacional. O golpe foi arquitetado para produzir modificações no cenário e na política brasileira, com intenções claramente apresentadas por suas ações e intervenções na sociedade, através de vários mecanismos, tendo como aparato a própria legislação, que foi moldada para atender os objetivos dos militares, facilitando sua permanência no comando do país.

---

<sup>11</sup>Observamos que são representações de pessoas entrevistadas em projetos anteriores.

Entre 1964 e 1985, a questão econômica teve primazia em detrimento da questão social. Além disso, os direitos humanos foram negligenciados e a dignidade humana foi seriamente desrespeitada. O direito à vida foi relativizado, considerado a partir de que grupo o sujeito fizesse parte: se fosse do “grupo dos subversivos”, não haveria garantia desse direito; se, no entanto, o sujeito, ideologicamente, pertencesse a “grupos de direita”, suas ações estariam dentro da normalidade, e sua vida protegida. Muitos desapareceram e foram torturados até a morte em nome da “revolução”.

É compreensível que muitos tenham receio de relatar sobre este passado, pois relembra-lo pode ser doloroso, tendo em vista que temos a tendência de apagar momentos difíceis de nossas memórias.

No entanto, lembrar é uma forma de lutar para que desumanidades passadas não sejam repetidas, e que a história seja apresentada, mesmo que seja a memória e a história de tempos que desejamos esquecer. Além disso, as diferentes representações estão sempre em disputas e, como historiadores da educação, precisamos estudar o período autoritário da conjuntura brasileira entre 1964 a 1985 (entre outros momentos), para que acontecimentos educacionais do período não sejam apagados da memória coletiva, e que a barbárie que marcou este tempo sombrio não seja aclamada.

Mas, lembrar esse passado para quê? Primeiro, para nos conscientizar, e depois, lembrar e socializar. Não se devem comemorar acontecimentos passados de autoritarismos, este não seria o objetivo, mas refletir sobre eles fazendo um diálogo entre passado e presente.

Interessa-nos ressignificar a memória desse passado para prevenir a repetição, compreender as continuidades e rupturas no tempo presente, preservar a memória de acontecimentos educacionais, para não esquecermos de que a luta pela democracia depende também do conhecimento do passado e negação da valorização de períodos autoritários.

Nessa perspectiva, Gagnebin (2009) nos explica que: “A rememoração também significa uma atenção precisa ao presente, [...] não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente” (GAGNEBIN, 2009, p. 55). Desse modo, como agir sobre o presente sem conhecer nosso passado? Lembrar o período da ditadura civil-militar pressupõe trazer à tona as memórias e representações, considerando que a sociedade precisa ter conhecimento das atrocidades e violações de direitos, que foram cometidas nesse contexto. Mais do que comemorar, é preciso que haja uma constante conscientização histórica, em benefício da verdade e da memória.

O MOBRAL, por exemplo, foi uma campanha de massa de alfabetização de adultos que foi amplamente valorizada durante o regime militar, mas que atualmente pouco se conhece a respeito. Os que viveram na época da implantação do MOBRAL e não tiveram participação lembram vagamente dele de maneira pejorativa, mas não sabem dizer seus objetivos. Alguns pedagogos em formação saem da faculdade sem conhecer uma das maiores iniciativas para alfabetização de adultos – sem entrar no mérito positivo ou negativo do MOBRAL.

O que queremos afirmar é que são acontecimentos educacionais que, dada sua relevância na história da educação brasileira, não podem ser totalmente esquecidos da memória. Ora, faz-se imprescindível trazermos à tona as representações sobre o MOBRAL, pois são discursos que precisam ser problematizados, visto que muitas pessoas, ainda nos dias atuais, defendem uma educação tecnicista e alienante. Ou muitas vezes simplesmente entendem que o passado já passou e nada tem a ver com o que construímos hoje.

O esquecimento é a escolha de muitos e viver no “presente contínuo”(HOBSBAWM, 1995, p. 13) é menos trabalhoso do que fazer o exercício de rememorar e problematizar nossa história. Mas para uma sociedade que visa fortalecer a democracia, lembrar é uma responsabilidade social.

Não podemos viver do passado ou apenas no presente, mas viver o presente sem olhar para o passado é viver na incerteza do que será no futuro, do que esperar da educação, do que devemos plantar agora no campo da educação para que, posteriormente, as gerações possam ter acesso à educação democrática.

É nesse sentido que o historiador da educação deve ser “contra os assassinos da memória” (LORINGA, 2009, p.17). Fazendo da investigação histórica um dever com a democracia, revisitando o passado e lutando contra o esquecimento. O tempo parece estar contra a memória, pois a cada dia as memórias se perdem e documentos são destruídos. Lembrar é nosso dever sendo historiador ou não. Porque “a história é o privilégio que é necessário recordar para não esquecer-se a si próprio” (CERTEAU, 2011, p.3). Assim, à medida que não recordamos nosso passado, esquecemos, pois, da nossa própria história de vida e das decisões que precisamos tomar para projetar um futuro mais promissor (SANTOS, 2018).

Nesse sentido, discutir sobre as representações sobre o MOBRAL pressupõe retomar o contexto histórico em que ele se desenvolveu, pois trata-se de um período em que pessoas foram atingidas diretamente com as reformas/modificações ocorridas

durante a ditadura civil-militar, seja na esfera econômica, política, educacional ou social. Ressaltamos, ainda, que os acontecimentos estão conectados, sendo assim, não podemos estudar qualquer fato histórico sem conhecer o contexto em que ele se desenvolveu, pois o MOBRAL não é um acontecimento educacional isolado, mas faz parte de todo um enredo iniciado pós-1964.

No início dos anos 1960, instaurou-se uma crise no Brasil em que as elites encontravam-se frente à uma situação difícil, entre uma política em que havia conflitos de classes, fomentando mobilizações da sociedade civil, e uma economia enfraquecida. Rosário (2016) nos esclarece que:

A ditadura militar foi decorrência de uma profunda divisão da sociedade brasileira, que tinha como horizontes de expectativa projetos distintos para a condução política do país, uma parte, como a juventude universitária, acreditava que era impossível o desenvolvimento do país sem democracia e reformas sociais e outra apostava na modernização de forma autoritária e autocrática (ROSÁRIO, 2016, p.89).

Observamos que a condição social e a política do país antes do golpe eram palco de conflitos de interesses que promoviam uma sociedade dividida por projetos distintos para orientar as modificações das quais o Brasil precisava. Podemos afirmar que havia dois grupos principais que almejavam o desenvolvimento do país: um que defendia as reformas que consideravam urgentes, como as reformas de base, considerando os princípios democráticos e, o outro, o grupo vencedor, defendia um país moderno, economicamente forte, nem que para isso a democracia fosse enfraquecida (NETTO, 2014).

Diante da situação de conflito em que o país vivia ocorreram mobilizações a favor de reformas estruturais na sociedade: anterior ao golpe, havia uma conjuntura de conflitos que provocou crescimento de organizações sindicais, o surgimento das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais, etc. (NETTO, 2014), configurando iniciativas pela transformação da sociedade, o que originou desconforto nas elites dominantes que, mesmo em meio a uma crise, conseguiu manter-se no poder.

No cenário internacional, os Estados Unidos da América (EUA) sofreram forte desgaste, pois os considerados impérios coloniais enfraqueciam-se frente aos movimentos de libertação nacional<sup>12</sup>. Contudo, logo promoveram meios para que a

---

<sup>12</sup>Os movimentos de libertação nacional ocorriam em países que se libertavam do poder das potências colonizadoras, apoiados pela União Soviética e não pelos Estados Unidos (NETTO, 2014).

hegemonia norte-americana se reerguesse e, dentro das estratégias, encontra-se a de apoiar países que se opusessem ao socialismo. Tal tática atuou na desestabilização de governos, financiando muitas vezes golpes de Estado, como no Brasil (NETTO, 2014).

Vejamos abaixo como estavam sendo representadas no jornal A União (jornal oficial - online) as relações entre Brasil e Estados Unidos da América (Figura 4).

Figura 3: Reportagem de Jornal sobre Relação dos EUA com o Brasil.



Fonte: Fundação Casa José Américo.

Essa reportagem ressalta pontos importantes que evidenciam o apoio dos EUA ao Brasil pós-golpe. O então nomeado embaixador do Brasil nos EUA, Juraci Magalhães, afirmou sobre a intensificação da Aliança para o Progresso, esclarecendo que, com o governo anterior, isso não estava sendo viável. Além disso, evidencia que após 1964, o clima de confiança entre o Brasil e EUA é fortalecido, o que resulta na melhora dos investimentos norte-americanos no país (A UNIÃO, 1964).

Ainda nessa seção, claramente em destaque, podemos observar a defesa da “revolução democrática do Brasil”, o que significa a exaltação ao novo contexto pós 31

de março de 1964 e de como a vitória desse movimento democrático beneficiaria o país economicamente.

Nessa reportagem, de fato, não há críticas ao novo cenário posto ou até mesmo a nomenclatura “revolução” tratando-se do golpe de 1964. O que há é uma exposição da defesa das relações entre Brasil e EUA e suas implicações, sem o contraditório. Trata-se de uma representação oficial do que o país vivenciava com o estreitamento entre os interesses Brasil-EUA, sem considerar outras versões (A UNIÃO, 1964).

Voltando à conjuntura em que os EUA tiveram que se reerguer frente a sua desestabilização, enfatizamos a Revolução Cubana (1959), que resultou em perseguição da potência norte-americana a países e políticos que simpatizassem com as ideias comunistas. É nesse sentido que governos da América Latina sofreram influências contra comunistas e “subversivos”, ou, também, influências favoráveis, considerando o “sonho da Revolução cubana” (SANTOS, 2018).

Foi em meio a esse contexto internacional que Jango assumiu o poder, permanecendo até o golpe de 1964. O rápido governo de Jango se caracterizou pela abertura de organizações sociais, simpatizando com as reformas de base que promovessem mudanças em diversos setores da sociedade, embora suas propostas não tivessem apoio dos parlamentares. Esse governo não pôde ir muito longe, tendo em vista que representava uma ameaça às classes dominantes, que o acusaram de comunista (SANTOS, 2015), assim como consta na matéria do jornal acima: “esse governo criava dificuldades para o fortalecimento da Aliança para o Progresso” (A UNIÃO, 1964, p.1).

Diante do exposto, o Brasil foi golpeado por civis e militares em 1964, que estavam alinhados ao pensamento anticomunista com influências internacionais, contando com o apoio da grande imprensa, que contribuiu na divulgação das “ameaças” existentes no país, as quais deveriam ser fortemente condenadas. Observa-se que tal golpe teve a contribuição da grande mídia, por isso, já há autores que utilizam o termo golpe midiático-civil-militar.

Figura 4: Reportagem de Jornal sobre as Forças Armadas.

**A Revolução Democrática Antecedeu em um Mês a Revolução Comunista**  
Enquanto feita documentação é apreendida no Recife, inclusive um manifesto de Arara, continuam as prisões de agilheiros no interior pernambucano (TEXTO NA QUARTA PÁGINA)

# O Brasil Põe Suas Esperanças na Coesão Das Fôrças Armadas



Parte da multidão que se reuniu no Jockey Club para apoiar o General Castelo Branco.

**A**S Fôrças Armadas, que deram não apenas ao Brasil, mas ao mundo, uma bela demonstração de espírito de decisão e de consciência, devem manter-se unidas mais do que nunca, neste momento.

Da coesão das Fôrças Armadas depende o destino desta revolução, de objetivos tão altos.

Tudo reside na compreensão dos homens que derrubaram o governo João Goulart e que devem permanecer mais unidos do que nunca, nesta hora.

A base da salvação do Brasil está dependendo da coesão de seus defensores armados. Não podem estes dar à Nação o espetáculo do divisionismo, das disputas pessoais, e sim concorrerem para aliviar a situação aflitiva e angustiante que este país vem sofrendo há dois anos.

É preciso que as Fôrças Armadas tenham noção exata de que os seus atos estão sendo seguidos interna e externamente com a maior das atenções e, além do mais, de que a volta da agressão comunista está dependendo da maneira como elas se comportarem neste momento.

**O GLOBO**  
FUNDAÇÃO DE IRINEU MARINHO  
Diretor: João de Deus ROBERTO MARINHO  
Diretor Administrativo: RICARDO MARINHO  
Diretor Financeiro: HERBERT HENRI  
Diretor Científico: ROBERTO MARINHO

## Morreu Mac Arthur, Herói de Três Guerras



O General Douglas MacArthur morreu no Hospital Militar em Washington, aos 84 anos, vítima de uma complicação renal e hepática, depois de um período de três semanas de doença. Foi o primeiro dos três filhos do General Douglas MacArthur, nascido em 1882 em Little Rock, Arkansas. Foi o primeiro dos três filhos do General MacArthur, nascido em 1882 em Little Rock, Arkansas. Foi o primeiro dos três filhos do General MacArthur, nascido em 1882 em Little Rock, Arkansas.

### CASTELO BRANCO: HAVERÁ PUNIÇÃO PARA OS TRAIDORES

Ao receber grande manifestação popular, ontem, diante de sua residência, em Ipanema, por sua valorosa atuação na revolução democrática e em favor de sua eleição para a Presidência da República, o General Humberto Castelo Branco afirmou que serão punidos todos os...

**EDIÇÃO**



### Histórias Que Nunca Esperem

ASSISTINDO-SE às comemorações mundiais do aniversário de 150 anos da Revolução Francesa, o jornalista francês, ex-1º prêmio da revista 'Nouvel Observateur', escreveu um livro sobre a Revolução Francesa, que trata da Revolução Francesa, que trata da Revolução Francesa, que trata da Revolução Francesa.

Fonte: Acervo Digital do O Globo.

Conforme observamos na imagem acima, após o golpe civil-militar, os discursos produzidos pelos jornais não apenas destacam que a revolução democrática se antecedeu à revolução comunista, como coloca em destaque a necessidade de que haja unidade nas Forças Armadas, para deixarem as divisões de lado, pois “a volta da agressão comunista está dependendo da maneira como elas se comportarem neste momento” (O GLOBO, 1964, p.1).

Nessa mesma página do jornal, na seção à esquerda, com pouca evidência, há uma promessa bastante ofensiva de quem seria o primeiro presidente pós-golpe consumado, Castelo Branco (eleito indiretamente como primeiro presidente da ditadura). A matéria ressalta que em sua residência o general recebeu grande apoio popular por sua “valorosa” atuação na revolução democrática, que então afirma: “serão punidos todos os responsáveis pela desordem e pela comunização do país” (O GLOBO, 1964, p.1).

Portanto, a representação oficial de que, de fato, o país vivenciava um período de comunização estava presente nos discursos dos defensores da ditadura civil-militar, bem como na sua divulgação através dos jornais da época. Esta representação é a divulgação da imposição da ideologia do grupo que estava no poder, significando que os jornais expressam em seus ditos e não-ditos o que interessa à representação oficial e sem a imparcialidade ou crítica aos acontecimentos do contexto.

O título principal: “O Brasil põe suas esperanças na coesão das Forças Armadas” diz muito sobre como o jornal representa o contexto histórico em que o golpe foi instalado, que para além de ressaltar a importância da firmeza dos militares para que a “revolução” tenha continuidade e sucesso, os coloca como os grandes salvadores das ameaças comunistas (A UNIÃO, 1964, p.1).

Esse novo regime governamental instaurado após 1964 não foi arquitetado de forma impensada e imprevista. Como nos explica Cunha e Góes a esse respeito (1985):

A tomada do poder no Brasil em 1964 não foi um simples golpe latino-americano, nem mais um pronunciamento, e sim uma articulação política de profundas raízes internas e externas, vinculada a interesses econômicos sólidos e com respaldos sociais expressivos. Não foi coisa de amadores (CUNHA; GÓES, 1985, p.32).

De fato, há uma grande articulação da qual parte da mídia à época tem sua parcela de responsabilidade. Não foi à toa que grande parte da população apoiou a ditadura, uma vez que os militares se apresentaram como a solução para a “desordem” que o Brasil enfrentava. Ora, no governo de Jango ou, em qualquer governo considerado populista, não havia possibilidades para disseminar o “Estado tecnocrático-civil-militar” (CUNHA; GÓES, 1985).

Assim, o que tivemos em 1964 refere-se à vitória da articulação entre militares e grandes empresários, com implicações no modelo governamental, estabelecendo um novo regime pautado nas forças socioeconômicas, reerguendo a força militar e os interesses da classe dominante. Germano (2011) chega a afirmar que se tratou de uma “restauração da dominação burguesa” (GERMANO, 2011, p. 53).

Em matéria do dia 11 de abril de 1964, temos o texto com o seguinte título: “Revolução Consolidada” (Figuras 5):

Figura 5: Reportagem de Jornal sobre a Revolução consolidada.

**A REVOLUÇÃO  
CONSOLIDADA**

**NOS TERMOS DA CONSTITUIÇÃO** e do Ato Institucional o Congresso elege hoje o novo Presidente e Vice-Presidente da República. Atinge, portanto, a Revolução a fase final de sua organização, com vistas à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral que se propõe realizar em bem do País.

**TODOS OS BRASILEIROS** vêm, com esperança e desafio, chegar à Suprema Magistratura a figura eminente do General Humberto Castelo Branco, que reúne todas as qualidades necessárias para desempenhar as funções presidenciais nesta hora difícil da vida nacional.

**COM A SUA ECONOMIA** aniquilada pelos atos de pura insensatez que foram o fato do Governo deposto, atravessando uma séria crise financeira, vindo seu povo passar as maiores privações pela alta incansante dos preços, sentindo a necessidade de uma série de providências capazes de corrigir as desigualdades sociais violentas, para que se inicie uma época de tranquilidade e bem-estar social, o Brasil não podia perder tempo com as estérteis lutas políticas, com os esboços da oligarquia comuno-sindicalista, com os espertinhos dos cúmplices da administração passada.

**URGIA A LIMPEZA** do terreno, a fim de que o novo Governo pudesse encetar, imediatamente, a sua tarefa regeneradora. Para isto foi baixado pelo Alto Comando Revolucionário o Ato Institucional, cujo principal efeito deve ser o de permitir a normalização imediata da vida administrativa.

**TRATA-SE**, evidentemente, de uma medida de exceção, que para certos espíritos carregados de um liberalismo à outrance aparecerá como um atentado às liberdades públicas. Queremos chamar a atenção dos que assim pensam, para o fato de que o momento nacional também é de exceção, pedindo, em consequência, remédios drásticos e extraordinários.

**DEVEM PONDERAR** os que se arrebiam ante a cassação de mandatos parlamentares, a supressão de direitos políticos, a derogação transitória de certas garantias, que aquelas cidadões atingidas por tais sanções e restrições são os mesmos que, até há quinze dias, perguntavam o desaparecimento do Congresso porque este se recusava a votar as reformas esquerdistas, ameaçavam os deputados com os castigos mais severos e tramavam, abertamente, a queda do regime.

**SE A REVOLUÇÃO** não tivesse obtido a vitória, se os comunistas e seus aliados houvessem derrotado os democratas, que teria acontecido ao Brasil? Estaríamos mergulhados num banho de sangue, os pelotões de fuzilamento não desamarravam, a Constituição teria sido abolida, o Congresso fechado e ninguém mais ouvia falar em liberdades públicas ou privadas. O Ato Institucional objetiva, precisamente, a impedir que os inimigos da democracia voltem a ditar as condições de

**ASSUMIRAM OS CHEFES** militares uma imensa responsabilidade, quando deflagram o dispositivo revolucionário. Vitoriosos, e que deles esperava a Nação é que não interrompessem no meio a jornada de restauração democrática. E o Alto Comando não tem decepionado o País, pois tem-se mostrado disposto a terminar aquilo que iniciou ao impulso dos mais nobres sentimentos de patriotismo. Arrestando a incompreensão de muitos, que não tiveram o mesmo siso pela pureza das instituições quando estas eram vítimas da campanha de descrédito movida pelo Governo Goulart, resolveram oferecer ao Brasil o Ato Implementador da Revolução. Merecem os aplausos dos que colocam a sobrevivência da democracia e da liberdade acima de qualquer formalismo, pois os cercamentos de hoje asseguram, para sempre, o regime democrático no Brasil.

**ESPERAMOS QUE** o novo Presidente, os chefes da Revolução e o Governo que se vai constituir recebam a cooperação de todos os democratas conscientes, de todos aqueles que sabem que o ideal revolucionário é a democracia e não vivem em dúvida a sinceridade do procedimento que inspirou a feitura do Ato Adicional. Pois só com a colaboração de todos será vencida esta fase excepcional de nossa existência como país soberano e voltaremos ao pleno gozo das garantias constitucionais, que até agora só estavam garantidas os mares brasileiros, os agitadores e pregoeiros da subversão.

**AS FORÇAS ARMADAS** estão cada vez mais coesas em torno de seus chefes e dos propósitos da Revolução. Até as candidaturas do Marechal Dutra e do General Kruel foram, com extrema elevação, retiradas por estes grandes militares, mais uma vez dignos da admiração de seus patriotas, de modo que a eleição do General Castelo Branco representará, na sua pessoa, a consagração do movimento que nele teve um dos seus mais decididos líderes. Não venham, agora, os exagerados puristas e os insensatas leguleiros checar a momentânea suspensão deste ou daquele dispositivo constitucional. Lembrem-se de que se não fosse a Revolução já não estaria em vigor dispositivo constitucional algum e não temporariamente, mas talvez para sempre.

**SINTAM TODOS** os brasileiros que hoje é um dia de festa para o País, que vai consolidar a Revolução democrática, dotando-a dos instrumentos necessários para destruir, por completo, a máquina de subversão. Sintam que, após os riscos corridos, a Nação finalmente se encaminha para a reconstrução total. Sintam que isto se deve à energia e à coragem dos chefes das Forças Armadas, que estão procedendo como verdadeiros patriotas, preocupados apenas com os interesses do Brasil.

Fonte: Acervo Digital do O Globo.

Após a derrubada de Jango, tivemos como presidente provisório Ranieri Mazzilli. No dia 09 de abril foi emitido o Ato Institucional (AI) nº 1 e, de fato com a posse do general Castelo Branco, a chamada revolução foi concretizada. O texto acima destaca que com o estabelecimento do novo presidente Castelo Branco, a revolução atinge sua fase final de organização, “com vistas à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral” (O GLOBO, 1964, p.1) para o “bem” do país. Além disso, destaca-se o caráter regenerador da revolução, defendendo o primeiro Ato institucional

repressivo como necessário ao contexto de desordem do país, com argumento de que ou era isso ou então o caos comunista se instauraria de vez.

O objetivo desse Ato seria, portanto, de “impedir que os inimigos da democracia voltassem a dispor de condições para atentar contra a liberdade e o regime”. Hoje (dia da revolução consumada) os brasileiros deveriam estar em festa pela vitória da democracia, pois foram adotadas medidas necessárias para “destruir” totalmente a “máquina da subversão”, diz o texto (O GLOBO, 1964, p.1).

Claramente, é uma seção do jornal que defende o golpe de 1964, exaltando os que corroboraram para o sucesso da tomada do poder, além de procurar justificar as atitudes repressivas tomadas para “salvar” o Brasil (O GLOBO, 1964, p.1). Contudo, a ditadura civil-militar, longe de ser revolucionária no sentido de asseveração da democracia, apesar de em seus discursos observarmos a exaltação da defesa democrática, configurou-se em um regime ditatorial. Mas foi apresentada à população enquanto um contragolpe, necessário na luta contra o comunismo e, para tanto, a doutrina da “Segurança Nacional” esteve presente nos governos militares. Trata-se da inversão no uso da palavra democracia no período.

A doutrina da Segurança Nacional legitimou as ações repressivas dos militares, pois em nome da segurança do país, os militares agiram contra todos os que não concordavam com as ações autoritárias de 1964 a 1985. A Segurança Nacional representou a grande ideologia disseminada pelos militares ligados à Escola Superior de Guerra (ESG), os quais estavam em conformidade com os interesses dos norte-americanos. Segundo Germano (2011, p. 54), a Escola Superior de Guerra (ESG) compunha-se em “um aparelho ideológico no interior das Forças Armadas”. A ESG seria como um eficaz formador de militares que ambicionam o poder, defendendo uma ideologia pautada no autoritarismo, embora seu discurso seja de proteção à nação.

As implicações e finalidades da ideologia da Segurança Nacional são facilmente identificáveis. Primeiro, ela pressupõe que existam inimigos, isto é, se a sociedade brasileira vivenciava a insegurança, significa que inimigos atuavam e precisavam ser combatidos. Nesse caso, supunha-se que esses inimigos seriam os comunistas, ou qualquer um que manifestasse insatisfação com os padrões estabelecidos (SANTOS, 2018, p.50).

O combate ao inimigo do Estado foi a grande bandeira erguida e aniquilar os subversivos era a missão. Tais inimigos (qualquer sujeito que fosse contra as imposições e ideologia da ditadura militar) deviam ser perseguidos, por isso que, para

encontrá-los ou obter informações sobre eles, o regime utilizou-se de todos os meios, daí as prisões arbitrárias, torturas etc...

A cidadania foi desconsiderada pelo Estado Militar, pois aqueles que não concordavam com as ideias propagadas pelo regime e os que não aceitavam essa política autoritária pós-1964 foram fortemente combatidos, sem espaço para o diálogo, sem constrangimento. Essa ideologia de segurança foi propagada no Brasil com sucesso, como também em outros países da América Latina. Germano (2005) salienta que as duas palavras que fundamentavam o golpe de Estado de 1964 foram: segurança e desenvolvimento.

A segurança pressupõe a destruição da subversão, da desordem, do comunismo, das ameaças, e com segurança se alcançaria o tão almejado desenvolvimento, o progresso, o sonhado Brasil Potência. Colocar o país em “ordem” era a condição para o progresso. Desse modo, todos os cidadãos deviam respeitar as ordens dos militares, pois só as Forças Armadas garantiriam a salvação, “abrindo, assim, as portas do desenvolvimento e do progresso, à medida que a ordem foi restabelecida” (GERMANO, 2005, p.321).

É preciso compreendermos que salvar a democracia e estabelecer a ordem significava salvar os interesses dos militares, das classes hegemônicas que não rejeitaram a proposta reformista de cunho democratizante que se configurava no início dos anos 1960. Nesse contexto de ditadura, a democracia pode ser sinônimo de ordem, submissão e autoritarismo. Em nome da democracia, parte dos cidadãos brasileiros foram perseguidos e tiveram seus direitos negligenciados.

A ideologia da segurança nacional alcançou a muitos, os quais amedrontados, viam nos militares a única saída. Essa ideologia se propagou pelo Brasil, e convenceu muitas pessoas, destacando-se o apoio dos grandes meios de comunicação nas ações dos governos militares.

O que seria, inicialmente, uma tomada de poder passageira para “salvar” o país, tornou-se forte, uma vez que por duas décadas os militares controlaram o poder, que ultrapassou a função executiva, estendendo-se às funções legislativa e judiciária. Foi na arbitrariedade que os governos militares se firmaram para impor suas vontades político-ideológicas. A força do autoritarismo proposto e executado pelo regime militar pode ser analisada, não somente pela surpreendente habilidade de criar mecanismos que impediram que tanto o legislativo quanto o judiciário interrompessem a atuação

antidemocrática do executivo, mas também por controlar vários setores da sociedade civil, como instituições representativas, sindicatos etc. (GERMANO, 2011).

Ressaltamos que toda a força contraída pelos militares foi possível através da legislação que eles mesmos atentaram de modificar de acordo com suas pretensões. Nessa perspectiva, através de dispositivos legais, os militares atuaram de forma autoritária na sociedade, com ideologia pautada em seus objetivos, especialmente os econômicos. Assim, abusaram da lei para permanecer no poder.

O primeiro Ato Institucional supracitado foi apenas o começo do uso da força da lei para instituir o Estado antidemocrático. Com o AI-1, o poder Executivo foi fortalecido e os demais poderes foram abrandados, havendo um desequilíbrio entre os poderes, o que foi apenas o começo. Ao longo da ditadura civil-militar, o executivo exerceu também o papel de legislador e juiz. Era a lei a serviço dos dominantes, através do AI-1, seguido do AI-2, AI-3 e AI-4 (GERMANO, 2011).

Esses AIs endureceram a ditadura, tornando o regime militar cada vez mais intenso, permitindo a perseguição aos opositores, suspendendo direitos políticos, impondo ao congresso a adesão de leis (ou mesmo aprovando por conta própria), etc. (SANTOS, 2018).

Com um congresso já enfraquecido, em 1967, é aprovada a nova Constituição, sem participação popular, antidemocrática, aprovada por um congresso que em sua maioria era composta pelo ARENA (Aliança Renovação Nacional), partido da situação.

Podemos destacar que a constituição antidemocrática de 1967 incorporou os objetivos capitalistas, a preocupação com o desenvolvimento econômico e os interesses de mercado, e também, a fomentação da educação tecnicista.

Em linhas gerais, a intervenção do estado na economia abrangeu: gestão da força de trabalho e aumento de sua capacidade extrativa ou de exação tributária, dispêndio de vultosos investimentos em infraestrutura e na indústria pesada, concessão de créditos, subsídios fiscais e favores a grupos empresariais que, no limite, redundaram em corrupção e negociatas, endividamento externo e interno (GERMANO, 2011, p. 72).

O Estado Militar, de acordo com a constituição, tinha seus objetivos econômicos e os de grandes empresários autenticados por decretos, atos institucionais, etc., atuando na economia brasileira.

A ditadura civil-militar, a qual mostrou sua verdadeira faceta aos poucos, teve com o AI-5 seu golpe fatal na sociedade brasileira. São as leis aprovadas pelos militares que escancaram o que estava para além dos discursos de combate ao comunismo, do estabelecimento da ordem e do progresso: o desejo de se perpetuar no poder.

Essa fase pós AI-5, considera-se o momento da “linha dura”. Podemos dizer que se trata do período mais sombrio da fase ditatorial, no qual qualquer pessoa poderia ser considerada inimiga do Estado e a ditadura civil-militar ultrapassou os limites da radicalidade, chegando à barbárie. Como nos esclarece Germano (2011):

Em tal contexto, todas as pessoas foram transformadas em inimigos potenciais do Estado. [...] As forças repressivas passaram a atuar sem nenhum controle, abrindo o caminho para a instauração do terror do Estado: prisões arbitrárias, torturas e assassinatos de presos políticos faziam parte da cena brasileira da época. Ao lado disso, foi instaurada a censura à imprensa, à educação e à cultura (GERMANO, 2011, p. 66).

Nesse momento de AI-5, observamos uma conjuntura de terror, em que os direitos individuais e coletivos foram reprimidos, as leis foram impostas não apenas para garantir a violência do Estado, mas para legitimá-las.

Figura 6: Reportagem de Jornal sobre o Ato Institucional nº 5.

# EDITADO O ATO 5

- 1) Congresso em recesso
- 2) Confisco de bens
- 3) Suspensos “habeas” políticos
- 4) Restabelecidas as cassações
- 5) Liquidada a vitaliciedade

É o seguinte o texto do Ato Institucional nº 5, ontem editado pelo Presidente da República:



**O GLOBO**  
FUNDAÇÃO DE BENEVO MARIANO  
Diretor-Responsible: RICARDO BARROSO | Diretor-Executivo: RICARDO BARROSO

## Jato cai no mar: cinquenta mortos




Com a queda do jato, foram mortos 50 pessoas, incluindo 40 passageiros e 10 tripulantes. O acidente ocorreu no dia 11 de dezembro de 1968, no litoral de Pernambuco. O avião, um Douglas DC-3, estava em voo regular entre Recife e Salvador. O jato caiu no mar, a cerca de 100 metros de altura. Os corpos foram encontrados em um círculo de 50 metros de raio. O resgate foi realizado por equipes de mergulhadores e socorristas. Os corpos foram identificados e sepultados em Salvador. O acidente foi atribuído a uma falha técnica no sistema de combustível. O piloto, o capitão João de Deus, sobreviveu ao acidente e foi resgatado. Ele sofreu ferimentos leves e foi internado em um hospital. O acidente foi o pior da história da aviação brasileira. Ele resultou na morte de 50 pessoas, incluindo 40 passageiros e 10 tripulantes. O acidente ocorreu no dia 11 de dezembro de 1968, no litoral de Pernambuco. O avião, um Douglas DC-3, estava em voo regular entre Recife e Salvador. O jato caiu no mar, a cerca de 100 metros de altura. Os corpos foram encontrados em um círculo de 50 metros de raio. O resgate foi realizado por equipes de mergulhadores e socorristas. Os corpos foram identificados e sepultados em Salvador. O acidente foi atribuído a uma falha técnica no sistema de combustível. O piloto, o capitão João de Deus, sobreviveu ao acidente e foi resgatado. Ele sofreu ferimentos leves e foi internado em um hospital. O acidente foi o pior da história da aviação brasileira. Ele resultou na morte de 50 pessoas, incluindo 40 passageiros e 10 tripulantes.

Fonte: Acervo Digital do O Globo.

Conforme observamos na página do jornal acima (Figura 8), foi editado o Ato Institucional nº 5, que regulamentou o autoritarismo no Brasil. Apesar de o jornal deixar em evidência o texto do AI-5, nota-se nenhuma linha de discussão/crítica sobre essa ação, o que pode ser compreendido, visto o contexto repressor da época (O GLOBO, 1968, p.1).

Mas o que queremos refletir é sobre o caráter totalitário do golpe, o qual foi fortalecido com a promulgação do AI-5, o qual consistiu na representação da vitória dos antidemocráticos e da linha dura dos militares, que pelo poder legalizaram a perseguição, a tortura e o autoritarismo, desprezando a soberania popular. (O GLOBO, 1968, p.1)

Refletimos sobre como cada grupo forja sua representação a partir de seus interesses e suas crenças, pois para muitos, o que houve a partir dessas medidas foi uma revolução e não um golpe totalitário que resultou em uma terrível ditadura. Obviamente, nem todos concordaram com o golpe, porém o discurso da época promoveu o convencimento e aderência a tais legislações e práticas violadoras de direitos. Nas memórias de um dos alunos<sup>13</sup> do Mobral, quando recorda esse momento, percebemos sua representação sobre esse período histórico: “[...] tem muita gente que é contra a ditadura militar, eu sou a favor, porque quando essa ditadura chegou ao país tava um momento de anarquia, de desordem. Eu dou nota dez à ditadura” (NASCIMENTO, apud CARVALHO; SANTOS, 2013b, p.5).

Tal depoimento revela que muitos foram persuadidos ou mesmos acreditavam que a ditadura era positiva para o país, uma revolução necessária para um momento de desordem, segundo suas representações. Nesse sentido, “o saber histórico pode contribuir para dissipar as ilusões ou os desconhecimentos que durante longo tempo desorientaram as memórias coletivas.” (CHARTIER, 2016, p.24). Ou seja, cada grupo forma suas representações por meio da construção de suas memórias individuais e coletivas, no entanto, nosso trabalho de historicizar o período ditatorial fundamenta-se

---

<sup>13</sup>Este depoimento foi retirado do arquivo do projeto PIBIC (2012-2013), com título: Memórias do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBREAL: Quando o testemunho refaz a história (1967/1985), coordenado pela Profa. Dra. M<sup>a</sup> Elizete Guimarães Carvalho.

no saber histórico corroborado por diferentes fontes e interpretações que ressignificam memórias e defesas de um passado autoritário.

Ora, duas questões são fundamentais pontuarmos antes de adentrarmos nas modificações ocorridas no âmbito da educação: primeiro, é importante retomar esse contexto histórico e a memória das ações repressivas dos militares, especialmente no que se refere ao AI-5. Essa memória não pode ser esquecida ou lembrada irresponsavelmente, pois se trata de uma lei que estabeleceu o terror na conjuntura brasileira, em que a perseguição atingiu o nível de crueldade ainda nunca visto na história do Brasil. Constituiu-se no momento da “morte” da democracia.

Precisamos rememorar e socializar sobre esse episódio de nossa história, tendo em vista que ainda nos dias atuais há pessoas defendendo não apenas o retorno da ditadura civil-militar, mas também o AI-5 e muitos outros retrocessos, especialmente na educação. A “escola sem partido”<sup>14</sup> configura-se como um exemplo de retorno das ideias defendidas pelos militares do período da ditadura, que se fundamentava numa escola que não ensine “subversão”, mas os “bons costumes”, a educação moral e cívica, etc.

Segundo, não há meios de compreendermos as representações sobre o MOBRAL nos distanciando de seu contexto histórico, pois as representações, tanto dos jornais quanto das pessoas que vivenciaram a experiência, estão ligadas diretamente a um lugar social e esse lugar envolve questões políticas, sociais, econômicas, etc. Nesse sentido, lembrar o contexto ditatorial é essencial para compreender os porquês do MOBRAL e suas representações.

No domínio da educação, entre 1964 e 1985, a política educacional constituiu-se em uma estratégia de governo. Dessa forma, todos os níveis de educação sofreram transformações. E o caráter tecnicista da educação ligado à formação para o trabalho se estabeleceu. A primeira interferência do governo militar na educação foi com a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) (1967-1985), através da Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967.

Os Movimentos de Cultura Popular dos anos de 1960 foram interrompidos, uma vez que a ideologia era contrária a atual administração, e mostrava-se inadequada para os novos interesses. A alfabetização de adultos não carecia mais de fazer leitura do

---

<sup>14</sup>A quem interessar saber mais sobre a temática, indicamos o texto organizado por Gaudêncio Frigotto: “Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira (2017)”.

mundo, apenas da palavra. Claramente não fazia parte dos objetivos dos militares a conscientização popular, mas a educação funcional e técnica.

Assim, o governo ditatorial fez forte investimento na educação funcional com um programa de alfabetização de massa, viabilizando uma educação que possibilitasse o sujeito a adquirir as técnicas de leitura e escrita e nada além disso, pois para formar o sujeito para o mercado de trabalho e trazer “todos” para o desenvolvimento econômico, não precisava de uma sociedade reflexiva, mas mão-de-obra minimamente capacitada. A educação nesse momento, para todos os níveis de educação tem caráter produtivista.

No tocante ao ensino superior, a Lei 5.540/1968 regulamentou a Reforma Universitária e essa reforma sofreu resistências por parte de professores e de estudantes à época, sem sucesso. O fato é que essa reforma já era desejada, tanto pelos liberais da época quanto pelos de esquerda, antes mesmo do golpe. Ambos almejavam a modernização das universidades, apesar de divergirem nessas mudanças.

Havia duas propostas de projetos, conforme nos explica Santos (2018, p.58):

Um dos projetos fora elaborado pela esquerda, que mesmo lutando por mudanças estruturais nas universidades, como o fim de cátedras e o aumento das pesquisas (proposta comum com os representantes da direita), desejavam também que as universidades apoiassem causas sociais, bem como protegessem os interesses relativos às transformações socialistas. O outro projeto proposto pela direita não comungava com ideias socialistas e desejava mudanças no que se refere a uma universidade ágil, moderna e produtiva.

Foram projetos diferentes e os militares se apropriaram dessas discussões para aprovar a reforma de 1968, a partir de seus interesses político-econômicos. Os militares viam a reforma universitária como estratégia para barrar a proliferação de ideias comunistas e ideologias reprováveis pelo governo à época. Segundo Motta (2014): “[...] as universidades significavam um desafio político para o comando militar. Encontrar estratégias mais adequadas para lidar com o ensino superior tinha importância para os planos de desenvolvimento, porém, tratava-se também de derrotar o inimigo (MOTTA, 2014, p. 102).

Desse modo, com a reforma universitária, “criou-se a departamentalização e a matrícula por disciplina, instituindo o curso parcelado através do regime de créditos; adotou-se o vestibular unificado e classificatório; e incentivou-se à privatização do ensino superior” (SILVA, 2014, p. 46).

Ressaltamos a participação dos EUA no Brasil, no que se refere às questões da Segurança Nacional e do combate a ideias comunistas às reformas educacionais, inclusive com apoio financeiro. Os acordos MEC-Usaid cuidaram de garantir as reformas educacionais de acordo com os interesses capitalistas dos EUA e do regime militar (CUNHA E GOES, 1985).

Esses acordos evidenciam a preocupação com a educação, pois os militares tinham consciência não apenas de sua importância, como de seu poder. A educação estava em lugar de destaque tanto para formar mão-de-obra e contribuir para o desenvolvimento econômico do país, como para ser lugar estratégico de influência política (MOTTA, 2014).

Assim, em todos os níveis de ensino, ocorreram modificações na política educacional (Reforma Universitária/1968; Criação do MOBREAL/1967; e Reforma de 1º e 2º graus/1971) e o objetivo era promover sujeitos técnicos e habilitados para o mercado de trabalho, sem desconsiderar a alienação política desses sujeitos.

Essas transformações foram resultado da Aliança para o Progresso, que encabeçou esse projeto considerado modernizador para a educação. Foram firmadas alianças entre os EUA e países da América Latina, com discursos de estimulação ao desenvolvimento, enfrentamento do comunismo e investimento na modernização. Essa iniciativa de modernização, alcançou o Brasil, e os acordos MEC-Usaid representam a influência dessa parceria no âmbito educacional.

Se por um lado esses acordos contribuíram com a chegada de recursos financeiros para a educação, em contrapartida, fortaleceram a ideologia tecnicista na educação brasileira e o regime antidemocrático do período.

Além do MOBREAL e da Reforma Universitária, foi legislada a terceira reforma educacional, Lei nº 5.692/71. Tal reforma modificou a educação a nível fundamental e médio. Talvez essa seja a reforma que mais representa os anseios desenvolvimentistas dos militares, pois com a reforma de 1º e 2º graus, esquematiza-se uma reestruturação na educação nacional, a fim de que ela fosse eficaz na contribuição com o desenvolvimento econômico. Estabeleceu-se, assim, para o 1º grau, a extensão da escolaridade obrigatória, de quatro (4) anos para oito (8) anos e que englobava, além do curso primário, o antigo curso ginásial. Já o ensino de segundo grau transformou-se em 2º grau de caráter compulsoriamente profissionalizante.

Com a Lei nº 5.692/1971, observamos com clareza a manifestação dos interesses econômicos do governo, pois sua intenção era de formar pessoas somente

para a mão-de-obra, desconsiderando o preparo para o exercício da cidadania, e enfatizando a formação para atuar no mercado de trabalho.

A intencionalidade capitalista dos governos militares em todas as reformas realizadas entre 1964 a 1985 constitui-se, portanto, evidente. Uma vez que as políticas educacionais regulamentaram uma educação para incentivar a formação para o trabalho, desde os primeiros graus de ensino até o superior. A educação, nesse contexto, foi gestada para servir ao setor econômico.

Nesse sentido, o governo militar soube utilizar-se da educação para promover uma educação tecnicista e para o trabalho, como também para reproduzir suas ideias e beneficiar-se com a alienação da população, a partir de uma educação acrítica. A política educacional desse contexto procurou, através do respaldo legal, a conformação dos sujeitos com a realidade autoritária, tendo em vista que todas as reformas não visavam ao questionamento, mas a reprodução.

Enfim, tivemos, entre 1964 e 1985, modificações no cenário e na educação bem definidas. Em tempos de violação de direitos, de perseguição e de injustiça, observa-se que o governo não desconsiderou a educação, mas atuou efetivamente.

### 3. O MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO – NAS LINHAS DA MEMÓRIA E DA HISTÓRIA

As representações sobre o MOBRAL podem ser encontradas nos diversos tipos de memórias, seja nas escritas (nos jornais da época, nas literaturas sobre a temática, nos documentos legais etc.), seja nas orais em forma de testemunhos e nas iconografias.

Halbwachs, em seu livro “A memória Coletiva” (2006), ressalta alguns tipos de memória: a individual, a coletiva e a histórica. A individual seria a percepção de um determinado evento pelo ponto de vista de um sujeito; a coletiva, a percepção social, o vivido em grupo; e a histórica, a aprendida, a história lida. Diante dessa diferenciação, o autor defende: toda memória é coletiva.

Neste tópico, queremos discutir sobre as representações do MOBRAL a partir da memória escrita, contida no Documento Básico do MOBRAL e na Lei nº 5.379/67 que regulamentou esse movimento. De acordo com o teórico citado, esses documentos fazem parte da memória coletiva.

Destacamos, porém, que esses achados encontram-se no âmbito do que chamamos de memória oficial. Ou seja, essas são as memórias escritas que foram formuladas pelos que estiveram no poder no período histórico em questão e que não houve intervenção em sua elaboração das pessoas “comuns”, professores, alunos, da população em geral ou daqueles a quem esses documentos/propostas se destinavam.

Assim, trata-se de uma memória oficial, pois ambos os documentos nasceram do grupo dominante para as massas e, desse modo, por si só, expressaram interesses de um grupo para regulamentar a educação de Jovens e Adultos no contexto da ditadura civil-militar. Então, suas representações encontram-se alinhadas aos interesses daqueles que planejaram o MOBRAL, a partir de suas visões de mundo.

Não negamos que essas memórias escritas estão dotadas de individualidade e coletividade, mas são, fundamentalmente, a versão de um grupo que estava no poder e que, sem considerar os anseios populares, pensou a educação de massa para adultos. Assim, tais documentos são a representação oficial dos que detinham o poder sobre a educação e sua regulamentação à época.

Desejamos, a partir da compreensão de que todas as memórias são uma representação do passado, discutir e problematizar esses documentos que são também memória histórica. Considerando Halbwachs (2006, p. 86): “a história não é todo o

passado e também não é tudo o que resta do passado. Ou por assim dizer, ao lado de uma história escrita, há uma história viva”. Portanto, ao estudar a história escrita desses documentos, objetivamos compreender também a história viva, ou seja, o que está por trás das narrativas oficializadas na memória desses documentos.

Nesta sessão procuraremos compreender as representações sobre o MOBRAL, a partir de seu Documento Básico e da legislação que o regulamentou, atentando para os significados e propostas apresentadas por essas memórias escritas e sua importância para a fundamentação desse movimento educacional direcionado a jovens e adultos no contexto pós golpe civil-militar de 1964.

### **3.1. Criação do MOBRAL: legislação e Documento Básico**

Em 15 de dezembro de 1967 foi aprovada a Lei nº 5.379 que regulamentou o MOBRAL e significou a criação de um movimento que se propagava enquanto uma campanha de massa para a alfabetização de adultos, durante a ditadura civil-militar.

Esse contexto histórico, pós-golpe de 1964, palco da criação do MOBRAL, foi o grande responsável pelo rompimento com as campanhas de massa de alfabetização de adultos dos anos 1960. Assim, o MOBRAL, à força do novo regime político, foi implantado para substituir essas campanhas anteriormente realizadas.

Dentre as campanhas populares dos anos 1960, tivemos: “De pé no chão também se aprende a ler”, “As quarentas horas de Angicos”, entre outras. Tais campanhas estavam embasadas na proposta pedagógica do educador Paulo Freire. Após a instalação de um novo regime político, essas campanhas foram desfeitas e criou-se, portanto, o MOBRAL para dar continuidade à educação de Jovens e Adultos. Porém, as modificações na educação propostas pelo movimento em tudo (ou quase tudo) se diferenciavam das iniciativas de 1960.

Deixando evidente que existiam outros movimentos em favor da educação de adultos antes da criação do MOBRAL e que esses detinham o apoio e participação popular, iremos compreender essa nova proposta que buscava uniformizar e centralizar todo o ensino nacional para adultos em uma única campanha de massa para a alfabetização.

No primeiro artigo da legislação do MOBRAL consta: “constituem atividades prioritárias permanentes, no Ministério da Educação e Cultura, a alfabetização funcional

e, principalmente, a educação continuada de adolescentes e adultos” (BRASIL, 1967, p.1).

Está bem claroque, de forma legal, assegurou-se, prioritariamente e de forma ininterrupta, a organização de atividades de alfabetização funcional. Assim, legalmente percebemos dois princípios que fundamentam a proposta de alfabetização do MOBREAL: trata-se de uma educação *funcional e continuada*. O que isso significa?

Significa que com a interrupção dos movimentos de cultura popular que antecederam o MOBREAL, foi posta uma política educacional para adultos. Na verdade, esses educandos passaram a se distanciar dos ideais freirianos, apesar de enxergarem na educação uma oportunidade de crescimento intelectual, histórico e humano, na perspectiva de conscientizar-se, sendo estagnados por uma lei que interpreta e estabelece para sua educação, a funcionalidade.

Vale salientar que todas as experiências educacionais de adultos promovidas pelos movimentos de educação popular foram interrompidas, de maneira que não deixaram rastros de suas importantes realizações, no sentido de que não poderiam continuar a alfabetização com conscientização, pois era preciso alfabetizar para a funcionalidade. A nova política educacional implantada denominou-se capaz de liquidar completamente o analfabetismo no Brasil, afirmando que as iniciativas anteriores foram vãs e equivocadas (SANTOS, 2015). Destacamos que os rastros deixados pelas Campanhas existem e atualmente motivam inúmeras pesquisas.

A revista *Veja* à época publicou (1970, p. 40): “além disso, como quase todas as outras campanhas, apenas se propunha ensinar – mal – a ler e escrever, sem pensar no futuro dos alfabetizados. [...] muitas outras tentativas – mais ou menos bem intencionadas – foram feitas”. Esse registro aponta como os movimentos populares de 1960 tiveram suas imagens distorcidas, assim, após 1964, essas campanhas foram desqualificadas, consideradas irrelevantes, afirmando até mesmo que foram iniciativas mal-intencionadas.

A mensagem não apenas buscava apagar o efeito desses movimentos ante a população, mas introduzir e valorizar o novo e, agora sim de acordo com as necessidades do contexto pós- golpe, o MOBREAL. Portanto, em 1967 a Lei nº 5.379 garantiu a promoção de atividades direcionadas a adultos, porém, sem articulação com as iniciativas anteriores.

Com essa lei sancionada, inicia-se o programa de educação de pessoas adultas, com novas propostas pedagógicas e legais que influenciaram diretamente as ações nesse

nível de ensino. É nesse arcabouço que a funcionalidade é encontrada em seu contexto histórico.

O discurso do Estado era acabar com o analfabetismo que não era apenas a causa do atraso econômico, principal preocupação do governo, mas uma praga que precisava ser erradicada. Essa conjuntura, em que a bandeira do desenvolvimento econômico era o que de mais importante defendia, não está preocupada com uma educação de qualidade para adultos, muito menos com a sua politização.

Dessa forma, era preciso educar funcionalmente esses sujeitos a serviço do mercado de trabalho e da construção de uma nação desenvolvida. Nas palavras de Jannuzzi (1979, p.54): “o analfabetismo é visto como algo que deve ser erradicado, porque é um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento do país”.

No Documento Básico do MOBRAL<sup>15</sup>, o presidente do MOBRAL, Mário Henrique Simonsen (1973), escreve uma mensagem aos prefeitos e, nela, destaca o lema do MOBRAL: “Você também é responsável!”. Esse lema, que foi difundido pela Campanha, atribuía a todos o compromisso de acabar com o analfabetismo no Brasil.

Figura 7: Imagem da capa do Documento Básico do MOBRAL.

---

<sup>15</sup>Esse Documento Básico do MOBRAL foi publicado em 1973, com 66 páginas. O documento significa o esforço de representar informações importantes sobre o funcionamento do MOBRAL. Apresenta-se como “inspiração” para as atividades do movimento a nível local, aos municípios. Também é ressaltado que o documento retrata o desempenho do movimento até a data da publicação.



Fonte: Arquivo Pessoal da Pesquisadora.

A ideia principal era culpabilizar e promover, isso é, culpar os sujeitos por não terem acesso à educação na idade regular, como se eles fossem os grandes responsáveis por serem analfabetos e pobres, e promover esse movimento que, segundo o presidente do MOBIL, estava alfabetizando milhões por ano, o que era um feito sem precedentes na história brasileira (BRASIL, 1973).

A lei que criou e regulamentou o MOBIL foi escrita em 1967, no entanto, sua efetivação e maior divulgação dessa campanha ocorreram na década de 1970. Esse modelo de política educacional estava em acordo com o plano econômico do governo militar, uma vez que esse movimento articulava-se com as propostas do período que almejava uma educação que contribuísse para superar o subdesenvolvimento.

Assim sendo, retomamos ao princípio da funcionalidade do MOBIL. A proposta legal deixa evidente que o MOBIL foi criado para atender a um público específico: aos jovens e adolescentes analfabetos. E, para esses, a alfabetização foi pensada com base no conceito da funcionalidade. Ou seja: para os analfabetos a educação proposta pelo Governo Militar fundamentou-se numa educação que os habilitasse para cumprir uma função social.

Mas que função social era possível, para sujeitos adultos alfabetizados funcionalmente, além do trabalho? Ao menos no âmbito do discurso, de fato, a

educação deveria ser funcional para que esses sujeitos entrassem no mercado de trabalho a fim de desenvolver o país economicamente. Portanto, se o analfabetismo impedia essa conquista econômica, alfabetizar o maior número de pessoas para inseri-las no mercado de trabalho seria o caminho. Esse raciocínio parte também do fato de haver muitos analfabetos naquele contexto histórico, e que foram acusados de serem os principais obstáculos para alavancar a economia no país.

Nesse contexto, o preconceito contra o analfabeto era tanto que os mesmos foram responsabilizados pelo subdesenvolvimento em que o país se encontrava. Eles não eram considerados o efeito, mas a causa de todos os males e problemas socioeconômicos.

As atividades do MOBRAL iniciaram em 1970 e, a partir desse momento, o movimento buscou alcançar todo o território nacional. Então, em meados de 1970, o MOBRAL buscou suprir todo o território brasileiro. Primeiramente priorizando a zona urbana, e, consecutivamente, a rural. Em seu Documento Básico, são apresentados alguns porquês. Entre eles, o do atendimento prioritário à população urbana analfabeta:

É a que pode ser recrutada mais rapidamente; É a mais pronta a instalação de pontos de alfabetização; É a mais fácil mobilizar alfabetizadores; É a população que mais padece de carências educacionais, dada a complexidade da vida moderna e o sentido altamente competitivo da sociedade industrial; Os adultos e adolescentes alfabetizados *são elementos importantes na produtividade do sistema econômico* (BRASIL, 1973, p.13).

Desse modo, o movimento educacional buscou pôr em prática seu objetivo de acabar com o analfabetismo em todo país, constituindo-se em uma campanha de massa. Notamos que a alfabetização desses sujeitos são “elementos importantes na produtividade”, sem fazer menção alguma à formação para a conscientização ou mesmo para a educação cidadã. A objetividade posta acerca do interesse em alfabetizar é evidente em seu Documento Básico.

Como mencionado anteriormente, a lei que assegura o funcionamento do MOBRAL indica dois conceitos que são pontos centrais da ideologia que orientou suas ações pedagógicas: a alfabetização funcional e a educação continuada.

Grosso modo, o primeiro conceito se comunica com a ideia da formação de pessoas para exercerem uma função significativa na sociedade. Logo, sem problematizarmos, compreendemos que a alfabetização funcional sobreveio para abrir caminhos de oportunidades para que os sujeitos atuem na sociedade, ou seja, os sujeitos

cumpridores de uma função social que exercem a participação popular na construção da cidadania.

Em resumo, na letra da lei dá-se a entender que o MOBRAL foi criado para promover cidadãos atuantes, mas por trás desse discurso encontrava-se o real objetivo, bem explícito em seu Documento: construir sujeitos trabalhadores alinhados aos interesses econômicos a serviço da produtividade.

O segundo conceito, por sua vez, encontra-se no âmbito das questões relativas aos procedimentos e metodologia que afetam absolutamente a parte da organização pedagógica do movimento, por exemplo: a realização das etapas propostas pelo MOBRAL, orientadas e supervisionadas pelo MOBRAL/CENTRAL; o desenvolvimento das habilidades de ler, escrever e contar; e, dentro desse contexto, encontra-se outro conceito que também está fixado a esses dois principais supracitados, o que também influencia as práticas pedagógicas e burocráticas do MOBRAL: a aceleração.

A noção de sujeitos que cumprem uma função e que são participativos na sociedade está efetivamente ligada à participação desses indivíduos no âmbito econômico, a fim de treiná-los para o trabalho. Para tanto, a ideia da funcionalidade adequa-se perfeitamente aos anseios pedagógicos desse movimento educacional. Ou seja, alfabetizar sem preocupar-se com a formação crítica, mas com ensinar a ler e escrever de forma rápida e continuada, de modo que o processo educacional e a habilitação dos sujeitos para o ingresso no mercado de trabalho fossem efetivados instantaneamente.

Em seu Documento Básico, consta que o MOBRAL objetivava formar sujeitos trabalhadores, que contribuíssem com o acúmulo do capital, com o desenvolvimento do país. A finalidade do MOBRAL não foi de formar cidadãos atuantes e transformadores da sociedade, da política, da cultura, da história, etc., como intencionavam os movimentos anteriores, mas pessoas que tivessem as condições educacionais mínimas para produzir.

Interessante é observar o atendimento prioritário no tocante à idade dos educandos. A faixa etária seria justamente entre 15 e 35 anos. O Documento explica um dos porquês: “é a que apresenta maior probabilidade de devolver em termos de acréscimo de produtividade, os recursos investidos na sua formação” (BRASIL, 1973, p.13). O MOBRAL também atenderia à faixa etária inferior a 15 anos e superior a 35 anos, porém a prioridade era para os sujeitos que pudessem “devolver” o investimento

do Governo Federal em forma de produtividade e condições de resistência para melhor atender às demandas de uma sociedade industrializada, urbana e produtiva.

Destacamos que uma educação funcional objetiva promover um ensino-aprendizagem funcional, que, por conseguinte, pouco possibilita a ascensão do sujeito na sociedade no sentido de contemplar todos os aspectos necessários para nela atuar, afirmar-se e modificar-se, enquanto cidadão, homem histórico e crítico frente à realidade social e seu contexto (SANTOS, 2015). Com isso, se o sujeito trabalhava no campo e alfabetizado pelo MOBRAL conseguiu mudar de setor, com melhores condições de trabalho, de fato ele conquista uma ascensão social. Entretanto, através da alfabetização funcional, tal sujeito, naquele contexto histórico, não conseguiria ascender socialmente enquanto cidadão, pois precisaria que a educação alfabetizadora complementasse a conscientização. Como ocorreu nos movimentos de educação popular que foram aniquilados pela ditadura civil-militar, ou como explica Freire:

Afastáramos qualquer hipótese de uma alfabetização puramente mecânica. Desde logo, pensávamos a alfabetização do homem brasileiro, em posição de tomada de consciência, na emersão que fizera no processo de nossa realidade. Num trabalho com que tentássemos a promoção da ingenuidade em criticidade, ao mesmo tempo em que alfabetizássemos. (FREIRE, 1967, p.103).

Podemos afirmar, a partir dessa ótica, que a funcionalidade posta pelo MOBRAL contribuiu para a limitação do sujeito alfabetizado, reprimido à função de trabalhador. Pois, face a essa determinação, como poderia ocorrer uma alfabetização que buscasse ascender esse sujeito à condição de cidadão, de modo que ele criticasse e interviesse no regime ditatorial?

Nesse sentido, podemos recorrer à uma formulação significativa do que é uma alfabetização funcional, segundo a lei que normatizou o MOBRAL, explicada por Escobar (2007). A designação “funcional” originou-se

[...] no estilo norte-americano e, por isso mesmo, é usado numa visão mais complexa do que meramente o conhecimento da leitura e da escrita. O conceito de funcionalidade corresponde a um modo de estar adaptado às exigências da sociedade moderna e de sua relação com o sistema de produtividade e consumo. Com efeito, a comparação entre a funcionalidade na alfabetização e modernização da sociedade corresponde ao pensamento economista burguês, na avaliação entre papel social da alfabetização, e o de uma prática política, que influenciou o período do Estado Militar, com a criação do MOBRAL (ESCOBAR, 2007, p.10).

De acordo com Escobar (2007), há uma estreita relação entre a funcionalidade da alfabetização (proposta pelo MOBRAL, através da lei e de seu Documento Básico) e a modernização da sociedade. Tal modernização corresponderia ao quanto a sociedade brasileira se desenvolveria economicamente e não intelectualmente. Esse pensamento constitui-se o fundamento das reformas na educação durante a ditadura civil-militar, pois o caráter produtivista da educação e a valorização do crescimento econômico balizaram as iniciativas como a do MOBRAL.

Nesse sentido, é plausível que a criação do MOBRAL surgiu também do interesse em desenvolver o país no setor da economia, para que esse homem analfabeto fizessem parte do crescimento do Brasil, enquanto sujeito produtivo e não como empecilho a essa meta. Assim como escolas técnicas, cursos técnicos do segundo grau, por meio da própria reforma do ensino secundário (Lei 5.692/71), entre outros, promoviam a educação nessa perspectiva do MOBRAL, a de formar para o mercado de trabalho, para mão de obra. Nas palavras de Jannuzzi (1979):

Realmente, se a finalidade da educação é trazer todos para o desenvolvimento econômico, colocado como algo inquestionável, nada melhor do que tornar o treinamento o elemento “chave”, pois que mais rapidamente prepara os quadros de mão de obra para o mercado de trabalho (JANNUZZI, 1979, p. 54).

Ao analisar o panorama histórico repressivo que a sociedade brasileira enfrentava nos anos de 1964 a 1985, não podemos desconsiderar que essa ideologia de viés econômico que influenciou diretamente o governo da ditadura civil-militar, não interferiu no âmbito da educação. Ao contrário disso, percebe-se, com base nas memórias escritas, que o governo ditatorial utilizou-se da educação como sendo seu principal aliado na manutenção de seu poder.

Vale salientar que o MOBRAL estava embasado na teoria do capital humano, em que o indivíduo é compreendido como o responsável pelo seu bem-estar na sociedade, logo, se o sujeito não investir em sua qualificação pessoal, conseqüentemente, não irá produzir, tornando-se um atraso para o desenvolvimento do país. Assim, não vai usufruir e nem contribuir com a sociedade em que está inserido (SANTOS, 2015).

Tal teoria partia da lógica de que “a escolarização gera qualificação, a qualificação produz o trabalho, que conseqüentemente, gera o capital e

desenvolvimento” (SANTOS, 2015, p.47).E é nessa perspectiva que “a instrução assume um valor econômico de caráter funcional em que pesa a relação de custo e de investimento de capital necessário para que se possa transformar a educação em fator de crescimento nacional” (ESCOBAR, 2007, p. 10).

Na parte que trata de “A Ação do MOBREAL”, em seu Documento Básico,está definido o porquê de a alfabetização ser funcional da seguinte forma: “FUNCIONAL porque faz com que o aluno não se limite a aprender a ler e escrever, mas sim a descobrir sua FUNÇÃO, no TEMPO e no ESPAÇO em que vive” (BRASIL, 1973, p. 32).

Essa modalidade seria a iniciativa para alcançar os objetivos do MOBREAL, conformeos quais “procura-se levar a pessoa humana: à aquisição de um vocabulário; ao desenvolvimento do raciocínio; à criação de HÁBITOS DE TRABALHO; ao desenvolvimento da criatividade; ao conhecimento de seus direitos e deveres” (BRASIL, 1973, p. 32).A possibilidade de que educar funcionalmente jovens e adultos para o desenvolvimento do raciocínio lógico, aquisição de vocabulário e criação de hábitos de trabalho adequa-se a ideologia que norteou o movimento, sustentada pela Lei 5.379/67 eorientada pela concepção tecnicista.

Nesse contexto,o modelo educacional que predominou na experiência do MOBREAL estava ligado às técnicas e métodos voltados à produção, portanto, ao fator econômico, fincado na teoria do capital humano. Nessa perspectiva, questionamos em que sentido ou se de fato essa alfabetização acrítica promoveu o conhecimento dos direitos e deveres dos educandos.

Ora, o fator econômico sobressai ao fator humano e a leitura da palavra exclui a leitura de mundo dos educandos.A realidade não poderia ser questionada, visto que vivenciava uma ditadura.

Através das técnicas utilizadas pelo movimento educacional, o que se constituiu primordial, não havia espaço para a politização das pessoas. Na realidade, a leitura do mundo perdeu o espaço nesse cenário e nessa política educacional. Então, cabe a interrogação: qual seria o conhecimento dos direitos e deveres dos estudantes do MOBREAL?

Seria o direito de trabalhar e o dever de desenvolver-se? Seria a obrigação de contribuir com o desenvolvimento do país?O documento não esclarece de que se tratam esses direitos e deveres, mas considerando que a educação baseada na pedagogia freiriana foi interrompida para a implantação do MOBREAL, provavelmente os militares

não promoveriam uma alfabetização para o questionamento da realidade e conscientização das violações de direitos que ocorreram nesse contexto. Talvez coubesse uma expressão utilizada atualmente, em forma de questionamento: seria *o conhecimento de direitos do sujeito direito?* Pode ser que os participantes recordem e esclareçam essa questão.

O que é sabido é que a utilização das técnicas foi o caminho trilhado durante o desenvolvimento dessa experiência educacional, pois pensar e refletir não interessava nesse contexto político ditatorial. Ler o mundo, portanto, seria inadmissível. Tanto foi que a pedagogia de Freire foi perseguida e abafada. Daí o MOBRAL ser originado a partir da funcionalidade, de acordo com as propostas autoritárias da ditadura civil-militar.

Alguns programas foram ampliados em conformidade com o MOBRAL: o Programa de Alfabetização Funcional; o Programa de Educação Integrada; o Programa MOBRAL Cultura; o Programa de Educação Comunitária Para a Saúde; o Programa de Profissionalização; o Programa de Autodidatismo; e o Programa de Diversificação de Ação Comunitária. Também no Documento Básico, na parte “MOBRAL 1973, uma visão do futuro”, destaca-se o planejamento da expansão da alfabetização funcional via radiofônica.

A universidade de Viçosa, em convênio com o MOBRAL, vem elaborando um projeto de Alfabetização Funcional, via radiofônica, que deverá atender à população da zona rural. Será tentada a utilização da Radio Educativa como alternativa viável para regiões de rarefação demográfica (BRASIL, 1973, p.58).

Sistematicamente, na primeira fase do MOBRAL, almejou-se conseguir atingir o objetivo de aniquilar o analfabetismo no Brasil por intermédio do Programa de Alfabetização Funcional. A ideia era que esse programa fosse desenvolvido durante cinco meses e, em casos de os alunos apresentarem dificuldades na aprendizagem, acrescentava-se mais um mês para que aprimorassem seus rendimentos (SANTOS, 2015).

Após esse primeiro momento, os alunos passavam a participar do Programa de Educação Integrada. Conforme consta na própria Lei 5.379/67, a alfabetização deveria ser funcional e *continuada*.

Os programas supracitados foram os principais, pois estavam conectados à ideia de formação continuada. Isso é, iniciava-se com as atividades do Programa de Alfabetização funcional e seguia-se com a Educação Integrada. Essa, por sua vez, estava preocupada com a formação educativa do homem para o mundo do trabalho. Assim, os programas contribuiriam para que o sujeito adquirisse a exigência mínima de escolarização para que fosse possível sua atuação enquanto trabalhador.

O MOBRAL apresentou-se como sendo mais do que uma proposta de educação, mas uma campanha de massa. Por isso, constituiu-se em um dos meios mais relevantes e eficazes que permitiu o intermédio entre o governo militar e a população. Desse modo, o MOBRAL serviu de mediação entre o governo dos militares e os setores populares (ESCOBAR, 2007).

É importante afirmar que o discurso que corroborou para a aceitação do MOBRAL, como também do governo militar, ante a população, não se apresentou de forma agressiva e violenta, mas em um discurso salvacionista e protetor dos interesses da pátria. Demonstrando-se que o que estava em pauta era um governo desenvolvimentista, criador de oportunidades para libertar o povo do cativeiro do analfabetismo.

A narrativa que objetivava ganhar maior apoio da população era da promoção do “bem estar social”, ideia que estava presente nos documentos do MOBRAL, o que foi amplamente divulgado, a fim de transmitir a imagem de um governo preocupado com seus cidadãos e sua evolução social e econômica, e por conseguinte, com a democracia.

Contudo, o que tivemos entre 1964 a 1985 foram governos autoritários e antidemocráticos, que conceberam a educação enquanto mecanismo de controle, utilizando o movimento educacional para “mascarar” os problemas sociais e político que, de fato, o país enfrentava. Além do mais, a população não se conformaria em simplesmente observar a destruição de todas as iniciativas a favor da alfabetização dos anos de 1960. Em represália, o MOBRAL representou a resposta para esse vazio que se fez com a interrupção das campanhas populares de alfabetização de adultos.

Por fim, destacamos que o caráter funcional da educação proposta pelo MOBRAL, com sua concepção tecnicista, que não tinha preocupação com a formação cidadã, como os movimentos de base dos anos de 1960, constituía-se, em sua finalidade, em apenas instruir, ou seja, ensinar a ler, escrever e contar.

Tanto a Lei 5.379/67, quanto o próprio Documento Básico, além de prever a educação funcional, gerenciam uma política educacional de engessamento e

conformismo dos jovens e adultos, ao oferecer uma alfabetização que não questionasse ou refletisse, mas de reprodução; ambos estavam em concordância com as ideias defendidas pelo Governo Militar e à serviço do desenvolvimento econômico e dos interesses hegemônicos. Nesse aspecto, compreendemos que a pedagogia do Mobral não poderia ser a esquematizada por Paulo Freire; o contexto, assim, impunha uma pedagogia tradicional, uma pedagogia tecnicista para alfabetizar adultos, como discutiremos a seguir.

### **3.2 Pedagogia Tecnicista para alfabetização de jovens e adultos**

Como desenvolvimento do capitalismo, as relações entre trabalho e educação e suas implicações estavam presentes nas discussões relacionadas à preocupação com a formação ou mesmo preparação de mão-de-obra. Historicamente, vislumbramos que dentro dessa perspectiva, o dualismo educacional permeava as políticas educacionais do Brasil. Educação, enquanto formação, se destinava às elites; e preparação, enquanto treinamento para o mercado de trabalho, para as classes mais pobres.

Nesse trilhar, destacamos que a formação para o trabalho, ao longo do tempo, foi ganhando cada vez mais interesse por parte dos governantes, pois o sistema capitalista impunha a necessidade de crescimento nos quadros de mão-de-obra para que ocorresse o esperado e planejado desenvolvimento econômico.

De fato, para as elites condutoras, a formação seria estendida, com interesse de ascensão ainda maior para essas classes, a partir de uma formação para além da profissionalização para o mercado, mas que conduzisse para cursos superiores que dariam condições de manter-se no poder e ocupando os mais altos cargos. Porém, para a maior parte da população brasileira, a oferta da educação era mínima ou inexistente e, quando de fato, o grande avanço industrial e tecnológico sobreveio, a preparação para o exercício do trabalho fez-se necessário.

No contexto da ditadura civil-militar, a relação entre educação e trabalho se estreitou, de forma que a profissionalização no ensino público foi a maior prioridade encontrada nas entrelinhas e de modo escancarado na legislação educacional em todos os níveis de educação, para ricos e pobres. Na verdade, para pobres, já que os ricos estavam amparados pelas iniciativas privadas que tiveram total apoio com os governos militares (GERMANO, 2011).

A Reforma de 1º e 2º graus realizada durante esse período é a prova de que a formação para o trabalho ganhou, com a Lei 5.692/71, outra dimensão, pois, compulsoriamente, a educação deveria servir para treinar pessoas para o mercado de trabalho. O fato é que durante esse período, a educação passou a ser organizada para atender a um estratégico planejamento de desenvolvimento econômico, a fim de qualificar mão-de-obra e atender a esse sistema capitalista. Assim, o discurso desse momento histórico era de efetivar mudanças na legislação educacional para adequá-la ao novo contexto sociopolítico e econômico, atendendo aos interesses dos governos pós-1964.

No tocante à educação, o MOBREAL propunha-se a alfabetizar jovens e adultos, mas sem fazer questionamentos à realidade dos educandos ou mesmo, sem intenção de formar para o conhecimento de direitos. Por isso, a pedagogia tecnicista adequou-se aos interesses da educação do MOBREAL, já que seu objetivo seria ensinar a ler, escrever e contar funcionalmente.

No tocante à política, o MOBREAL facilitaria a manutenção de interesses políticos do período, pois a massa funcionalmente alfabetizada não conheceria a realidade que a cercava e muito menos questionaria as violações de seus direitos. Não se tratava de uma educação politizada, mas alienada. Compreendemos que o MOBREAL se constituiria em um movimento educacional politizado se sua metodologia de ensino, bem como seu material didático, regulamentos, seus interesses através da alfabetização, anunciados nos discursos oficiais, promovessem/defendessem o ensino-aprendizagem para além da leitura da palavra, da codificação e decodificação; mas que, juntamente com a alfabetização, houvesse uma conscientização dos sujeitos envolvidos no processo, a fim de que eles conseguissem ler o mundo e a realidade que o cercavam. Como enfatiza Barbosa (2014, p.68):

A proposta de alfabetização do MOBREAL tornava-se um mecanismo intimamente articulado ao contexto que lhe deu origem, a ditadura militar, pois bastava ao educando mobrealense dominar a leitura e a escrita, e não utilizá-la para reivindicar direitos, como na proposta educacional freireana (BARBOSA, 2014, p.68).

No tocante à economia, a qualificação estava ligada a uma alfabetização que pudesse inserir os cidadãos analfabetos no mercado de trabalho, e com isso, promover o “bem-estar” social e econômico, a fim de que o país saísse de sua condição de subdesenvolvimento para desenvolvido. O MOBREAL atendia a essas necessidades do momento, não objetivava formar sujeitos politizados, mas que a mão-de-obra fosse

possível de ser aumentada para atender ao desenvolvimento econômico, defendido pelos militares.

Destacamos que no Brasil, entre 1964 a 1985, foi imposta a pedagogia que mais se alinhava com as ideologias do regime político histórico daquele contexto, pois tal proposta não visava à formação, digamos intelectual, mas um processo educativo que objetivasse o treinamento.

É nessa perspectiva que a pedagogia tecnicista era orientada pela legislação do ensino no país. O tecnicismo pedagógico não se baliza em seu procedimento de ensino na figura do professor ou do aluno, mas nos meios didáticos para atingir fins específicos e premeditados. Tal pedagogia e o capitalismo caminham acoplados, pois suas finalidades são os resultados imediatos. Colaboram-seem uma compreensão de que a educação é defendida como um treino para aperfeiçoar indivíduos que servirão ao sistema. Nesse arcabouço, temos uma concepção produtivista da escola.

A Teoria do Capital Humano (TCH) influenciou o tecnicismo pedagógico, compreendendo que a função da escola é, basicamente, educar para o emprego. Essa ideologia influenciou diretamente as políticas educacionais, colaborando para expansão da educação no século XX.

Em linhas gerais, a lógica da TCH é que: na medida em que a escola treina sujeitos para o mercado de trabalho, possibilita o deslocamento do estado de subdesenvolvimento do país para o desenvolvimento, ao mesmo tempo em que esses sujeitos poderão usufruir dessa modernização. Assim, a evolução capitalista é percebida como ganho individual e coletivo (SANTOS, 2018, p.66).

Assim, a proposta legal do MOBREAL procurou estar alinhada aos interesses capitalistas, constituindo-se em um instrumento das classes dominantes (os militares no poder), ainda que a propaganda fosse fomentar a superação social por meio da educação a todo sujeito que, por mérito, buscasse. No entanto, observamos que apesar da ideologia do MOBREAL ser pautada na pedagogia tecnicista, não podemos descartar as práticas pedagógicas ocorridas, que poderiam, sim, burlar tais formas de alfabetizar, considerando que os sujeitos são dotados de subjetividades e com suas próprias apropriações, podiam modificar a experiência do MOBREAL, dependendo de seu contexto.

Mas as representações legais revelam que a responsabilização seria unicamente do sujeito, caso ele não alcançasse essa elevação, desconsiderando que as desigualdades

sociais são resultantes desse mesmo sistema. Nesse sentido, mascara as desigualdades e responsabiliza o indivíduo pelo seu insucesso e a ascensão social não alcançada.

A questão da desigualdade social é colocada como responsabilidade individual, causada porque alguns tiveram mais méritos do que os outros. Isso explica a estratificação social. A sociedade se divide em estratos, pois, os indivíduos que mais merecem por seu esforço e maior escolaridade devem assumir o topo da hierarquia social e ter melhor situação econômica e política. Ocorre a relação direta entre melhor qualificação profissional e maior escolarização de uma pessoa com a diminuição de sua pobreza (SILVA, 2017, p. 5).

A compreensão é de que investir em pessoas é uma saída para fortalecer o setor econômico, sendo a educação um mecanismo de desenvolvimento que treinaria os sujeitos para a prosperidade. Dentro desse sistema, o homem precisa de escolarização para usufruir dos benefícios do capitalismo, tendo que se esforçar para a qualificação ou não se enquadraria nesse modelo. Portanto, cada pessoa deve procurar sua capacitação profissional, a fim de aproveitar as vantagens e oportunidades que o desenvolvimento econômico poderá compensar. De fato, é uma lógica de competitividade de mercado que é excludente.

Assim, investir no capital humano representa fator fundamental para o crescimento da indústria e campo econômico, significando o empenho financeiro e educacional proporcionado ao indivíduo que se reverterá em investimentos para a economia do país (SANTOS, 2018).

A escolarização, nessa perspectiva, deve estar associada ao trabalho, visto que o enfoque da TCH é a produtividade e o desenvolvimento econômico, considerando a responsabilidade do indivíduo em investir em si para conseguir participar dos benefícios do capitalismo. Esse caráter comercial que ressignifica o papel da educação entende, também, que o investimento educacional destinado aos sujeitos trará retorno não apenas individual, mas para toda a sociedade.

Interessante percebermos que os menos favorecidos e que não têm recursos financeiros para se qualificar automaticamente estariam excluídos desse processo de bem-estar social. Se refletirmos, parece-nos um tanto fantasioso esse acesso imediato aos benefícios do mercado através da qualificação. Ora, os setores econômicos estão sempre evoluindo, sendo cada vez mais exigentes e excludentes. Muitos, portanto, estariam fora desses favorecimentos.

Vimos que formação objetiva faz parte da proposta da TCH, significando uma educação técnica e funcional, descartando a criticidade e o questionamento no processo educacional, no caso MOBREAL, na experiência de alfabetização. Mas a quem convém esse tipo de educação, senão às elites e aos interesses econômicos? São os maiores apoiadores dessa teoria e concepção de educação, pois ao manterem esse sistema capitalista radical, conservavam seus privilégios e ascensão econômica.

Durante a ditadura civil-militar, o Estado procurou inserir essa ideologia nas políticas educacionais de todos os níveis de ensino. O MOBREAL fez parte da estratégia de investimento na alfabetização de adultos para que os analfabetos deixassem de ser um empecilho ao desenvolvimento econômico.

Estratégia essa que visou apontar a culpabilidade dos sujeitos analfabetos e sua posição de “mal social” que atrapalhava o avanço do Brasil. A educação para o trabalho, técnica e funcional, faz parte da influência da pedagogia tecnicista, que se revela tão perversa por almejar o crescimento do indivíduo no âmbito da economia, sem que a formação crítica dos sujeitos fosse considerada. A partir dessa concepção de educação, a escola foi reduzida à função de educar para o trabalho e não para a democracia e/ou cidadania.

Assim, o sujeito além de não ter uma formação politizada, ainda é formado para a conformação dos padrões estabelecidos, colocando-se enquanto culpado dos problemas socioeconômicos e únicos capazes de reagir a essas condições subalternas, responsável por sua elevação social ou não e pelo desenvolvimento de seu país (SANTOS, 2018). Nessa compreensão, a pedagogia tecnicista é uma pedagogia tradicional, considerando a contribuição da TCH, defendendo uma educação claramente injusta.

Alfabetização funcional não gera qualificação, que não gerará trabalho, e assim, o desenvolvimento econômico, tão desejado, atingirá uma minoria que não são aqueles que apenas escrevem e leem, mas que foram treinados para não questionar, descartando-se a formação cidadã dos sujeitos que não conseguiram estudar anteriormente, promovendo uma educação acrítica.

Ora, o contexto histórico da ditadura é um contexto de negação de direitos, e, no que tange à formação cidadã, negou-se o direito à educação aos jovens e adultos daquele período, quando compreendemos que educação não pode ser reduzida à qualificação de mão-de-obra barata.

O jogo de interesses dos militares em avançar nas questões econômicas no âmbito nacional, e, especialmente, internacional, sem dúvidas direcionaram as iniciativas na esfera educacional. A intenção foi formar pessoas ideologicamente para o trabalho, oferecendo-lhes uma educação acrítica e técnica a fim de habilitá-las para o processo de produção, procurando construir trabalhadores por meio da qualificação mínima (SANTOS, 2018, p.69).

O MOBRAL representa um esforço para colocar em prática o indeferimento do direito à educação conscientizadora, substituindo o caráter político da educação pelo produtivista. O MOBRAL nasceu autoritário em sua política educacional e em seus métodos pedagógicos, pois foi planejado num cenário ditatorial. Então, como esperar uma alfabetização que de fato constrísse sujeitos de direitos? Ou que fortalecesse a democracia e o exercício da cidadania?

Pelo que podemos observar em nossa memória histórica, houve um esforço dos governos militares de promover a alfabetização de adultos, mesmo que possamos reconhecer, em nossa leitura interpretativa, que as políticas educacionais fomentadas entre 1964 e 1984, foram criadas intencionalmente para contribuir com uma sociedade que não questionasse ou lutasse contra o regime do momento.

Abaixo, um quadro que fizemos, considerando as representações das fontes, a fim de diferenciar a proposta da pedagogia de Paulo Freire (que foi interrompida) e o MOBRAL:

#### Quadro 1: Pedagogia de Paulo Freire x MOBRAL

<b>REPRESENTAÇÕES</b>	<b>PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE</b>	<b>MOBRAL</b>
-----------------------	----------------------------------	---------------

Origem	Experiência que nasce dos Movimentos populares, proposto pelo educador Paulo Freire	Nasce através da Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, regulamentada por militares
Método	Dialógico	Qualquer método que estivesse dentro do limite ideológico e político
Formação de professores	Voluntários universitários, instruídos no Centro de Cultura	Formação mediana, com relatos de capacitação via rádio
Remuneração	Voluntários	Alfabetizadores “voluntários”, com cobranças semelhantes aos empregados, mas sem regulamentação
O SER MAIS através da educação	Educação e conscientização enquanto instrumento de libertação, mudanças e superação de limites e condicionamentos	Educação em que o SER MAIS está ligado à conquista de privilégios, bem-estar social, manutenção do oprimido e a serviço do sistema
Alunos	Fazem parte do processo, constroem o conhecimento. São vítimas do analfabetismo por questões estruturais, desigualdades e negação de direitos	Receptores das lições do Mobral: transferência de conhecimento. São culpabilizados por sua condição que atrapalha o desenvolvimento de todos
Espaço/tempo/resultados	Primeiras experiências no cenário nordestino, nos primeiros anos da década de 1960. Pouco tempo de execução por ter sido interrompido em 1964. Relatos de pessoas que foram alfabetizadas em pouco tempo e que se diziam povo, não mais massa	Ampla abrangência, em rede nacional, com duração de aproximadamente 15 anos. Números de alfabetizados questionados pelas fontes, mas com relatos de que muitos foram alfabetizados funcionalmente
Palavras geradoras	Geradas a partir da realidade local dos alunos, considerando sua cultura, a riqueza fonética da palavra, retirada do universo familiar dos alfabetizados	Fabricadas universalmente, a partir das necessidades básicas do homem

Alfabetização	Conscientizadora	Funcional
Propósito da Educação de Adultos	Politização dos sujeitos e transformação da realidade	Adaptação
Educação	Como direito; Para a cidadania; Pedagogia da autonomia.	Como investimento econômico; Para o mercado de trabalho; Pedagogia tecnicista e bancária.

Fonte: Próprio autor.

Acreditamos que as memórias individuais e coletivas, bem como as demais fontes e suas representações, contribuíram para um melhor entendimento sobre o acontecimento educacional do MOBREAL. Compreendemos que foi possível, através das narrativas, reler esse passado e com isso, identificar diferenças e continuidades dos projetos de educação de adultos que o antecederam, baseados na pedagogia freireana. O que culminou no quadro acima é resultante da análise das fontes e de nossa própria interpretação.

#### **4. REPRESENTAÇÕES EM DISPUTA: RELENDO MEMÓRIAS DO MOBREAL EM NARRATIVAS JORNALISTICAS (1967-1985)**

Neste quarto capítulo, aprofundamos a discussão sobre o movimento educacional MOBREAL, objetivando compreender melhor suas representações, em especial, as notícias de jornais que se constituem na fonte principal e no diálogo com as demais fontes igualmente importantes: memórias de participantes, bem como as fontes documentais e bibliográficas. Tais narrativas contribuíram para problematizarmos as representações sobre o MOBREAL: as oficiais e não oficiais, através dos jornais, e as orais, através de depoimentos. Para tanto, inicialmente, nos primeiros momentos da pesquisa, utilizamos os procedimentos da História Oral temática, com isso, colhemos alguns depoimentos, mas no desenrolar da pesquisa, especialmente, após a qualificação, focamos nos jornais e, com isso, visitamos acervos digitais para reler essas memórias escritas.

Portanto, nesse capítulo, discutimos sobre as memórias e representações do MOBREAL, num diálogo entre fontes, considerando dois principais conceitos: o de representação e o de memória. Esses conceitos são utilizados para fundamentarmos nossas análises reflexões e compreendermos nosso objeto de estudo.

Após acesso às fontes, utilizamos a teoria de Roger Chartier (1990) para analisar as lutas de representações, seguindo os indícios e pistas das memórias narrativas apontadas pelos jornais do período, o que contribuiu para a escrita da história e a representação desse passado.

A análise caminhou sob a perspectiva do indiciário, proposto por Ginzburg (1989), para que nos rastros das matérias, nas entrelinhas das notícias dos jornais, pudéssemos compreender suas representações, enfrentando o esquecimento das produções que ainda não releram a história do Mobreal, a partir dos jornais, considerando sua promoção e as críticas a essa experiência através dessa fonte.

Esse trabalho, quando projeto, teve aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da UFPB e, após o exame de qualificação, ocorreram modificações que resultaram na conclusão deste capítulo.

##### **4.1 Entre fios e rastros: as reportagens escrevem a história**

É sabido, através da história da educação de adultos, que a importância atribuída à alfabetização desses sujeitos esteve ligada à promoção do desenvolvimento

do país. Tal associação acreditava que acabar com o analfabetismo solucionaria outros problemas do Brasil, como se esse fosse o grande culpado pelo atraso econômico, social e político. Construir uma nação forte passaria indiscutivelmente pela aniquilação do “mal” do analfabetismo, supervalorizando essa educação (SANTOS, 2014).

Através da criação e regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP) nos anos 1942 e 1945, respectivamente, percebemos o esforço para a viabilização financeira dos programas de educação de adultos, pois os Estados passaram a ter o apoio econômico do Governo Central.

Contudo, é na década de 1960 que a movimentação em torno da educação de adultos ganha força, como já discutido anteriormente. Importa reafirmar que, nesse contexto, tais ações em favor dessa educação caminhavam em direção a uma educação que primava também pelo respeito aos analfabetos, desprezando concepções que os estigmatizavam e fomentavam o preconceito. Além disso, tratava-se de iniciativas que contavam com instituições e pessoas distintas, daí a própria contribuição da Igreja Católica.

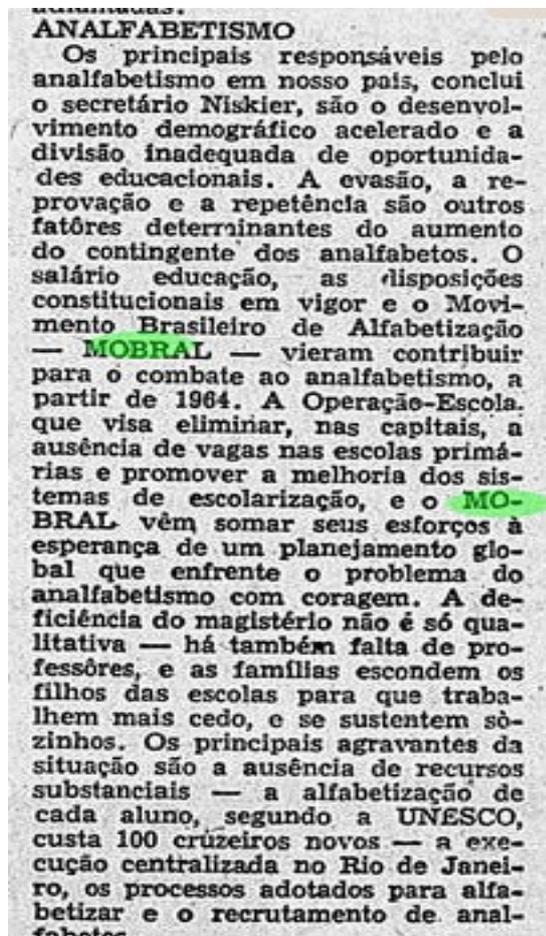
Após o golpe, observamos a intenção objetiva do Estado na intervenção da política da educação de adultos, a fim de monopolizar e substituir os movimentos que se colocavam favoráveis a essa educação. Portanto, todas as iniciativas que visavam alfabetizar adultos antes do golpe foram aniquiladas, dando lugar ao MOBREAL. O único movimento que resistiu foi o MEB, pois, além da proteção da igreja, também teve de reformular sua orientação, método e ideologia, adequando-se aos interesses do Estado Militar.

Em suma, a interrupção de tais projetos significa que eles estavam desenvolvendo seu papel de educar e estavam a favor de uma alfabetização conscientizadora de adultos, surgida em um contexto em que houve abertura para repensar a educação para esse público, com a contribuição do pensamento freireano, objetivando mudanças.

Com a instituição da Lei 5.379 de 15 de dezembro de 1967, cria-se o MOBREAL, que, na verdade, por motivo de falta de recursos suficientes, só começou a atuar, de fato, em 1970, desviando “24% da receita líquida da Loteria Esportiva e deduções voluntárias de 1 a 2% do imposto de renda devido pelas pessoas jurídicas para o programa de alfabetização. [...] dispondo em 1971 com uma quantia entre 20 a 25 milhões de dólares” (SANTOS, 2014, p.308).

As turmas de alfabetização de adultos foram criadas em todo país a partir da década de 1970, normalmente no período da noite. O MOBRAL, segundo a professora Mangueira (2020, p.1), “era visto como um projeto que iria tirar o Brasil do conceito que tinha de milhões e milhões de analfabetos”. É também, nesse sentido que discorre o jornal Correio da Manhã (1970), através da fala do secretário de ciência e tecnologia, professor Arnaldo Niskier, ao elencar as principais causas do analfabetismo e afirmar a necessidade de tirar o país do “conceito” dito pela professora.

Figura 8: Analfabetismo.



Fonte: Acervo digital Hemeroteca: Correio da Manhã.

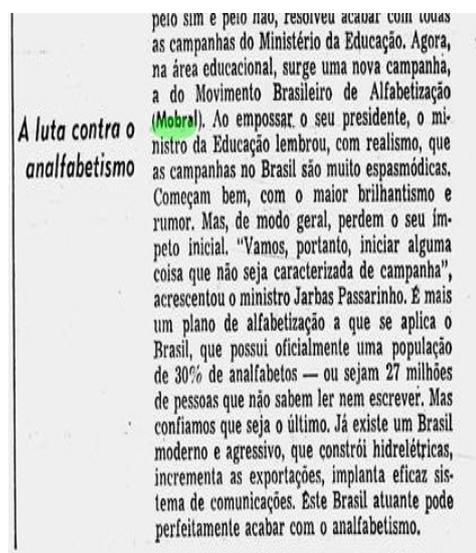
Então, segundo Niskier (1970), alguns fatores contribuíam para que o país estivesse num contexto em que a taxa de analfabetismo fosse alta, tais como: o

desenvolvimento demográfico acelerado, a divisão inadequada de oportunidades educacionais, a evasão, etc. ; o MOBRAL, portanto, viera para contribuir no enfrentamento do “analfabetismo com coragem”. Para o país, um projeto de educação de massa de alcance nacional, uma iniciativa que almejava ambiciosamente a erradicação do analfabetismo e o desenvolvimento, para os alunos, a oportunidade de aprender a escrever seu próprio nome, a ler, e assim por diante.

O MOBRAL ocorreu em diversos espaços e regiões do Brasil, nas periferias, cidades pequenas, sítios, em escolas, igrejas ou mesmo nas casas dos professores. A infraestrutura não era a adequada, mas a possível. A busca pela alfabetização era uma meta ousada e defendida pelo movimento, pois se tratava de lutar contra esse mal que alcançava a marca de “30 milhões de analfabetos” (CORREIO DA MANHÃ, 1970, p.11).

Jarbas Passarinho, o então ministro da educação, discorreu sobre a luta contra o analfabetismo, criticando iniciativas anteriores (1970, p.2), conforme figura abaixo.

Figura 9: A luta contra o analfabetismo.

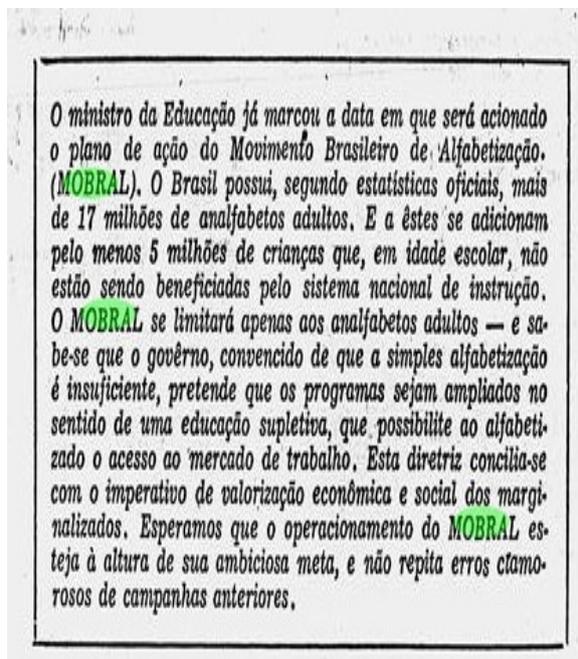


Fonte: Acervo digital Hemeroteca: Correio da Manhã.

É recorrente nas páginas dos jornais, especialmente em declarações do ministro da educação do período, a demonização das iniciativas de educação anteriores, conforme a reportagem acima. As campanhas anteriores de alfabetização, que tinham o

apoio e a proposta educacional freireana, são chamadas de: campanhas espasmódicas, que começam bem e acabam mal, que fazem barulho e brilhantismo, mas que se perdem ao final. O MOBREAL nasce com uma perspectiva diferente, segundo Passarinho, a começar, “vamos, portanto, iniciar alguma coisa que não seja caracterizada de campanha” (CORREIO DA MANHÃ, 1970, p.2). O movimento era apresentado como proposta nova para um Brasil “moderno e agressivo”, conforme reportagem abaixo, não seria apenas a alfabetização.

Figura 10: O Mobral não é uma campanha.



Fonte: Acervo digital Hemeroteca: Correio da Manhã.

A grande aposta sobre o MOBREAL, a partir dessa notícia, é de que ele não seria mais uma campanha contra a alfabetização, porém uma iniciativa ambiciosa que não apenas alfabetizasse simplesmente, pois seria ineficiente, mas que capacitasse o sujeito para o mercado de trabalho, a partir de uma educação supletiva.

Destacamos que o jornal, além de mencionar acerca dessa nova proposta para a educação, evidencia, nesse trecho, que o MOBREAL era ambicioso e teria metas superiores às iniciativas anteriores. Essas iniciativas, promovidas nos primeiros anos da década de 1960, estavam orientadas pela pedagogia freireana, mas foram interrompidas.

Essas experiências, de fato, se constituíam com uma meta realmente ambiciosa, pois as Campanhas pretendiam educar e conscientizar. Como observamos na discussão realizada por Carvalho e Barbosa (2011) sobre as “40 Horas de Angicos”:

Era uma metodologia diferente, inovadora ou alternativa para o desenvolvimento do trabalho pedagógico com jovens e adultos. As propostas de alfabetização contidas no sistema Paulo Freire não fazem da cartilha, instrumento principal do processo ensino-aprendizagem, mas dos “círculos de cultura”, que em substituição às tradicionais salas de aula, constituíam-se os espaços onde se desenvolviam o debate que davam origem ao processo de alfabetização e conscientização. Em Angicos, os alunos discutiam. Aprenderam a questionar, modificar, renovar e corrigir a realidade (CARVALHO; BARBOSA, 2011, p.72)

Assim, destacamos a diferença entre o MOBREAL e as propostas que o antecederam, tomando como exemplo a Campanha “40 Horas de Angicos”, extinta após o golpe de 1964. Tais experiências foram compreendidas como iniciativas errantes, surgindo em substituição, nesse novo contexto, o MOBREAL, em que sua ambição estava muito mais ligada à superação do número de analfabetos, a fim de que o povo aprendesse a ler e escrever, sem a dimensão da conscientização, presente na educação libertadora.

Dessa forma, do MOBREAL é esperado que ele supere essas iniciativas. Mas superar em que sentido? A representação que fazemos é de que o MOBREAL teria de atender a necessidade urgente de eliminar o analfabetismo ao mesmo tempo em que não promovesse nesse processo de ensino discussões que possibilitassem a politização, ou mesmo, como afirmavam, a subversão dos sujeitos. Teria de ser uma alfabetização que não se preocupasse em questionar a realidade dos educandos, mas que fosse eficiente para atingir objetivos imediatos: pessoas alfabetizadas, que lessem e escrevessem.

Podemos abrir um parêntese para refletirmos sobre a imprensa, especialmente, sobre esse jornal: a década de 1970 é marcada por momentos dramáticos para a imprensa, nas palavras de Gentilli (2001, p.1): “a sociedade inicia a década amordaçada”, no âmbito sociopolítico: guerrilhas, lutas armadas, sistema repressivo, AI-5, ditadura etc. No âmbito da imprensa: ferrenha censura, fracasso de alguns jornais e aumento de jornais alternativos, perseguição a jornalistas, greves da categoria, resistências.

Nessa conjuntura ditatorial e de extrema censura, muitas notícias não poderiam ser publicadas de maneira questionadora, portanto, o que observamos é que muitas dessas notícias estavam de acordo com o discurso oficial de quem estava no poder. O

que mais encontramos nas reportagens sobre o MOBRAL é que surge para superar as iniciativas anteriores de alfabetização, porém com metas mais abrangentes e ousadas, a fim de alfabetizar a maior quantidade de pessoas, bem como possibilitar, através da educação, a inserção dos sujeitos no mercado de trabalho. A ligação entre desenvolvimento e alfabetização também é amplamente divulgada à época.

No caso do jornal Correio da Manhã, que foi fechado em 1974, as notícias seguem o discurso oficial, representando a visão do grupo que estava no poder, ou apenas descreve alguma ação do MOBRAL ou fala de seus responsáveis, pelo menos nas reportagens levantadas.

Surpreendentemente, nesse contexto de censura, há também o crescimento da imprensa alternativa, surgindo como uma modalidade de imprensa em busca de espaços em oposição à grande mídia da época. Como exemplos desses jornais, temos: O Pasquim (1969 a 1991), Opinião (1972 a 1977), Movimento (1975 a 1981), Politika (1971 a 1973), entre outros.

Nesse arcabouço, entre aprovações dos jornais oficiais e possíveis críticas (ou não), ainda que encontradas nas entrelinhas de alguns jornais não-oficiais, procuramos discutir a divulgação sobre o movimento educacional à época.

Que o MOBRAL fora apresentado com metas ambiciosas é facilmente vislumbrado nas notícias supracitadas, mas para além das metas: quais os esforços e a concretização desse movimento? O que o diferencia das iniciativas anteriores? Quais as memórias encontradas nos jornais que representam esse movimento à época? A cada contato com os ditos e não ditos dos jornais sobre o MOBRAL, surgem esses questionamentos.

Observa-se que, o MOBRAL não é proposto como um direito de cidadania. Nesse sentido, Barbosa (2014) nos esclarece que o movimento garantiu o acesso à educação, mas na realidade, violou o direito à educação enquanto um direito humano:

As finalidades pedagógicas, aceleração e funcionalidade, desenvolvidas pela pedagogia de alfabetização do MOBRAL garantiram às pessoas adultas o direito de educação, mas negaram o direito à educação como um direito humano, pois a educação nessa perspectiva pressupõe um ato educativo direcionado para a reflexão crítica, permeado de indignação e comprometimento diante da realidade (BARBOSA, 2014, p.82).

É nesse sentido que nos indagamos sobre as metas ambiciosas do MOBRAL. Para quem seriam? Difícil certificar-se. Mas podemos interpretar que o MOBRAL

legitimou o regime militar, uma vez que corroborou por meio de uma educação tecnicista, que não estava direcionada para a formação do sujeito cidadão. Nesse aspecto, concordamos com Barbosa quando defende que não é porque houve o acesso à alfabetização que se garantiu o direito à educação como direito humano. O que observamos nos discursos oficiais é muito mais uma proposta de alfabetização assistencialista, do que uma proposta para garantir o direito à educação de adultos.

Dada a amplitude do que seria acabar com o analfabetismo, tanto os recursos humanos, quanto os financeiros deveriam ser em larga escala, uma vez que o número de analfabetos era alarmante. No jornal Correio da Manhã, encontramos a reportagem intitulada de “MOBRAL gasta pouco para alfabetizar muitos”. Vejamos abaixo.

Figura 11: MOBRAL gasta pouco para alfabetizar muitos.

## MOBRAL gasta pouco para alfabetizar muitos

Há estatísticas que falam milhões em um povo.

O Brasil tem 54 por cento de analfabetos — engloba em si o Brasil de 1961, ao ser obrigado a admitir a chaga viva da ignorância.

O índice foi decrescendo: 44 em 1958, em 39, e em 36, atualmente. Mas ainda deprime.

Nosso país, infelizmente, abandona agora a fase positivista, lacrimosa, e se propõe a eliminar as causas da vergonha.

### O Mobral e a fé

O Movimento Brasileiro de Alfabetização e 218 municípios têm convênio para a alfabetização de 237 mil pessoas. Este mês, serão firmados novos acordos com cerca de 200 Prefeituras. O professor Mário Henrique Simonsen revela, no programa “Debate em Painel”, na TV-Rio (sempre às terças-feiras às 11h30min), que o órgão pretende alfabetizar, em média, um milhão e meio por ano, atendendo a uma taxa prioritária que vai dos 14 aos 55 anos. Entrevistado pelo jornalista Arnaldo Lacombe, acompanhado por Maria Elza Couto, Astor Arseno e Florencia Pereira, Simonsen define a linha-mestra do MOBRAL:

— É fácil concordar com o ministro Jarbas Passarinho, quando ele diz que o MOBRAL não é uma campanha. As campanhas podem ser espetaculares e produzem bons resultados no campo do trabalho. Mas não edificam. O MOBRAL é um movimento. E trilhará todo o caminho até que se supere o problema que o gerou. Temos plano de fazer com que quatro milhões e meio de patricios pobres se alfabetizem nos próximos três anos. E chegaremos lá. O Instituto governamental foi bem compreendido por todos a cada dia que passa, cresce o número dos que se oferecem para colaborar.

Maria Elza Couto interrompe. A plateia de “Debate em Painel” quer explicações pormenorizadas sobre a melhor maneira de preparar a aula do MOBRAL:

— É necessário ser professor formado para lecionar aos núcleos do MOBRAL?

— Não. Qualquer pessoa de instrução mediana tem aptidão para isso. Fornecemos cartilhas que orientam no ensino. A coisa funciona: ainda há pouco, ouvia uma senhora dizer que, em pouco tempo, tinha conseguido alfabetizar as empregadas e os próprios filhos utilizando-se do material que lhe demos.

— Onde é possível obter essa cartilha?

— Quem mora aqui no Rio pode dirigir-se à Secretaria de Educação, onde lhe darão todas as informações.

— Um cidadão de 50 e poucos anos pergunta onde pode aprender a ler.

— Recomendo que ele procure a igreja de seu bairro. Muitas costumam com seus próprios núcleos de alfabetização.

### Três propósitos

O professor Mário Henrique Simonsen acha que há três modos eficazes de prestigiar a atividade do MOBRAL: criando fundos para a organização; motivando a organização; motivando a alfabetização.

Cada um, dentro de suas possibilidades, dará um pouco ou muito de si para o sucesso do movimento.

### O papel da empresa

O MOBRAL recebe dotação orçamentária, ganha uma parcela da Loteria Esportiva e tem apoio igualmente de particulares e das empresas.

— Alfabetizar alguém sai muito caro?

— Em absoluto. A máquina administrativa do MOBRAL é a mais simples que se possa imaginar, visto que sua atividade se cinge a incentivar a alfabetização junto a municípios, que constituem a ponta-de-lança da ação. Utiliza-se de salões parquias, sindicatos, clubes, quartéis, e salas de aula cedidas em horários que não perturbem as escolas. Depois de quatro ou cinco meses de estudo — tempo exigido para a alfabetização — vemos que um homem aprendeu a ler e a escrever, a somar e diminuir, e a ser mais útil funcionalmente, por uma quantia que oscila entre doze a quinze cruzeiros.

— A descentralização, então, rende bons frutos?

— Claro: partindo de um pequeno núcleo central, nor-

que ela seja. Sempre há estímulos para relembrar as lições. Mas o MOBRAL não está alheio ao caso: está produzindo material de leitura para o recém-alfabetizado.

### Incentivo fiscal

O professor Simonsen pede a cooperação da imprensa no capítulo que se refere ao Decreto-lei nº 1.124, que tem uma fórmula pela qual as pessoas-jurídicas podem antecipar incentivo fiscal ao Movimento:

— É bom lembrar que o ônus da pessoa-jurídica é mínimo. O que for doado hoje pode ser recuperado do Imposto de Renda do ano que vem.

— A dedução é do lucro tributável?

— É do próprio Imposto de Renda e não apenas do lucro tributável. A firma doa ao MOBRAL cem, em 70, e deixa de pagar cem de Imposto de Renda em 71.

— Mas isso não prejudica os outros incentivos fiscais?

— Não, pois a doação ao MOBRAL não diminui a carga dos outros incentivos (SUDENE, SUDAM, EMBRATUR e outros). Em resumo, só há um pequeno nada: a empresa não recebe juros sobre a quantia da doação antecipada. E isso é o mínimo que se espera dela. Aliás, tenho a afirmar, que muitas empresas compreendem o alcance do movimento e se apressam a oferecer seus préstimos.

linha 18 — duodécimos antes  
linha 23 — total a recolher

S o m a ..... 08

Calcule dois por cento  
seriam Cr\$ 49.456,00. Depo-  
sitado em qualquer agência do  
MOBRAL.

Fonte: Acervo digital Hemeroteca: Correio da Manhã

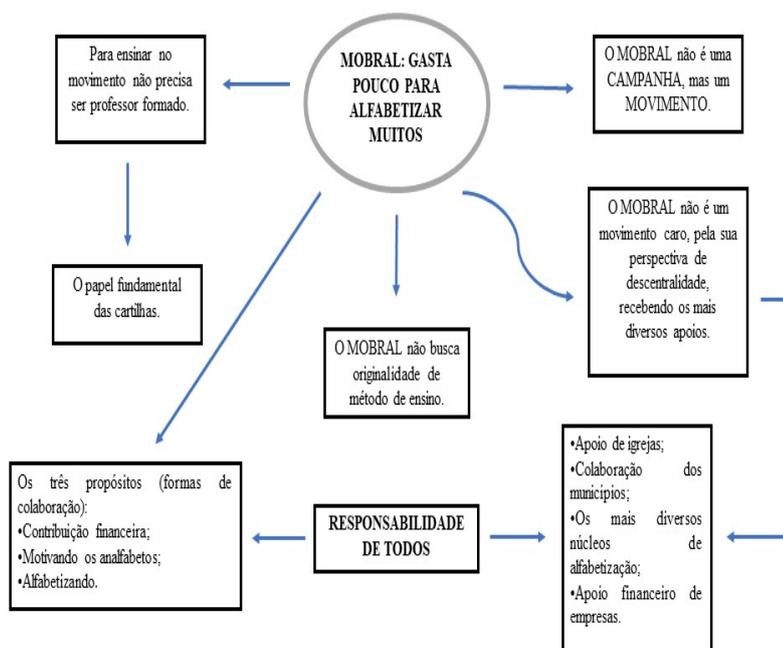
A notícia que está em destaque no jornal refere-se a uma entrevista da TV-Rio, no programa Debate em Painel, com o então presidente do MOBRAL, Mário Henrique Simonsen. O jornal, portanto, traz o que aconteceu no debate, em termos de esclarecimento acerca do movimento educacional. Percebemos, através da leitura da matéria, que se objetivava promover o MOBRAL, a fim de conseguir apoio, tanto financeiro das empresas, quanto da população em geral. Reiteramos que nem toda população aceitava os movimentos, já que muitas vezes o acusavam de subversão, comunista, entre outros. Alguns pontos chamaram-nos atenção<sup>16</sup>:

Figura 12: Esquema acerca dos pontos relacionados à entrevista com o presidente do MOBRAL.

---

<sup>16</sup> Decidimos trazer primeiramente os pontos principais da entrevista em forma de esquema para facilitar a compreensão do leitor, pois além de ser muita informação no texto da notícia, as informações não são facilmente lidas. Assim, os pontos resumidos têm o propósito de sintetizar e facilitar a compreensão.

ENTREVISTA DO PRESIDENTE DO MOBREAL: MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN



Fonte: Própria autora.

De modo geral, a entrevista, entre perguntas e respostas, aponta seis pontos que podemos refletir e, na medida em que discutimos, trouxemos outras reportagens para corroborar com a discussão:

#### 4.1.1 A rejeição da palavra CAMPANHA (campanha x movimento)

Para reforçar o que apontamos anteriormente acerca do termo “campanha”, começamos discutindo que se tratava de uma entrevista realizada em rede de TV, o que nos direciona a refletir que muito mais pessoas foram alcançadas, em detrimento do próprio jornal impresso. Além do que, tal entrevista poderia ser transmitida através do

rádio. Partindo desse pressuposto, quais as representações sobre o movimento eram relevantes apresentar?

O que podemos observar sobre o primeiro fato colocado em evidência, logo após a introdução de que o país iria vencer a vergonha do analfabetismo, era esclarecer que o projetodiferencia-se das iniciativas anteriores. Ora, não se poderia passar a imagem da criação de mais uma campanha daquelas que, por eles mesmos (quem estava no poder), foi desmoralizada, pois era preciso apresentar algo moderno, inovador e que atraísse o apoio da população, empresas, igrejas etc.

Nesse sentido, o ministro da educação, Jarbas Passarinho, citado e concordando com o presidente do MOBREAL, enfatizou: “o MOBREAL não é uma campanha”. Para ambos o entendimento era: campanhas são efêmeras, passageiras, podem apresentar até algum resultado em seu auge, mas logo se acabam. O MOBREAL, portanto, é um movimento, o que representa trabalho constante, que se desloca, que tem uma passagem, um trajeto. Assim, pretende-se alfabetizar e o MOBREAL “trilhará todo o caminho até que se supere o problema que o gerou” (CORREIO DA MANHÃ, 1970, p.4).

O problema que o gerou seria o alto número de analfabetos, em tese. Mas nossa leitura é de que era preciso interromper o projeto de emancipação que estava em curso, pelos movimentos populares, e que afetaria diretamente os interesses políticos à época. O fato de que o país estava com grande número de analfabetos, precisaria atentar para a continuidade da alfabetização, mas sem a ideologia contrária às novas diretrizes dos governos militares.

Percebemos que a ideia de movimento está atrelada a diferenciar essa nova iniciativa das demais ocorridas contra o analfabetismo, mostrando superioridade por ser planejada com objetivo preciso, configurando-se com início, meio e fim. Tal projeção traz alguns significados, tais como de um movimento capaz de contribuir para o desenvolvimento, fazendo-se eficaz, de larga escala e moderno. A partir das notícias que fazem menção à discussão sobre o MOBREAL, enquanto superior às demais campanhas, observamos que transmitem uma representação de que as elas fracassaram e esse movimento as superaria, em termos de eficiência através do número de alfabetizados. Entendemos que essa seja uma representação oficial ressaltada nos jornais.

#### 4.1.2 O MOBREAL não é um movimento caro

Obviamente, discutimos alguns pontos da notícia separadamente na tentativa de sermos didáticos e tentar focar em pontos tão importantes que envolvem a fala do então presidente do movimento sobre a experiência educacional do MOBREAL, contudo, ressaltamos que todos os aspectos apresentados se relacionam entre si.

“Alfabetizar alguém sai caro?” – pergunta importante feita à Simonsen. Com resposta igualmente importante e intrigante: “em absoluto. A máquina administrativa do MOBREAL é a mais simples que se possa imaginar...” (CORREIO DA MANHÃ, 1970, p.04).

Adiante, na entrevista, foi apresentado o custo, mas a grande questão é: como um movimento que se propõe alfabetizar milhões, numa escala nacional, o fará sem grandes investimentos? Ou quanto de recursos financeiros e humanos seria necessário para viabilizar uma campanha de massa barata?

Paiva (1972) esclarece-nos:

e a solução desse problema foi facilmente encontrada por Simonsen, que propôs a transferência voluntária para o Mobral de 2% do Imposto de Renda devido pelas empresas: essa solução foi aceita – embora o Ministério da Fazenda reduzisse aquele percentual a 1% - e oficializada pelo Decreto-Lei nº 1.124 de 8 de setembro de 1970. Tal fonte de recursos foi complementada com a destinação de 24% da renda líquida da Loteria Esportiva, podendo o programa contar, já em 1971, segundo cálculo do ministro Passarinho, com uma fantástica soma que atingia entre 20 e 25 milhões de dólares. A captação de tal volume de recurso resultou de um esforço do ministro Passarinho e de Mário Henrique Simonsen junto o empresariado (PAIVA, 1972, p.347).

Na entrevista, o presidente do MOBREAL, Simonsen, explica que não é caro alfabetizar, porque sua administração é a mais simples:além do papel importante das empresas, o movimento ganharia uma parcela da Loteria Esportiva e receberia dotação orçamentária; e ainda, talvez,a maior aposta fosse a que mencionou o presidente: “a atividade do MOBREAL se cinge a incentivar a alfabetização junto a municípios que constituem a ponta-de-lança da ação. Utiliza-se de salões paroquiais, sindicatos, clubes, quartéis e salas de aulas cedidas em horários que não perturbem as escolas” (CORREIO DA MANHÃ, 1970, p. 4).

Embora se pensarmos em todo o investimento necessário para alfabetização, avaliando as cartilhas<sup>17</sup>, material didático utilizado, os custos dos professores, a grande propaganda realizada em torno do movimento etc., considerando também o alarmante número de analfabetos, podemos inferir que, mesmo com os apoios supracitados, seria necessário haver muitos recursos. Os recursos mencionados por Paiva (1972), portanto, nos indicam que, de fato, o MOBRAL teve bastante apoio financeiro e que exterminar o analfabetismo foi uma das prioridades dos governos militares, embora suas motivações sejam passíveis de questionamentos, uma vez que encontramos notícia com relato de denúncia demonstrando possíveis alterações no número de alfabetizados, e assim por diante.

A busca por apoio financeiro ao movimento foi promovida e incentivada, desde as empresas, até a população, na tentativa de sensibilizá-la a contribuir com o trabalho de ensinar e também, motivar os sujeitos analfabetos a se matricularem. Embora tal apoio financeiro não tenha sido disposto para a formação de professores, pois qualquer pessoa alfabetizada poderia lecionar no movimento.

Então, houve um esforço do ministro da educação e do presidente do MOBRAL a fim de convencer a sociedade do valor e dos retornos positivos que a alfabetização traria ao país. Para os empresários ocorreram palestras, por exemplo, quando era exposto como o mal do analfabetismo precisava ser erradicado para que o país se desenvolvesse, destacando o quanto as empresas se beneficiariam por terem maior quantidade de pessoas alfabetizadas e a força de trabalho valorizada (PAIVA, 1972).

Esse processo de convencimento e de convocação da população para acreditar e apostar no MOBRAL foi bastante reforçado, algo fundamental, visto que sem apoio, o movimento não se viabilizaria, como também não se manteria a representação de que os militares trabalhavam para o povo e em favor da educação.

Aprendemos nas notícias dos jornais essa fabricação de motivação e de busca por apoios. Abaixo, uma reportagem que tem por título da seção: “*Integrar é o objetivo do MOBRAL*”:

Figura 13: Integrar é o objetivo do MOBRAL.

---

<sup>17</sup>Essa questão será melhor discutida no tópico 4, que trata da não originalidade do método do MOBRAL, considerando o papel das cartilhas e a importância atribuída a elas.

## Integrar é o objetivo do MOBRAL

Começa hoje em São Paulo uma das maiores campanhas de alfabetização já realizadas no mundo. Com municípios daquele Estado, dos 480 de todo o País que vão participar do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) iniciado, já a partir de amanhã, o trabalho de integrar nas suas comunidades pessoas sem qualificação profissional na faixa dos 14 aos 30 anos de idade.

O Movimento, que será oficialmente lançado pelo ministro Juscelino Passarinho às 8 horas da noite na Biblioteca Mário de Andrade, beneficiará mais de 16 milhões de brasileiros em todo o País sem qualquer escolarização. Estarão presentes à assinatura dos convênios o presidente do MOBRAL, Mário Henrique Simonsen, seu coordenador, padre Felipe Spatorno, o secretário de Educação de São Paulo, professor Ulisses Cunha, e autoridades educacionais do Estado.

## A filosofia

O objetivo do MOBRAL, que é solucionar no mais curto prazo o problema da alfabetização no País, baseia-se na filosofia de que ao Governo não cabe a responsabilidade total do empreendimento. As comunidades têm sua parcela de contribuição, e nelas, a iniciativa privada, em qualquer dos setores de atividade, deve ter papel preponderante na solução desses e de outros problemas nacionais.

Considera o MOBRAL que as empresas particulares devem colaborar, não como uma mensagem de patriotismo, mas como um investimento: alfabetização mais semiqualiificação é igual a melhor rendimento, melhor salário, melhor nível social e, conseqüentemente, melhor consumidor. O empresariado brasileiro precisa ser convencido de que o aumento de seu mercado interno é função desse padrão social que se pretende elevar pela Alfabetização Funcional.

Fonte: Acervo digital Hemeroteca: Correio da Manhã.

Evidenciamos nessa notícia que a movimentação em busca de apoio para o MOBRAL estava presente nas páginas dos jornais. “*Integrar é o objetivo do MOBRAL*” é o título da seção que traz em seu texto o argumento de que o movimento educacional que beneficiará brasileiros de todo o país, sem que esses tenham a mínima escolarização, tem um objetivo: “solucionar no mais curto prazo o problema da alfabetização no país” (CORREIO DA MANHÃ, 1970, p.4), mas também tem uma

filosofia: “ao governo não cabe a responsabilidade total do empreendimento” (CORREIO DA MANHÃ, 1970, p.4).

Assim, cabe a todos contribuírem para alcançar o objetivo nobre apresentado. Ora, a promessa de um país moderno e desenvolvido já estava posta desde o início de quando os militares tomaram o poder, organizando propositalmente uma política educacional a serviço dos anseios econômicos. Nesse sentido, sensibilizar a todos acerca da responsabilidade de erradicar o analfabetismo não foi algo difícil. Certamente, grande parte da população estava sendo motivada a acreditar no progresso.

E, inteligentemente, os militares e os que estavam à frente do MOBRAL não assumiramsozinhos essa tão grande responsabilidade de fazer o movimento dar certo,mas convocaram todos para o empreendimento. Vejamos: se as metas e objetivos fossem alcançados, o prestígio seria dos militares;por outro lado, se fracassasse, a culpa recairia sobre todos. Além disso, percebe-se que o governo militar procura retirar de si o dever de educar e de garantir o direito à educação de adultos, transferindoesse dever também para a sociedade.

Na mesma reportagem, há um chamamento para as empresas: “o MOBRAL considera que as empresas particulares devem colaborar, não como uma mensagem de patriotismo, mas como um investimento” (CORREIO DA MANHÃ, 1970, p.4). A mensagem é de que: para além de contribuir para fortalecer suas imagens e seu senso de amor à pátria perante a população, as empresas devem colaborar, porque receberão resultados que beneficiarão o crescimento e desenvolvimento tanto do país quanto delas mesmas.

É como está explícito na notícia:

alfabetização mais semiquificação é igual a melhor rendimento, melhor salário, melhor nível social e, conseqüentemente, melhor consumidor. O empresário brasileiro precisa ser convencido de que o aumento de seu mercado interno é função desse padrão social que se pretende elevar pela alfabetização funcional (CORREIO DA MANHÃ, 1970, p.4).

A relação entre educação e economia esteve presente nos discursos dos jornais e, com o MOBRAL, ampliaram-se os esforços em torno de pensar a educação, a fim de atingir objetivos econômicos. Não é coincidência o fato de o presidente do movimento ser economista, mas uma estratégia que fazia parte do plano de governo em que a prioridade era os interesses capitalistas. Nesse aspecto, inferimos que o MOBRAL não

pretendia alfabetizar para a construção da cidadania, com fins para a politização, daí porque educar funcionalmente, por meio de uma “semiquificação”, já se fazia adequado para o momento histórico.

Abramos um parêntese para pensar nas seguintes questões: o MOBRAL atingiu esse objetivo? O que os jornais dizem ou mesmo os participantes do MOBRAL relatam sobre seu sucesso ou fracasso? Talvez encontremos alguns indícios que respondam a essas perguntas.

Retomando a questão de como houve uma campanha para o convencimento da importância de MOBRAL e seu retorno para todos, especialmente para as empresas, contida nas páginas de jornais<sup>18</sup>, observa-se que alfabetizar significaria elevar o padrão social, o empresarial, a mão-de-obra.

Através das reportagens encontradas, evidenciamos o apelo em pedir recursos para o movimento e notícias promovendo a contribuição realizada. Para empresas, além das recompensas supracitadas, foi-lhes proposto antecipar o incentivo fiscal ao movimento.

Abaixo, uma notícia sobre doação feita por um grupo de empresas lideradas pelo Banco Industrial de Campina Grande.

Figura 14: Recursos financeiros para o MOBRAL.

---

<sup>18</sup>Há outras notícias que retratam como a educação foi orquestrada a partir dos interesses econômicos da época, a exemplo, a notícia enumerada 44 (Apêndice C, p. 168), que tem por título: “A educação se adapta ao desenvolvimento”, entre outras. Todas as notícias utilizadas no corpo do texto, como também as que contribuíram indiretamente, estão em anexo, juntamente com seus links, os quais possibilitam melhor visualização e leitura da matéria.

● Em nome do grupo de empresas lideradas pelo Banco Industrial de Campina Grande, um de seus diretores, o sr. Edson Arantes do Nascimento, entregou ontem ao ministro da Educação um cheque de Cr\$ 30 mil para o **Mobral**. É a primeira empresa particular a utilizar-se do plano do Governo de isenção parcial do Imposto de Renda, mediante aplicação no combate ao analfabetismo. A diretoria, integrada por Pelé, está fazendo um levantamento do Imposto devido pela empresa, nos anos de 1970 e 1971, para então estipular a quantia exata a ser doada ao **Mobral**.

Fonte: Acervo digital Hemeroteca: Correio da Manhã.

O próprio secretário-executivo do MOBRAL, o padre Felipe Spotorno, tornou-se notícia por manifestar sua alegria pela arrecadação da Loteria Esportiva e, ainda, incentivando todos a fazerem suas apostas para que a contribuição destinada ao MOBRAL aumentasse.

Figura 15: Arrecadação da Loteria Esportiva destinada ao MOBRAL.

bém quer arriscar seu volante.  
Mas quem está contente mesmo com a Loteria é o padre Felipe Spotorno. Não que ele tenha sido um dos premiados. É que ele é o secretário-executivo do Movimento Brasileiro de Alfabetização — **Mobral** — e está muito feliz com a ajuda que o Movimento recebeu da Loteria, já que os Cr\$ 1.360.946,00 destinados ao Ministério da Educação foram diretamente para os cofres da entidade.  
— Estou muito satisfeito com a parte que coube ao **Mobral** do dinheiro arrecadado pela Loteria Esportiva — disse o padre Spotorno. — Dessa maneira, poderemos solucionar de uma vez por todas os problemas da alfabetização em nosso País. Realmente, acho que todos deveriam jogar na Loteria. Quanto mais apostarem, mais aumenta a nossa cota e menos analfabetos terá o Brasil. Estou entusiasmado com a Loteria e às vezes também faço minha fezinha. Até agora não dei sorte.

Fonte: Acervo digital Hemeroteca: Correio da Manhã

Abaixo, outro registro de doação ao movimento, através da Souza Cruz, no valor de Cr\$: 511.000 00. O valor se destinaria aos municípios que estivessem promovendo o MOBRAL.

Figura 16: Doação da Souza Cruz.

**DOAÇÃO** — O Professor Mário Henrique Simonsen informou que a Souza Cruz acaba de depositar no Banco do Brasil, para crédito do Mobral, a quantia de ..... Cr\$ 511.000 00. Atendendo ao pedido expresso do presidente do Mobral, esta soma significativa ficará à disposição do escritório central da entidade para permitir um deslocamento mais equilibrado entre vários municípios brasileiros participantes da grande campanha de alfabetização.

Fonte: Acervo digital Hemeroteca: Correio da Manhã.

No mesmo jornal, Correio da Manhã – RJ, encontramos uma referência a um convênio com o MOBREAL, no valor de Cr\$: 3 milhões e 360 mil, assinado pelo governador da Paraíba, para alfabetização de 160 mil adultos.

Figura 17: Dinheiro destinado à alfabetização na Paraíba.

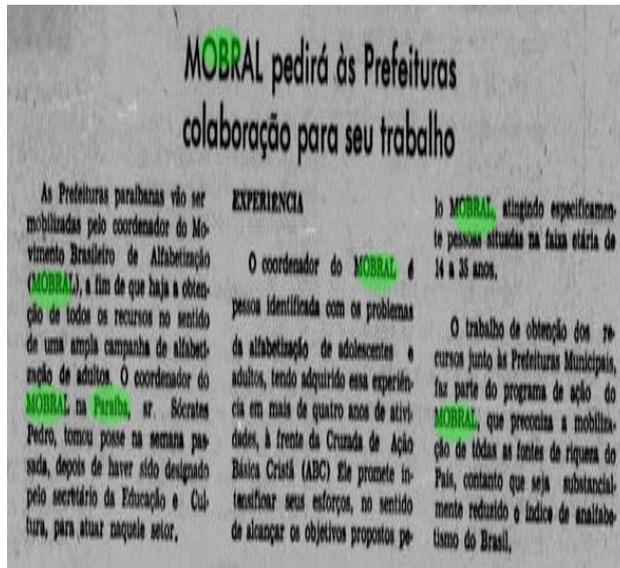
norte-americano. ● Para a alfabetização de 160 mil adultos, o Governador Ernani Sátiro assinou convênio com o Mobral no valor de Cr\$ 3 milhões e 360 mil, para beneficiar as prefeituras de todos os 171 municípios paraibanos. ● O Prefeito Figueiredo Ferraz, de São Paulo,

Fonte: Acervo digital Hemeroteca: Correio da Manhã.

A partir dessas notícias de jornais, percebemos que os esforços para investir no movimento não ficaram apenas na teoria do discurso de seu presidente, uma vez que além da convocação para a contribuição, houve relatos de sua concretização.

Além da contribuição das empresas, os municípios seriam de grande importância. Como dito pelo presidente do movimento, seria a ponta-de-lança da ação. Na Paraíba, o MOBREAL pediu às prefeituras que cooperassem e fazia-se preciso que não apenas a Paraíba (abaixo a notícia que corrobora com esse chamamento), através das prefeituras contribuísse, mas todo o nordeste e norte, por representarem alvos prioritários do movimento, uma vez que naquele período existia nessas regiões a maior concentração de analfabetos.

Figura 18: MOBRAL e a colaboração de prefeituras na Paraíba.



Fonte: Acervo digital Hemeroteca: Diário de Pernambuco.

Na notícia acima há o relato de que o coordenador do MOBRL na Paraíba, Sócrates Pedro, mobilizaria as prefeituras paraibanas para que se obtivessem os recursos necessários para a efetivação da erradicação do analfabetismo.

Diante das reportagens referentes à colaboração e investimento para a concretização do MOBRL, as representações encontradas nas páginas de jornais indicam o esforço do movimento para que de fato a experiência educacional tivesse êxito. Além das colaborações mencionadas, outros setores foram solicitados, como igrejas, quartéis e até mesmo clubes (conforme notícia enumerada 22, Apêndice C, p. 156)

A grande questão que fica com base nessas memórias é: o MOBRL gastou mesmo pouco para alfabetizar milhões? Podemos discutir, que muito dinheiro foi solicitado, houve formas de economizar, como poderemos ver no tópico seguinte, já que os professores seriam voluntários, mas não podemos afirmar com precisão se foram alfabetizados milhões. Porque os próprios números são passíveis de questionamento como encontramos em notícias, além de podermos problematizar que tipo de alfabetização foi realizada. Seria uma alfabetização que apenas promoveu a escrita do nome?

#### 4.1.3 No MOBRAL não precisa ser professor para ensinar

Outro questionamento foi realizado ao Presidente do MOBRAL: “é necessário ser professor formado para lecionar nos núcleos do MOBRAL?” Obtive-se a seguinte resposta: “Não. Qualquer pessoa de instrução mediana tem aptidão para isso. Fornecemos cartilhas que orientam no ensino” (CORREIO DA MANHÃ, 1970, p.4).

Há duas questões importantes de serem refletidas sobre a resposta acima: primeiro, a não necessidade de ter formação de professor para ensinar no MOBRAL. Qualquer pessoa poderia formar sua turma. Há relatos<sup>19</sup> de que, de fato, qualquer pessoa poderia ensinar no movimento, bastava saber um pouco. Ou seja, nas entrelinhas dessa ausência de investimento na formação do professorado, compreendemos que a educação para adultos seria de baixa qualidade.

Mas o que seria uma pessoa com instrução mediana?

Considerando nosso período atual, a formação de professor para lecionar nas salas de aulas da educação de adultos não é apenas uma obrigação, mas um direito. Educar adultos é formar sujeitos para a vida em sua complexidade, vai além de ensinar a ler e escrever. Para alfabetizar adultos faz-se preciso considerar toda sua experiência e suas vivências, seu lugar de fala, sua realidade socioeconômica, para que as letras façam sentido em seu dia a dia.

Assim, a alfabetização contribui no tocante à intervenção dos indivíduos enquanto sujeitos de direitos na sociedade. Essa compreensão de educação para adultos conscientizadora e para a cidadania proposta por Paulo Freire, nas iniciativas dos movimentos populares que antecederam o MOBRAL, não se adequava aos objetivos imediatistas e tecnicistas do contexto da ditadura civil-militar.

Vale ressaltar que nas experiências educacionais realizadas pelo educador Paulo Freire, houve um esforço para que a alfabetização fosse ministrada por monitores universitários/estudantes que tiveram a preparação nos Centros de Cultura para que fossem realizadas aulas segundo o método Freiriano e seus princípios de educação. Então, os professores foram treinados para alfabetizar pessoas a partir de um método

---

<sup>19</sup>Tal como encontrado nas narrativas de participantes do MOBRAL, no trabalho de monografia: SANTOS: **História e memórias do Mobral**: entre o documento básico do Mobral e os relatos dos ex-participantes (1967-1985), João pessoa: UFPB, 2015.

pensado por Freire, que não via sentido em alfabetizar a partir de cartilhas prontas e desconectadas da realidade local dos educandos.

Portanto, o trabalho de alfabetização realizado pelos professores treinados estava alinhado à educação, partindo da cultura dos sujeitos, a fim de transformar a condição do sujeito objeto, em sujeito da história. Alfabetizar a partir da criticidade não significava decodificar as letras apenas, mas ler o mundo. Considerar o mundo dos sujeitos envolvidos no processo de alfabetização significava valorizar suas realidades e, a partir delas, dar sentido às letras, palavras e frases. Tal perspectiva buscou formar educadores na experiência capazes de ensinar a ler e escrever para a prática da liberdade e não do aprisionamento.

É como o próprio Freire coloca: “ a superação do analfabetismo se situava na necessidade de superarmos também a nossa inexperiência democrática” (FREIRE, 1967, p.94), logo, não se tratava de colocar qualquer pessoa para ensinar; era preciso que ela estivesse apta a alfabetizar através da pedagogia freireana, na perspectiva de educação conscientizadora.

O MOBREAL não tinha objetivos de conscientização popular, dessa forma para acabar com o analfabetismo de formar rápida, não precisava politizar o povo, mas ensinar a ler e escrever funcionalmente. Ou seja, a representação que fazemos, ao refletir sobre a afirmação do presidente do MOBREAL é de que a instrução mediana significaria qualquer pessoa que quisesse ensinar, que soubesse o mínimo para transmitir aos que não sabiam “nada”.

Sobre esses professores do MOBREAL, encontramos alguns indícios de sua participação nas páginas de jornais. Cabe esclarecer que portratar-se de um movimento nacional, uma declaração de uma participante no jornal, uma experiência narrada, e assim por diante, não pode ser generalizada, tendo em vista que existem outras versões, não defendendo uma verdade, mas observando as representações.

Portanto, devemos considerar que o MOBREAL pode ter sido implantado sem a uniformidade a que as cartilhas se propunham, ou mesmo sem as recomendações legais do MOBREAL-CENTRAL, pois as subjetividades dos sujeitos e as implicações da regionalidade, seja na zona rural ou urbana, contribuem para as diferentes representações de como o movimento se deu.

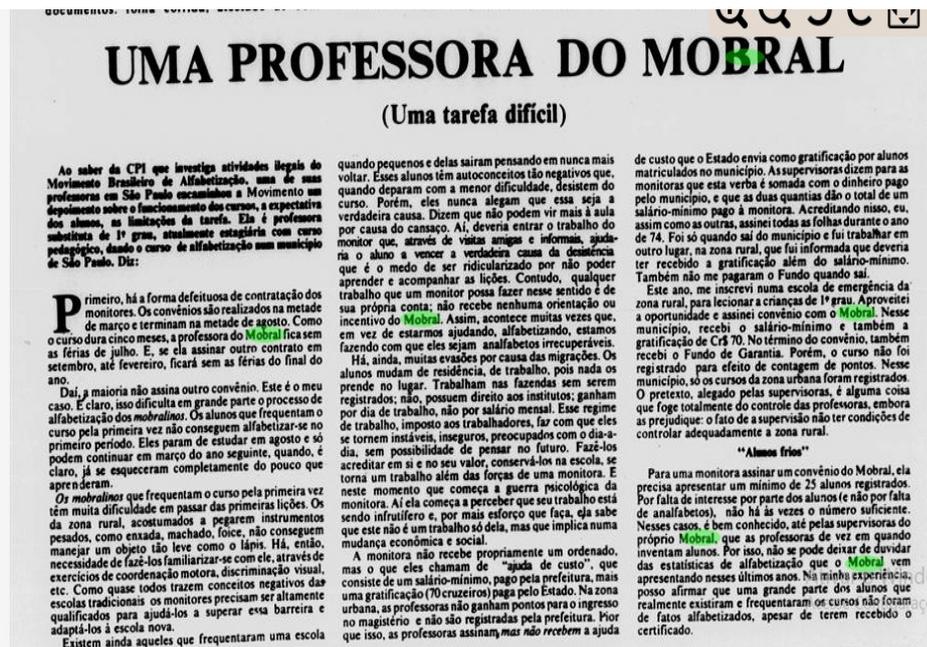
Logo, podemos cogitar que, em uma região havia professores com maior conhecimento, enquanto em outros lugares os alfabetizadores transmitiam o pouco que sabiam; em alguns lugares os professores seguiam as cartilhas, mas também há lugares

que nem acesso à cartilha tiveram ou até tiveram acesso, mas a professora usou de “táticas” para burlar as regras (CERTEAU, 2014).

É nesse sentido que investigamos as notícias de jornais, como a que segue abaixo:

[R.1] Comentário: SUGIRO EXPLICAR O QUE É TÁTICA PARA CERTEAU.

Figura 19: Uma professora do MOBRL.



Fonte: Acervo digital Hemeroteca: Movimento

Para refletir sobre essa matéria, precisamos considerar que se trata de um depoimento de uma professora do MOBRL que saiu nas páginas do jornal em 1975, período que estava no governo brasileiro o general Ernesto Geisel, o que significa que já havia alguma abertura para a possibilidade de divulgação de matérias que não fossem totalmente alinhadas com o governo.

Geisel representava o esforço realizado por militares de colocar no poder um general que se opusesse à “linha dura”, procurando uma nova forma de manter e viabilizar a ditadura civil-militar. Por isso, pressupomos um contexto para a possibilidade dessa publicação que nos mostra um pouco dos bastidores ou pontos negativos no funcionamento do movimento a partir da ótica da professora.

Além disso, o jornal *Movimento: Cena Brasileira Subúrbio Carioca* (RJ) (1975 a 1981), folhetim alternativo que veiculou a notícia, não tinha relações com o governo (sem patrocínio), como os jornais oficiais, tratando-se de uma mídia alternativa ou jornal alternativo,<sup>20</sup> habituada a fazer oposição ao governo da época, o que possibilitou críticas ao MOBRAL, especialmente sobre as questões relacionadas aos professores.

Postas essas duas questões, podemos refletir melhor sobre a reportagem da Figura 11.

A notícia retrata uma professora do MOBRAL que, sabendo da CPI do MOBRAL que investigava as atividades ilegais do movimento, escreveu para o *Movimento* um depoimento explicando sobre o funcionamento e as dificuldades enfrentadas, a partir de sua experiência como professora do curso em São Paulo.

A primeira questão apontada referiu-se à forma “defeituosa” na contratação dos monitores, o que dificultava usufruir de férias também afetava diretamente o processo de ensino-aprendizagem dos *mobralinos*, conforme descrito por ela.

Seria assim: as turmas durariam 5 meses e o contrato seria feito para o cumprimento das atividades que iriam da metade de março à metade de agosto. O segundo contrato do ano seria de setembro até fevereiro. O fato de que essa organização atrapalhava as férias de julho no primeiro contrato e as férias de final de ano, no segundo contrato, motivava a maioria dos professores, segundo o relato, a não assinar os dois convênios com o MOBRAL; apenas um.

A consequência disso era o prejuízo no próprio processo de alfabetização, pois o aluno que estudasse com a professora na primeira turma, não tinha continuidade nos estudos no mesmo ano, então se a primeira turma terminava em agosto, por falta dessa continuidade na turma de setembro, o regresso dos alunos seria apenas no ano seguinte, em março novamente.

Segundo a relatora do depoimento, essa dinâmica tinha grandes impactos na alfabetização dos alunos, especialmente aqueles que frequentavam o curso pela primeira vez, pois com muita dificuldade começavam a aprender e descontinuavam o reforço da aprendizagem, esquecendo o pouco que haviam absorvido.

Outro fator relevante era se os alunos fossem da zona rural, pois antes mesmo de iniciar o ensino das primeiras letras, teriam de ser submetidos ao trabalho habilidoso e

---

<sup>20</sup>Para saber mais sobre a imprensa alternativa e seu papel na luta pela democracia no período ditatorial, indicamos o trabalho: “O jornal Movimento: a experiência na luta democrática” (2014), de Inara Bezerra Ferreira Sousa.

paciente do monitor para familiarizá-los com o manejo do lápis, pois estavam acostumados com objetos pesados próprios de seus trabalhos (MOVIMENTO, 1975).

Descrevendo os desafios dos professores do MOBREAL, a professora afirma que além do que já foi citado, havia muita desistência e evasão. Segundo ela, a causa verdadeira, apesar das desculpas dos alunos, como o cansaço físico, era o medo desses alunos de serem ridicularizados “por não poder aprender e acompanhar as lições”. Era preciso que para além do trabalho do monitor no horário da aula, houvesse um esforço extra para que se fizessem visitas aos alunos a fim de encorajá-los e esse trabalho, afirma a professora, o que não era incentivado ou orientado pelo MOBREAL (MOVIMENTO, 1975, p.5).

Sobre o salário, a professora relata as variações de pagamento entre o trabalho na área urbana e na zona rural: a “ajuda de custo”, como foi chamado pelo MOBREAL, seria o salário mínimo com adição de uma gratificação de Cr\$ 70. O salário seria pago pelas prefeituras e a gratificação pelo Estado (MOVIMENTO, 1975, p.5).

Em sua experiência, a professora, ao trabalhar na zona urbana, assinava o ponto como se recebesse o valor do salário com a justificativa de que a gratificação já estava inclusa; já na zona rural, recebeu o salário mínimo com a gratificação e ao término do trabalho, recebeu o fundo de garantia, o que também não ocorreu anteriormente.

Esse depoimento rico em detalhes sobre o funcionamento do curso do MOBREAL, a partir da vivência como docente do movimento, permite-nos refletir sobre como foi desafiador o trabalho dos professores nesse projeto. Ora, já à época, a professora analisa as dificuldades de alfabetizar adultos e de como isso era uma tarefa difícil, considerando a realidade socioeconômica dos sujeitos, suas limitações e que por mais que o professor se esforçasse em sala, era preciso ir além para manter os alunos.

A representação de como o professor era remunerado também foi algo que a preocupava, dadas as diferenças de acordo com o local onde fosse o trabalho desenvolvido, e não o trabalho em si. A carreira docente era desvalorizada, já que nem todos os cursos nem os professores eram registrados pela prefeitura para contagem de pontos para ingresso no magistério. (MOVIMENTO, 1975).

Observamos nesse relato, que por essas questões de em um lugar registrar o professor e o curso e em outra localidade haver desculpas para o não registro, há indícios de que, de modo geral, as divergências no funcionamento do MOBREAL existiram: no tocante ao local das aulas, à formação dos professores, aos recursos utilizados, à remuneração ou não. Esse depoimento pode soar como uma espécie de

denúncia, desse MOBREAL por dentro, que desvela a real situação do movimento, seus percalços, dificuldades, funcionamento, suas diferenças, a partir das localidades que o promoviam.

É como nos afirma Fernandes quando narra sobre a qualidade de ensino da alfabetização de adultos à época: “existia uma diversidade muito grande, de cidade para cidade, Zona Urbana, para Zona Rural” (FERNANDES, 2021, p.1); esses contrastes na execução dos cursos do MOBREAL têm muito a nos dizer sobre as representações do êxito ou não do movimento, que, dependendo do lugar e das condições, compreendemos se ele viabilizou uma educação que alcançou a muitos.

Mas também, a partir dessa memória jornalística do relato da professora, podemos inferir que havia corrupção nos números que foram exibidos como troféus pelo movimento, tanto que, segundo a experiência dela, quando não se conseguia atingir o número de alunos para formar a turma, inventavam-se alunos; e que seus próprios alunos receberam o certificado, apesar de não terem sido, de fato, alfabetizados.

Nesse sentido, compreendemos que o sistema educacional do MOBREAL estaria sendo burlado, como no que se refere à alfabetização da população, tentando passar uma imagem à sociedade que não o representava, uma vez que se registravam alunos que não estudavam de fato e assim, o próprio sistema econômico também estaria sendo burlado. O que destacamos aqui é o fato de que a imposição das regras, nesse caso, a quantidade exigida para que fosse possível formar turmas, foram contornadas através de “táticas” nas práticas cotidianas que envolviam os sujeitos envolvidos na experiência do MOBREAL (CERTEAU, 2014).

Nas memórias da Professora Manguera (2020, p.01), um ponto positivo sobre o MOBREAL foi justamente por ter alfabetizado “uma certa parte da sociedade analfabeta”; por “uma certa parte” compreendemos que muitos foram alfabetizados e alcançados pela educação do MOBREAL, apesar de o mal do analfabetismo não ter sido derrotado, como era o grande objetivo do movimento; alfabetizar também não significava que os alunos teriam saído das turmas sabendo ler e escrever fluentemente, mas funcionalmente, possivelmente, muitos conseguiram.

Para essa professora que entrevistamos, a remuneração marcou sua memória e sua história, pois ao ser perguntada sobre se ela ainda tinha algum documento, fotos ou outras memórias escritas, ela nos respondeu: “não, infelizmente! Só recordo que foi meu primeiro salário e na época podíamos contar com ele na data certa” (MANGUEIRA, 2020, p.2).

Não seria exagero afirmar que, a partir das fontes analisadas até o momento, a representação percebida sobre o MOBRAL foi de sua diversidade, de que não existiu o MOBRAL, mas existiram muitos *MOBRAIS*, a partir dos diferentes contextos.

Aspectos positivos e questionáveis são colocados pelas memórias e não podemos negar as nuances da história do movimento, considerando as subjetividades das representações das fontes e nossa própria subjetividade e ótica ao analisá-las.

Seguindo com as representações sobre o MOBRAL contidas nas páginas de jornais que conseguiram ou deram espaço para alguma crítica ao movimento naquele contexto histórico, observemos a matéria do jornal Opinião (1972 a 1977) abaixo:

Figura 20: O MOBRAL por dentro.



Fonte: Acervo digital Hemeroteca: Opinião.

O primeiro aspecto da reportagem que nos permite interpretações diz respeito ao título: “MOBRAL por dentro”, pois quando nos deparamos com essa notícia, pressupomos que o conteúdo da notícia iria apresentar características do movimento que não eram facilmente conhecidas, pois se existia o MOBRAL “por dentro” era porque existia o MOBRAL “por fora”, então mais visível, ou talvez, fabricado. Assim, o que estaria por dentro do movimento de importante e que não ganhou repercussão para ser revelado nesse espaço jornalístico?

O título chamativo representa um depoimento que nos parece denunciativo, feito pelas auxiliares pedagógicas do MOBRAL; cabendo lembrar aos leitores que esse tipo de matéria só foi possível porque esse jornal, o Opinião, também fazia parte dos jornais opositores ao governo à época, caracterizando-se enquanto veículo alternativo.

Considerando suas funções com “relativa importância”, as auxiliares pedagógicas do MOBRAL expuseram sua indignação por terem sido desvinculadas de seus trabalhos sem explicações ou justificativas convincentes, por isso, elas desejavam saber a razão de terem sido demitidas (OPINIÃO, 1972, p.2).

Essa situação causou grandes transtornos para essas 70 auxiliares que vieram a público através desse espaço, pois pelo relato, esse trabalho com o MOBRAL era a única fonte de renda e elas eram estudantes que se mantinham em São Paulo com esse dinheiro, esclarecendo que não estava fácil encontrar outro emprego. Daí a indignação fruto do descaso ocasionado pelo movimento de não ter observado tais questões e ter simplesmente as despedido.

Além disso, o revelado na matéria a respeito de suas contratações e como se davam essas contratações, é, a nosso ver, a representação do objetivo do que seria o MOBRAL por dentro. No depoimento, é afirmado que tais contratações eram um “caos”, pois eram contratadas por terceiros e sem nenhum benefício ou garantias, apesar de serem descontados impostos, reduzindo seus salários (OPINIÃO, 1972, p.2).

E mesmo tendo o documento que certificava a quitação do salário pela prefeitura, o dinheiro era dito como não ordenado e seus trabalhos considerados uma “espécie de voluntariado”, no entanto, se descumprissem as horas de trabalho, os descontos na “ajuda de custo” ocorriam (OPINIÃO, 1972, p.2).

A partir desse testemunho escrito que foi supostamente assinado em nome de 70 auxiliares, percebemos a representação sobre as contratações e a relação entre prestadores de serviço e contratantes, de que havia irregularidades.

Na legislação nº 5.379/1967 que orientou as atividades do MOBRAL consta em seu artigo 2º:

[...]nos programas de alfabetização funcional e educação continuada de adolescentes e adultos, cooperarão as autoridades e órgãos civis e militares de todas as áreas administrativas, nos termos que forem fixados em decreto, bem como, em caráter voluntário, os estudantes de níveis universitário e secundário que possam fazê-lo sem prejuízo de sua própria formação (BRASIL, 1967, p.1).

As auxiliares eram estudantes e, pela letra da lei, deveriam estar contribuindo, de verdade, voluntariamente com as atividades do MOBRAL, mas para elas foram impostas exigências e cobranças de um trabalho remunerado como qualquer outro. Partindo desse pressuposto, podemos refletir sobre algumas hipóteses do que ocorria: primeiro, o trabalho com o MOBRAL não era, de fato, de forma voluntária, mas pago para os estudantes que quisessem contribuir e alfabetizar e sem a contribuição não realizariam esse serviço.

Segundo, apesar de os que estavam à frente dessa contratação pagarem um salário, suas condutas eram de abafar esse pagamento e não deixar rastros da chamada “ajuda de custo”. Ora, se não era registrado esse dinheiro, pode-se interpretar que as prefeituras detinham o documento por questão de comprovação de destinação de verbas e não que esse documento garantisse algum benefício aos contratados; e por fim, as auxiliares assumiram funções pelas quais não eram reconhecidas legalmente e assim, para todos os efeitos, não passavam de voluntárias que queriam contribuir com a grande campanha nacional. Mas, na verdade, não existia um trabalho de voluntariado nesse programa de alfabetização, pois as regras e exigências se mostravam superiores a esse trabalho, sabendo-se, também, que os monitores/professores eram pagos, embora fosse apenas de forma representativa.

O interessante dessa reportagem é que essa denúncia em forma de reivindicação foi publicada em 1972, no auge da ditadura militar, e a CPI que objetivou apurar as práticas ilegais do movimento só ocorreu em 1975. Percebemos, com isso, a importância dessa matéria para aquele contexto, bem como a coragem do veículo de comunicação que deu algum espaço e visibilidade às questões do “MOBRAL por dentro”.

Seguindo os rastros e os fios, encontramos outra reportagem que muito contribui para as questões colocadas acima, porém, sua publicação no jornal *Movimento* aconteceu em 1979.

Figura 21: MOBRAL: professores exigem regulamentação (parte I).

## Mobral: professores exigem regulamentação

Pela lei n° 5.379, de 15 de dezembro de 1967, os cursos do **Mobral** seriam ministrados por estudantes universitários ou secundários que, em caráter voluntário, o fizessem sem o prejuízo de sua própria formação».

Assim se iniciou o problema do professor do **Mobral**, que sempre foi visto pela lei como um voluntário que ganha uma ajuda de custo de Cr\$ 2.301,00 (aqui em São Paulo), e sofre os descontos de Imposto sobre Serviços e Imposto de Renda. Porém, na realidade, o trabalho desenvolvido pelo professor do **Mobral** vai além do caráter voluntário, já que é um trabalho contínuo, sujeito a horário, com vínculo de subordinação a seus superiores hierárquicos, havendo inclusive punição por falta ao serviço, sob forma de desconto, feito aleatoriamente, inclusive em caso de doença.

Consideramos o nosso trabalho semelhante ao de qualquer outro professor. Não nos é exigida uma habilitação específica, mas todo professor do **Mobral** é admitido mediante um exame de seleção e submetido a um treinamento. É necessário ter o domínio de uma série de técnicas pedagógicas para que possamos assumir uma classe que fica sob nossa total responsabilidade, com horário fixo de 2:30 horas

va. Consideramos o nosso trabalho semelhante ao de qualquer outro professor. Não nos é exigida uma habilitação específica, mas todo professor do **Mobral** é admitido mediante um exame de seleção e submetido a um treinamento. É necessário ter o domínio de uma série de técnicas pedagógicas para que possamos assumir uma classe que fica sob nossa total responsabilidade, com horário fixo de 2:30 horas diárias, com preenchimento de Diário de Classe, controle de presença e registro de matéria, aprovação e reprovação de alunos, correção de provas e estatísticas de aproveitamento. Temos um programa a ser cumprido em prazos rígidos e reuniões pedagógicas periódicas.

Concluimos, pois, que chamar o nosso trabalho de voluntário e gratificar-nos com uma ajuda de custo, são artifícios que trazem como consequência o abuso de uma categoria de profissionais que se vem mantendo na ilegalidade há mais de nove anos.

Somos trabalhadores, professores, de adultos, mal remunerados e não possuímos nenhuma garantia trabalhista como registro em carteira, licença para gestante, assistência médica, 13° salário etc...

«A» Uma das justificativas usadas para se

manter esta irregularidade na contratação de professores é a de que o **Mobral** existe por tempo determinado. Ao pesquisarmos o estatuto da fundação **Mobral**, verificamos que em seu capítulo II, artigo 4°, consta o **Mobral** existir por tempo indeterminado.

Quando nos damos conta de que 13,4% da população de 7 a 14 anos, da cidade de São Paulo, não frequentam a escola, segundo dados do Censo Escolar de 1977, e quando verificamos o alto índice de evasão escolar, principalmente na primeira série do primeiro grau, concluímos que muitos analfabetos, ou semi-analfabetos que procuram o **Mobral**, são egressos da escola regular. Isto se evidencia quando relacionamos estes dados com outros, como o de cerca de 70% da clientela do **Mobral**, concentra-se na faixa etária de 14 a 25 anos. Concluimos finalmente que o objetivo do **Mobral** está longe de ser cumprido, e que o problema da alfabetização e da educação continuada ainda é sério e de difícil solução a curto prazo. Nosso trabalho, pois, não pode continuar sendo visto como uma eventualidade.

Nossos alunos chegam à aula cansados e precisam ser estimulados para que participem do processo educativo, o que exige preparo do professor, o que é adquirido principalmente pela experiência; esta é muitas vezes comprometida pela rotatividade do professor do **Mobral**, que atingiu índices de 32% em um ano. A baixa remuneração contribui para a rotatividade do professor, que abandona o **Mobral** em busca de maiores salários. A falta de garantias trabalhistas permite que o professor seja demitido aleatoriamente, o que também leva à rotatividade.

Para que o nosso trabalho se torne mais efetivo, para que a educação de adultos não seja mais vista como um bico, mas se realize da melhor forma, para que se cumpram os objetivos de se erradicar o analfabetismo, reivindicamos:

- vínculo empregatício regido pela CLT.
- remuneração de três (3) salários mínimos
- reconhecimento do tempo de serviço prestado pelo professor ao **Mobral**
- dia fixo de pagamento

Professores do **Mobral** da Cidade de São Paulo, SP

Após encontrarmos a matéria da Figura 13, procuramos verificar se havia outras reportagens que retratassem a mesma temática, então ao invés de usarmos a palavra MOBRAL, como palavra-chave, usamos a palavra “professores do MOBRAL”, encontrando a matéria no jornal alternativo *Movimento*.

Com o título chamativo e coerente com o texto que o segue, nessas páginas de jornal, nos deparamos com uma denúncia acerca das práticas referentes ao trabalho dos professores que, de acordo com a lei, deveria ser voluntário, para que não prejudicasse sua formação, mas que na verdade, eram relações impostas de um trabalho que ultrapassava o voluntariado, com exigências superiores que afetavam até mesmo a diminuição da “ajuda de custo”, em casos de falta, doença e assim por diante, conforme descrito pelo jornal e corroborando com a reportagem anterior das auxiliares do MOBRAL.

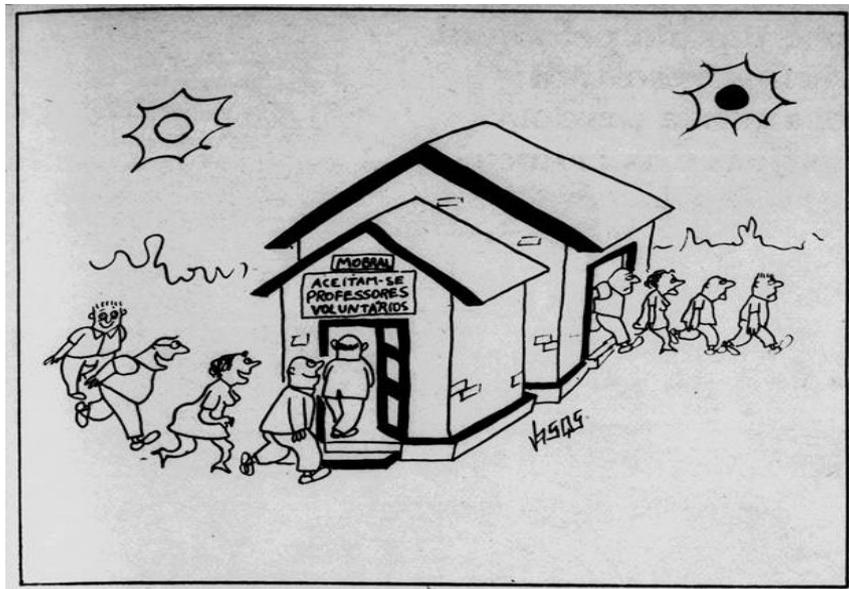
Refletindo sobre a colocação do presidente do MOBRAL, quando afirmou que “o MOBRAL gasta pouco para alfabetizar muito”, e as irregularidades citadas pelas professoras através dessa reportagem, podemos concordar e discordar da afirmação do presidente.

Ora, manter por tanto tempo professores sem nenhuma consideração e respeito em detrimento da função de alfabetizador, considerada um trabalho como o de qualquer outro professor, mas sem garantias trabalhistas ou qualquer outro direito, concordamos que o MOBRAL gastou pouco, já que sua prática de ilegalidade denunciada pelas professoras garantia que não houvesse tanto investimento nesse sentido.

Por outro lado, discordamos que o MOBRAL alfabetizou com qualidade a muitos, se considerarmos essa mesma prática: trabalhadores mal remunerados, insatisfeitos com essa “clandestinidade”, sem nenhuma garantia trabalhista e podendo ser despedidos sem nem mesmo uma explicação razoável; situação que desencadeava a rotatividade desses professores, afetando diretamente o processo de alfabetização.

Em destaque, na mesma reportagem, uma imagem que a acompanhava e corrobora com o texto escrito:

Figura22: MOBRAL: professores exigem regulamentação (parte II).



Fonte: Acervo digital Hemeroteca: Movimento.

O que essa iconografia nos diz? Quais representações acerca do MOBRAL, em especial, referente aos professores, ela nos quer transmitir?

Passível de múltiplas interpretações, a imagem nos ocasionou o primeiro impacto antes do texto: a linguagem imagética acima permite reflexões sobre o que a matéria quer comunicar, e/ou também além dela, elevando as possibilidades de hipóteses, de maneira menos limitada do que o texto escrito, favorecendo a compreensão geral do que se quer representar sobre a temática abordada. Provavelmente você, leitor, poderá perceber distintas mensagens promovidas pela leitura da imagem acima.

Ao observarmos a imagem, nos deparamos inicialmente com um sol de cada lado, mas que são diferentes: um claro do lado esquerdo e um escuro do lado direito. O que isso significaria?

Em uma casa, que possivelmente queria representar a sala de aula, há pessoas entrando por uma porta e saindo por outra, com uma placa que diz: “MOBRAL: aceitam-se professores voluntários”.

Nossa leitura é de que houve um chamamento para que as pessoas fossem alfabetizadoras, para que contribuíssem com o desenvolvimento do país através do trabalho voluntário no MOBRAL, mas quando conheceram as condições impostas pelo movimento, perceberam uma realidade diferente da divulgada.

Percebem que as pessoas ilustradas entram felizes pela porta da frente, demonstrando expectativas, porém saem pela porta de trás cabisbaixas, abatidas e frustradas? Tal mensagem transmite a ilusão vendida de um trabalho importante que se desfaz através de um trabalho que se diz voluntário, mas que na verdade, exigia todos os esforços dos docentes, sem nenhuma contrapartida de reconhecimento.

O sol claro do lado esquerdo dos alfabetizadores que se dispuseram a participar reflete a luz da educação e das novas possibilidades de emprego pelo MOBRAL, como também diz sobre as expectativas dos professores em relação a sua atuação nesse projeto amplamente divulgado, ao passo que a luz do sol escuro do lado direito com os alfabetizadores saindo do projeto reflete a escuridão da frustração dos professores que estavam à margem, sem reconhecimento, sem salários dignos e sem perspectiva de crescer na profissão. São reflexões. Outras mensagens podem ser extraídas. Qual seria sua leitura?

Talvez um sol de um lado e outro do lado oposto queira representar a rotatividade dos professores, que entravam e saíam rapidamente do movimento pelas condições impostas, como se “entrassem de dia e saíssem à noite”...

Talvez esse sol “represente a luz do saber e o escuro do analfabetismo”<sup>21</sup>, a luz dos professores através do conhecimento e alfabetização entraria no local a fim de acabar com o escuro do analfabetismo, mas pelo descaso com os mestres e sua desvinculação do movimento, o escuro do sol permanece e com ele, o mal que deveria ser erradicado.

Porque esses professores saem tristes? Bem, eles deveriam ser voluntários, mas a eles foi cobrado um trabalho de professores do ensino regular, com horários a serem cumpridos, com descontos em seus salários, sem benefícios e sem dia certo para receber o pagamento (de acordo com a notícia). Não que o trabalho voluntário deva ser realizado sem seriedade (até porque observamos nas notícias que muitos professores cumpriram por muito tempo seu trabalho, com carga horária e compromisso), mas, pelo relato, as cobranças excediam às responsabilidades de um serviço voluntário.

Como eles continuariam em um serviço assim? Qual motivação teriam se o próprio movimento não reconhecia o valor de seu trabalho que, apesar de não ser exigida a formação específica, dedicava-se a alfabetizar pessoas adultas, ensinando e

---

<sup>21</sup>Em momentos de orientações com a professora Dra. Maria Elizete Guimarães Carvalho, discutindo sobre essa imagem, essa colocação e outras, foram percebidas e compreendidas por ela, estando entre aspas para referenciar sua fala.

aprendendo e, com a experiência, melhorando suas práticas (já que as reivindicações se davam pelo tempo de serviço prestado na ilegalidade, considerando que o MOBRAL não previa em sua lei esse tipo de trabalho).

E o que seria essa casinha? Uma casa isolada. Não teria mais casas ao redor? Talvez represente o fato de que o MOBRAL foi um movimento que isolou os professores que nele atuavam, pelo fato de seu tratamento ser diferente dos demais professores da época reconhecidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Também pode nos dizer sobre onde eram as aulas, que muitas vezes foram ministradas nas casas dos próprios professores, moradias comuns e não em escolas (em escolas também ocorriam aulas do MOBRAL).

Mas, tanto o texto escrito, quanto a iconografia nos indicam que o MOBRAL não valorizava os alfabetizadores destacando a fala de seu presidente, que afirmou não ter necessidade de pessoas terem formação para ensinar no movimento, exatamente para que a exigência fosse a mesma para todos, mas sem ter que arcar com o investimento que a legalização exigia. Ora, se um professor fosse formado, teria que receber um melhor salário. Como a exigência era apenas que tivesse algum conhecimento, não existiriam grandes gastos. Está aí a grande falácia do MOBRAL. Nesse sentido, realmente, o MOBRAL não custou caro.

#### 4.1.4 O MOBRAL não busca originalidade de método de ensino: o papel das cartilhas

Mário Henrique Simonsen, perguntado se no MOBRAL está sendo empregado algum método novo de alfabetização, responde: “o MOBRAL não busca originalidade. Os métodos usados são naturalmente modernos. Mas não se busca impor nada, havendo, inclusive, diversificação de cartilhas: servem, contanto que cumpram a finalidade” (CORREIO DA MANHÃ, 1970, p.4).

Grosso modo, observamos nas entrelinhas dessa representação, uma vez mais, a crítica aos movimentos populares sob orientação do método freireano. Pois, os movimentos de educação de base que nasceram, a partir do pensamento de uma educação para a cidadania e para a emancipação da sociedade, não se adequariam a nova conjuntura que se instaurara após 1964, uma vez que “a educação, do início dos anos de 1960, era tomada enquanto possibilidade de transformação da vida das pessoas” (BARBOSA, 2014, p. 48), num contexto em que,

tais movimentos refletiam um *tempo de alvorada* em que a sociedade encontrava no discurso e prática populista e no pensamento social cristão renovado, o solo fértil para o cultivo das sementes ideológicas de transformação das estruturas pelo viés democrático da reivindicação por direitos (BARBOSA, 2014, p. 46).

No novo cenário, não se encontraria mais palco para a continuidade dessas campanhas, que de fato demonstravam uma nova possibilidade de educação; talvez a originalidade criticada na notícia fosse essa prática que foi compreendida e divulgada como subversiva pelos governos militares, sabendo-se que o contexto pós golpe não admitia uma educação que se propusesse à serviço da conscientização das massas.

A resposta do então Presidente do MOBREAL abre margem para a seguinte interpretação: o método de alfabetização utilizado pelo movimento não é algo inovador, não foi estudado e criado para ele, o que transmitia a mensagem de que não iria ter dificuldade de alfabetizar, pois partiria das técnicas já existentes/conhecidas; então desde que se consiga alfabetizar, qualquer método serviria. Em contrapartida, a mensagem de que o MOBREAL poderia passar a imagem de ser mais uma campanha (já que as campanhas anteriores foram fortemente deslegitimadas pela mídia à época) não seria conveniente, portanto, afirma-se que tais métodos são “naturalmente modernos”.

Nessa menção acerca do método e a anteriormente citada sobre se era preciso ser professor formado para alfabetizar, percebemos a importância atribuída às cartilhas.

A cartilha, nos parece, assume um papel superior até mesmo do professor, já que, teoricamente, qualquer pessoa poderia alfabetizar se obtivesse esse material e para afirmar que a cartilha orienta o ensino, Simonsen cita que uma senhora conseguiu em pouco tempo alfabetizar suas empregadas e os próprios filhos.

Não podemos confiar que essa afirmação seja fidedigna, mas o que podemos perceber é como esse processo de ensino-aprendizagem regulado pelo Mobreal está intrinsecamente ligado à pedagogia tecnicista, pois nem o professor é o centro do processo, como basicamente seria na pedagogia tradicional, nem mesmo o aluno ocupa o lugar principal, como na pedagogia nova, mas os meios ocupam o destaque e recebem importância superior a todos os envolvidos no programa educativo.

As lembranças da professora Mangueira (2020) sobre o material didático utilizado, nos esclarece: “recebemos um material que *eu* considerava bom, adequado, porque era sobre a vivência do aluno. Trazia temas como trabalho do próprio aluno, moradia...” (MANGUEIRA, 2020, p.1).

Mangueira fez questão de enfatizar que era ela que considerava um bom material, fazendo-nos refletir o porquê dessa preocupação ou cuidado. Pode ser que não quisesse ser julgada por sua opinião, tendo em vista que ainda existem muitas histórias pejorativas ou mesmo piadas acerca do movimento, associações do aluno do MOBRAL a ignorante, burro, etc., o que pudesse, de repente, desqualificar sua versão. O fato é que, para ela, o material era adequado.

Jamais iremos deslegitimar sua percepção acerca de um material didático que lhe foi útil em sua história professoral, pois em sua experiência houve resultado, já que o MOBRAL “conseguiu alfabetizar uma certa parte da sociedade analfabeta” (MANGUEIRA, 2020, p. 1) e possivelmente, ela conseguiu alfabetizar parte de seus alunos.

No entanto, nos questionamos: por que ela teria essa representação mesmo no momento atual? Pode ser que suas memórias sobre essa experiência sejam de concordância com a pedagogia do movimento.

Mas como já mencionado, a partir das fontes, estamos compreendendo que existiram muitos *MOBRAIS* e, por isso, tecer generalizações nos faz cair no erro de escrever a história a partir da verdade que queremos impor. Portanto, críticas à técnica de alfabetização ou ao material didático devem ser feitas, mas considerando sempre as representações que podem divergir de fonte para fonte; tal perspectiva permite um diálogo ético.

A partir da fonte oficial, no tocante ao método de ensino, está escrito no Documento Básico do MOBRAL que se trata de um método eclético, baseado na decomposição de palavras geradoras que eram escolhidas de acordo com as “necessidades básicas do homem” (BRASIL, 1973, p.33). Tais necessidades traduzidas em palavras eram pensadas de maneira universal, ou seja, as palavras comuns a todas as pessoas do território nacional, como: trabalho, habitação, saúde, emprego, e assim por diante.

Logo, o material didático estaria de acordo com essas palavras selecionadas para alcançar a todos os *mobralinos*, independente de sua regionalidade. Nesse sentido, podemos concordar com Mangueira, quando afirma que as palavras eram referentes ao mundo dos alunos, porém considerando a forma como foi executada a seleção, a partir do MOBRAL-CENTRAL, certamente muitas das palavras da realidade cultural dos alunos foram silenciadas.

Além disso, a perspectiva de conscientização proposta por Paulo Freire não é utilizada, uma vez que a politização das massas era vista como subversão. Incongruente, há o relato da professora Fernandes, que assevera que o método utilizado “era baseado na pedagogia de Paulo Freire” (2021, p.2).<sup>22</sup>

Podemos problematizar acerca dessa afirmação de Fernandes, pois como o método de Paulo Freire poderia ser utilizado, uma vez que ele era proibido e o próprio educador foi exilado por causa de suas ideias? Inferimos que suas lembranças possam estar contaminadas com as memórias coletivas do presente, ou realmente, ela não lembra desse passado. Será que ela se envergonharia de afirmar no tempo presente que trabalhou com uma educação conservadora, enquanto pedagoga que é? Ou mesmo se no contexto em que ela atuou no MOBREAL as regras foram burladas?

Nesse arcabouço, reiteramos o papel das cartilhas<sup>23</sup>, que como observamos anteriormente na fala do presidente, as cartilhas disponibilizadas pelo movimento permitiriam que qualquer pessoa fosse professor; para além disso, as cartilhas faziam parte das estratégias que buscavam adequar a educação à ideologia do período, sendo apresentadas enquanto um material inovador, representando o esforço do governo na transmissão da ideia de valorização do sujeito analfabeto. As cartilhas participavam também da grande propaganda acerca da modernização.

Usando as palavras geradoras, as cartilhas foram pensadas para alfabetizar e também, para doutrinação, pois as palavras escolhidas e bem planejadas gerariam discussões dentro do viés proposto pelo material. Como nos esclarece Alves (2015, p. 57-58):

como indica-se no manual do educador a palavra geradora Família, não gera apenas novas palavras no vocabulário do aluno mobralense. Elas geram discussões sobre a necessidade de união, responsabilidade e respeito entre os sujeitos da família; elas incitam à cooperação, elas são palavras otimistas, que pretendem desenhar um ideal de família a ser seguido.... Portanto, longe

---

<sup>22</sup> Interessante que encontramos justamente uma matéria no jornal Movimento, de 1979, com o título: *Paulo Freire versus MOBREAL*, em que foram expostas algumas ideias do livro de Januzzi (1987): “**Confronto pedagógico: Paulo Freire e MOBREAL**”. A matéria trouxe a distinção das propostas pedagógicas e suas formas opostas de alfabetizar. Para saber mais sobre a notícia, ver reportagem de número 14, (Apêndice C, p. 177).

<sup>23</sup> Indicamos para aprofundamento dessa temática o brilhante trabalho de dissertação de José Maxsuel Lourenço Alves: “**Entre vacinas e canetas: as apropriações dos saberes médicos nas publicações do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBREAL (1970-1985)**”, 2015.

de serem apenas técnicas, estas palavras são políticas (ALVES, 2015, p.57-58).

Assim, as cartilhas, o manual do professor e quaisquer materiais produzidos para atender ao movimento foram orquestrados para ser o principal meio no processo de ensino-aprendizagem, por isso que os alfabetizadores do MOBREAL eram facilmente substituídos e desvalorizados. O educador com formação mediana conseguiria ensinar a ler e escrever, como também guiar uma discussão em sala de aula em torno das palavras fabricadas, sem necessidade de reflexões sobre a realidade conjuntural dos educandos, de sua realidade socioeconômica, de direitos e de conscientização.

Ainda assim, mesmo que as discussões possibilitadas pelos materiais disponibilizados não permitissem refletir sobre questões políticas da época, não significava que se constituíam neutros. São conteúdos políticos nas entrelinhas das palavras e frases consideradas técnicas e aprovadas pelo governo e sistema. As lições direcionavam para um pensamento e tipo de comportamento<sup>24</sup>. Eram fabricadas para esse aluno analfabeto e para o tipo de homem que o estado ditatorial almejava formar, portanto, inculcavam ideologicamente as pessoas.

Em face do exposto, compreendemos a reprodução da proposta metodológica de Paulo Freire, mas despidas dos princípios norteadores de sua pedagogia. O MOBREAL usou as palavras geradoras, que na verdade foram fabricadas para ser universais, desconsiderando os significados práticos para cada realidade regional e cultural, ou seja, a concretização do que Paulo Freire chamou de “Educação Bancária”.

Talvez essa relação entre o uso da metodologia de Paulo Freire sem seus princípios norteadores da educação explique o porquê de para muitos alunos do MOBREAL, o método utilizado para a alfabetização fosse mesmo desse educador.

Observemos a reportagem abaixo:

Figura 23: Aprender sem peias.

---

<sup>24</sup>Para o aprofundamento dessa questão, ver o trabalho de Maria das Graças da Cruz Barbosa: “Educação de adultos em tempos de violação aos direitos humanos: das palavras freireanas grávidas de mundo para as palavras ocas de vida do MOBREAL” (2014).

**Aprender sem peias**  
**O MOBRAL** — Movimento Brasileiro de Alfabetização — decidiu que o método mais conveniente para alfabetizar em massa é a descentralização do método. Levando em conta as dimensões do País, a diversidade de recursos e as características de cada região, o presidente do **MOBRAL**, sr. Mário Henrique Simonsen, chegou à conclusão de que, numa emergência, os meios justificam os fins. Assim, qualquer modo de ensinar será aceito, desde que produza resultados imediatos.

Fonte: Acervo digital Hemeroteca: Correio da Manhã.

No jornal acima, encontramos essa matéria elucidativa que nos convida a refletir sobre as práticas educativas do MOBRAL, ao mesmo tempo em que destacamos representações da importância dos materiais didáticos e de como as cartilhas desempenharam papéis cruciais; embora não se possa afirmar que houve em todas as partes do país sua aquisição ou uso.

Segundo a matéria, desde que fosse ensinado sem bater, toda forma para alfabetizar as massas era permitido para que alcançasse resultados instantâneos, então, falou-se em descentralização do método. O então presidente do Mobral elaborou seguinte conclusão: “numa emergência, os meios justificam os fins. Assim, qualquer modo de ensinar será aceito” (CORREIO DA MANHÃ, 1970, p.2). Corroborando com essa perspectiva de que qualquer pessoa e qualquer método seriam aceitos, na notícia, encontramos a afirmação: “cada professor usará o método que achar mais favorável ao aluno, dentro de um limite” (CORREIO DA MANHÃ, 1970, p.3)<sup>25</sup>.

Os trechos possibilitam concluir que, apesar dos esforços para que o processo de alfabetização seguisse uma cartilha alinhada aos interesses do Estado, o professor conseguiria ensinar, conforme seu conhecimento prévio; o que ele não poderia era propagar ideologias consideradas reprováveis, críticas ao governo militar, ou subversivas; o que, em nosso entendimento seria o limite que o professor deveria ter.

<sup>25</sup> Essa afirmação foi retirada da notícia enumerada 20, (Apêndice C, p. 154) intitulada: “Preocupação maior é com recursos para educação”.

Dentro do limiar da supervisão e da censura, apenas se resumindo a ensinar a ler e escrever funcionalmente, toda forma de transmissão de conteúdo era permitida. Portanto, aos professores e alunos que tiveram as cartilhas e aos que não tiveram o manual, às aulas que foram ministradas em galpões ou em escolas, ou até mesmo as que ocorreram nas próprias casas dos envolvidos, caracterizam que toda forma de alfabetizar poderia ser acatada.

Nesse ponto, os professores estudantes universitários ou aqueles que sabiam o básico, todos caracterizam as peculiaridades da experiência do movimento de alfabetização de adultos. E a partir daí, observamos que possivelmente regras foram quebradas, as ideias de Paulo Freire não foram totalmente esquecidas, apesar da censura e críticas.

Entre representações e apropriações, percebemos, a partir das fontes, que o MOBRAL foi marcado pela diversidade, no sentido de que as práticas pedagógicas e a atuação do movimento não pode ser compreendida como uma experiência uniforme em todos os aspectos, desconsiderando as regiões, localidades, recursos etc, pois visualizamos aspectos positivos, esforços, carências e fracassos.

#### 4.1.5 A responsabilidade é de todos: o papel das propagandas

Talvez esse seja o maior investimento dos militares no tocante ao MOBRAL: a responsabilização de todos os brasileiros, tendo as propagandas como meio para atingir a mobilização da sociedade a favor do movimento e o trabalho de sensibilização para obter apoio de diversas formas.

As propagandas sobre o MOBRAL foram amplamente desenvolvidas e essa característica é facilmente detectada nas páginas dos jornais; poucas são as reportagens que dão vazão às críticas, por razões já supracitadas, pois, em grande maioria, há a publicização do movimento no sentido de promovê-lo nacionalmente.

A pauta do MOBRAL conseguiu envolver vários setores da sociedade brasileira, desde as empresas às igrejas, pois sua promessa de extinguir de vez o analfabetismo tornou-se uma causa que conectou entusiastas e adeptos em favor da alfabetização. Portanto, como já apresentado por esta pesquisa, a responsabilização era de todos: tirar o Brasil da escuridão do analfabetismo para a luz das letras, para além de ser algo urgente, constituiu-se em uma ação que envolvia Estado e sociedade civil.

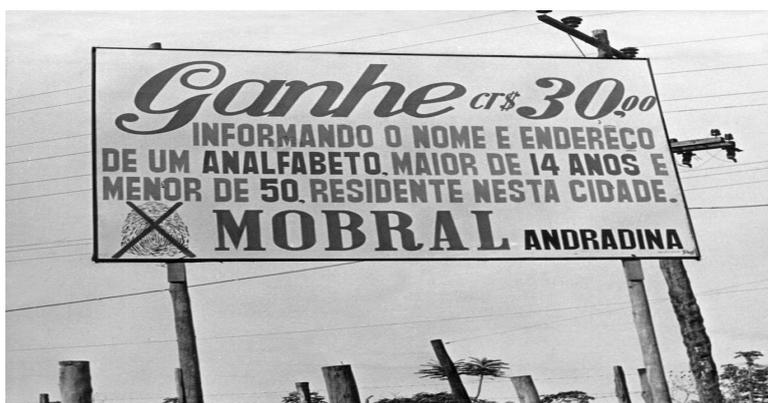
As propagandas, assim, desempenharam um papel fundamental como estratégias de convencimento e mobilização, bem como de “financiamento e publicidade” (ALVES, 2015, p.124).

Antes de observar alguns exemplos de publicidade ou anúncios encontrados em acervos digitais, acreditamos ser pertinente citar o título de uma reportagem que não conseguimos ter acesso na íntegra, porém que traz um título elucidativo: “MOBRAL afirma que não gasta um centavo com publicidade” (O GLOBO, 1976, p.4)<sup>26</sup>.

Sim, encontramos, tanto a afirmação de que o MOBRAL não pagava pela publicidade realizada, como também as próprias publicidades nas páginas de jornais.

Tal incongruência foi justificada na CPI do MOBRAL, com a afirmação de que o MOBRAL-CENTRAL produzia a grande maioria das propagandas e também de cartazes (ALVES, 2015).

Figura 24: Cartaz do MOBRAL.



Fonte: Acervo digital Estadão.

Esse cartaz exemplifica como as propagandas ocorreram, enquanto estratégia, para alcançar o maior número de aderentes ao programa. No contexto do cartaz, percebemos o direcionamento às pessoas alfabetizadas que colaborassem, indicando analfabetos de sua cidade com a promessa de recompensa financeira.

Majoritariamente, os anúncios sobre o movimento são produzidos com muito mais textos escritos do que imagens, demonstrando o grande foco em convencer pessoas

---

<sup>26</sup> O link da matéria e sua imagem encontram-se em anexo.

da classe empresarial, como também pessoas que, fora do rótulo de analfabeto, poderiam contribuir indicando pessoas ou alfabetizando.

Figura 25: Propaganda do MOBRAL em um quadro negro.

O futuro do Brasil  
já está escrito.

Mas ainda falta  
gente  
que saiba ler.

Alguns brasileiros ainda não podem.  
Querem, mas não podem.  
O futuro está aí, ao lado deles, eles estendem as mãos mas não conseguem alcançá-lo.  
São essas mãos que estão recebendo, uma a uma, o lápis do Mobral - Movimento Brasileiro de Alfabetização.

São essas mãos que precisam de nossa ajuda. Da sua ajuda. Faça a sua empresa contribuir para a generosa missão do Mobral, como nós o fizemos.  
Esses brasileiros merecem o futuro tanto quanto nós e têm o direito de conhecê-lo.  
Com todas as suas letras.

**IBM**  
DO BRASIL LTDA.

Colaboração da IBM com o Mobral — Movimento Brasileiro de Alfabetização.

Fonte: Acervo digital Hemeroteca: Correio da Manhã.

Na propaganda acima, observamos como é interessante a forma como ela é intencionalmente criada para fins de convencimento da importância do MOBRAL perante as empresas, usando as ferramentas do texto escrito e da imagem como maneira de responsabilizar a todos.

Como sugere a leitura do texto da propaganda em sua mensagem completa, já existe futuro promissor para o Brasil, mas os analfabetos não podem acessá-lo e num

quadro negro escrito com giz, em letra cursiva, remetendo à uma sala de aula, escrevem: “o futuro do Brasil já está escrito. Mas ainda falta gente que saiba ler” (CORREIO DA MANHÃ, 1970, p. 1).

Então os empresários são chamados através dessa campanha a “generosamente” contribuir com a missão do MOBREAL, pois os brasileiros analfabetos estavam condenados a não enxergar as oportunidades de futuro que estavam postas e sem a leitura e a escrita, numa sociedade que caminhava rumo a modernização, estariam marginalizados.

Percebemos que o discurso de que esse movimento seria quase um favor aos analfabetos está nas entrelinhas das notícias. Ora, esse movimento educacional não afirma que se trata de um direito à educação que os adultos teriam, mas uma missão, uma causa nobre, um benefício prestado: “são essas mãos que precisam de nossa ajuda”, pois elas, apesar do esforço, não podem alcançar o futuro.

Quantas mensagens em um único anúncio! Apontamos que há os que têm futuro e os que não têm, a partir da visão de que os analfabetos atrapalhavam o desenvolvimento econômico do Brasil, portanto a mazela do analfabetismo dever ser erradicada e a responsabilização é coletiva, bem como os benefícios da superação desse mal. Constatamos que o MOBREAL se utilizou inteligentemente das publicações com mensagens persuasivas e que essas mensagens estavam circulando nas páginas de jornais também, nas cidades por meios dos cartazes.

Abaixo outra propaganda no mesmo sentido:

Figura 26: Propaganda do Mobreal: leve alguém para o MOBREAL.



Fonte: Acervo digital Hemeroteca: Correio da Manhã.

A mensagem transmitida anuncia: você está conseguindo ler essa mensagem? É ótimo codificar e decodificar o que está escrito? Então permita que outros consigam fazer o mesmo, pois “tem gente que não entende” e você, leitor do jornal, precisa ajudar a acabar com isso, “leve alguém para o MOBREAL”, faça a sua parte! (PASQUIM, 1976, p. 20).

É notório que, nas páginas de jornais, nos anúncios referentes ao MOBREAL, há a associação do analfabeto a uma pessoa sem conhecimento, sem expectativa de vida, como o grande culpado pelo subdesenvolvimento do país, bem como por sua própria condição de pobreza. Tal fato reforça o Mobreal, que foi apresentado como a solução dessa circunstância. Entretanto, sabemos que a pedagogia de Paulo Freire aborda essa temática, afirmando que ninguém sabe tudo, mas todos sabem alguma coisa, têm conhecimento do mundo e da realidade, e mesmo sendo analfabetos, pensam, agem e reagem, pois todos têm o que aprender e ensinar (FREIRE, 2014).

Observemos como a propaganda abaixo retrata essa questão:

Figura 27: A alfabetização e o futuro.

# APRENDENDO A LER E ESCREVER TODO HOMEM TEM FUTURO.

O brasileiro vai deixar de assinar seu nome com um "X" ou mesmo com o seu polegar. O homem brasileiro vai assinar seu nome claro e corretamente. O Brasil inteiro está aprendendo a ler e a escrever. Mais oportunidades para todos, em todo o País. Alfabetize-se hoje, para que no futuro não venham a repetir-se os erros do passado. Uma noção que sabe ler e escrever é uma noção que conhece os seus caminhos. Melhores empregos. Melhores oportunidades. Futuro garantido. O Brasil desperta para a alfabetização. E o MOBREAL, agora lançado, é o seu maior instrumento. O BRADESCO, há muito tempo compreendeu isso e, ao criar o TOP CLUB, além de garantir a família com o melhor plano previdenciário brasileiro, resolveu destinar a alfabetização, os resultados integrais dessa iniciativa, oferecendo sua colaboração ao Governo do Brasil e, principalmente, ao futuro do País.



**TOP CLUB**  
UMA ORGANIZAÇÃO  
**BRADESCO**  
SEM FINS LUCRATIVOS.  
GARANTIA DOS GRUPOS SEGURADORES  
**BOAVISTA E SUL AMÉRICA**

O primeiro passo já foi dado. Em Conceição do Araguaia, Pará, o BRADESCO, com os recursos do TOP CLUB já implantou a primeira escola. Outras estão em andamento.



Fonte: Acervo digital Hemeroteca: Correio da Manhã.

A mensagem é exatamente como mencionamos anteriormente: sem o MOBREAL não existiria futuro; enquanto o homem não soubesse ler e escrever, viveria sem perspectiva de melhoramentos e o MOBREAL seria o fiador do futuro para o homem que não saberia assinar seu nome sem ele. Observamos o apoio da empresa Bradesco, numa causa que foi mobilizada para que todos, empresas, sociedade civil, analfabetos, classe média, etc., compreendessem que alfabetizar era garantir o futuro de todos.

Mas todo homem que aprende a ler e escrever funcionalmente tem futuro? Qual futuro seria? Todos os alfabetizados do MOBREAL mudaram suas vidas? A alfabetização por si só garantiria a qualidade de vida afiançada pelas propagandas do MOBREAL? São questões sem respostas prontas, mas a serem refletidas.

Nesse âmbito, ressaltamos, considerando as ideias de Paulo Freire, que a alfabetização sem a leitura de mundo não muda os sujeitos, muito menos o mundo.

Nas entrelinhas das representações em torno da responsabilização dos sujeitos, a parcela maior de culpa recai sobre o analfabeto, que não é visto como oprimido e injustiçado socialmente, mas como transgressor. Essa culpabilidade generalizada

também faz parte da estratégia dos militares, quando idealizaram a proposta pedagógica e midiática do movimento. Como Freire (2000) esclarece:

é importante ter sempre claro que faz parte do poder ideológico dominante a inculcação nos dominados da responsabilidade por sua situação. Daí a culpa que sentem eles, em determinado momento de suas relações com o contexto e com as classes dominantes por se acharem nesta ou naquela situação desvantajosa (FREIRE, 2000, p. 38).

Nesse sentido, o futuro, de fato, ganha significados e perspectivas de mudança, quando os alfabetizandos aprendem a ler as palavras, lendo o mundo e percebendo as injustiças e violências que caracterizam sua situação, para que, a partir dessa consciência crítica, possam mudar suas condições no mundo através da luta; perceber seu condicionamento, sem cair na armadilha de que suas vidas estão determinadas. Nesse sentido, enfatizamos que apenas através de um trabalho de alfabetização com conscientização é possível (FREIRE, 2000).

O futuro prometido nas propagandas pelo MOBREAL cumpria a função de convencimento da sociedade em torno de sua proposta para sua aceitação, com promessas que representavam mudança de vida, do país. Aos empresários, algo atrativo para a expansão de sua mão-de-obra; para os analfabetos, perspectivas de mudar suas vidas, muitas vezes marcadas pela pobreza e marginalização de direitos.

Para Freire (2000, p.27), todavia, “o futuro não nos faz. Nós é que nos refazemos na luta para fazê-lo”. Uma alfabetização politizada, antes de tudo, reconhece as fraquezas atuais para, através da resistência e do enfrentamento, construir o futuro que é possível, que é o “inédito viável”, possível de ser construído, apesar das realidades impostas.

As apelações da propaganda do MOBREAL sequer disfarçavam a ideologia que envolvia o movimento e seus objetivos. Observemos a imagem abaixo:

Figura 28: O bom negócio da alfabetização.

# Ajude o Mobral com segundas intenções.

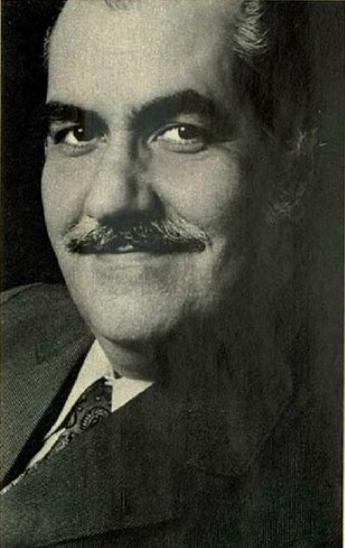
Todo analfabeto é pobre. Consume pouco. Compra pouco. Jamais um analfabeto será um bom cliente da sua empresa. Você, como empresário, já deve ter percebido onde vamos chegar: ajude o Mobral para ajudar a sua empresa. Pelos seus lucros futuros. Ajudar o Mobral traz outras compensações.

Pessoalmente, você tem a oportunidade de conviver com os líderes da sua cidade.

A começar pelo Prefeito, profissionais liberais, comerciantes, industriais. E isso é importante para você e para o seu negócio.

Ajudando o Mobral você reforça a boa imagem da sua empresa de maneira mais prática, direta e simpática do que mil coquetéis ou notinhas de viagem à Europa.

No fim das contas, como você depende do progresso do País para crescer, quem sai ganhando é você mesmo.




Ajude o Mobral da sua cidade com	
<b>TRABALHO:</b>	visitante recrutador, professor, emissor ou colaborador nos serviços de secretaria
<b>MATERIAL:</b>	cadernos, livros, banners, cartazes, livros, tudo que for útil para as aulas
<b>RECURSOS:</b>	através de qualquer importância

**PROCURE A COMISSÃO MUNICIPAL DA SUA CIDADE**

Fonte: Propagandas históricas.

Esse foi o anúncio encontrado em que mais foram apresentados os interesses econômicos atribuídos à educação, especialmente, à alfabetização de adultos. Percebemos a capitalização da ideia de alfabetizar, algo urgente naquele contexto, para atender ao empresariado a quem muito foi prometido, e quem mais se beneficiaria com uma educação, de modo geral, tecnicista e produtivista.

A imagem é bem representativa: de um homem, empresário, que demonstra perspicácia. Alves (2015, p. 131) perfeitamente interpretou que:

um sorriso discreto, no rosto de um homem gordo, com alguns cabelos brancos. Há, portanto, a representação do empresário no auge da carreira, com a maturidade necessária e a expectativa de algumas décadas de vida economicamente ativa pela frente (ALVES, 2015, p. 131).

Mas o texto escrito é tão forte e competente quanto a imagem, podemos inferir que muitos empresários que se deparou com essa publicidade, refletiram em contribuir com a alfabetização de adultos, enquanto um negócio lucrativo e promissor para suas empresas.

Podemos organizar e reler o texto a partir de nossa própria representação sobre ele e das frases colocadas, da seguinte forma:



1. Reforça a ideia de que todo analfabeto é pobre, mas, na verdade, grande parte da população era. Ser alfabetizado garantiria melhoras financeiras na vida dos nos milhares de analfabetos existentes?;
2. Vende a ideia de que todo analfabeto não é um bom consumidor, portanto, alfabetizados são potenciais consumidores;
3. O processo de alfabetização é um investimento no campo econômico e não no setor de emancipação popular;
4. Apresenta o benefício do que hoje chamamos de *networking*: a importância atribuída na propaganda de se conviver com outros líderes, representada bem a ideia de se estabelecer relacionamentos, uma rede de trabalho que favorece o contato que poderá alavancar as empresas, possibilitando desenvolvimento pessoal e profissional;
5. Reforça a questão de que contribuir com o MOBRAL é cuidar de forma efetiva da imagem de sua empresa, já que o movimento teria ganhado muito apoio e existia sua representação de se constituírem um trabalho para tirar o país da miséria do analfabetismo que tanto atrapalhava seu progresso. Essa consideração apresentada pela propaganda também pode ser denominada de *marketing*, uma perspectiva de cuidar da imagem de sua empresa e, com isso, atribuir-lhe valor, promovendo, com isso, maiores consumidores e lucros; e
6. Do anúncio também podemos observar a relação educação–progresso–empresas.

Diante do exposto, resta-nos afirmar que a educação tecnicista foi bem articulada durante o governo militar, fazendo das questões sérias, como a do analfabetismo no Brasil, instrumento para fins que se articulavam com o pensamento acríptico da educação, com proposta de alfabetização para a formação de sujeitos-objetos, que fazem parte de uma engrenagem que foi montada para favorecer aspectos puramente econômicos (FREIRE, 2000).

Considerando as representações jornalísticas, no tocante às propagandas, observamos o quanto estavam presentes em suas páginas, tendo como principal característica a responsabilização e convocação da sociedade para que houvesse apoio e mobilização da população no geral.

Não podemos com isso afirmar que as promessas contidas em tais propagandas se concretizaram, até porque o maior objetivo da propaganda é justamente influenciar pessoas através da persuasão, com fins ideológicos, políticos e econômicos, divulgando crenças, ideias, propostas e não garantindo, necessariamente, a verdade, a postura crítica e assim por diante.

Não obstante, as notícias analisadas, até o momento desse trabalho, e as propagandas corroboram com o objetivo de atingir os três propósitos do MOBREAL que apresentamos a seguir, mencionados pelo então presidente do movimento, na entrevista que desencadeou os tópicos trabalhados.

#### 4.1.6 Os três propósitos do MOBREAL

As fontes jornalísticas encontradas demonstram o esforço realizado para que o MOBREAL alcançasse os três objetivos mencionados na entrevista do presidente Mário Henrique Simonsen, que seriam as formas de colaboração nas quais a sociedade brasileira poderia investir para que o MOBREAL pudesse alcançar seu designo maior, foram eles: a contribuição financeira, em que pudemos observar que, considerando os indícios dos jornais, houve, de fato, empresas contribuindo; a motivação dos analfabetos, que pode ser percebida no sentido de culpabilizá-los por sua condição de analfabetos, sua responsabilidade de entrar no MOBREAL e assim conquistar o propagado bem-estar social e o futuro; e por fim, a proposta de ser professor, alfabetizando, mesmo que de forma mediana, os sujeitos que mal sabiam pegar no lápis, havendo muitos professores, monitores e supervisores que contribuíram nessa tarefa, apesar de não haver o reconhecimento por parte do MOBREAL, como algumas fontes demonstraram.

Mas a grande questão que fica é: apesar dos esforços mencionados, o movimento não conseguiu erradicar o analfabetismo; então o quanto de contribuição ele conseguiu? Difícil quantificar, mas as fontes questionaram os números oficiais divulgados, em forma de relato e denúncia de que havia fraude nos números de alfabetizados divulgados à época, na CPI do MOBREAL.

A pesquisa identificou, pelo menos pelas notícias localizadas e estudadas até o momento, que tais denúncias estavam nos jornais considerados alternativos e na maioria dos jornais, especialmente, os oficiais, foram encontradas muito mais notícias promovendo o movimento ou apresentando seus objetivos, especialmente nos períodos do auge da ditadura militar.

Ainda no âmbito das últimas reflexões sobre a entrevista de Simonsen, abaixo uma reportagem do jornal Opinião (1975), intitulada: “O MOBREAL não é mais aquele”:

Figura 29: O MOBREAL não é mais aquele.

Ano 1975 Edição 00156 (1)

**EDUCAÇÃO**

## O Mobral não é mais aquele

**P**era onde vai o Mobral? Difícil responder. Cinco anos depois de criado, o Movimento Brasileiro de Alfabetização sofre sua crise mais séria. Contestado por vários educadores, ministros e ex-ministros que antes o apoiavam, o Mobral, segundo o senador Gilvan Rocha, presidente da CPI que investiga suas atividades, deve ser modificado porque “se desviou de seus objetivos”.

O estopim para a crise foi o Programa Mobral Infante-Juvenil lançado oficialmente pelo Ministro Ney Braga, da Educação, em julho de 1974, com uma explicação: “Qualquer preconceito é censurável, e quando estão em jogo tantos brasileiros, o preconceito de idade é inadmissível”. Hoje, ele afirma nunca ter apoiado o programa.

Na prática, o Mobral Infante-Juvenil já vinha sendo aplicado desde 1972, através de experiências pioneiras nos estados do Rio Grande do Sul, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe quando a Pasta da Educação era dirigida pelo atual senador Jarbas Passarinho. Que também afirma nunca ter sabido da presença de menores no movimento.

As peneas — No boletim nº 15 da UNESCO, de 1974, em artigo intitulado “La Experiencia Brasileña de Alfabetización de Adultos”, na página 31, é apresentado um quadro de matrículas do Norte e Nordeste, onde, no total geral de alunos, 31 tinham menos de 15 anos. Impossível, já que até a UNESCO estava informada, que as autoridades educacionais nada soubessem sobre a experiência Infante-

— Juvenil do movimento. Ao participar de uma solenidade do Mobral em 11 de julho de 1974, Ney Braga afirmou: “Fácil justificar essa nova missão (Mobral Infante-Juvenil) para a qual se unem, a partir de agora, o Mobral e o Departamento de Ensino Fundamental do MEC. Difícil seria admitir que permanecêssemos no MEC como espectadores de um quadro decepcionante, composto por crianças que, fora do sistema convencional de ensino, existissem, por assim dizer, esperando completar 15 anos para só então se qualificarem para o atendimento pelo Movimento nos seus postos de alfabetização”.

Em seguida, citou recordes que consagraram a experiência e a metodologia do Mobral, justificando sua adoção para a faixa etária entre 9 e 14 anos: “Surge assim, o Mobral Infante-Juvenil. Nosso objetivo não poderia ser outro que o de deslocar o futuro trazendo-o para hoje”.

Outro também atingido pelo surto de esquecimento foi o senador Jarbas Passarinho. Na CPI, ele afirmou que, se havia atendimento a crianças no Mobral, era à revelia dos ministros da Educação. Negou que tivesse entregado diplomas de alfabetização a menores de Santo André, dizendo

“não lembrar, em momento algum, de tal acontecimento”.

No dia 11 de setembro deste ano, no entanto, ele enviou um telegrama ao presidente do Mobral, onde afirmava, nas últimas linhas: “Declarei no Senado que, já ao meu tempo de ministro, o Mobral recebia menores de 15 anos em suas escolas, mas o fato não deveria transformar-se em regra, sobrecarregando o Mobral diante da insuficiência de vaga no ensino regular”.

Deslio — Com o depoimento na CPI, dias atrás, da professora Ana Bernardes da Silveira, diretora do Departamento de Ensino Fundamental do MEC, já não restam dúvidas de que as autoridades tinham ciência do desvio sofrido pelo Mobral em seu curso. A professora apresentou uma circular enviada por Ney Braga a todos os secretários de Educação dos estados suspendendo temporariamente o Mobral Infante-Juvenil em virtude da ceticismo criada pelas discussões no Congresso, mas deixando claro o seu retorno, posteriormente, depois que tudo voltasse à calma.

O senador Eurico Rezende (Arena-ES), que integra a CPI, mostrou-se bastante irritado pela posição do Ministério (“tão clara, mas que até agora se encontrava obscura”), que, na sua opinião, é um estímulo à continuidade do Programa de Recuperação dos Excedentes (denominação utilizada pelo Mobral depois de vedado o Programa Infante-Juvenil). De acordo com dados colhidos pela CPI, a participação de menores nos postos de alfabetização foi de 26%, em 1971; de 20%, em 1972; de 19%, em 1973 e 27%, em 1974.

Na verdade, a crise “Infante Juvenil” do Mobral é apenas reflexo de uma crise mais séria, que começa a se delinear e que faz pairar sobre o mesmo séria suspeição quanto à validade de seu método, os gastos efetuados ou as estatísticas dadas ao público. Depondo na mesma CPI, o deputado Fleita Ribeiro, ex-diretor-geral de Educação da UNESCO, soltou uma verdadeira bomba ao afirmar que “os programas de alfabetização de adultos executados pelo Mobral, com duração de cinco meses, podem ser comparados, em seus efeitos, com uma aplicação perfumada de spray, que logo se evapora”.

Esclareceu que o movimento “é caro porque é pouco rentável em termos educacionais e, portanto, em termos econômicos e sociais. Não importa o número de adultos alfabetizados pelo Mobral, pois se não houver nestes adultos profunda alteração no modo de viver e trabalhar, instala-

se um processo regressivo que termina anulando quase por completo o trabalho realizado. Alfabetização em cinco meses não pode ser chamada de educação”. E se o método não serve para os adultos, conclui o deputado, muito menos para crianças. Nos dois casos, transforma-se num mero “vendedor de ilusões”.

O que foi dito pelo deputado, transformando a imagem do Mobral, e fornecendo novos critérios para sua análise, foi comprovado na prática pelo senador Paulo Guerra, que promoveu uma pesquisa em 15 municípios do seu estado para verificar em que condições estavam os adultos alfabetizados pelo Mobral. O resultado foi péssimo: das 800 pessoas consultadas, apenas 80 continuavam sabendo ler e escrever.

Faltam estatísticas dos outros estados, mas tudo leva a crer que o quadro não seja mais otimista. A regressão é explicada por educadores da seguinte forma: o pequeno tempo de alfabetização não permite a fixação dos conhecimentos; a idade do alfabetizado — pessoas idosas que esquecem com facilidade — não contribui; não existe continuidade nos estudos para sanar essas dificuldades, e o alfabetizado não tem onde aplicar os conhecimentos adquiridos.

A persistir esse quadro e se for confirmado em maior escala o ocorrido em Pernambuco, tudo levará à conclusão de que o Mobral para nada serviu e que o número de analfabetos no Brasil, depois do esforço de cinco anos, permanece praticamente o mesmo, apesar das estatísticas oficiais.

Fonte: Acervo Digital Hemeroteca: jornal Opinião.

O MOBREAL não é mais aquele ou, como indagado pela matéria, para onde vai o MOBREAL? É o que se discute sobre a crise séria que o MOBREAL atravessara, após cinco anos de desenvolvimento.

O relato é de que essa crise, que é apresentada a partir das questões levantadas durante a CPI do MOBREAL, ocorreu devido às mudanças do movimento, pois se

desviara dos objetivos de alfabetizar adultos para alfabetizar crianças, através do Programa Infante-Juvenil.

O texto assim discorre sobre algumas falas consideradas importantes durante os depoimentos da CPI e que procuraram demonstrar o quanto o movimento errou e até mesmo praticou ilegalidades, ao ofertar a educação para o público menor de 15 anos que não era seu alvo.

Apesar das evidências dessa prática citadas na CPI, o ministro da Educação, Ney Braga, e o ex-ministro Jarbas Passarinho, negaram saber e o que está escrito é que tiveram um “surto de esquecimento”, já que o próprio militar Ney Braga teria lançado oficialmente o programa.

O que a fonte apresenta é um texto que, não apenas retrata o que ocorria na CPI, mas que foi construído de forma que transparecesse a indignação com as práticas do MOBREAL, apresentando os depoimentos que teceram críticas pesadas ao movimento, como comparação do movimento “com uma aplicação perfumada de spray, que logo se evapora”; e frases como: o movimento “sai caro porque é pouco rentável, em termos educacionais e, portanto, em termos econômicos e sociais”, “alfabetização em cinco meses não pode ser chamada de educação”, o método não serve para adultos quanto mais para crianças, nos dois casos tornou-se “vendedor de ilusões”, foram ditas em depoimentos na CPI e registradas no jornal (OPINIÃO, 1975, p. 5).

O que podemos inferir dessa notícia é que houve alguma resistência, no sentido de comunicar acerca do que houve na CPI sobre as referidas ilegalidades do MOBREAL e de modo que esse achado se torna precioso, em contraste com outras publicações que apenas apresentam a versão oficial sobre o movimento. Encontramos muitas notícias, mas as que conseguiram trazer a perspectiva de uma reportagem que fugisse um pouco da comunicação descritiva e “bancária”, foram escassas (PEREIRA, 2021).

Embora isso não signifique que as reportagens em que julgamos ser uma comunicação descritiva não pudessem ser problematizadas, através de uma leitura dos ditos e não-ditos, em suas entrelinhas e em seus discursos, entendemos que muito teriam a revelar. Mas sabemos que as fontes são escolhidas a partir do interesse do pesquisador, e com essa seleção, traça um caminho de análise a partir de seu conhecimento e possibilidades, de seu lugar social (CERTEAU, 2011).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de a ditadura civil-militar ter chegado ao fim há mais de três décadas, o Brasil foi fortemente marcado em todos os âmbitos por esse período histórico e sofre as consequências até os dias atuais, tendo em vista que ainda hoje lutamos contra autoritarismos, encontrando-nos em um processo de redemocratização que nos parece distante de se concretizar plenamente.

Essa herança de 21 anos de ditadura reflete na dificuldade em estabelecer, não apenas uma democracia sólida no país, mas de modificar as permanências históricas de uma sociedade que desconhece seus direitos e não foi educada para respeitar as liberdades individuais e coletivas tão necessárias a uma vida com dignidade.

Além disso, somos um povo que temos facilidade de esquecer nosso passado e apagar nossas memórias, especialmente as de tempos difíceis. Esse fato é preocupante, pois não podemos repetir passados ditatoriais por falta de conhecimento. Nesse sentido, esse trabalho constitui-se em um desafio de trazer à tona as lembranças da ditadura civil-militar no Brasil, tendo como foco principal as memórias e as representações educacionais de adultos participantes do MOBREAL.

Corremos o risco de esquecer esse passado, de apagá-lo da memória individual e coletiva, o que é, para nós, enquanto pesquisadores da educação, inquietante, uma vez que o esquecimento poderá nos fazer repetir acontecimentos que não promoverão consequências favoráveis para uma educação de qualidade em nosso país.

Nesse sentido, atualmente, temos percebido uma efervescência de grupos que defendem a ditadura e almejam sua repetição; dado o contexto em que vivemos, no qual temos representantes que também simpatizam com esse período, concluímos que a democracia vive em constante ameaça e não é difícil termos o retorno ao regime autoritário, guardando as devidas proporções de cada momento.

Consideramos que o trabalho de pesquisar e descrever é de luta e de resistência. Luta contra retrocessos históricos e especialmente educacionais, objetivando conhecer o passado e discutir suas representações que poderão contribuir no entendimento sobre o presente.

Conhecer o MOBREAL fez-se fundamental, pois rememorar os fatos educacionais do regime militar nos faz compreender a ideologia que permitiu o bloqueio das ideias de Paulo Freire no período, o que pode explicar também o porquê dessa pedagogia freireana sofrer represálias nos dias atuais. Além disso, também é importante

compreender o sentido de uma alfabetização de adultos que precisou ser essencialmente funcional durante o regime, excluindo qualquer proposta de educação conscientizadora, fato que revela os interesses políticos da época.

Tentamos trilhar o caminho da história e da memória para reinterpretar as representações das fontes selecionadas. Não somos pretensiosos de achar que trouxemos a verdade histórica e esgotamos as reflexões sobre o movimento, muito pelo contrário, consideramos que esta tese é um ensaio que privilegiou, principalmente, as notícias de jornais, contribuindo assim com a historiografia da educação, no entanto, muito ainda precisa ser pesquisado, pois muitos sinais e fios não foram perseguidos e muitas matérias e memórias não foram contempladas.

Mas o trabalho concluído tem seu valor e considerações sobre o que foi concretizado, no tocante à pesquisa, às fontes e aos resultados de análise do objeto de estudo.

Sobre a pesquisa e as fontes, atrevemo-nos a dizer que conseguimos apresentar e problematizar muitas notícias anteriormente não estudadas. Tais páginas de jornais relembrem aspectos relativos ao MOBREAL, aguçando nosso olhar para o papel e importância dos jornais. A comunicação, através das reportagens, constituiu um instrumento importante na divulgação e propaganda do movimento.

Nessa oportunidade, observemos como a mídia é um espaço de disputa de ideias, um processo de comunicação que tem objetivos e intencionalidades. Recorrendo às autoras Pereira (2021), quando trazem as reflexões de Kaplún, que se inspirou no pesquisador Díaz Bordenave, citamos as três possibilidades de prática comunicativas: a educação que destaca o conteúdo, a educação que destaca os efeitos e a educação que destaca o processo, que correspondem respectivamente, à comunicação bancária, comunicação manipuladora e comunicação dialógica.

O papel de comunicação dos jornais, portanto, pode ser um processo de difusão de informações que apenas deseja emitir algo pronto e posto, em forma de depósito ao leitor. Tal perspectiva foi detectada nas análises das matérias encontradas sobre o MOBREAL, que muitas vezes estavam prontas, sem questionamentos ao próprio fato apresentado. Coube a nós interpretá-las, a partir de nossos fundamentos bibliográficos, num diálogo com outros documentos.

Também, encontramos reportagens que buscavam moldar mentes e comportamentos (PEREIRA, 2021), apresentando o MOBREAL a partir de textos que não apenas o promoviam, mas usavam de persuasão para convencer o leitor das

informações textuais ou imagéticas postas; igualmente essa abordagem de comunicação não se fazia dialógica, mas manipuladora.

Encontramos, ainda, poucas páginas de jornais que transmitiram mensagens ao leitor numa perspectiva dialógica, a nosso ver, pois, para além de apresentar a matéria e seus fatos, dialogaram com a realidade denunciada e analisaram essa realidade, deslocando a informação do âmbito da prescrição para o âmbito da tomada de consciência crítica, frente aos problemas, anúncios e acontecimentos. Como exemplo dessa prática, podemos citar as notícias encontradas que teceram críticas ao MOBRAL, abrindo espaço para relatos de professores, comunicando, através dos impressos, as entrelinhas do desenvolvimento da experiência educacional para adultos em sua época (PEREIRA, 2021).

Esta tese procurou, assim, trabalhar com todas as notícias possíveis, independente da forma como elas foram elaboradas, pois essa característica diz muito sobre suas representações. E sobre o trabalho com essas matérias, fazemos uma ressalva: trabalhamos com os jornais na perspectiva de serem nossas fontes e não nosso objeto, por isso, não nos detemos a grandes detalhes sobre as publicações, relativas à circulação e formas, apenas selecionamos as reportagens ligadas ao tema e ao objeto de estudo.

No tocante aos resultados da investigação, podemos mencionar algumas conclusões relacionadas à pesquisa e ao objeto de estudo.

A maioria das notícias encontradas promoviam o MOBRAL, com propagandas e frases de impacto, responsabilizando empresas, pessoas e os próprios analfabetos. O discurso oficial predomina nas notícias. De fato, houve um esforço para erradicar o analfabetismo no Brasil e as memórias revelam movimentação financeira e recursos humanos para isso.

O método utilizado estava enraizado na pedagogia de Paulo Freire, embora despolitizado. Além disso, houve outras metodologias utilizadas, já que todo método seria aceito, desde que não fosse ideologicamente contra as regras; as representações permitidas pelas fontes nos fizeram compreender que houve alguns “MOBRAIS”, pois a experiência não se deu uniformemente, variando a partir da localização, se rural ou urbana, por exemplo.

Constatamos, a partir das notícias, que os professores recorreram aos jornais para expor sua indignação com relação ao tratamento que o movimento lhes dava, refletindo como os alfabetizadores irregulares eram desrespeitados pelo MOBRAL; as

fontes reforçaram como o MOBRAL foi uma estratégia que o governo encontrou de demonstrar, enquanto atuava autoritariamente contra a sociedade, sua preocupação com a população, com intenções implícitas. As fontes indicaram, através das denúncias, que houve ilegalidades e que os números de alfabetizados são totalmente questionáveis.

Também percebemos a resistência de alguns jornais da época que conseguiram comunicar e registrar sobre o MOBRAL, representando sua visão sobre o movimento. O que nos parece é que muitos setores acreditaram e investiram no movimento; as propagandas anunciaram no dito e não-dito, a ideologia que embasou a experiência do MOBRAL e os interesses políticos do período que permearam a política educacional para alfabetização de adultos. Também, o processo de alfabetização constituiu-se enquanto um investimento no campo educacional.

Não conseguimos relacionar, através dos jornais encontrados, as semelhanças ou diferenças entre um estado e outro, mas o que percebemos é que o MOBRAL alcançou a muitos e que o Norte e o Nordeste foram alvos prioritários desse Projeto.

Por fim, ressaltamos que a pesquisa promoveu uma releitura sobre as representações do MOBRAL, através dos jornais e outras fontes; seguimos os indícios em meio a imprevisibilidade e assim, construímos a escrita sobre o movimento a partir de rastros e fios.

Esse passado tem muito a dizer e relembramos também para aprender, socializar e escrever a história de um lugar de compromisso com o presente. É rememorar para não repetir, quando possível e com novas análises e representações, contribuir com a escrita da História da Educação Brasileira.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, José Maxsuel Lourenço. **Entre vacinas e canetas: as apropriações dos saberes médicos nas publicações do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL (1970-1985)**. 322 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2015.
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**. CPDOC/FGV. 1998. p. 9-34.
- BARBOSA, Maria das Graças da Cruz. **Educação de adultos em tempos de violação aos direitos humanos: das palavras freireanas grávidas de mundo para as palavras ocas de vida do MOBRAL**. 2014. 105 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, Cidadania e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.
- BOM MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade, lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.
- BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
- CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.
- CARVALHO, Maria Elizete G; SANTOS, Auristela Rodrigues dos. **Relatório do Projeto Memórias do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL: quando o testemunho refaz a história (1967-1985)**. UFPB: João Pessoa, 2013.
- CARVALHO, M. E. G.; BARBOSA, M. das G. da C. **Memórias da educação: a alfabetização de jovens e adultos em 40 horas (Angicos/RN, 1963)**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 11, n. 43, p. 66–77, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639928>. Acesso em: 19 jul. 2022.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Revisão Técnica Arno Vogel. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Tradução Ephraim Ferreira Alvez. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

- CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHARTIER, Roger. **A História ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. [online]. 1991, v. 5, n. 11, p. 173-191.
- CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- JANUZZI, Gilberta Martino. **Confronto pedagógico: Paulo Freire e MOBRAL**. 3. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.
- ESCOBAR, Floriano José Prado. **A fundação mobral e alguns registros sobre sua presença em Sorocaba-SP**. 2007. 89 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, São Paulo, 2007.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva. *In: Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história, testemunho. *In: BRESCIANI, S; NAXARA, M. (Orgs.). Memória e (res)sentimento*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009.
- GENTILLI, Victor. O Jornalismo brasileiro nos anos 70. **Encontro Anual da Compós**. 2001, v. 10, p. 1-20.
- GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- GERMANO, José Willington. O discurso político sobre a educação no Brasil autoritário. **Cad. Cedes**. Campinas, vol. 28, n. 76, p.313-332, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 13 jul. 2015.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *In*: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. 2. ed. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 181 p. p. 143-179.

GINZBURG, Carlos. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBBSAWM, Eric. O século: vista aérea. *In*: HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 11-15.

HORIGUTI, Angela Curcio. **Do MOBREAL ao PROEJA: conhecendo e compreendendo as propostas pedagógicas**. Bento Gonçalves, 2009. 25 p. Trabalho de conclusão (Especialização) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/BR-RS, 2009.

JANUZZI, Gilberta Martino. **Confronto pedagógico: Paulo Freire e MOBREAL**. 3. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad.: Bernardo Leitão et al. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LOMBARDI, José Claudinei; LIMA, Marcos Roberto. O Brasil republicano: uma história de golpes de Estado. *In*: LUCENA, Carlos. et al (Orgs.) **A crise da democracia brasileira**. Vol. 1. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

LORINGA, Sabrina. A tarefa do Historiador. *In*: GOMES, A; SCHMIDT, B. (Orgs.). **Memórias e narrativas (auto) biográficas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MORAES, Vaniucha de. Mobilização jornalística nos anos 70: a imprensa alternativa como movimento social. **Em Tese**, Florianópolis, v. 11, n. 2, jul./dez., 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, Memória e Tempo Presente. *In*: CARDOSO, Ciro Famarionet al., (Orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura militar brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História**, PUC/SP, nº 10, dez. 1993, pp. 7-28.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil, educação popular e educação de adultos**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1972.

PEREIRA, Fabiana da Costa. **Pedagogias de Paulo Freire: educando para a cidadania com protagonismo na comunicação**. Comunicação & educação, a. XXVI, n. 2, jul/dez, 2021.

SANTOS, Auristela Rodrigues dos. **História e memórias do Mobral: entre o documento básico do Mobral e os relatos dos ex-participantes (1967-1985)**. 2015. 62f. (Graduação em Pedagogia) – UFPB, João Pessoa, 2015.

SANTOS, Auristela Rodrigues dos. **Reforma de ensino de 2º grau na conjuntura histórica da ditadura civil-militar (1964-1985): um estudo sobre as representações discursivas da lei nº 5692/71**. 2018. 112f. (Mestrado em Educação) - UFPB, João Pessoa, 2018.

SANTOS, Leide Rodrigues dos. MOBREAL: A representação ideológica do regime nas entrelinhas da alfabetização de adultos. **Revista Crítica Histórica**. Ano V, n. 10. dez. 2014, 304-317.

PILETTI, Nelson. **História da educação no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964 - 1984**. Londrina: Ed. UEL, 2001.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis: Vozes, 2014.

ROSÁRIO, Maria José Aviz. O Pensamento tecnocrático e autoritário na educação brasileira, de 1964 a 1985. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, 69, p. 87-99, set2016.

SCHULTZ, Theodore W. **O capital humano: investimentos em educação e pesquisa**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1971.

SILVA, Edilaine Cristina. **Teoria do capital humano e a relação educação e capitalismo**. Disponível em: [http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/teoria\\_do\\_capital\\_humano\\_e\\_a\\_relacao\\_educacao\\_e\\_capitalismo.pdf](http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/teoria_do_capital_humano_e_a_relacao_educacao_e_capitalismo.pdf). Acesso em 30 Ago. 2016.

SILVA, Priscylla do Nascimento. **História e memórias do MOBREAL**: o caráter político-pedagógico do método de alfabetização (1967-1985). João Pessoa: UFPB, 2014.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

### **FONTES DOCUMENTAIS**

BRASIL. Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967. **Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos**. Câmara dos Deputados, Brasília, 15 dez. 1967. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5379-15-dezembro-1967-359071-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2013a.

BRASIL, MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, MEC/MOBRAL, **Documento Básico do MOBREAL**. Rio de Janeiro: GUAVIRA. Disponível em: <http://dominiopublico.mec.gov.br> Acesso em: 01 jul. 2014.

### **FONTES ORAIS**

MANGUEIRA, Josefa Vânia. **Entrevista sobre o MOBREAL**. João Pessoa, 2020.

Fernandes, Glória de Lourdes. **Entrevista sobre o MOBREAL**. João Pessoa, 2021.

### **FONTES ICONOGRÁFICAS**

Reportagem de jornal sobre Campanha de Alfabetização dos anos 1960. Disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: março de 2020.

Reportagem de jornal sobre Campanha de Alfabetização dos anos 1960. Disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: março de 2020.

Reportagem de jornal sobre Relação dos EUA com o Brasil. Fonte: Acervo da Fundação Casa José Américo. Acesso em: fevereiro de 2020.

Reportagem de jornal sobre as Forças Armadas. Disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: abril de 2020.

Reportagem de jornal sobre a Revolução Consolidada. Disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: março de 2020.

Reportagem de jornal sobre o Ato Institucional 5. Disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: abril de 2020.

Reportagem de Jornal sobre analfabetismo. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_08&Pesq=mobreal&pagfis=3057](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&Pesq=mobreal&pagfis=3057). Acesso em: janeiro de 2021.

Reportagem de Jornal sobre A luta contra o analfabetismo. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_08&Pesq=mobral&pagfis=7585](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&Pesq=mobral&pagfis=7585). Acesso em: janeiro de 2021.

Reportagem de Jornal sobre O Mobral não é uma campanha. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_08&Pesq=mobral&pagfis=8532](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&Pesq=mobral&pagfis=8532). Acesso em: junho de 2021.

Reportagem de Jornal sobre Mobral gasta pouco para alfabetizar muitos. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_08&Pesq=mobral&pagfis=12333](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&Pesq=mobral&pagfis=12333). Acesso em: junho de 2021.

Reportagem de Jornal sobre Integrar é o objetivo do Mobral. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_08&Pesq=mobral&pagfis=10489](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&Pesq=mobral&pagfis=10489). Acesso em: junho de 2021.

Reportagem de Jornal sobre Recursos Financeiros para o Mobral. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_08&Pesq=mobral&pagfis=12368](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&Pesq=mobral&pagfis=12368). Acesso em: junho de 2021.

Reportagem de Jornal sobre Arrecadação da Loteria Esportiva destinada ao Mobral. Disponível em Acesso em: junho de 2021.  
[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_08&Pesq=mobral&pagfis=13065](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&Pesq=mobral&pagfis=13065). Acesso em: junho de 2021.

Reportagem de Jornal sobre Doação da Souza Cruz. Disponível em [http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842\\_1972\\_24153.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1972_24153.pdf). Acesso em: setembro de 2021.

Reportagem de Jornal sobre Dinheiro destinado a alfabetização na Paraíba. Disponível em [http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842\\_1972\\_24232.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1972_24232.pdf) Acesso em: setembro de 2021.

Reportagem de Jornal sobre Mobral e a colaboração de prefeituras na Paraíba. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_15&Pesq=mobral%20+%20Para%c3%adba&pagfis=6353](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&Pesq=mobral%20+%20Para%c3%adba&pagfis=6353). Acesso em: outubro de 2021.

Reportagem de Jornal sobre Uma professora do Mobral. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=318744&pesq=mobral&pagfis=381>. Acesso em: setembro de 2021.

Reportagem de Jornal sobre O Mobral por dentro. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=123307&pagfis=150>. Acesso em: setembro de 2021.

Reportagem de Jornal sobre Mobral: professores exigem regulamentação. Disponível em Movimento : Cena Brasileira: Suburbio Carioca (RJ) - 1975 a 1981 - DocReader Web (bn.br). Acesso em: abril de 2022.

Reportagem de Jornal sobre Mobral - Aprender sem peias. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_08&Pesq=mobral&pagfis=11647](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&Pesq=mobral&pagfis=11647). Acesso em: abril de 2022.

Reportagem de Jornal sobre Mobral - Cartaz do Mobral. Disponível em Procurando analfabetos - Acervo - Estadão (estadao.com.br). Acesso em: abril de 2022.

Reportagem de Jornal sobre Propaganda do Mobral em um quadro negro. Disponível em Correio da Manhã (RJ) - 1970 a 1974 - DocReader Web (bn.br). Acesso em: abril de 2022.

Reportagem de Jornal sobre Propaganda do Mobral: leve alguém para o Mobral. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=124745&pasta=ano>. Acesso em: abril de 2022.

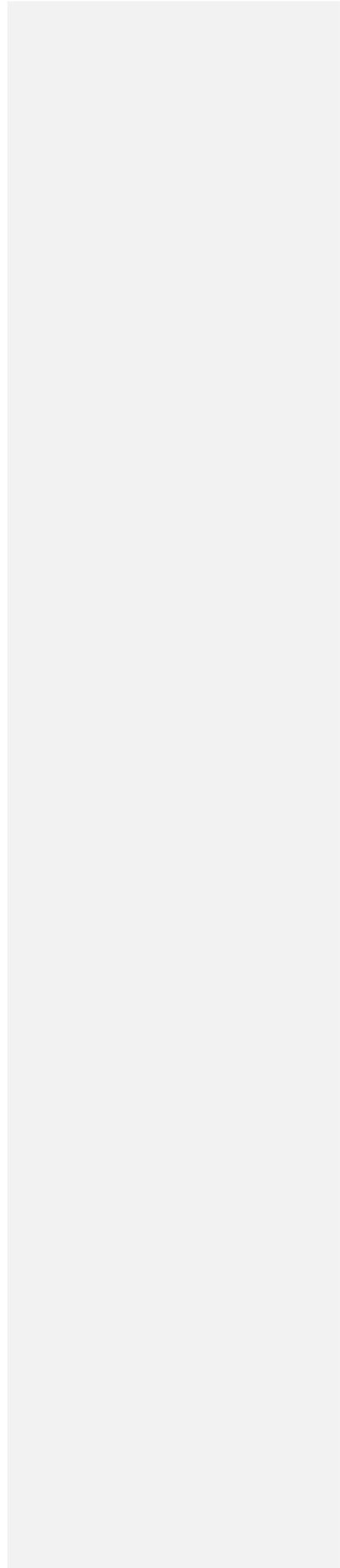
Reportagem de Jornal sobre A alfabetização e o futuro. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_08&Pesq=mobral&pagfis=12092](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&Pesq=mobral&pagfis=12092). Acesso em: janeiro de 2022.

Reportagem de Jornal sobre O bom negócio da alfabetização. Disponível em MOBREAL (Ensine a Ler) - 1970 - Propagandas Históricas | Propagandas Antigas (propagandashistoricas.com.br). Acesso em: abril de 2021.

Reportagem de Jornal sobre O Mobral não é mais aquele. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=123307&pasta=ano%20197&pesq=%22>. Acesso em: abril de 2021.

Imagem fotográfica do Documento Básico do MOBREAL: arquivo pessoal da pesquisadora.

**APÊNDICES**



## APÊNDECE A - QUESTIONÁRIO PARA AS ENTREVISTAS

### QUESTIONÁRIO DAS ENTREVISTAS

#### 1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO:

- Nome:
- Faixa etária:
- Formação acadêmica:
- Contato:

#### 2. QUESTÕES NORTEADORAS:

- 2.1- Qual foi a sua atuação no MOBRAL? (professor/a, aluna/o, secretária/o, supervisor/a...)
  - 2.2- Em que período/ano você participou do Movimento?
  - 2.3- Onde você estudou/trabalhou no MOBRAL? Onde eram realizadas as aulas?
  - 2.4- Em que horário você estudava/trabalhava e qual o tempo de duração do MOBRAL?
  - 2.5- Como se deu sua participação? Quais funções realizava?
  - 2.6- Como eram realizadas as matrículas? Os alunos eram matriculados normalmente ou eram ouvintes?
  - 2.7- Em sua opinião, como era a qualidade do ensino naquele contexto, referente a alfabetização de adultos? O MOBRAL contribuiu para a educação daquele período?
  - 2.8- Quem foram seus professores? (sua formação, etc.)
  - 2.9- Quais eram os materiais didáticos utilizados?
  - 2.10- Qual era o método de ensino utilizado? Era baseado na pedagogia de Paulo Freire?
  - 2.11- Havia relação entre a comunidade e educação no MOBRAL?
  - 2.12- Em sua opinião, qual o objetivo do movimento e por que ele foi implantado?
  - 2.13- O MOBRAL objetivava acabar com o analfabetismo no período, você acha que ele conseguiu?
  - 2.14- Você tem algum material didático, fotografia, certificado, documentos sobre o período e movimento?
  - 2.15- Você saberia informar sobre as verbas destinadas ao MOBRAL?
  - 2.16- Como era visto o analfabeto naquele período? E como esse movimento era visto pela população?
  - 2.17- Em sua opinião, quais os pontos positivos e negativos do MOBRAL? Quais as contribuições do MOBRAL para sua formação?
  - 2.18- Quais lembranças marcaram sua memória sobre esse acontecimento educacional?
  - 2.19- O que você recorda sobre o contexto histórico em que se desenvolveu o MOBRAL?
- Você tinha conhecimento do que estava acontecendo no país? O que sabia sobre os acontecimentos políticos, sociais e educacionais?

- 2.20- O MOBRAL foi criado durante a ditadura civil-militar (1964-1985). Em sua opinião, o regime influenciou essa criação? Havia alguma relação?
- 2.21- Você recorda como era a educação de adultos anteriormente a essa criação?

**APÊNDECE B – ESQUEMA: PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE X MOBREAL**

Quadro 1: Pedagogia de Paulo Freire X MOBREAL

REPRESENTAÇÕES	PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE	MOBRAL
Origem	Experiência que nasce dos Movimentos populares, proposto pelo educador Paulo Freire	Nasce através da Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, regulamentada por militares
Método	Dialógico	Qualquer método que estivesse dentro do limite ideológico e político
Formação de professores	Voluntários universitários, instruídos no Centro de Cultura	Formação mediana, com relatos de capacitação via rádio
Remuneração	Voluntários	Alfabetizadores “voluntários”, com cobranças semelhantes aos empregados, mas sem regulamentação
O SER MAIS através da educação	Educação e conscientização enquanto instrumento de libertação, mudanças e superação de limites e condicionamentos	Educação em que o SER MAIS está ligado à conquista de privilégios, bem-estar social, manutenção do oprimido e a serviço do sistema
Alunos	Fazem parte do processo, constrói o conhecimento. São vítimas do analfabetismo por questões estruturais, desigualdades e negação de direitos	Receptores das lições do Mobral: transferência de conhecimento. São culpabilizados por sua condição que atrapalha o desenvolvimento de todos
Espaço/tempo/resultados	Primeiras experiências no cenário nordestino, nos primeiros anos da década de 1960. Pouco tempo de execução por ter sido interrompido em 1964. Relatos de pessoas que foram alfabetizadas em pouco tempo e que se diziam povo, não mais massa	Ampla abrangência, em rede nacional, com duração de aproximadamente 15 anos. Números de alfabetizados questionados pelas fontes, mas com relatos de que muitos foram alfabetizados funcionalmente
Palavras geradoras	Geradas a partir da realidade local dos alunos, considerando sua cultura, a riqueza fonética da palavra, retirada do universo familiar dos	Fabricadas universalmente, a partir das

	alfabetizando	necessidades básicas do homem
Alfabetização	Conscientizadora	Funcional
Propósito da Educação de Adultos	Politização dos sujeitos e transformação da realidade	Adaptação
Educação	Como direito Para a cidadania Pedagogia da autonomia	Como investimento econômico Para o mercado de trabalho Pedagogia tecnicista e bancária

Fonte: Próprio autor.

### APÊNDICE C – LEVANTAMENTO SOBRE O ESTADO DA ARTE DO MOBRL

Quadro 2: Levantamento realizado na Biblioteca de teses e dissertações da UFPB com as palavras-chaves MOBRL – representações sobre o MOBRL.

AUTOR:	TÍTULO/VÍNCULO/ANO/PALAVRAS-CHAVES
LUCIANA MARTINS TEIXEIRA DOS SANTOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>DISSERTAÇÃO:</b> DIREITO HUMANO À MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL AUTORITÁRIO: DOCUMENTOS LEGAIS E NARRATIVAS DE EX-PARTICIPANTES DO MOBRL (1967-1985). PPGDH/UFPB.</li> </ul> <p><b>PALAVRAS-CHAVES:</b> MOBRL. MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS. VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS. DIREITO À MEMÓRIA.</p> <p><b>ANO:2015.</b></p>
AURISTELA RODRIGUES DOS SANTOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>MONOGRAFIA:</b> HISTÓRIA E MEMÓRIAS DO MOBRL: ENTRE O DOCUMENTO BÁSICO DO MOBRL E OS RELATOS DOS EX-PARTICIPANTES (1967-1985).</li> </ul> <p><b>CE/UFPB.</b></p>

	<b>ANO: 2015</b>
MARIA DAS GRAÇAS DA CRUZ BARBOSA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>DISSERTAÇÃO:</b> EDUCAÇÃO DE ADULTOS EM TEMPOS DE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS: DAS PALAVRAS FREIREANAS GRÁVIDAS DE MUNDO PARA AS PALAVRAS OCAS DE VIDA DO MOBRAL.</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>PPGDH/UFPB.</b></p> <p style="text-align: center;"><b>ANO: 2014</b></p>

Fonte: Próprio autor.

Quadro 3: Levantamento realizado no Banco de dados da CAPES com as palavras-chaves MOBRAL – representações sobre o MOBRAL.

<b>AUTOR:</b>	<b>TÍTULO:</b>
ALESSANDRA ARCE	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O MOBRAL E A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS MENORES DE SEIS ANOS DURANTE O REGIME MILITAR: EM DEFESA DO TRABALHO VOLUNTÁRIO.</li> </ul> <p><b>PALAVRAS-CHAVES:</b> POLÍTICA EDUCACIONAL, MOBRAL, EDUCA. INFANTIL.</p> <p>Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 379-403, set./dez. <b>2008.</b></p>
LAURA MARIA BARON COLETI (UNESP-MARÍLIA)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• DO MOBRAL (MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO) AOS PROGRAMAS DE EJA (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS) ATUAIS: EVOLUÇÃO OU MANUTENÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS?</li> </ul>
LETÍCIA BORGES DE OLIVEIRA/SAULOÉBER TÁRSIO DE SOUZA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ALFABETIZAÇÃO NO MOBRAL, MÉTODOS E MATERIAIS DIDÁTICOS (UBERLÂNDIA/MG,1970-1985)</li> </ul> <p><b>PALAVRAS-CHAVES:</b> EDUCAÇÃO NO CAMPO; MOBRAL; ANALFABETISMO; EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.</p> <p>Revista eletrônica acolhendo a alfabetização nos países de língua portuguesa.</p>

MÔNICA GUARATO/ JOSÉ CARLOS SOUZA ARAÚJO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ALFABETIZACAO DE JOVENS E ADULTOS: A EXPERIENCIA DO MOBRAL EM UBERLÂNDIA, MG.  Cadernos de História da Educação - v. 1, n. 1, jan./dez. <b>2002</b>.</li> </ul>
LENI RODRIGUES COELHO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>DISSERTAÇÃO:</b> EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS : AS AÇÕES DO MOBRAL NO MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS/MG (1970-1980).  <b>PALAVRAS-CHAVES:</b> MOBRAL, EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.  <b>UFU</b>  <b>ANO: 2007</b></li> </ul>
MAIRA FERREIRA BELUZO/JOSÉ PEDRO TONIOSSO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O MOBRAL E A ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS: CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS  <b>PALAVRAS-CHAVES:</b>EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS; PAULO FREIRE; MOBRAL; EDUCAÇÃO TECNICISTA.  Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro-SP, 2 (1):196-209, <b>2015</b>.</li> </ul>
CRISTIANE COSTA BRASIL	<ul style="list-style-type: none"> <li>• HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS: DE 1960 ATÉ OS DIAS DE HOJE.  <b>PALAVRAS-CHAVES:</b> ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, HISTÓRIA DO EJA E MOVIMENTOS DE ALFABETIZAÇÃO.  <b>UNIVERSIDADE CATÓLICA DO BRASIL.</b></li> </ul>
LEIDE RODRIGUES DOS SANTOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• MOBRAL: A REPRESENTAÇÃO IDEOLÓGICA DO REGIME MILITAR NAS ENTRELINHAS DA ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS. Revista Crítica Histórica Ano V, nº 10, dezembro/<b>2014</b>.  <b>PALAVRAS-CHAVES:</b> MATERIAL DIDÁTICO; DITADURA MILITAR; MOBRAL.</li> </ul>
BIANCA NOGUEIRA DA SILVA SOUZA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>TESE:</b> ALFABETIZAÇÃO E LEGITIMIDADE: A TRAJETÓRIA DO MOBRAL ENTRE OS ANOS 1970-1980.  <b>PALAVRAS-CHAVES:</b> ANALFABETISMO. DITADURA CIVIL-MILITAR. EDUCAÇÃO POPULAR. MOBRAL.  <b>UFPE</b></li> </ul>

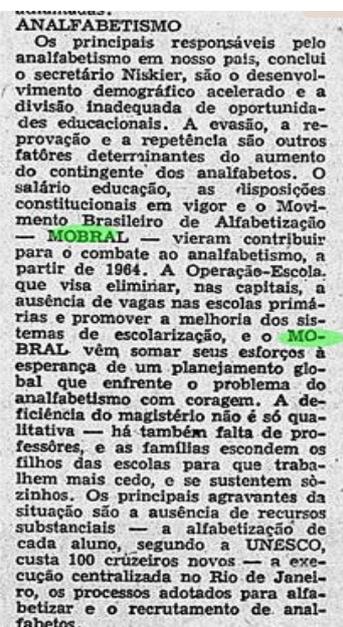
	<b>ANO: 2016</b>
FABIANA REGINA DA SILVA/ CINARA DALLA COSTA/ JOSIANE CAROLINE MACHADO/JORGE LUIZ CUNHA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO – MOBRAL NO MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN - RS (1970- 1975).</li> </ul> <p><b>PALAVRAS-CHAVES:</b> HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO - MOBRAL. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.</p> <p>XI Congresso Nacional de Educação. EDUCERE <b>2013. UFSM.</b></p>
LENI RODRIGUES COELHO/ FABRÍCIO VALENTIM DA SILVA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: MEB E MOBRAL NO PERÍODO DO REGIME MILITAR EM TEFÉ/AM (1968-1975).</li> </ul>
JAISON COSTA DA SILVA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>TESE:</b> A MEMÓRIA DOS ESQUECIDOS: NARRATIVAS DOS SUJEITOS PARTICOPE DAS AÇÕES DO MOBRAL CULTURAL NO SERTÃO DE ALAGOAS.</li> </ul> <p><b>PALAVRAS-CHAVES:</b> MEMÓRIA. NARRATIVAS. SERTÃO ALAGOANO.</p> <p><b>UFAL</b></p> <p><b>ANO: 2018</b></p>
MARIANA LEMOS DO PRADO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>DISSERTAÇÃO:</b> EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM ESTUDO ACERCA DOS PRINCÍPIOS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS QUE CONDUZIRAM A PROPOSTA EDUCACIONAL DO MOVIMENTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO – MOBRAL (1967-1985). UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA</li> </ul> <p><b>PALAVRAS-CHAVES:</b> MOBRAL. EDUCAÇÃO DE ADULTOS. ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL. DITADURA. PRINCÍPIOS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS.</p> <p><b>ANO: 2017</b></p>
ANA CRISTINA PEDERIVA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>DISSERTAÇÃO:</b> “O MOBRAL FAZ MAIS DO QUE ENSINAR A LER E A ESCREVER”: MANIFESTAÇÕES BIOPOLÍTICAS PARA O CONTROLE DE ADULTOS ANALFABETOS EM VARGINHA-MG (1970-1985). UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI</li> </ul> <p><b>PALAVRAS-CHAVES:</b> MOBRAL, BIOPOLÍTICA; DISCURSO; FOUCAULT;</p>

	IGREJA; EDUCAÇÃO; SABER MÉDICO.  <b>ANO: 2015</b>
NAIARA DE ARAÚJO SOTERO/ ROBERTO KENNEDY GOMES FRANCO	<ul style="list-style-type: none"> <li>LEMBRANÇAS/ESQUECIMENTOS DO MOBREAL EM PARNAÍBA/PI NO CONTEXTO DA DITADURA CIVIL MILITAR (1964-1985). UFPI.</li> </ul> <p><b>PALAVRAS-CHAVES:</b> MOBREAL; EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS; DITADURA CIVIL MILITAR; LEMBRANÇAS E ESQUECIMENTOS.</p>

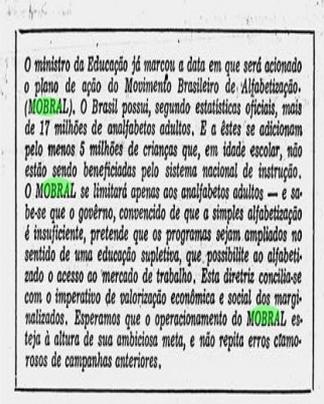
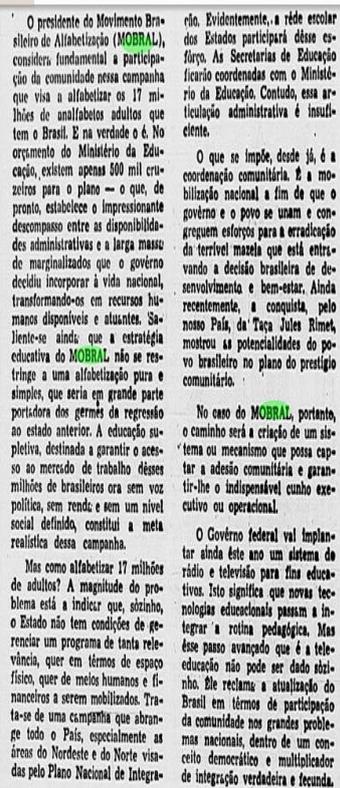
Fonte: Próprio autor.

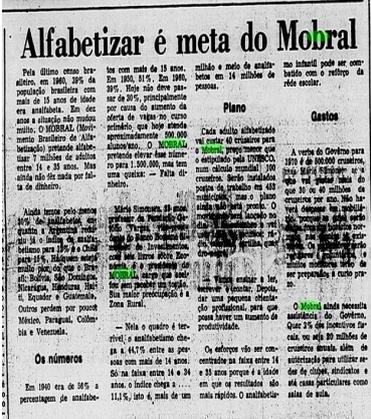
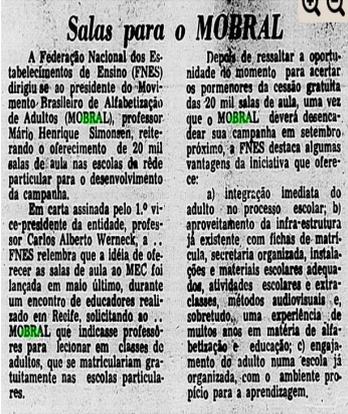
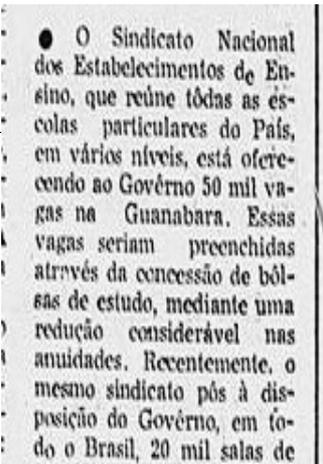
## APÊNDICE D - CORPUS DA PESQUISA DE DOUTORADO

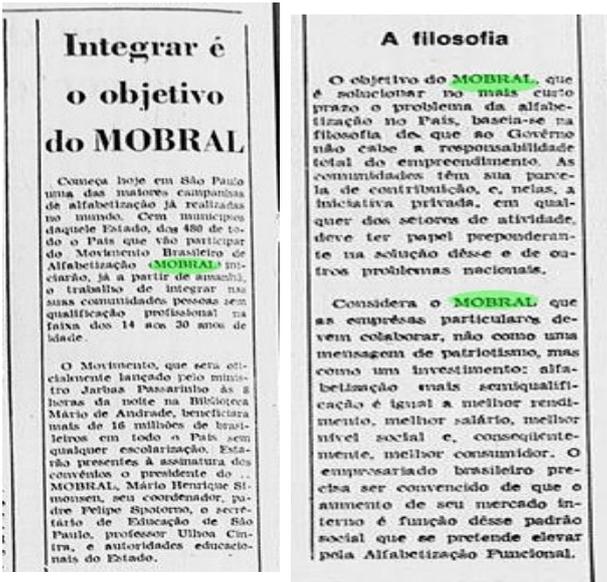
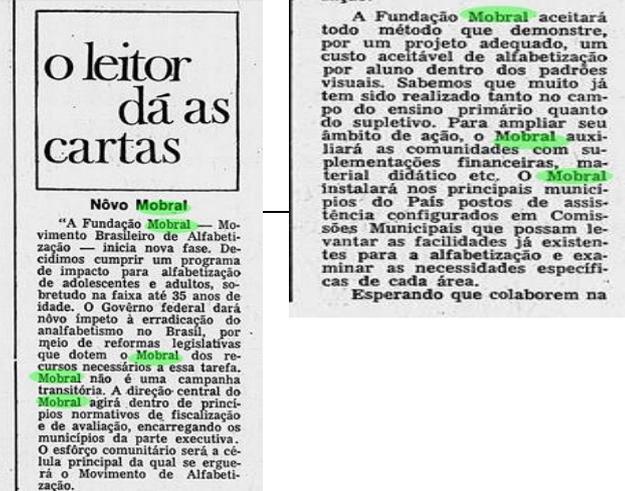
Quadro 4: Resultado da pesquisa realizada nos jornais *Correio da manhã*(1970-1974) e *Diário de Pernambuco*(1970-1979)

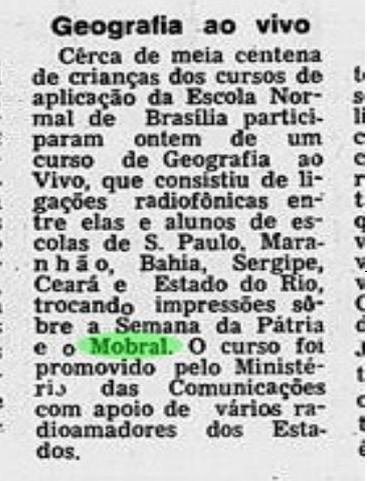
Nº	Informações gerais	Iconografia
1	<p><b>Jornal:</b> Correio da Manhã</p> <p><b>Assunto:</b> Analfabetismo</p> <p><b>Título da Seção:</b> Niskier: tecnologia na escola de amanhã</p> <p><b>Ano:</b> 1970 (7 de mar.)</p> <p><b>Ed. :</b> 23585</p> <p><b>Página:</b> 25</p> <p><b>Coluna:</b> ----</p> <p><b>Link:</b> <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobreal&amp;pagfis=3057">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobreal&amp;pagfis=3057</a></p>	 <p><b>ANALFABETISMO</b> Os principais responsáveis pelo analfabetismo em nosso país, conclui o secretário Niskier, são o desenvolvimento demográfico acelerado e a divisão inadequada de oportunidades educacionais. A evasão, a reprovação e a repetência são outros fatores determinantes do aumento do contingente dos analfabetos. O salário educação, as disposições constitucionais em vigor e o Movimento Brasileiro de Alfabetização — <b>MOBREAL</b> — vieram contribuir para o combate ao analfabetismo, a partir de 1964. A Operação-Escola, que visa eliminar, nas capitais, a ausência de vagas nas escolas primárias e promover a melhoria dos sistemas de escolarização, e o <b>MOBREAL</b> vêm somar seus esforços à esperança de um planejamento global que enfrente o problema do analfabetismo com coragem. A deficiência do magistério não é só qualitativa — há também falta de professores, e as famílias escondem os filhos das escolas para que trabalhem mais cedo, e se sustentem sozinho. Os principais agravantes da situação são a ausência de recursos substanciais — a alfabetização de cada aluno, segundo a UNESCO, custa 100 cruzeiros novos — a execução centralizada no Rio de Janeiro, os processos adotados para alfabetizar e o recrutamento de analfabetos.</p>

2	<p><b>Jornal:</b> Correio da Manhã  <b>Assunto:</b> ----  <b>Título da Seção:</b> Campanhas  <b>Ano:</b> 1970 (8 de março)  <b>Ed. :</b> 23586  <b>Página:</b> 16  <b>Coluna:</b> ----</p> <p><b>Link:</b><a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=3100">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=3100</a></p>	<p>pevo.</p> <p><b>CAMPANHAS</b></p> <p>Várias campanhas foram feitas para erradicar o analfabetismo, com a SIRENA, através do rádio, a Campanha Nacional de Educação Rural, a Campanha de Erradicação do Analfabetismo. Em meados de 1963 o MEC ensaiou a implantação do sistema de alfabetização e educação popular, pelo método Paulo Freire, utilizando meios audio-visuais. Além do Movimento de Educação de Base, originário da Conferência dos Bispos do Brasil. Posteriormente, criou-se o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que depois de passar por diversas fases de concretização no princípio do ano passado, iniciou um programa pela TV. Pretendia o MOBRAL iniciar este ano um programa para alfabetizar 1 milhão e 300 mil brasileiros, em 32 municípios, escolhidos após longos estudos feitos pelos técnicos do MEC. Para esse programa necessitaria R\$ 57.600.000,00. Entretanto, como os recursos foram insuficientes, qual a programação do MOBRAL e o que fará o órgão este ano para ajudar a erradicação do analfabetismo?</p> <p>Dizendo que está disposto a educar dois milhões de analfabetos do País, mas afirmando que não se pode lutar contra o analfabetismo com as armas convencionais da sala de aula, do giz e da carteira, o ministro Jarbas Passarinho pretende encontrar mais recursos para a batalha da ignorância, no seio educação, que poderá carrear recursos da ordem de 18 milhões de cruzeiros novos.</p> <p>Em tudo, porém, uma única coisa é certa. O Brasil só poderá vencer a batalha do desenvolvimento, vencendo a batalha do analfabetismo.</p>
3	<p><b>Jornal:</b> Correio da manhã  <b>Assunto:</b> ----  <b>Título da Seção:</b> Ensino médio, mais uma reforma  <b>Ano:</b> 1970 (29 de maio)  <b>Ed. :</b> 23655  <b>Página:</b> 11  <b>Coluna:</b> ----</p> <p><b>Link:</b>  <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=7174">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=7174</a></p>	<p><b>H</b>OJE vai ser um dia importante para o ministro da Educação, Jarbas Passarinho, na Guanabara: ele dará posse ao economista Mário Henrique Simonsen, no Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), e vai nomear os nove membros do Grupo de Trabalho para a reforma do ensino primário e médio, com a constituição do "ensino fundamental".</p> <p>É o ministro quem explica: Estes dois setores, que o MEC pretende dinamizar, são os considerados mais graves da educação brasileira: são 30 milhões de analfabetos, e mais ou menos 5 milhões de crianças estão fora das escolas primárias; além do mais, o ensino médio é altamente seletivo, e só satisfaz a 20% dos jovens, na faixa etária correspondente.</p>
4	<p><b>Jornal:</b> Correio da Manhã  <b>Assunto:</b> ----  <b>Título da Seção:</b> A luta contra o analfabetismo  <b>Ano:</b> 1970 (6 de junho)  <b>Ed. :</b> 23662  <b>Página:</b> 2  <b>Coluna:</b> ----</p> <p><b>Link:</b>  <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=75">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=75</a></p>	<p><b>A luta contra o analfabetismo</b></p> <p>peio sim e peio não, resolveu acabar com todas as campanhas do Ministério da Educação. Agora, na área educacional, surge uma nova campanha, a do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). Ao empregar o seu presidente, o ministro da Educação lembrou, com realismo, que as campanhas no Brasil são muito espasmódicas. Começam bem, com o maior brilhantismo e rumor. Mas, de modo geral, perdem o seu ímpeto inicial. "Vamos, portanto, iniciar alguma coisa que não seja caracterizada de campanha", acrescentou o ministro Jarbas Passarinho. É mais um plano de alfabetização a que se aplica o Brasil, que possui oficialmente uma população de 30% de analfabetos — ou sejam 27 milhões de pessoas que não sabem ler nem escrever. Mas confiamos que seja o último. Já existe um Brasil moderno e agressivo, que constrói hidrelétricas, incrementa as exportações, implanta eficaz sistema de comunicações. Este Brasil atuante pode perfeitamente acabar com o analfabetismo.</p>

	85	
5	<p><b>Jornal:</b> Correio da Manhã  <b>Assunto:</b> ----  <b>Título da Seção:</b>----  <b>Ano:</b> 1970 (26 de junho)  <b>Ed. :</b>23679  <b>Página:</b> p.2  <b>Coluna:</b> ----  <b>Link:</b>  <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;pesq=mobral&amp;pagfis=85">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;pesq=mobral&amp;pagfis=85</a>  32</p>	 <p>O ministro da Educação já marcou a data em que será acionado o plano de ação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). O Brasil possui, segundo estatísticas oficiais, mais de 17 milhões de analfabetos adultos. E a estes se adicionam pelo menos 5 milhões de crianças que, em idade escolar, não estão sendo beneficiadas pelo sistema nacional de instrução. O MOBRAL se limitará apenas aos analfabetos adultos — e sabe-se que o governo, convencido de que a simples alfabetização é insuficiente, pretende que os programas sejam ampliados no sentido de uma educação supletiva, que possibilite ao alfabetizado o acesso ao mercado de trabalho. Esta diretriz concilia-se com o imperativo de valorização econômica e social dos marginalizados. Esperamos que o operacionamento do MOBRAL esteja à altura de sua ambiciosa meta, e não repita erros clamorosos de campanhas anteriores.</p>
6	<p><b>Jornal:</b> Correio da Manhã  <b>Assunto:</b> ----  <b>Título da Seção:</b>  Educação e comunidade  <b>Ano:</b> 1970 (4 de julho)  <b>Ed. :</b>23686  <b>Página:</b> 2  <b>Coluna:</b> ----  <b>Link:</b>  <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;pesq=mobral&amp;pagfis=88">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;pesq=mobral&amp;pagfis=88</a>  77</p>	 <p>O presidente do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), considera fundamental a participação da comunidade nessa campanha que visa a alfabetizar os 17 milhões de analfabetos adultos que tem o Brasil. E na verdade o é. No orçamento do Ministério da Educação, existem apenas 500 mil cruzeiros para o plano — o que, de pronto, estabelece o impressionante descompasso entre as disponibilidades administrativas e a larga massa de marginalizados que o governo decidiu incorporar à vida nacional, transformando-os em recursos humanos disponíveis e atuantes. Saliente-se ainda que a estratégia educativa do MOBRAL não se restringe a uma alfabetização pura e simples, que seria em grande parte portadora dos germes da regressão no estado anterior. A educação supletiva, destinada a garantir o acesso ao mercado de trabalho desses milhões de brasileiros ora sem voz política, sem renda, e sem um nível social definido, constitui a meta realista dessa campanha.</p> <p>Mas como alfabetizar 17 milhões de adultos? A magnitude do problema está a indicar que, sozinho, o Estado não tem condições de gerenciar um programa de tanta relevância, quer em termos de espaço físico, quer de meios humanos e financeiros a serem mobilizados. Trata-se de uma campanha que abrange todo o País, especialmente as áreas do Nordeste e do Norte visadas pelo Plano Nacional de Integra-</p> <p>ção. Evidentemente, a rede escolar dos Estados participará desse esforço. As Secretarias de Educação ficarão coordenadas com o Ministério da Educação. Contudo, essa articulação administrativa é insuficiente.</p> <p>O que se impõe, desde já, é a coordenação comunitária. É a mobilização nacional a fim de que o governo e o povo se unam e congreguem esforços para a erradicação da terrível mazel que está entrando a decisão brasileira de desenvolvimento e bem-estar. Ainda recentemente, a conquista, pelo nosso País, da Taça Jules Rimet, mostrou as potencialidades do povo brasileiro no plano do prestígio comunitário.</p> <p>No caso do MOBRAL, portanto, o caminho será a criação de um sistema ou mecanismo que possa captar a adesão comunitária e garantir-lhe o indispensável cunho executivo ou operacional.</p> <p>O Governo federal vai implantar ainda este ano um sistema de rádio e televisão para fins educativos. Isto significa que novas tecnologias educacionais passem a integrar a rotina pedagógica. Mas esse passo avançado que é a tele-educação não pode ser dado sozinho. Ele reclama a atualização do Brasil em termos de participação da comunidade nos grandes problemas nacionais, dentro de um conceito democrático e multiplicador de integração verdadeira e fecunda.</p>

7	<p><b>Jornal:</b> Correio da Manhã  <b>Assunto:</b> -----  <b>Título da Seção:</b> Alfabetizar é meta do Mobral  <b>Ano:</b> 1970 (14 de julho)  <b>Ed.:</b> 23694  <b>Página:</b> 4  <b>Coluna:</b> ----  <b>Link:</b>  <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=9271">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=9271</a></p>	
8	<p><b>Jornal:</b> Correio da Manhã  <b>Assunto:</b> -----  <b>Título da Seção:</b> Salas para o Mobral  <b>Ano:</b> 1970 (29 de julho)  <b>Ed.:</b> 23707  <b>Página:</b> 36  <b>Coluna:</b> ----  <b>Link:</b>  <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=9799">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=9799</a></p>	
9	<p><b>Jornal:</b> Correio da Manhã  <b>Assunto:</b> -----  <b>Título da Seção:</b>-----  <b>Ano:</b> 1970 (12 de agosto)  <b>Ed.:</b> 23719  <b>Página:</b> 2</p>	

<p><b>Coluna:</b> ----  <b>Link:</b><a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=10189">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=10189</a></p>	
<p><b>10</b> <b>Jornal:</b> Correio da Manhã  <b>Assunto:</b> ----  <b>Título da Seção:</b> Integrar é o objetivo do Mobral  <b>Ano:</b> 1970 (20 de agosto)  <b>Ed. :</b>A23726  <b>Página:</b> 4  <b>Coluna:</b> ----  <b>Link:</b>  <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=10489">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=10489</a></p>	
<p><b>11</b> <b>Jornal:</b> Correio da Manhã  <b>Assunto:</b> ----  <b>Título da Seção:</b>Nôvo Mobral  <b>Ano:</b> 1970 (22 de agosto)  <b>Ed. :</b>23728  <b>Página:</b> 2  <b>Coluna:</b> ----  <b>Link:</b>  <a href="http://memoria.bn.br/D">http://memoria.bn.br/D</a></p>	

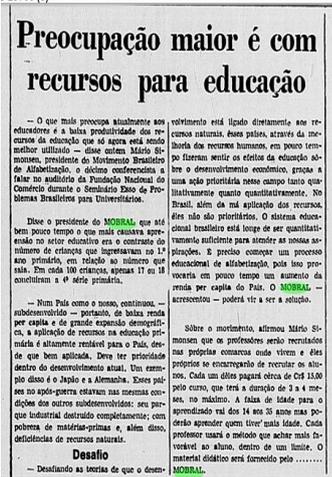
	<p><a href="http://memoria.bn.br/DocReader.a_spx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=10558">ocReader/DocReader.a_spx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=10558</a></p>	
12	<p><b>Jornal:</b> Correio da Manhã  <b>Assunto:</b> ----  <b>Título da Seção:</b> Roteiro  <b>Ano:</b> 1970 (26 de agosto)  <b>Ed. :</b>23731  <b>Página:</b> 40  <b>Coluna:</b> ----  <b>Link:</b>  <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.a_spx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=10715">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.a_spx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=10715</a></p>	 <p><b>eiro</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>Alfabetização:</b> As Bandeirantes em colaboração com a <b>MOBRAL</b> — Movimento Brasileiro de Alfabetização, promoverá o primeiro curso de Monitores de Alfabetização. O local será a sede nacional das Bandeirantes, à Rua Marechal Câmara, 186. O início das aulas: 1.º de setembro. As inscrições podem ser feitas até o dia 31 de agosto, das 9 às 17 horas nesse local. Condições: ter 16 anos no mínimo, ter o curso ginásial completo, ou estar, pelo menos, cursando o último ano. Serão conferidos certificados a todos que seguirem com bom aproveitamento o curso. Todo o material didático será fornecido pelo MEC, com a orientação técnica da</li> <li>● <b>MOBRAL.</b> Maiores informações com Maria José Carvalho, das 14 às 17 horas, pelo telefone: ... 222-4122.</li> <li>● Hoje inauguração de mais uma churrascaria e casa de chope, aqui no Rio: a Roslein, que fica ao lado do Teatro Santa Rosa, na Visconde de Pirajá, 22. É mais chope que chega para a gente de Ipanema...</li> <li>● Para quem gosta de liquidações: A Bia, boutique que fica na Galeria do Condor (Largo do Machado), na sobreloja, está liquidando todo seu estoque de inverno, durante uma quinzena, a preços realmente tentadores.</li> </ul>
13	<p><b>Jornal:</b> Correio da Manhã  <b>Assunto:</b> ----  <b>Título da Seção:</b> Geografia ao vivo  <b>Ano:</b> 1970 (5 de set.)  <b>Ed. :</b>23740  <b>Página:</b> 2  <b>Coluna:</b> ----  <b>Link:</b>  <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.a">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.a</a></p>	 <p><b>Geografia ao vivo</b></p> <p>Cerca de meia centena de crianças dos cursos de aplicação da Escola Normal de Brasília participaram ontem de um curso de Geografia ao Vivo, que consistiu de ligações radiofônicas entre elas e alunos de escolas de S. Paulo, Maranhão, Bahia, Sergipe, Ceará e Estado do Rio, trocando impressões sobre a Semana da Pátria e o <b>Mobral</b>. O curso foi promovido pelo Ministério das Comunicações com apoio de vários radioamadores dos Estados.</p>

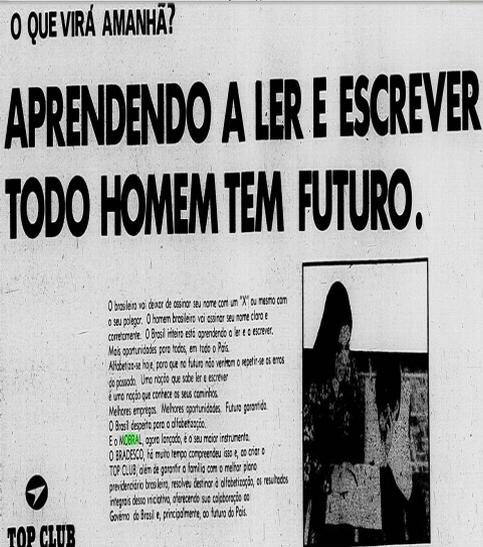
	<p><a href="http://spx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=11101">spx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=11101</a></p>	
14	<p><b>Jornal:</b> Correio da Manhã  <b>Assunto:</b> ----  <b>Título da Seção:</b> E. do Rio de Janeiro adere ao MOBRAL  <b>Ano:</b> 1970  (5 de setembro)  <b>Ed. :</b>23740  <b>Página:</b> 4  <b>Coluna:</b> ----  <b>Link:</b>  <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=11103">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=11103</a></p>	 <p><b>E. do Rio adere ao MOBRAL</b></p> <p>Vinte cinco municípios fluminenses aderiram ao Movimento Brasileiro de Alfabetização, criado pelo Governo federal com o objetivo de erradicar o analfabetismo em todo o território nacional. A campanha terá início, oficialmente, no próximo dia 8.</p> <p>O convênio foi firmado pelo MOBRAL, através da Secretaria de Educação e Prefeituras municipais. Dos 25 municípios escolhidos, três deles: — Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São Gonçalo — já tinham sido apontados pelo MEC como ideais para a "Operação-Escola", em face de sua densidade demográfica.</p> <p>Os municípios fluminenses são os seguintes: Niterói, Angra dos Reis, Barra Mansa, Barra do Piraí, Cabo Frio, Campos, Cordeiro, Duque de Caxias, Itaocara, Itaperuna, Itaúna, Miracema, Nilópolis, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis, Resende, Rio Bonito, São Gonçalo, São João de Meriti, Volta Redonda, Teresopolis, Três Rios e Valença.</p> <p><b>Evasão no ensino preocupa Governo</b></p> <p>Afirmando que "em cada mil alunos que entram no curso primário apenas 61 chegam ao curso colegial", o coronel Mauro Rodrigues, secretário-geral do Ministério da Educação, demonstrou, ontem, em conferência realizada no Instituto de Cultura Feminina, a preocupação do Governo Federal com a "evasão do nosso sistema educacional".</p> <p>— O objetivo do "terceiro Governo da Revolução — disse — é criar as bases para uma década de desenvolvimento, através da qual o Brasil possa, no final do século, estar entre as sociedades desenvolvidas, sem perda da sua identidade sócio-cultural.</p> <p><b>Mobral</b></p> <p>Essa conferência foi feita às vésperas do lançamento do Movimento Brasileiro de Alfabetização que, na sua fase inicial, atingirá sete milhões de analfabetos em 400 municípios brasileiros. Esse movimento, segundo o coronel, está dentro dos objetivos da política educacional do Governo que é "a formação do homem integral, com comportamentos cívico, ético, político e econômico adequados e, também, com uma tecnologia certa para os nossos problemas, ou seja, a nossa realidade".</p> <p><b>Investimento</b></p> <p>— O que queremos — afirmou — é uma educação voltada para o desenvolvimento, capaz de provar que as despesas com ela feita não são de consumo, mas de investimento, como o ministro Jarbas Passarinho tem demonstrado várias vezes. O alívio da escola será a preparação da criança e do jovem para a vida, para a sociedade. Assim, o estudante aprenderá a trabalhar com as mãos, receberá aulas práticas para que, quando chegar aos 14 anos, saiba fazer alguma coisa útil a si mesmo e ao processo de desenvolvimento nacional.</p> <p>A seguir, o coronel Mauro Rodrigues demons-</p>

15	<p><b>Jornal:</b> Correio da Manhã  <b>Assunto:</b> ----  <b>Título da Seção:</b> Monitores de alfabetização  <b>Ano:</b> 1970  <b>Ed. :</b>23742  <b>Página:</b> 29  <b>Coluna:</b> ----  <b>Link:</b>  <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=11103">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=11103</a></p>	
16	<p><b>Jornal:</b> Correio da Manhã  <b>Assunto:</b> ----  <b>Título da Seção:</b> Mais 700 salas para o MOBRAF  <b>Ano:</b> 1970  <b>Ed. :</b>23745  <b>Página:</b> 4  <b>Coluna:</b> ----  <b>Link:</b>  <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=11296">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=11296</a></p>	
17	<p><b>Jornal:</b> Correio da Manhã  <b>Assunto:</b> ----</p>	

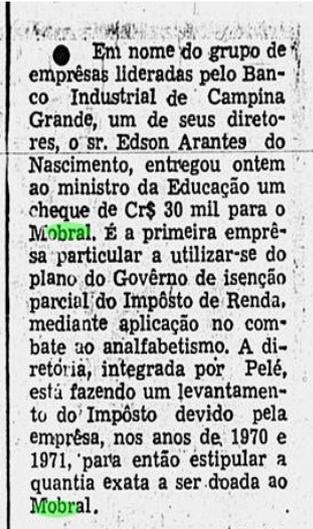
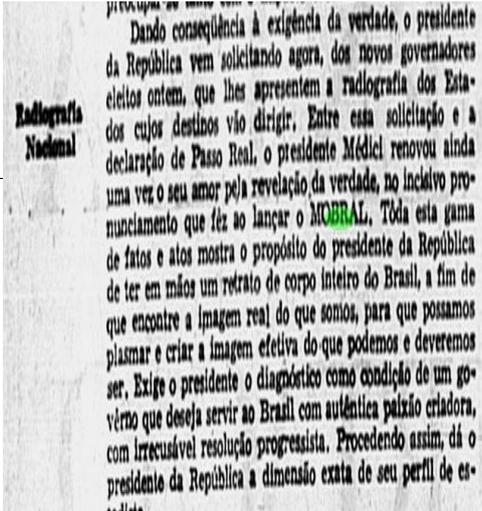
	<p><b>Título da Seção:</b> Velho tema, sempre nôvo</p> <p><b>Ano:</b> 1970 (12 de setembro)</p> <p><b>Ed. :</b>23746</p> <p><b>Página:</b> 20</p> <p><b>Coluna:</b> ----</p> <p><b>Link:</b> <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=11350">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=11350</a></p>	
18	<p><b>Jornal:</b> Correio da Manhã</p> <p><b>Assunto:</b> ----</p> <p><b>Título da Seção:</b> -----</p> <p><b>Ano:</b> 1970 (17 de setembro)</p> <p><b>Ed. :</b>23750</p> <p><b>Página:</b> 11</p> <p><b>Coluna:</b> ----</p> <p><b>Link:</b> <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=11524">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=11524</a></p>	 <p><b>Exercício.</b></p> <p>● Raul de Góes, ao presidir a reunião do Conselho Diretor da Associação Comercial, deu seu apoio ao Movimento Brasileiro de Alfabetização, o <b>MOBRAL</b>: "É a primeira vez que um governo desce à realidade e cria condições para que as empresas se disponham a investir na Educação, fazendo dedução no Imposto de Renda."</p> <p>● No Paraná o <b>MOBRAL</b> já matriculou oito mil analfabetos, em vinte e seis municípios.</p>

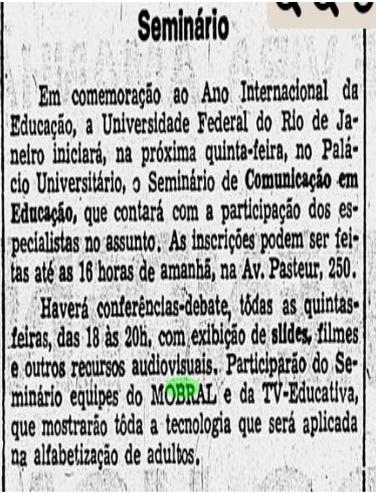
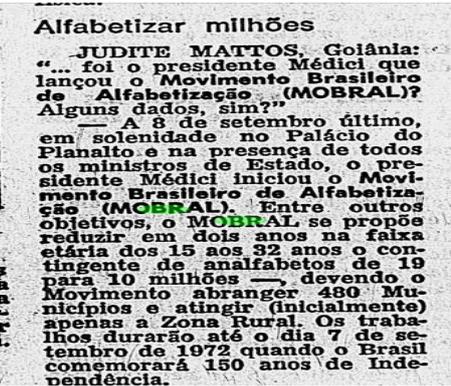
19	<p><b>Jornal:</b> Correio da Manhã  <b>Assunto:</b> ----  <b>Título da Seção:</b> Saladini pediu aos clubes que cedam salas para MOBRAL  <b>Ano:</b> 1970  (18 de setembro)  <b>Ed. :</b>23751  <b>Página:</b> 80  <b>Coluna:</b> ----  <b>Link:</b>  <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=11633">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=11633</a></p>	 <p>Os clubes da Guanabara poderão colaborar efetivamente com o Governo, se cada um oferecer apenas uma de suas dependências para que naquele local seja instalada uma sala de aula para o MOBRAL. Esta sugestão foi ventilada ontem através da tribuna da Assembleia Legislativa, pelo deputado Mário Saladini para que a campanha em tão boa hora lançada pelo presidente Médici, tenha êxito imediato. O material didático seria fornecido gratuitamente aos clubes pela Secretaria de Educação e uma pesquisa seria feita nos locais onde estão sediados os clubes, para saber o índice de analfabetos dos bairros. Iniciativa louvável que temos a certeza encontrará total apoio dos clubes da cidade.</p>
----	---	--

<p>20</p>	<p><b>Jornal:</b> Correio da Manhã  <b>Assunto:</b> ----  <b>Título da Seção:</b> Aprender sem peias  <b>Ano:</b> 1970  (19 de setembro)  <b>Ed. :</b>23752  <b>Página:</b> 2  <b>Coluna:</b> ----  <b>Link:</b>  <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=11647">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=11647</a></p>	
<p>21</p>	<p><b>Jornal:</b> Correio da Manhã  <b>Assunto:</b> ----  <b>Título da Seção:</b> Preocupação maior é com recursos para educação  <b>Ano:</b> 1970  (20 de setembro)  <b>Ed. :</b>23770  <b>Página:</b> 3  <b>Coluna:</b> ----  <b>Link:</b>  <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=12086">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=12086</a></p>	

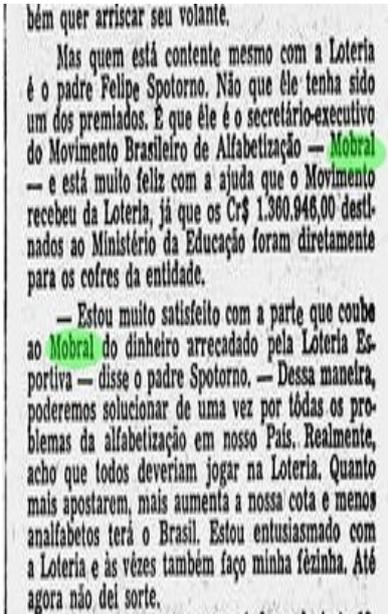
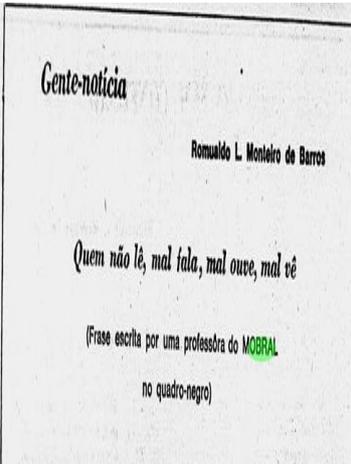
22	<p><b>Jornal:</b> Correio da Manhã  <b>Assunto:</b> ----  <b>Título da Seção:</b> O que virá amanhã?  Aprendendo a ler e escrever todo homem tem futuro  <b>Ano:</b> 1970  (29 de setembro)  <b>Ed. :</b>23760  <b>Página:</b> 9  <b>Coluna:</b> ----  <b>Link:</b>  <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Peq=mobral&amp;pagfis=12092">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Peq=mobral&amp;pagfis=12092</a></p>	 <p><b>O QUE VIRÁ AMANHÁ?</b></p> <p><b>APRENDENDO A LER E ESCREVER  TODO HOMEM TEM FUTURO.</b></p> <p>O brasileiro vai deixar de casinar seu nome com um "X" ou mesmo com o seu sobrenome. O homem brasileiro vai casinar seu nome claro e corretamente. O Brasil inteiro está aprendendo a ler e a escrever. Mas, oportunidades para todos, em todo o País. Abandonou-se hoje, para que no futuro não venham a repetir-se os erros do passado. Uma nação que começa a saber ler e escrever é uma nação que começa a seus caminhos. Melhores empregos. Melhores oportunidades. Futuro garantido. O Brasil desperta para o alfabetização. E o <b>MOBRAL</b>, agente lançador, é o seu maior instrumento. O <b>BRADESCO</b>, há muito tempo compreendeu isso e, ao criar o <b>TOP CLUB</b>, veio a garantir a família com o melhor plano previdenciário brasileiro, resolvendo, dentro da alfabetização, os resultados íntegros dessa iniciativa, obtendo-se sua colaboração ao Governo do Brasil e, principalmente, ao futuro do País.</p> <p><b>TOP CLUB</b></p>

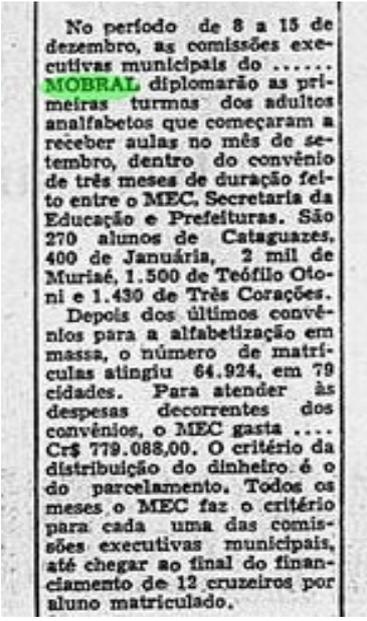
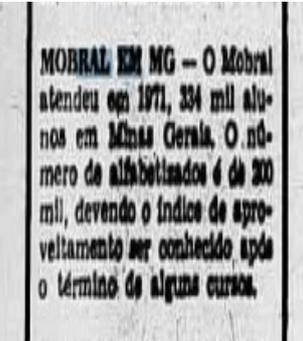
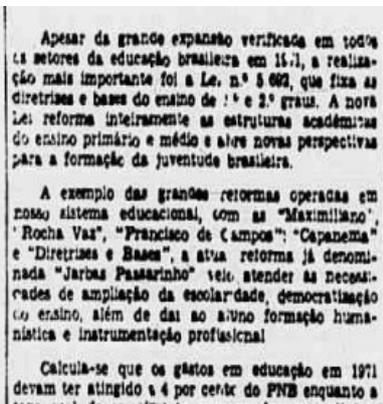


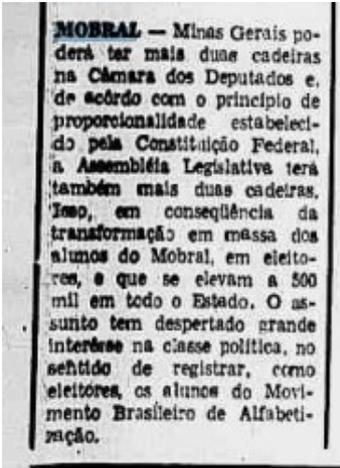
24	<p><b>Jornal:</b> Correio da Manhã  <b>Assunto:</b> ----  <b>Título da Seção:</b> -----  <b>Ano:</b> 1970 (2 de out.)  <b>Ed. :</b>23763  <b>Página:</b> 2  <b>Coluna:</b> ----  <b>Link:</b>  <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=12368">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=12368</a></p>	 <p>● Em nome do grupo de empresas lideradas pelo Banco Industrial de Campina Grande, um de seus diretores, o sr. Edson Arantes do Nascimento, entregou ontem ao ministro da Educação um cheque de Cr\$ 30 mil para o Mobral. É a primeira empresa particular a utilizar-se do plano do Governo de isenção parcial do Imposto de Renda, mediante aplicação no combate ao analfabetismo. A diretoria, integrada por Pelé, está fazendo um levantamento do Imposto devido pela empresa, nos anos de 1970 e 1971, para então estipular a quantia exata a ser doada ao Mobral.</p>
25	<p><b>Jornal:</b> Correio da Manhã  <b>Assunto:</b> ----  <b>Título da Seção:</b>  Radiografia Nacional  <b>Ano:</b> 1970 (5 de out.)  <b>Ed. :</b>23765  <b>Página:</b> 2  <b>Coluna:</b> ----  <b>Link:</b>  <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=12428">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=12428</a></p>	 <p>Dando consequência à exigência da verdade, o presidente da República vem solicitando agora, dos novos governadores eleitos ontem, que lhes apresentem a radiografia dos Estados cujos destinos vão dirigir. Entre essa solicitação e a declaração de Passo Real, o presidente Médici renovou ainda uma vez o seu amor pela revelação da verdade, no incêpsito pronunciamento que fez ao lançar o MOBREAL. Toda esta gama de fatos e atos mostra o propósito do presidente da República de ter em mãos um retrato de corpo inteiro do Brasil, a fim de que encontre a imagem real do que somos, para que possamos plasmar e criar a imagem efetiva do que podemos e deveremos ser. Exige o presidente o diagnóstico como condição de um governo que deseja servir ao Brasil com autêntica paixão criadora, com irrecusável resolução progressista. Procedendo assim, dá o presidente da República a dimensão exata de seu perfil de es-</p>

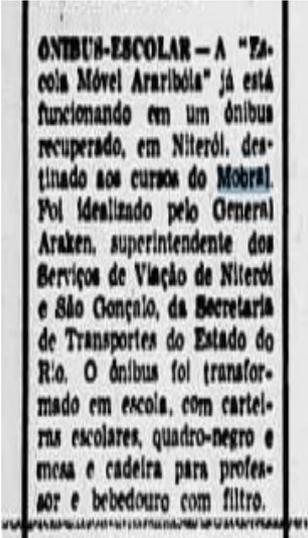
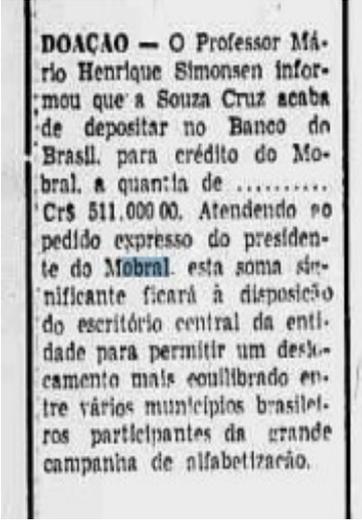
26	<p><b>Jornal:</b> Correio da Manhã  <b>Assunto:</b> ----  <b>Título da Seção:</b> Seminário  <b>Ano:</b> 1970 (6 de out.)  <b>Ed. :</b>23766  <b>Página:</b> 12  <b>Coluna:</b> ----  <b>Link:</b>  <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=12454">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=12454</a></p>	 <p><b>Seminário</b></p> <p>Em comemoração ao Ano Internacional da Educação, a Universidade Federal do Rio de Janeiro iniciará, na próxima quinta-feira, no Palácio Universitário, o Seminário de Comunicação em Educação, que contará com a participação dos especialistas no assunto. As inscrições podem ser feitas até as 16 horas de amanhã, na Av. Pasteur, 250.</p> <p>Haverá conferências-debate, todas as quintas-feiras, das 18 às 20h, com exibição de slides, filmes e outros recursos audiovisuais. Participarão do Seminário equipes do MOBRAF e da TV-Educativa, que mostrarão toda a tecnologia que será aplicada na alfabetização de adultos.</p>
27	<p><b>Jornal:</b> Correio da Manhã  <b>Assunto:</b> ----  <b>Título da Seção:</b> Alfabetizar milhões (6 de out.)  <b>Ano:</b> 1970  <b>Ed. :</b>23766  <b>Página:</b> 40  <b>Coluna:</b> ----  <b>Link:</b>  <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=12482">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=12482</a></p>	 <p><b>Alfabetizar milhões</b></p> <p>JUDITE MATTOS, Goiânia: "... foi o presidente Médici que lançou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)? Alguns dados, sim?"</p> <p>— A 3 de setembro último, em solenidade no Palácio do Planalto e na presença de todos os ministros de Estado, o presidente Médici iniciou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Entre outros objetivos, o MOBRAL se propõe reduzir em dois anos na faixa etária dos 15 aos 32 anos o contingente de analfabetos de 19 para 10 milhões —, devendo o Movimento abranger 480 Municípios e atingir (inicialmente) apenas a Zona Rural. Os trabalhos durarão até o dia 7 de setembro de 1972 quando o Brasil comemorará 150 anos de Independência.</p>

28	<p><b>Jornal:</b> Correio da Manhã  <b>Assunto:</b> ----  <b>Título da Seção:</b> ASDEG dá almoço para lembrar Dia do Mestre  <b>Ano:</b> 1970 (15 de out.)  <b>Ed. :</b>23774  <b>Página:</b> 3  <b>Coluna:</b> ----  <b>Link:</b>  <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=12833">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=12833</a></p>	 <p><b>ADESG dá almoço para lembrar Dia do Mestre</b></p> <p>Hoje é o Dia do Professor. As homenagens aos mestres começaram ontem durante o tradicional almoço das quartas-feiras da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, no Clube Naval.</p> <p>Na ocasião o procurador Artur Bernardes Alves de Souza saudou os mestres em geral e os adequados em particular, simbolizados pelos professores Júlio Barata, ministro do Trabalho e Previdência Social; Raymundo Montir de Aragão, presidente da Fundação de Pesquisas de Biociências; José Murta Ribeiro, Heraldo Guimarães de Carvalho, Haroldo Lúcio da Cunha, Celestino da Sá, Padre Basílio, Heitor Calmon, Mário Francisco Neto, e Sílvio Augusto de Barreto Melra. Em nome dos mestres, falou o professor Celestino Basílio.</p> <p><b>Passarinho</b></p> <p>Também o ministro da Educação, Juracy Passarinho, dirigiu mensagem ao magistério brasileiro. Dis o ministro, em certo trecho, que "já podemos transmitir aos mestres um pouco de esforço feito visando</p> <p>a dinamizar o processo educacional, desde o nível menor, partindo da alfabetização, em relação ao qual desmentamos, há pouco, o Movimento Brasileiro de Alfabetização -- MOBRAF, até as arrancadas já iniciadas com a política de dignificação salarial de todos os níveis dos professores, a reestruturação profissional e a modernização do ensino através de reformas que atendam, na realidade, aos maiores anseios do povo brasileiro."</p> <p>"Além disto, um velho sonho começa a surgir: os centros de pós-graduação, onde a curto prazo, estou certo, milhares de patriotas dedicados ao ensino e à pesquisa poderão melhor aperfeiçoar-se, sem necessidade de projetos no exterior. O apoio à cultura, que sempre foi meta dos mestres brasileiros, vem sendo realizado através de uma política de popularização do livro, de criação de bibliotecas e salas de leitura em todo o País. A adequação do ensino às necessidades nacionais, também sempre reclamada pelo magistério brasileiro vem sendo concretizada na medida das atuais possibilidades."</p>
29	<p><b>Jornal:</b> Correio da Manhã  <b>Assunto:</b> ----  <b>Título da Seção:</b> Alfabetizando  <b>Ano:</b> 1970 (19 de out.)  <b>Ed. :</b>23777  <b>Página:</b> 30  <b>Coluna:</b> ----</p>	 <p><b>bela shop</b></p> <p>● Alfabetizando: Dois livrinhos novos, lançados em colaboração com a Mobral: Tabuada Moderna, de Wanda Mello e Isa Soares, e Cartilha Nova,, das mesmas autoras. Com muitos desenhos em branco e preto.</p>

	<p><b>Link:</b>  <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=12992">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=12992</a></p>	
30	<p><b>Jornal:</b> Correio da Manhã  <b>Assunto:</b> ----  <b>Título da Seção:</b>  Deixe de bancar o bôbo, só jogue nos revendedores.  <b>Ano:</b> 1970 (21 de out.)  <b>Ed. :</b>23799  <b>Página:</b> 20  <b>Coluna:</b> ----  <b>Link:</b>  <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=13065">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=13065</a></p>	 <p>bém quer arriscar seu volante.</p> <p>Mas quem está contente mesmo com a Loteria é o padre Felipe Spotorno. Não que ele tenha sido um dos premiados. É que ele é o secretário-executivo do Movimento Brasileiro de Alfabetização — <b>Mobral</b> — e está muito feliz com a ajuda que o Movimento recebeu da Loteria, já que os Cr\$ 1.360.946,00 destinados ao Ministério da Educação foram diretamente para os cofres da entidade.</p> <p>— Estou muito satisfeito com a parte que coube ao <b>Mobral</b> do dinheiro arrecadado pela Loteria Esportiva — disse o padre Spotorno. — Dessa maneira, poderemos solucionar de uma vez por todas os problemas da alfabetização em nosso País. Realmente, acho que todos deveriam jogar na Loteria. Quanto mais apostarem, mais aumenta a nossa cota e menos analfabetos terá o Brasil. Estou entusiasmado com a Loteria e às vezes também faço minha fezinha. Até agora não dei sorte.</p>
31	<p><b>Jornal:</b> Correio da Manhã  <b>Assunto:</b> ----  <b>Título da Seção:</b>  Gente-notícia  <b>Ano:</b> 1970 (23 de out.)  <b>Ed. :</b>23781  <b>Página:</b> 32  <b>Coluna:</b> ----  <b>Link:</b>  <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=13157">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=13157</a></p>	 <p>Gente-notícia</p> <p>Romualdo L. Monteiro de Barros</p> <p>Quem não lê, mal fala, mal ouve, mal vê</p> <p>(Frase escrita por uma professora do <b>MObRAL</b> no quadro-negro)</p>

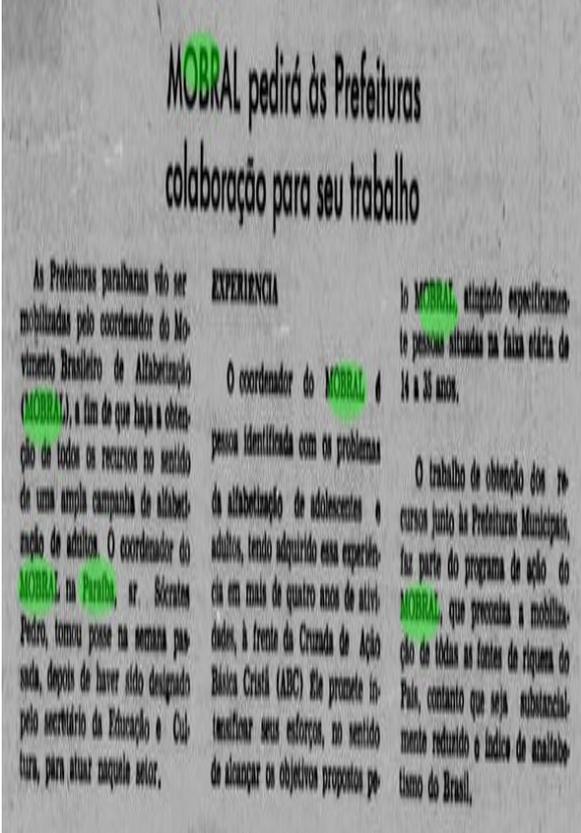
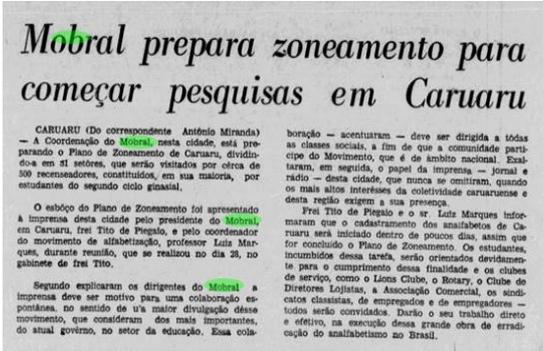
32	<p><b>Jornal:</b> Correio da Manhã  <b>Assunto:</b> ----  <b>Título da Seção:</b>          Mobral dá primeiros diplomas  <b>Ano:</b> 1970 (30 de out.)  <b>Ed. :</b> 23787  <b>Página:</b> 4  <b>Coluna:</b> ----  <b>Link:</b>  <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=13335">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&amp;Pesq=mobral&amp;pagfis=13335</a></p>	 <p>No período de 8 a 15 de dezembro, as comissões executivas municipais do ..... <b>MOBRAL</b> diplomarão as primeiras turmas dos adultos analfabetos que começaram a receber aulas no mês de setembro, dentro do convênio de três meses de duração feito entre o MEC, Secretaria da Educação e Prefeituras. São 270 alunos de Cataguazes, 400 de Januária, 2 mil de Muriaé, 1.500 de Teófilo Otoni e 1.430 de Três Corações. Depois dos últimos convênios para a alfabetização em massa, o número de matrículas atingiu 64.924, em 79 cidades. Para atender às despesas decorrentes dos convênios, o MEC gasta .... Cr\$ 779.088,00. O critério da distribuição do dinheiro é o do parcelamento. Todos os meses o MEC faz o critério para cada uma das comissões executivas municipais, até chegar ao final do financiamento de 12 cruzeiros por aluno matriculado.</p>
33	<p><b>Jornal:</b> Correio da Manhã  <b>Assunto:</b> ----  <b>Título da Seção:</b>          Coluna Quattro  <b>Ano:</b> 1972 (2 de jan.)  <b>Ed. :</b> 24148  <b>Página:</b> 4  <b>Coluna:</b> ----  <b>Link:</b>  <a href="http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1972_24148.pdf">http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1972_24148.pdf</a></p>	 <p><b>MOBRAL EM MG --</b> O Mobral atendeu em 1971, 334 mil alunos em Minas Gerais. O número de alfabetizados é de 300 mil, devendo o índice de aproveitamento ser conhecido após o término de alguns cursos.</p>
34	<p><b>Jornal:</b> Correio da Manhã  <b>Assunto:</b> ----</p>	 <p>Apesar da grande expansão verificada em todos os setores da educação brasileira em 1971, a realização mais importante foi a Lei. n.º 5.692, que fixa as diretrizes e bases do ensino de 1.º e 2.º graus. A nova Lei reforma inteiramente as estruturas acadêmicas do ensino primário e médio e abre novas perspectivas para a formação da juventude brasileira.</p> <p>A exemplo das grandes reformas operadas em nosso sistema educacional, com as "Maximiliano", "Rocha Vaz", "Francisco de Campos", "Capanema" e "Diretrizes e Bases", a atual reforma já denominada "Jarbas Passarinho" veio atender as necessidades de ampliação da escolaridade, democratização do ensino, além de dar ao aluno formação humanística e instrumentação profissional.</p> <p>Calcula-se que os gastos em educação em 1971 devam ter atingido 4 por cento do FNE enquanto a</p>

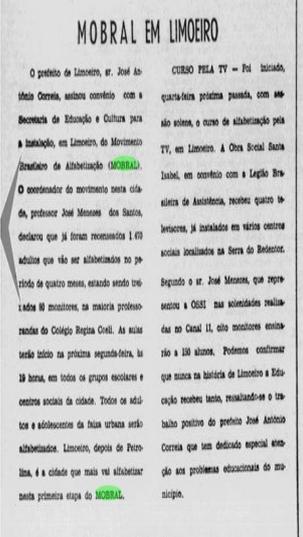
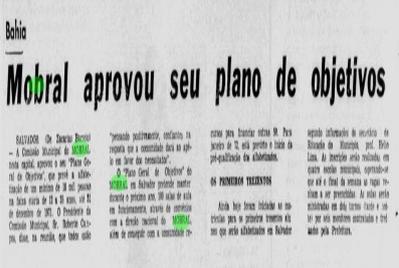
	<p><b>Título da Seção:</b> Reforma marcou o ano educacional de 71 <b>Ano:</b> 1972 (2 de jan.) <b>Ed. :</b>24148 <b>Página:</b> 4 <b>Coluna:</b> ---- <b>Link:</b> <a href="http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1972_24148.pdf">http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1972_24148.pdf</a></p>	
35	<p><b>Jornal:</b> Correio da Manhã <b>Assunto:</b> ---- <b>Título da Seção:</b> Coluna Quatro <b>Ano:</b> 1972 (4 de jan.) <b>Ed. :</b>24149 <b>Página:</b> 4 <b>Coluna:</b> ---- <b>Link:</b> <a href="http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1972_24149.pdf">http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1972_24149.pdf</a></p>	 <p><b>MOBRAL</b> — Minas Gerais poderá ter mais duas cadeiras na Câmara dos Deputados e, de acordo com o princípio de proporcionalidade estabelecido pela Constituição Federal, a Assembleia Legislativa terá também mais duas cadeiras. Isso, em consequência da transformação em massa dos alunos do Mobral, em eleitores, e que se elevam a 500 mil em todo o Estado. O assunto tem despertado grande interesse na classe política, no sentido de registrar, como eleitores, os alunos do Movimento Brasileiro de Alfabetização.</p>

36	<p><b>Jornal:</b> Correio da Manhã  <b>Assunto:</b> ----  <b>Título da Seção:</b>  Coluna Quatro  <b>Ano:</b> 1972 (8 de jan.)  <b>Ed. :</b>24153  <b>Página:</b> 4  <b>Coluna:</b> ----  <b>Link:</b>  <a href="http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1972_24153.pdf">http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1972_24153.pdf</a></p>	
37	<p><b>Jornal:</b> Correio da Manhã  <b>Assunto:</b> ----  <b>Título da Seção:</b>  Coluna Quatro  <b>Ano:</b> 1972 (8 de jan.)  <b>Ed. :</b>24153  <b>Página:</b> 4  <b>Coluna:</b> ----  <b>Link:</b>  <a href="http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1972_24153.pdf">http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1972_24153.pdf</a></p>	

38	<p><b>Jornal:</b> Correio da Manhã  <b>Assunto:</b> O Mobral na Paraíba  <b>Título da Seção:</b> Regra Três  <b>Ano:</b> 1972 (12 de abr.)  <b>Ed. :</b>24232  <b>Página:</b> 5  <b>Coluna:</b> ----  <b>Link:</b>  <a href="http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1972_24232.pdf">http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1972_24232.pdf</a></p>	
39	<p><b>Jornal:</b> Correio da Manhã  <b>Assunto:</b> ----  <b>Título da Seção:</b> Projeto defende o Mobral  <b>Ano:</b> 1972 (21 de abr.)  <b>Ed. :</b>24240  <b>Página:</b> 2  <b>Coluna:</b> ----  <b>Link:</b>  <a href="http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1972_24240.pdf">http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1972_24240.pdf</a></p>	
40	<p><b>Jornal:</b> Correio da Manhã  <b>Assunto:</b> ----  <b>Título da Seção:</b>Esporte com educação  <b>Ano:</b> 1972 (18 de mai.)  <b>Ed. :</b>24263  <b>Página:</b> 15  <b>Coluna:</b> ----  <b>Link:</b>  <a href="http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1972_24263.pdf">http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1972_24263.pdf</a></p>	

41	<p><b>Jornal:</b> Diário de Pernambuco</p> <p><b>Assunto:</b> Mobral na Paraíba</p> <p><b>Título da Seção:</b> MOBRAL analisará projeto enviado pela Cruzada ABC</p> <p><b>Ano:</b> 1970 (14 de jun.)</p> <p><b>Ed. :</b>00139</p> <p><b>Página:</b> 13</p> <p><b>Coluna:</b> ----</p> <p><b>Link:</b>  <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&amp;Pesq=mobral%20+%20Para%03%adba&amp;pagfis=5010">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&amp;Pesq=mobral%20+%20Para%03%adba&amp;pagfis=5010</a></p>	 <p><b>MOBRAL analisará projeto enviado pela Cruzada ABC</b></p> <p>O secretário geral do Ministério da Educação e Cultura, Manoel Rodrigues, recebeu carta à Cruzada ABC esclarecendo que o projeto por ela enviado ao ministro Juracy Passarim será analisado pela nova diretoria do MOBREAL.</p> <p>Como decorrência dessa análise, conforme o parecer da diretoria, serão tomadas medidas pedagógicas adequadas, face ao planejamento global do Ministério, no que tange a educação de adultos.</p> <p><b>O PROJETO</b></p> <p>O projeto da Cruzada ABC tinha o objetivo de obter o suporte financeiro necessário ao prosseguimento do trabalho de Educação de Adultos, em conjunto com os governos dos Estados do Ceará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Rio de Janeiro e Ceará.</p> <p>Fez o coronel Manoel Rodrigues que o pensamento do MEC integrar a Cruzada ABC ao plano operacional do MOBREAL, não permitindo "que se perca o trabalho desenvolvido durante cinco anos, de forma planejada".</p> <p><b>BOLSAS</b></p> <p>Estipando isso, a partir de amanhã o Programa Especial de Bolsas de Estudos (PEBE), núcleo do Nordeste, vai efetuar o pagamento da primeira parcela das 13 mil novas bolsas de estudos fornecidas para milhares de trabalhadores sindicalizados nesta região do País, a que representam investimento da ordem de Cr\$ 30 milhões, beneficiando 506 estudantes. A secretária Ivoneide Rotondaro, encarregada do núcleo Local do PEBE, informou que o Estado de Pernambuco lidera o recebimento de novas bolsas, com 4.852, seguido de Ceará, com 2.985, Alagoas, com 1.709, e Paraíba, com 1.204.</p> <p><b>EXIGÊNCIA</b></p> <p>Contudo, determina o mesmo setor que o pagamento da primeira parcela esteja condicionado à apresentação da comprovação de frequência até 30 dias, podendo a declaração ser feita em impressos utilizados em 1968 e 1969. Deverá ser feita a análise dos documentos apresentados, verificando-se também: 1) se há vagas de renovação indicada, por repetição de ano; 2) se o bolsista novo, habilitado no corrente ano, não está fora dos limites de idade; 3) se o curso frequentado pelo bolsista está enquadrado entre os previstos pelo PEBE, ou seja, de nível médio, nos ramos secundário, comercial, normal, agrícola e industrial.</p>
----	---	---

<p>42</p>	<p><b>Jornal:</b> Diário de Pernambuco  <b>Assunto:</b> O Mobral na Paraíba  <b>Título da Seção:</b> MOBREAL pedirá às Prefeituras colaboração para seu trabalho  <b>Ano:</b> 1970 (29 de jul.)  <b>Ed. :</b>00177  <b>Página:</b> 12  <b>Coluna:</b> ----  <b>Link:</b>  <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&amp;Pesq=mobral%20+%20Par%C3%ADba&amp;pagfis=6353">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&amp;Pesq=mobral%20+%20Par%C3%ADba&amp;pagfis=6353</a></p>	 <p><b>MOBRAL pedirá às Prefeituras colaboração para seu trabalho</b></p> <p>As Prefeituras paraibanas vão ser mobilizadas pelo coordenador do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), a fim de que haja a obtenção de todos os recursos no sentido de uma ampla campanha de alfabetização de adultos. O coordenador do MOBREAL na Paraíba, sr. Sócrates Pedro, tem a posse na semana passada, depois de haver sido designado pelo secretário da Educação e Cultura, para atuar naquele setor.</p> <p><b>EXPERIENCIA</b></p> <p>O coordenador do MOBREAL é pessoa identificada com os problemas de alfabetização de adolescentes e adultos, tendo adquirido essa experiência em mais de quatro anos de atividades, à frente da Cruzada de Ação Básica Cristã (ABC). Ele promete intensificar seus esforços, no sentido de alcançar os objetivos propostos pelo MOBREAL, atingindo especificamente pessoas situadas na faixa etária de 14 a 20 anos.</p> <p>O trabalho de obtenção dos recursos junto às Prefeituras Municipais, faz parte do programa de ação do MOBREAL, que precisa a mobilização de todas as fontes de riqueza do País, contando que seja substancialmente reduzido e índice de analfabetismo do Brasil.</p>
<p>43</p>	<p><b>Jornal:</b> Diário de Pernambuco  <b>Assunto:</b> ----  <b>Título da Seção:</b> Mobral prepara zoneamento para começar pesquisas em Caruaru  <b>Ano:</b> 1970 (30 de set.)  <b>Ed. :</b>0022  <b>Página:</b> 10  <b>Coluna:</b> ----  <b>Link:</b>  <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&amp;Pesq=mobral%20+%20Caruaru&amp;pagfis=6353">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&amp;Pesq=mobral%20+%20Caruaru&amp;pagfis=6353</a></p>	 <p><b>Mobral prepara zoneamento para começar pesquisas em Caruaru</b></p> <p>CARIARU (Do correspondente Antônio Miranda) — A Coordenação do MOBREAL nesta cidade está preparando o Plano de Zoneamento de Caruaru, dividido em 31 setores, que serão visitados por cerca de 500 pesquisadores, constituídos, em sua maioria, por estudantes do segundo ciclo ginasial.</p> <p>O esboço do Plano de Zoneamento foi apresentado à imprensa desta cidade pelo presidente do MOBREAL em Caruaru, frei Tito de Figueira, e pelo coordenador do movimento de alfabetização, professor Luiz Marques, durante reunião, que se realizou no dia 23, no gabinete de frei Tito.</p> <p>Segundo explicaram os dirigentes do MOBREAL a imprensa deve ser motivo para, uma colaboração espontânea, no sentido de uma maior divulgação desse movimento, que consideram dos mais importantes, do atual governo, no setor da educação. Essa colaboração — acentuaram — deve ser dirigida a todas as classes sociais, a fim de que a comunidade participe do Movimento, que é de âmbito nacional. Enfatizaram, em seguida, o papel da imprensa — jornal e rádio — desta cidade, que nunca se omitiram, quando os mais altos interesses da coletividade caruaruense e desta região exigem a sua presença.</p> <p>Frei Tito de Figueira e o sr. Luiz Marques informaram que o cadastramento dos analfabetos de Caruaru será iniciado dentro de poucos dias, assim que for concluído o Plano de Zoneamento. Os estudantes, incumbidos dessa tarefa, serão orientados devidamente para o cumprimento dessa finalidade e os clubes de serviço, como o Lions Clube, o Rotary, o Clube de Diretores Lujistas, a Associação Comercial, os sindicatos clássicos, de empregados e de empregadores — todos serão convidados. Dado o seu trabalho direto e efetivo, na execução dessa grande obra de erradicação do analfabetismo no Brasil.</p>

<p><a href="http://spx?bib=029033_15&amp;Pesq=mobral%20+%20Pera%c3%adba&amp;pagfis=8184">spx?bib=029033_15&amp;Pesq=mobral%20+%20Pera%c3%adba&amp;pagfis=8184</a></p>	
<p><b>44</b> <b>Jornal:</b> Diário de Pernambuco <b>Assunto:</b> ----- <b>Título da Seção:</b> Mobral em Limoeiro <b>Ano:</b> 1970 (16 de out.) <b>Ed. :</b>00243 <b>Página:</b> 10 <b>Coluna:</b> ---- <b>Link:</b> <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&amp;Pesq=mobral%20+%20Pera%c3%adba&amp;pagfis=8676">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&amp;Pesq=mobral%20+%20Pera%c3%adba&amp;pagfis=8676</a></p>	
<p><b>45</b> <b>Jornal:</b> Diário de Pernambuco <b>Assunto:</b> ----- <b>Título da Seção:</b> Mobral aprovou seu plano de objetivos <b>Ano:</b> 1970 (24 de out.) <b>Ed. :</b>00250 <b>Página:</b> 12 <b>Coluna:</b> ---- <b>Link:</b> <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&amp;Pesq=mobral%20+%20Pera%c3%adba&amp;pagfis=8676">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&amp;Pesq=mobral%20+%20Pera%c3%adba&amp;pagfis=8676</a></p>	

	<p><a href="http://spx?bib=029033_15&amp;Pesq=mobral%20+%20P ara%3%adba&amp;pagfis=8925">spx?bib=029033_15&amp;Pesq=mobral%20+%20P ara%3%adba&amp;pagfis=8925</a></p>	
46	<p><b>Jornal:</b> Correio da Manhã  <b>Assunto:</b> ----  <b>Título da Seção:</b> -----  <b>Ano:</b> 1970  <b>Ed.:</b> ---  <b>Página:</b> ----  <b>Coluna:</b> ----  <b>Link:</b></p>	 <p>The clipping is from the 'CORREIO DA MANHÃ' newspaper, dated January 7, 1970. The main headline is 'Educação se adapta ao desenvolvimento' (Education adapts to development). Below the headline is a sub-headline 'DEBATE EM PAINEL' (Panel Debate) and a photograph showing a group of people in a discussion. To the left of the main article, there is a smaller article titled 'Rodovia tem novos contratos' (Highway has new contracts). The text of the main article discusses the adaptation of education to the country's development, mentioning the role of the Ministry of Education and the need for a more flexible and practical curriculum.</p>
47	<p><b>Jornal:</b> Correio da manhã  <b>Assunto:</b> ----  <b>Título da Seção:</b> Simonsen dá o balanço do que já fez o Mobral  <b>Ano:</b> 1970  <b>Ed.:</b> 23822  <b>Página:</b> ----  <b>Coluna:</b> ----  <b>Link:</b> Correio da Manhã (RJ) - 1970 a 1974 - DocReader Web (bn.br)</p>	 <p>The clipping is from the 'CORREIO DA MANHÃ' newspaper, dated January 23, 1970. The main headline is 'Simonsen dá o balanço do que já fez o Mobral' (Simonsen gives the balance of what he has done for Mobral). Below the headline is a sub-headline 'Escola homenageia Iperó' (School honors Iperó). The text of the main article discusses the achievements of the Ministry of Education and the role of the Mobral (Ministry of Education and Culture) in the development of the country. It mentions the work of the Ministry in the areas of education, culture, and social services. To the right of the main article, there is a smaller article titled 'Escola homenageia Iperó'.</p>

48	<p><b>Jornal:</b> Correio da Manhã  <b>Assunto:</b> ----  <b>Título da Seção:</b> -----  <b>Ano:</b> 1970  <b>Ed.:</b> ---  <b>Página:</b> ----  <b>Coluna:</b> ----  <b>Link:</b>  <b>Correio da Manhã (RJ) – 1970 a 1974</b>  <b>DocReader.web(bn.br)</b>  <b>)</b></p>	
49	<p><b>Jornal:</b> O Globo  <b>Assunto:</b> ----  <b>Título da Seção:</b> -----  <b>Ano:</b> 1976  <b>Ed.:</b> ---  <b>Página:</b> 4  <b>Coluna:</b> ----  <b>Link:</b></p>	
50	<p><b>Tema:</b> Ajude o Mobral com segundas intenções.   <b>Link:</b>   <a href="#">MOBRAL (Ensine a Ler) - 1970 - Propagandas Históricas   Propagandas Antigas (propagandashistoricas.com.br)</a></p>	

<p>51</p> <p>Tema: Pelo amor de Deus ensine alguém a ler.</p> <p>Link:</p> <p><a href="#">MOBRAL (Ensine a Ler) - 1970 - Propagandas Históricas   Propagandas Antigas (propagandashistoricas.com.br)</a></p>	
<p>52</p> <p><b>Jornal:</b> Acervo Estadão  <b>Assunto:</b> ----  <b>Título da Seção:</b> ----  <b>Ano:</b> ----  <b>Ed. :</b> ----  <b>Página:</b> ----  <b>Coluna:</b> ----  <b>Link:</b> <a href="#">MOBRAL: Movimento Brasileiro Para A Alfabetização   Cultura - Cultura Mix</a></p>	
<p>53</p> <p><b>Jornal:</b> Acervo Estadão  <b>Assunto:</b> ----  <b>Título da Seção:</b> ----  <b>Ano:</b> ----  <b>Ed. :</b> ----  <b>Página:</b> ----  <b>Coluna:</b> ----  <a href="#">Procurando analfabetos - Acervo - Estadão (estadao.com.br)</a></p>	

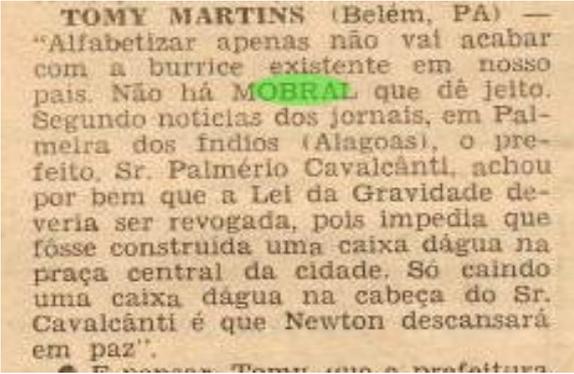
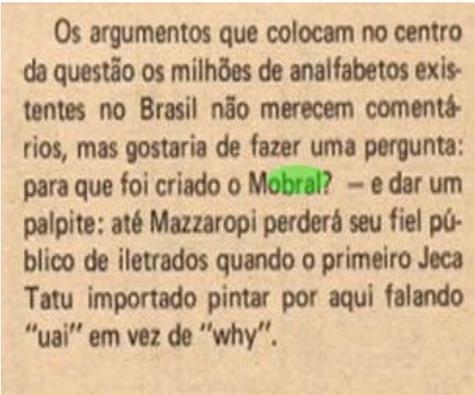
Fonte: Próprio autor.

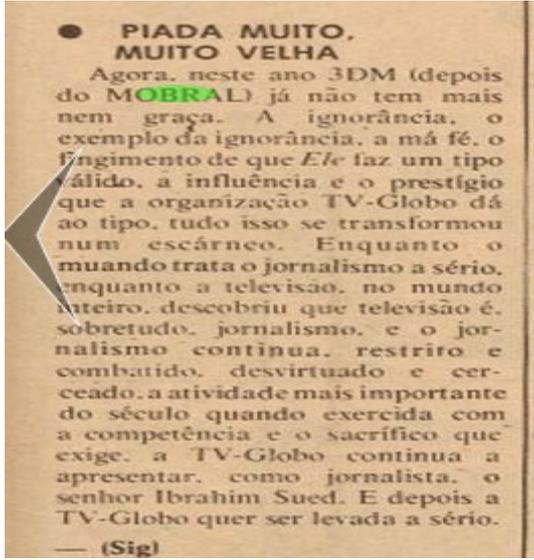
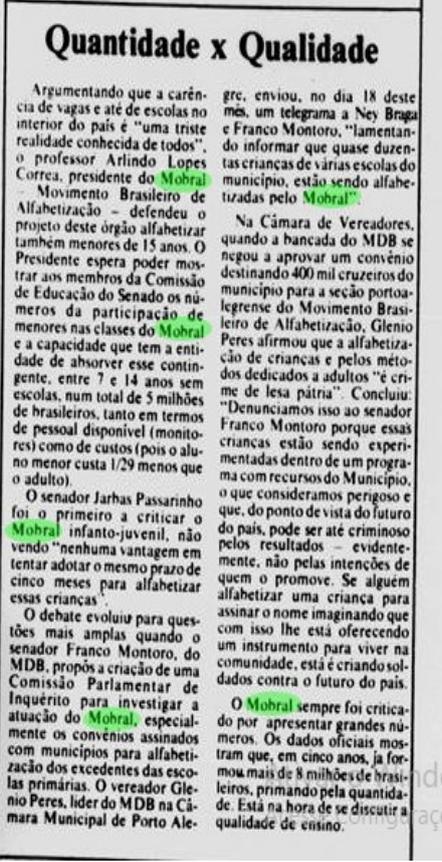
Quadro 5: Resultado da pesquisa realizada no jornal *O pasquim* (1969 a 1991), *Movimento: cena brasileira: subúrbio carioca* (1975 a 1981) e *Opinião RJ* (1972 a 1977), *Politika RJ* (1971 a 1973).

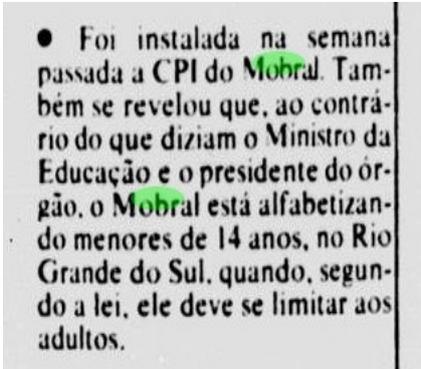
Nº	Informações gerais	Iconografia
----	--------------------	-------------

1	<p><b>Jornal:</b> O pasquim  <b>Assunto:</b> -----  <b>Seção:</b> Dos jornais-  Enfim um  homem culto</p> <p><b>Ano:</b> 1960  <b>Ed:</b> 00069  <b>Página:</b> 7  <b>Coluna:</b> 2</p> <p><b>Link:</b> <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=124745&amp;pesq=mobral&amp;pagfis=1755">http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=124745&amp;pesq=mobral&amp;pagfis=1755</a></p>
---	---



2	<p><b>Jornal:</b> O pasquim  <b>Assunto:</b> -----  <b>Seção:</b> Cartas  <b>Ano:</b> 1971  <b>Ed:</b> 00104  <b>Página:</b> ----  <b>Coluna:</b> 2  <b>Link:</b>  <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=124745&amp;pesq=mobral&amp;pagfis=3010">http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=124745&amp;pesq=mobral&amp;pagfis=3010</a></p>	 <p><b>TOMY MARTINS</b> (Belém, PA) —  “Alfabetizar apenas não vai acabar com a burrice existente em nosso país. Não há <b>MObRAL</b> que dê jeito. Segundo notícias dos jornais, em Palmeira dos Índios (Alagoas), o prefeito, Sr. Palmério Cavalcânti, achou por bem que a Lei da Gravidade deveria ser revogada, pois impedia que fosse construída uma caixa d’água na praça central da cidade. Só caindo uma caixa d’água na cabeça do Sr. Cavalcânti é que Newton descansará em paz”.</p>
3	<p><b>Jornal:</b> O pasquim  <b>Assunto:</b> -----  <b>Seção:</b> Why ou uai?  <b>Ano:</b> 1972  <b>Ed:</b> 00160  <b>Página:</b> 6  <b>Link:</b>  <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=124745&amp;pesq=mobral&amp;pagfis=4938">http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=124745&amp;pesq=mobral&amp;pagfis=4938</a></p>	 <p>Os argumentos que colocam no centro da questão os milhões de analfabetos existentes no Brasil não merecem comentários, mas gostaria de fazer uma pergunta: para que foi criado o <b>Mobral</b>? — e dar um palpite: até Mazzaropi perderá seu fiel público de iletrados quando o primeiro Jeca Tatu importado pintar por aqui falando “uai” em vez de “why”.</p>
4	<p><b>Jornal:</b> O pasquim  <b>Assunto:</b> -----  <b>Seção:</b> GIP  GIPnheconheco  <b>Ano:</b> 1972  <b>Ed:</b> 00181  <b>Página:</b> 27  <b>Link:</b>  <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=124745&amp;pesq=mobral&amp;pagfis=5529">http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=124745&amp;pesq=mobral&amp;pagfis=5529</a></p>	 <p>SE TODOS OS LIVROS DE JORGE AMADO, VENDIDOS ATÉ HOJE NO MUNDO INTEIRO, FOSSEM EMPILHADOS DOMINGO À TARDE NO GRAMADO DO MARACANA, OS TORCEDORES ALI PRESENTES RECONSIDERARIAM A NECESSIDADE DO <b>MObRAL</b>.</p>

5	<p><b>Jornal:</b> O pasquim  <b>Assunto:</b> -----  <b>Seção:</b> Piada muito muito velha  <b>Ano:</b> 1974  <b>Ed:</b> 00247  <b>Página:</b> 27  <b>Link:</b>  <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=124745&amp;pesq=mobral&amp;pagfis=8215">http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=124745&amp;pesq=mobral&amp;pagfis=8215</a></p>	 <p>● <b>PIADA MUITO, MUITO VELHA</b>  Agora, neste ano 3DM (depois do <b>MOBRAL</b>) já não tem mais nem graça. A ignorância, o exemplo da ignorância, a má fé, o fingimento de que <i>Ele</i> faz um tipo válido, a influência e o prestígio que a organização TV-Globo dá ao tipo, tudo isso se transformou num escárnio. Enquanto o mundo trata o jornalismo a sério, enquanto a televisão, no mundo inteiro, descobriu que televisão é, sobretudo, jornalismo, e o jornalismo continua, restrito e combatido, desvirtuado e cercado, a atividade mais importante do século quando exercida com a competência e o sacrifício que exige, a TV-Globo continua a apresentar, como jornalista, o senhor Ibrahim Sued. E depois a TV-Globo quer ser levada a sério.  — (Sig)</p>
6	<p><b>Jornal:</b> Jornal movimento  <b>Assunto:</b> -----  <b>Seção:</b> Assuntos  <b>Ano:</b> 1975  <b>Ed:</b> 00012  <b>Página:</b> 2  <b>Coluna:</b> 3  <b>Link:</b>  <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=318744&amp;pesq=mobral&amp;pagfis=278">http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=318744&amp;pesq=mobral&amp;pagfis=278</a></p>	 <p><b>Quantidade x Qualidade</b>  Argumentando que a carência de vagas e até de escolas no interior do país é "uma triste realidade conhecida de todos", o professor Arlindo Lopes Correa, presidente do <b>Mobral</b> - Movimento Brasileiro de Alfabetização - defendeu o projeto deste órgão alfabetizar também menores de 15 anos. O Presidente espera poder mostrar aos membros da Comissão de Educação do Senado os números da participação de menores nas classes do <b>Mobral</b> e a capacidade que tem a entidade de absorver esse contingente, entre 7 e 14 anos sem escolas, num total de 5 milhões de brasileiros, tanto em termos de pessoal disponível (monitores) como de custos (pois o aluno menor custa 1/29 menos que o adulto).  O senador Jarbas Passarinho foi o primeiro a criticar o <b>Mobral</b> infanto-juvenil, não vendo "nenhuma vantagem em tentar adotar o mesmo prazo de cinco meses para alfabetizar essas crianças".  O debate evoluiu para questões mais amplas quando o senador Franco Montoro, do MDB, propôs a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a atuação do <b>Mobral</b>, especialmente os convênios assinados com municípios para alfabetização dos excedentes das escolas primárias. O vereador Glenio Peres, líder do MDB na Câmara Municipal de Porto Alegre, enviou, no dia 18 deste mês, um telegrama a Ney Braga e Franco Montoro, "lamentando informar que quase duzentas crianças de várias escolas do município, estão sendo alfabetizadas pelo <b>Mobral</b>".  Na Câmara de Vereadores, quando a bancada do MDB se negou a aprovar um convênio destinando 400 mil cruzeiros do município para a seção portoa-legrense do Movimento Brasileiro de Alfabetização, Glenio Peres afirmou que a alfabetização de crianças e pelos métodos dedicados a adultos "é crime de lesa pátria". Concluiu: "Denunciamos isso ao senador Franco Montoro porque essas crianças estão sendo experimentadas dentro de um programa com recursos do Município, o que consideramos perigoso e que, do ponto de vista do futuro do país, pode ser até criminoso pelos resultados - evidentemente, não pelas intenções de quem o promove. Se alguém alfabetizar uma criança para assinar o nome imaginando que com isso lhe está oferecendo um instrumento para viver na comunidade, está criando soldados contra o futuro do país."  O <b>Mobral</b> sempre foi criticado por apresentar grandes números. Os dados oficiais mostram que, em cinco anos, já formou mais de 8 milhões de brasileiros, primando pela quantidade. Está na hora de se discutir a qualidade de ensino.</p>

7	<p><b>Jornal:</b> Jornal movimento</p> <p><b>Assunto:</b> -----</p> <p><b>Seção:</b> Assuntos</p> <p><b>Ano:</b> 1975</p> <p><b>Ed:</b> 00013</p> <p><b>Página:</b> 2</p> <p><b>Link:</b></p> <p><a href="http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=318744&amp;pesq=mobral&amp;pagfis=302">http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=318744&amp;pesq=mobral&amp;pagfis=302</a></p>	 <p>● Foi instalada na semana passada a CPI do Mobral. Também se revelou que, ao contrário do que diziam o Ministro da Educação e o presidente do órgão, o Mobral está alfabetizando menores de 14 anos, no Rio Grande do Sul, quando, segundo a lei, ele deve se limitar aos adultos.</p>
8	<p><b>Jornal:</b> Jornal movimento</p> <p><b>Assunto:</b> -----</p> <p><b>Seção:</b> -----</p> <p><b>Ano:</b> 1975</p> <p><b>Ed:</b> 00013</p> <p><b>Página:</b> 21</p> <p><b>Coluna:</b> 1</p> <p><b>Link:</b></p> <p><a href="http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=318744&amp;pesq=mobral&amp;pagfis=321">http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=318744&amp;pesq=mobral&amp;pagfis=321</a></p>	<p style="text-align: center;"><b>O mecanismo burocrático</b></p> <p>No Brasil, o Estado Novo terá provavelmente sido um dos momentos em que maiores esforços foram feitos para impor, de cima para baixo, um conceito de sociedade, de desenvolvimento, de participação social, etc. Atualmente a extensão da rede de televisão até as fronteiras, o Mobral, o Projeto Minerva ou um Instituto Nacional do Livro ou uma Funarte, entre outros exemplos, são meios através dos quais se divulga um projeto ideológico ao conjunto da população. Esse trabalho é feito diretamente pelo Estado ou pelas empresas privadas ou, mais frequentemente, por empreendimentos mistos. As vezes, o Estado produz diretamente, mas prefere não assumir a responsabilidade da produção e dar estímulos, financeiros e outros, às empresas privadas e controlá-las. Os estímulos e o controle variam conforme a faixa social à qual se dirigem as mensagens, e conforme o grau de afinidades e contradições existente entre a empresa privada produtora e o projeto ideológico da coalisão dominante. Para assegurar este trabalho, poderoso aparelho burocrático é montado.</p> <p style="text-align: center;">O desenvolvimento da produção cinematográfica</p>



Web (bn.br)

Como a maioria das Auxiliares Pedagógicas são estudantes e se mantêm aqui em São Paulo, isto vai nos trazer problemas mil, pois mercado de trabalho aqui em São Paulo tá fogo.

Outro problema – nós somos contratadas a serviço de terceiros e esta contratação é o caos. Não recebemos benefício algum, não temos direito a férias, nem INPS, nem aviso-prévio, mas em compensação nos descontam mensalmente 5% de Imposto sobre Serviço (ISS) e 8% de Imposto de Renda, que dá um total de 13%. Então de Cr\$ 712 e uns quebrados, recebemos só Cr\$ 620 e uns quebrados (para sermos exatos – de Cr\$ 712,80 – Cr\$ 620,14).

Disseram-nos que não é ordenado o que recebemos (apesar de vir em olerite da prefeitura) mas sim, ajuda de custo, e que nosso trabalho é uma espécie de voluntariado. Mas acontece que se não dermos as 33 horas semanais, ocorrem descontos na "ajuda de custo". (. . .)

Auxiliares Pedagógicas do  
Mobral Municipal  
São Paulo – capital.

o 1972\Edição 00007 (2)

## Mobral por dentro

Somos Auxiliares Pedagógicas do Mobral Municipal de São Paulo que é subordinado à Secretaria de Bem Estar Social.

Isto até dia 31/12, porque no final do mês de novembro nos avisaram que seríamos despedidas nesta data.

Como nossa função é de relativa importância, pois a nós cabe os treinamentos e a orientação pedagógica dos monitores, visitas à sala de aula, contato com entidades (sociedades de amigos do bairro, igrejas, centros sociais) a fim de conseguir local para funcionamento dos cursos, etc. etc. quisemos saber o motivo pelo qual estávamos sendo colocadas na rua.

Explicaram-nos que havia ocorrido um corte na verba. Então perguntamos o porque e entre mil explicações e versões não oficiais nos disseram que parte da verba tinha sido deslocada para o Metrô.

É evidente que tem coelho nesse matão e resolvemos então nos agruparmos (somos 70 no total, somando as auxiliares pedagógicas de todas as 11 Unidades Regionais) e enviamos uma carta para a diretora geral, Lúcia Caval, pedindo uma entrevista coletiva com ela. Estamos esperando a resposta até o dia 30/11.

Como a maioria das Auxiliares Pedagógicas são estudantes e se mantêm aqui em São Paulo, isto vai nos trazer problemas mil, pois mercado de trabalho aqui em São Paulo tá fogo.

Outro problema – nós somos contratadas a serviço de terceiros e esta contratação é o caos. Não recebemos benefício algum, não temos direito a férias, nem INPS, nem aviso-prévio, mas em compensação nos descontam mensalmente 5% de Imposto sobre Serviço (ISS) e 8% de Imposto de Renda, que dá um total de 13%. Então de Cr\$ 712 e uns quebrados, re-

**11** **Jornal:** Opinião  
**Ano:** 1973  
**Edição:** 00008 (1)  
**Link:**  
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=123307&Pesq=MOBRAL&pagfis=175>

## Mobral: os erros dos grandes números

**E**m uma série de reportagens na semana passada, o jornal "O Estado de São Paulo" contou várias histórias de que o Mobral estaria diplomando alunos analfabetos. O sr. Mário Henrique Simonsen - presidente do Mobral - declarou imediatamente que, num empreendimento desse porte - 4 milhões de alunos e 200 mil professores - a fraude é inevitável. "Quem lida com grandes números deve prever esses desvios. É a faixa de marginalidade da população que justifica inclusive a existência de um código penal", disse ele. A observação embora acacianamente verdadeira parece porém que foge do que é exatamente o problema.

A citação do sr. Simonsen refere-se a um teorema elementar de probabilidade que diz: se um evento não é impossível (no caso, um aluno receber um diploma fraudado) é quase certo que ele ocorra se fizermos um número suficientemente grande de tentativas independentes entre si. Isto é, se o resultado de uma tentativa (a diplomação de um aluno) não tiver relação alguma com a dos outros.

Mas a denúncia é justamente de que os casos ocorridos não são eventos esporádicos de fraude, mas a consequência de uma política sistemática de "inchação" das estatísticas. Por exemplo: no dia 7 de dezembro o Serviço de Educação de Adultos - SEA - da Secretaria de Educação e Cultura de Osasco, em São Paulo, entregou certificados a 6.145 alunos do Mobral que concluíram parcial ou integralmente os cursos de alfabetização. Quatro mil desses alunos são praticamente analfabetos, mal sabem escrever o nome. Num dos certificados consta: "Bento Evangelista França (...) não concluiu a fase da I Etapa do Curso de Alfabetização de Adultos". O SEA alfabetiza adultos em Osasco através de um convênio com o Mobral.

A Coordenação Estadual explicou que estes certificados foram entregues apenas "a título de estímulo". E que tinham anotações no verso: A (avançou), AM (avançou muito) e AP (avançou pouco).

A cada festa do Mobral, os serviços oficiais de imprensa anunciam euforicamente, "mais n mil aprovados pelo Mobral", diz o "O Estado". Mas não explica que nem todos os que recebem os certificados concluíram de fato o curso. Para as estatísticas do Mobral, todos figuram como alfabetizados.

Apesar de não ter sido o coordenador, este concluiu o assunto para o jornal. Um dos seus temas está examinando o "Estado", segundo o jornal, entregues nos vestibulares em sila informática, embora o Ministério de quase todo o país. O que passou em Osasco erro inevitável, mas não se sentar sempre fatórios. (Ge

**12** **Jornal:** Opinião  
**Ano:** 1975  
**Edição:** 00156  
**Link:**  
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=123307&Pesq=MOBRAL&pagfis=175>

Ano 1975/Edição 00156 (1)

## EDUCAÇÃO

### O Mobral não é mais aquele

**P**ara onde vai o Mobral? Difícil responder. Cinco anos depois de criado, o Movimento Brasileiro de Alfabetização sofre sua crise mais viva. Constatado por vários educadores, ministros e ex-ministros que antes o apoiavam, o Mobral, segundo o senador Gilvan Rocha, presidente da CPI que investiga suas atividades, deve ser modificado porque "se desviou de seus objetivos".

O estopim para a crise foi o Programa Mobral Infância-Juvenil lançado oficialmente pelo Ministro Ney Braga, da Educação, em julho de 1974, com uma explicação: "Qualquer preconceito é censurável, e quando existe um preconceito brasileiro, o preconceito de idade é inadmissível". Hoje, ele afirma nunca ter apoiado o programa.

Na prática, o Mobral Infância-Juvenil já vinha sendo aplicado desde 1972, através de experiências menores nos estados do Rio Grande do Sul, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe quando a Pasta da Educação era dirigida pelo atual senador Jarbas Passarinho. Que também afirma nunca ter sabido da presença de menores no movimento.

o programa - No boletim nº 15 da UNESCO, de 1974, em artigo intitulado "La Experiencia Brasileira de Alfabetización de Adultos", na página 31, é apresentado um quadro de estatísticas do Norte e Nordeste, onde, no total geral de alunos, há tinham menos de 15 anos. Impossível, já que até a UNESCO estava informada, que as atividades educacionais nada sobrepõem sobre a experiência infanto-

Juvenil do movimento.

"Ao participar de uma solenidade do Mobral em 11 de julho de 1974, Ney Braga afirmou: 'Farei justificar esta nova missão (Mobral Infância-Juvenil) para o qual se usam, a partir de agora, o Mobral e o Departamento de Ensino Fundamental do MEC. Difícil seria admitir que permanecêssemos no MEC, como espectador de um quadro desolador, composto por crianças que, fora do sistema convencional de ensino, estivessem, por assim dizer, esperando completar 15 anos para só então se qualificarem para o atendimento pelo Movimento nos seus postos de alfabetização'".

Em seguida, citou recordes que consignaram a experiência e a metodologia do Mobral, justificando sua adoção para a faixa etária entre 9 e 14 anos: "Surge assim, o Mobral Infância-Juvenil. Nosso objetivo não poderia ser outro que o de destacar o futuro trazendo-o para hoje".

Outro também alegado pelo sr. Braga em seu relatório foi o fato de que o programa não estava sendo aplicado em termos econômicos e sociais. Não importa o número de adultos alfabetizados pelo Mobral, pois se não houver estas condições profundas alteração no modo de viver e trabalhar, insatis-

"Não lembrar, em momento algum, de tal acontecimento".

No dia 11 de setembro deste ano, no entanto, de envio um telegrama ao presidente do Mobral, onde afirmava, nas últimas linhas: "Devo lembrar ao Sr. Ministro, que, em meu tempo de ministro, o Mobral recebia menos de 15 anos em suas escolas, mas o fato não deveria transformá-lo em regra, sobrecarregando o Mobral diante da ineficiência de vaga no ensino regular".

Depois - Com o depoimento na CPI, duas vezes, da professora Ana Bernardes da Silveira, diretora do Departamento de Ensino Fundamental do MEC, já não restam dúvidas de que as autoridades tinham ciência do desvio sofrido pelo Mobral em seu curso. A professora apresentou uma circular enviada por Ney Braga a todos os secretários de Educação dos estados suscitando temporariamente o Mobral Infância-Juvenil em virtude da escassez criada pelas discussões no Congresso, mas deixando claro o seu retorno, posteriormente, depois que tudo voltasse à calma.

O senador Eurico Rezende (Arena-ES), que integra a CPI, mostrou-se bastante irritado pela posição do Ministério "Não clara, mas que até agora se encontrava

se um processo regressivo que termina anulando quase por completo o trabalho realizado. Alfabetização em cinco meses não pode ser chamada de educação". E se o método não serve para os adultos, conclui o deputado, então mesmo para crianças. Não é o caso, transforma-se num mero "vendedor de livros".

O que foi dito pelo deputado, transformando a imagem do Mobral, e fornecendo novos critérios para sua análise, foi compartilhado na prática pelo senador Paulo Guerra, que promoviu uma pesquisa em 15 municípios do seu estado para verificar em que condições estavam os adultos alfabetizados pelo Mobral. O resultado foi pessimista: das 800 pessoas consultadas, apenas 80 continuavam sabendo ler e escrever. Falham estatísticas dos outros estados, mas tudo leva a crer que o quadro não seja mais otimista.

A regressão é explícita nos depoimentos da seguinte forma: o programa de alfabetização não permite a fixação dos conhecimentos, a idade do alfabetizado - pessoas idosas que possuem com facilidade - não contribui, são esquecidas, nos estados para sanar essas dificuldades, e o alfabetizado não tem onde aplicar os conhecimentos adquiridos.

A pressão esse quadro e se for confirmado em maior escala o ocorrido em Pernambuco, tudo levava a concluir que o Mobral para cada serve e que o número de analfabetos no Brasil, depois do esforço de cinco anos, permanece praticamente o mesmo, apesar das estatísticas oficiais.

**13** **Jornal:** Política RJ  
**Ano:** 1975  
**Edição:** 00156  
**Link:**

Ano 1972/Edição 00021 (1)

## Lygia envergonham os alfabetizados

# MOBRAL NELES

Lygia, a filha de 12 anos de uma família de classe média, não sabe ler nem escrever. Ela é uma das milhares de crianças que vivem em situação de pobreza e marginalidade em todo o Brasil. Apesar de ter sido alfabetizada pelo Mobral, ela não sabe ler nem escrever. Isso acontece porque o Mobral não ensina a ler e escrever, apenas a reconhecer as letras e as palavras.

Lygia é uma das milhares de crianças que vivem em situação de pobreza e marginalidade em todo o Brasil. Apesar de ter sido alfabetizada pelo Mobral, ela não sabe ler nem escrever. Isso acontece porque o Mobral não ensina a ler e escrever, apenas a reconhecer as letras e as palavras.

Lygia é uma das milhares de crianças que vivem em situação de pobreza e marginalidade em todo o Brasil. Apesar de ter sido alfabetizada pelo Mobral, ela não sabe ler nem escrever. Isso acontece porque o Mobral não ensina a ler e escrever, apenas a reconhecer as letras e as palavras.

14 **Jornal:** Movimento  
**Ano:** 1979  
**Edição:**00229  
**Link:**  
Movimento : Cena Brasileira: Suburbio Carioca (RJ) - 1975 a 1981 - DocReader Web (bn.br)

### Paulo Freire versus Mobral

Em "Confronto pedagógico: Paulo Freire e Mobral", a pedagoga Gilberta Mariana Jassur faz uma análise sobre a concepção e método de educação de Paulo Freire e de Mobral e, por meio desse confronto, trata a diferença ideológica que o Movimento Brasileiro de Alfabetização concebeu rapidamente. Fazer sobre a proposta de Paulo Freire a partir de 1964.

Numa linguagem simples, ela defende a que está por trás das mudanças propostas do Mobral para com o analfabeto e suas condições de vida e para com os desenvolvimento econômico, social e cultural do país. Naturalmente vem o espaço político.

Paulo Freire, ao contrário, parte do princípio de que o homem é um ser situado em um espaço, tempo e sociedade concretos e que recebe influências dessas situações que atua sobre o seu modo de perceber a si mesmo e ao mundo. É, se a situação é de opressão, sem espaço para falar e agir, é forçado a ser passivo diante da estrutura que o domina. "Obedecendo" o próprio opressor. Concedendo-o que cada sabe porque é afetado pela mesma posição que que pensa que todos sabem.

Freire tenta romper essa estrutura, à medida que vê no homem no mesmo nível de igualdade e em constante busca de aprendizado para SER MAIS e o que o diferencia não se faz de maturação em que se encontram. Dentro dessa concepção não pode existir, hence, algum pensamento

capacidade para atuar sobre as coisas e a educação, vista dessa forma deveria ser uma forma de ajudar o homem a perceber a realidade, que é fruto de sua ação e que se pode ser modificada pela sua ação.

Por isso Freire adota um método dialógico e crítico, em que o diálogo se converte em um exercício amoroso, humilde e modo de lidar as coisas (asas), sem presunção de dominação ou conquista, sem submissão ou ignorância absoluta e com a fé, a confiança, a esperança, a paciência e a coragem são importantes para um homem verdadeiramente humano, que vive no desenvolvimento da realidade e não à espera de que lhe as respostas.

Ja para o Mobral, que se utiliza do método assistencialista, onde quem sabe e a ensinar, visto que sua função é apenas a de ensinar a ler e escrever, a educação, adaptação, investimento socioeconômico e preparação do indivíduo para a inserção de trabalho, que deve ser estimulada pela educação. O que não muda, porém, a situação opressora, oprimido, sabe e ignorante, cioso e pavor a sede a ilusão do SER MAIS e fundamenta pela concepção de privilégio, se não pela manutenção da opressão sempre na esperança de vir a ser o que quer, sempre a serviço do sistema. (Lourdes de Oliveira Castro)

Gilberta Mariana Jassur - "Confronto Pedagógico: Paulo Freire e Mobral". Editora Cortez e Moraes, 112 páginas, Cx 98,00.

15 **Jornal:** Movimento  
**Ano:** 1979  
**Edição:**00209  
**Link:**  
Movimento : Cena Brasileira: Suburbio Carioca (RJ) - 1975 a 1981 - DocReader Web (bn.br)

### Mobral: professores exigem regulamentação

Pela lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, os cursos de Mobral seriam ministrados por estudantes universitários ou secundários que, em caráter voluntário, o fizessem sem o prejuízo de sua própria formação.

Assim se iniciou o problema do professor do Mobral, que sempre foi visto pela lei como um voluntário que ganha uma ajuda de custo de Cr\$ 2.300,00 (agui em São Paulo), e sofre os descontos de imposto sobre Serviços e imposto de Renda. Porém, na realidade, o trabalho desenvolvido pelo professor do Mobral vai além do caráter voluntário, já que é um trabalho contínuo, sujeito a horário, com vínculo de subordinação a seus superiores hierárquicos, havendo inclusive punição por falta ao serviço, sob forma de desconto, feito aleatoriamente, inclusive em caso de doença.

Consideramos o nosso trabalho semelhante ao de qualquer outro professor. Não nos é exigida uma habilitação específica, mas todo professor do Mobral é admitido mediante um exame de seleção e submetido a um treinamento. É necessário ter o domínio de uma série de técnicas pedagógicas para que possamos assumir uma classe que fica sob nossa total responsabilidade, com horário fixo de 3 a 32 horas

ajuda de custo de Cr\$ 2.300,00 (agui em São Paulo), e sofre os descontos de imposto sobre Serviços e imposto de Renda. Porém, na realidade, o trabalho desenvolvido pelo professor do Mobral vai além do caráter voluntário, já que é um trabalho contínuo, sujeito a horário, com vínculo de subordinação a seus superiores hierárquicos, havendo inclusive punição por falta ao serviço, sob forma de desconto, feito aleatoriamente, inclusive em caso de doença.

Consideramos o nosso trabalho semelhante ao de qualquer outro professor. Não nos é exigida uma habilitação específica, mas todo professor do Mobral é admitido mediante um exame de seleção e submetido a um treinamento. É necessário ter o domínio de uma série de técnicas pedagógicas para que possamos assumir uma classe que fica sob nossa total responsabilidade, com horário fixo de 3 a 32 horas diárias, com preenchimento de Diário de classe, controle de presença e registro de faltas, aprovação e reprovação de alunos, correção de provas e estatísticas de aproveitamento. Temos um programa a ser cumprido em prazos rígidos e reuniões pedagógicas periódicas.

Concluimos, pois, que chamar o nosso trabalho de voluntário e gratificar-nos com uma ajuda de custo, são artifícios que trazem como consequência o abuso de uma categoria de profissionais que se vem mantendo na ilegalidade há mais de nove anos.

Somos trabalhadores, professores de adultos, mal remunerados e não possuímos nenhuma garantia trabalhista como registro em carteira, licença para gestante, assistência médica, 13º salário etc.

Uma das justificativas usadas para se

7 Para uma classe social, ociosa as palavras entre aspas. Ex. "bom dia" etc. Ano 1979, Ed. 1

manter esta irregularidade na contratação de professores é a de que o mesmo existe por tempo determinado. Ao pesquisarmos o estatuto da Fundação Mobral, verificamos que em seu capítulo II, artigo 4º, consta o Mobral existir por tempo indeterminado.

Quando nos damos conta de que 13,4% da população de 7 a 14 anos, da cidade de São Paulo, não frequentam a escola, segundo dados do Censo Escolar de 1977, e quando verificamos o alto índice de evasão escolar, principalmente na primeira série do primeiro grau, concluímos que muitos analfabetos, os semi-analfabetos que procuram o Mobral não ingressam na escola regular. Isto se evidencia quando relacionamos esses dados com outros, como o de cerca de 70% de clientela do Mobral, concentrada na faixa etária de 14 a 25 anos. Concluímos finalmente que o objetivo do Mobral está longe de ser cumprido, e que o problema da alfabetização e da educação continuada ainda é sério e de difícil solução a curto prazo. Nosso trabalho, pois, não pode continuar sendo visto como uma eventualidade.

Nossos alunos chegam à aula cansados e precisam ser estimulados para que participem do processo educativo, o que exige preparo do professor, o que é adquirido principalmente pela experiência, mas é muitas vezes comprometida pela rotatividade do professor do Mobral, que assume índices de 23% em um ano. A baixa remuneração contribui para a rotatividade do professor, que abandona o Mobral em busca de maiores salários. A falta de garantias trabalhistas permite que o professor seja demitido aleatoriamente, o que também leva à rotatividade.

visíveis consequências de qualquer paralisação. Depois cita setores que se prejudicam ou não, com paralizações desse tipo. E menciona isso com o contexto em que as greves vêm se sucedendo no País, conforme o artigo propõe que se reúna.

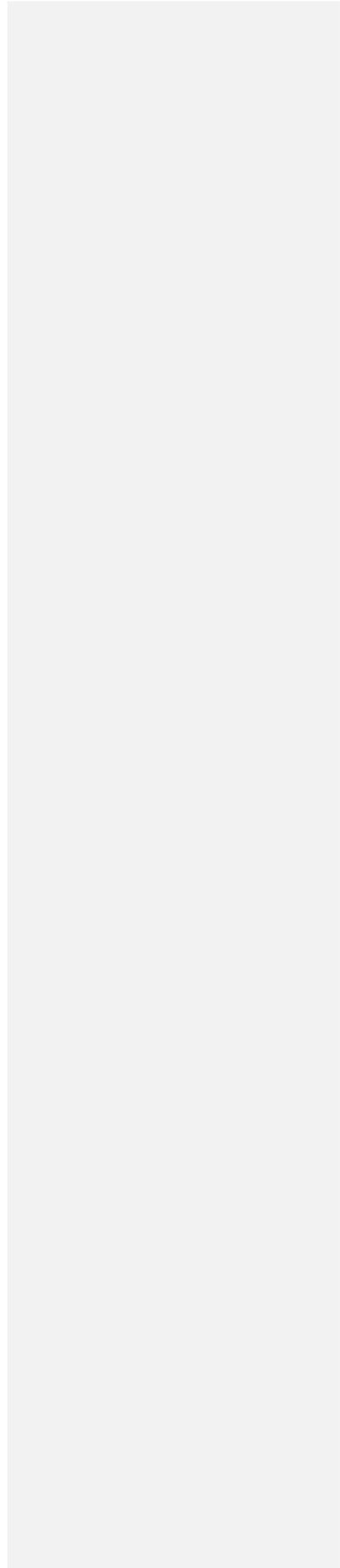
Por que abstrair essas responsabilidades? Não, ela não é abstrata, como a de todo setor social não é. Conforme colocado, faz expor que a responsabilidade maior e última dessa categoria, vis é só e, simplesmente, condiz os habitantes pra lá e pra cá de um ponto a outro da cidade. No mérito dessa questão é que não quero entrar. Nesse não. Mas por que não entrar no da retribuição salarial e no da responsabilidade da Prefeitura e dos empresários para com os trabalhadores? Falamos em responsabilidade do motorista e cobrador para com a população, excetuando-se uma questão crucial da discussão: a responsabilidade dos empresários e do governo para com a população.

Tem-se, é lógico, que discutir as relações sociais que determinam a sobrevivência dos elementos que compõem a sociedade, mas a questão-chave é o seu salário, como é que fica? E mais: não vai ser de um primeiro momento? Iremos discutir objetivamente os problemas sérios da sociedade. Obvio é também, não se discutir a legitimidade da greve porque seria redundante. É claro está que a importância da categoria, dos transportes coletivos, é relevante para atingir toda a sociedade. A comunidade já reconheceu essa importância. Ela sentiu na pele. Entretanto, não porque uma greve da categoria causa transtornos à vida dos habitantes da cidade, que esses habitantes começam a renunciar as motonetas e co-

	
<p><b>Jornal:</b> O pasquim <b>Ano:</b> 1976 <b>Edição:</b> 00375 (1) <b>Link:</b>  O Pasquim (RJ) - 1969 a 1991 - DocReader Web (bn.br)</p>	<p>Ano 1976/Edição 00375 (1)</p> 

Fonte: Próprio autor.

**ANEXOS**



## ANEXO A - PARECER DE APROVAÇÃO DO PROJETO PELO COMITÊ DE ÉTICA

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS  
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA PARAÍBA



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** EDUCAÇÃO DE ADULTOS EM TEMPOS DE DITADURA: representações sobre o MOBRAL, entre as notícias de Jornais e as memórias de ex-participantes (1967-1985)

**Pesquisador:** AURISTELA RODRIGUES DOS SANTOS

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 15218819.0.0000.5188

**Instituição Proponente:** CENTRO DE EDUCAÇÃO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.427.480

**Apresentação do Projeto:**

projeto interessante bem elaborado

**Objetivo da Pesquisa:**

claros e atende a proposta de pesquisa

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

inerentes a um projeto de pesquisa dessa natureza

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

atende as exigências institucionais de um projeto de pesquisa

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

sem problemas

**Recomendações:**

nenhuma

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

nenhuma

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim,

**Endereço:** UNIVERSITARIO S/N

**Bairro:** CASTELO BRANCO

**CEP:** 58.051-900

**UF:** PB

**Município:** JOAO PESSOA

**Telefone:** (83)3216-7791

**Fax:** (83)3216-7791

**E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS  
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 3.427.480

informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1350804.pdf	31/05/2019 16:49:09		Aceito
Folha de Rosto	1_FOLHA_DE_ROSTO.pdf	30/05/2019 09:47:38	AURISTELA RODRIGUES DOS SANTOS	Aceito
Outros	8_ROTUIRO_DE_ENTREVISTA.pdf	27/05/2019 13:02:20	AURISTELA RODRIGUES DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	7_TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_ESCLARECIDO.pdf	27/05/2019 13:02:04	AURISTELA RODRIGUES DOS SANTOS	Aceito
Orçamento	6_ORCAMENTO_FINANCEIRO.pdf	27/05/2019 13:01:49	AURISTELA RODRIGUES DOS SANTOS	Aceito
Cronograma	5_CRONOGRAMA_DE_EXECUCAO.pdf	27/05/2019 13:01:37	AURISTELA RODRIGUES DOS SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	4_PROJETO_DETALHADO.pdf	27/05/2019 13:01:23	AURISTELA RODRIGUES DOS SANTOS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	3_JUSTIFICATIVA_DE_AUSENCIA_DO_TERMO_DE_ANUENCIA.pdf	27/05/2019 13:01:10	AURISTELA RODRIGUES DOS SANTOS	Aceito
Outros	2_CERTIDAO_DE_APROVACAO.pdf	27/05/2019 13:00:53	AURISTELA RODRIGUES DOS SANTOS	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

Endereço: UNIVERSITARIO S/N  
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900  
UF: PB Município: JOAO PESSOA  
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

Página 02 de 03

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS  
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE



UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS  
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 3.427.480

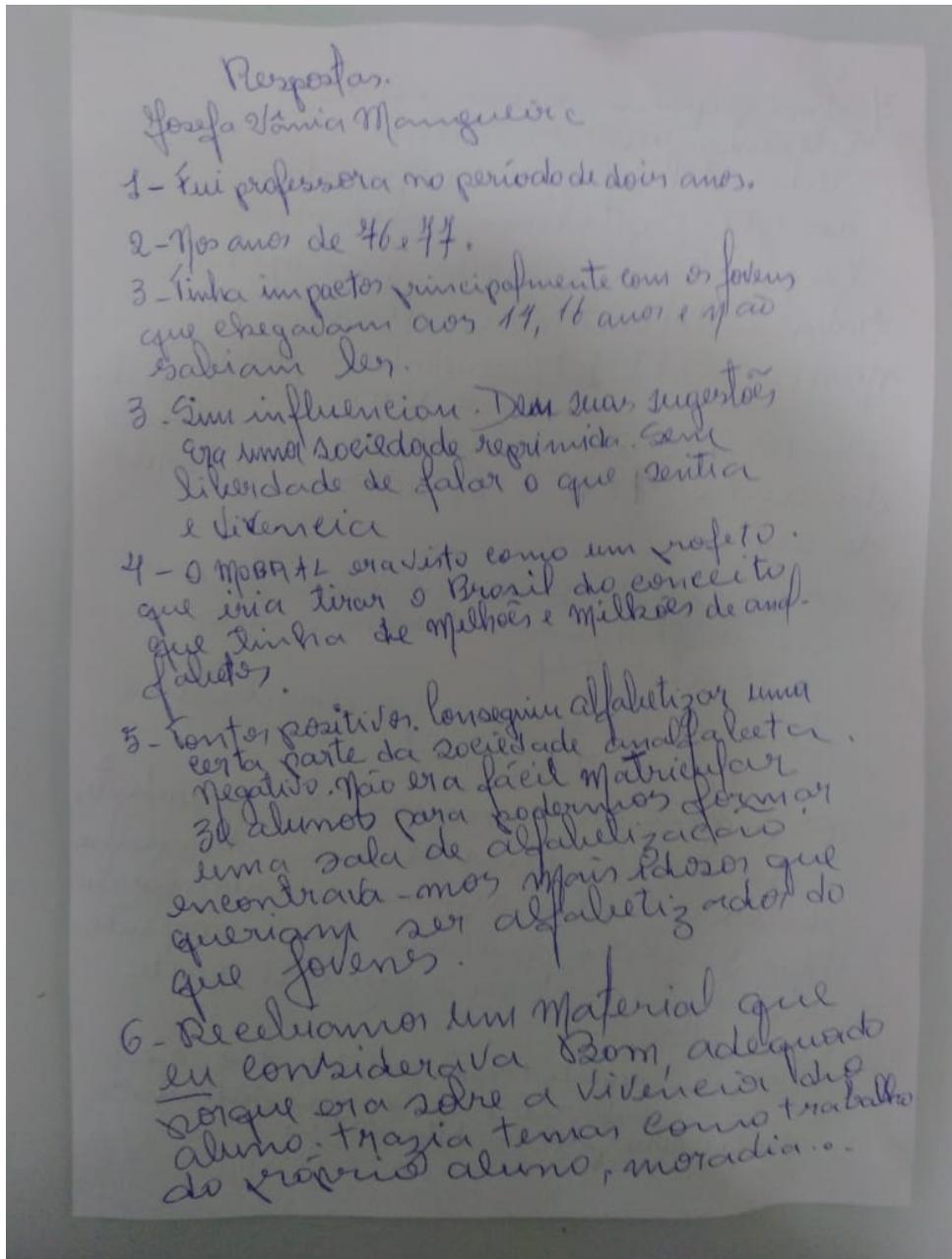
JOAO PESSOA, 01 de Julho de 2019

---

**Assinado por:**  
**Eliane Marques Duarte de Sousa**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** UNIVERSITARIO S/N  
**Bairro:** CASTELO BRANCO      **CEP:** 58.051-900  
**UF:** PB      **Município:** JOAO PESSOA  
**Telefone:** (83)3216-7791      **Fax:** (83)3216-7791      **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

**ANEXO B - ENTREVISTA DE JOSEFA VÂNIA MANGUEIRA**



7 - Uma pequena mesa onde colocava. mor os alunos ao redor dela, carteiras, quadro de giz. Cartilhas, cadernos lapis. Nesse período pois minha sala e de outra professora era numa SABL! (sociedade de amigos do Bairro da liberdade) era servido um lanche no horário da aula. 19h a 21 horas. (2 horas de aula).

8 - Os alunos eram mais idosos do que jovens. A maioria tinha entre (35 até 44) jovens tinhamos poucos entre 16 a 25 anos os professores (como eu era estudante da escola normal e a outra professora era tinha apenas o admissao Mas lembro que era uma excelente alfabetizadora e aprendi muito com ela.

9 - Não! Infelizmente! São recordo que foi meu primeiro salário e na época podiamos contar com ele. Na data certa.